



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



PERSPECTIVAS DE NOVA CONCEPÇÃO BRASILEIRA
AO PROJETO DE VIATURAS BLINDADAS
MANOEL LUIS VALDEVEZ CASTRO

Nº 715
Set./Out./84

**Quando a sua indústria queima óleo combustível,
está queimando muito mais do que o seu dinheiro...**



Título: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



São divisas que não mais retoc
dificuldade ao padrão de vida, n. 715, set./out. 1984 BFD

afetado pelos sucessivos reajus
xos contínuos nos preços de combustíveis.
Mas o governo tem a receita: fazer uso, ao máximo, de
fontes alternativas de energia, amplamente encontradas
em nosso País.

O Modelo Energético Brasileiro, proposta vitoriosa do
Ministério das Minas e Energia, elegeu para cada deriva-
do do petróleo um sucedâneo.

E o substituto eficaz para o óleo combustível é o Carvão
Energético — o Carvão Mineral do qual, em reservas
medidas, inferidas e indicadas, temos cerca de 23 bilhões
de toneladas, só na região sul.

Com o firme e decidido apoio do Governo do Presidente
João Figueiredo, a utilização do Carvão Energético toma
corpo e avança célere, substituindo o óleo combustível
nos segmentos industriais catalogados como prioritários
pelo MME, quais sejam:

— as indústrias cimenteiras — as que mais consomem

324144

290637

energéticas, petroquímicas, tex-
mica, secagem de grãos, não
létricas.

mas em que pede o aumento do consumo de carvão nos
últimos dois anos, é necessário que o empresariado
nacional prestigie mais largamente essa fonte energética,
100% brasileira, proporcionando assim maior econo-
mia e mais empregos à mão-de-obra nacional.

Em 1981, a CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas
Elétricas Brasileiras, responsável pela comercialização do
carvão, por determinação do Ministério das Minas e
Energia, forneceu 5,2 milhões de toneladas de carvão
energético a mais 950 consumidores. E, em 1987, de
acordo com as metas estabelecidas pelo Ministro das
Minas e Energia, Cesar Cals, a produção nacional de
carvão energético será de 11,5 milhões de toneladas, o
equivalente a 80 mil barris/dia de petróleo.

A CAEEB dispõe de uma eficiente rede de Entrepósitos,
estrategicamente localizados, para um adequado atendi-
mento aos consumidores de Carvão Mineral.

***Agora explique por que sua indústria prefere
continuar queimando óleo?***



CAEEB

COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

O COMANDANTE — <i>Gen Ex Sebastião José Ramos de Castro</i>	5
O CAPITÃO, CHEFE E LÍDER — <i>Gen Div Jonas de Moraes Correia Neto</i>	15
SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E EXÉRCITO PROFISSIONAL — <i>Cel Cav Davis Ribeiro de Sena</i>	29
BLINDADOS: PERSPECTIVAS DE NOVA CONCEPÇÃO BRASILEIRA — <i>Ten Cel Manoel Luiz Valdevez Castro</i>	57
GUERRA DA SELVA NA BIRMÂNIA — <i>Cel Gelio Augusto Barbosa Fregapani</i>	93
A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA NA DOCTRINA MILITAR — <i>Gen Paulo de Queiroz Duarte</i>	117
A ARTILHARIA DE COSTA NA DEFESA TERRITORIAL — <i>Cap José Guimarães Barreto Junior</i>	139

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

PANORAMA DA POPULAÇÃO MUNDIAL — <i>Professora Therezinha de Castro</i>	43
NACIONALISMO OU GOVERNO MUNDIAL — UM FALSO DILEMA — <i>Cel Roberto Misco Filho</i>	123
IMPERIALISTAS OU SUB-IMPERIALISTAS — <i>Professor Arthur Cesar Ferreira Reis</i>	133

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PROJETO SCD — SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DIGITAL — <i>Cadete Marcelo Fontanari de Carvalho</i>	85
---	----

ECONOMIA, FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO

PROMORAR NO BRASIL	147
------------------------------	-----

INFORMAÇÕES	153
LIVROS	157
REGISTROS	161
SEÇÃO DO I.H.G.M.B.	169

A DEFESA NACIONAL Nº 715
Rio de Janeiro — Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores - Primeira Tarefa: BERNARDO KLINGER, ESTEVÃO LEITE DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bernardo Klinger, Estevão Leite de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompílio Cavalcante, Euclides Figueiredo, Távora, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUNCIANTES

CAEEB	2ª Capa
BANCO SUL BRASILEIRO	3ª Capa
CADERNETA DE POUPANÇA (ABECIP)	4ª Capa
METALÚRGICA SANTO ANGELO	4

EMBRAER	122
ALPARGATAS	40/41
SOUZA CRUZ	42
ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO	56
GRUPO TRISTÃO	28
CPRM	116
BIBLIX	174/175

NOSSA CAPA

O **ESQUILO HB 350B** é um helicóptero que oferece excelente relação custo/desempenho, tanto em termos de aquisição quanto de operação. Com pás, cabeça de rotor e cabine em materiais compósitos, além de um reduzido número de componentes, o Esquilo também oferece avançada tecnologia de ponta. Projetado para 5/6 lugares, pode ser utilizado em treinamentos, serviços aéreos especializados, transporte de executivo e fins militares. Projetado e construído pela **HELIBRÁS - Helicópteros do Brasil S.A.**, Itajubá, MG.





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu

Diretor-Secretário: Cel Aldilio Sarmento Xavier

Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes

Diretor Tesoureiro: Ten Cel Walter Soares Vieira

Conselheiros: Cel Celso José Pires
Cel José Fernando Maya Pedrosa
Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt
Cel Lino Palha de Castro
Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu

Redator-Executivo: Cel Aldilio Sarmento Xavier

Coordenação Editorial: José Livio Dantas

Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis

Cel R/1 Virgílio da Veiga

Cel Claudio Moreira Bento

CF José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

Publicidade: Floriano Serpa

Expedição: Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números): Cr\$ 21.000,00 p/1985

Exterior: US\$ 50.

Número avulso: Cr\$ 5.000,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



O COMANDANTE

Sebastião José Ramos de Castro

Em 1959, quando, como major, cursei a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, em Fort Leavenworth, dentro da programação do curso, recebi um documento com o título "Diretrizes de Instrução para o Comandante". Impressionou-me, em particular, o capítulo 4 — Responsabilidades do Comandante no Apoio à Instrução. Hoje, passados tantos anos e tendo exercido vários comandos operacionais, considero, ainda, extremamente válidas as orientações contidas no mencionado documento. Pensando, em especial, nos jovens companheiros, futuros comandantes de subunidades e unidades, decidi-me fazer a tradução desse capítulo, eliminando uns poucos aspectos que dizem respeito ao meio-ambiente militar próprio dos norte-americanos e pre-

servando tudo que é aplicável ao nosso meio militar.

Desejo ressaltar que o que será apresentado não encerra grandes novidades. São conceitos, sugestões, orientações que têm sido objeto de estudo e aplicação por muitos comandantes, no presente e no passado. Julgo, apenas, interessante relacionar esses aspectos, mantendo, tanto quanto possível, o estilo simples e direto dos norte-americanos exporem os fatos. Por isso, procurei não modificar o estilo de redação do documento. Passo então, a apresentar o assunto:

"Quando um indivíduo assume o Comando de uma Unidade, qualquer que seja o escalão, ele enfrenta uma das mais interessantes e desafiadoras designações que um integrante das Forças Armadas pode receber. É, sem dúvidas, uma

tarefa à qual um homem pode se dedicar profundamente. É o tipo de atividade na qual a iniciativa, a originalidade de pensamento, a dedicação, a fidelidade e a compreensão humana podem render os mais altos dividendos para o Comandante. Muitos dos aspectos que serão analisados dizem respeito à capacidade de instruir, visando ao combate.

"Então você quer um Comandante?" Como é comum ouvirmos um oficial dizer: — "Eu faria qualquer coisa para conseguir um Comandante". Alguma vez você considerou se ele poderá vir a ser realmente um bom Comandante? "Um bom Comandante não se faz; já nasce feito", ouve-se dizer muitas vezes. Essa assertiva não é inteiramente verídica. Executando certas regras, a grande maioria dos oficiais pode dar lugar a bons comandantes.

As "Vinte Perguntas" que se seguem proporcionam essas regras. Se as respostas forem SIM, se o Comandante em potencial tiver sido sincero em suas respostas e se estiver realmente disposto a executar o que disse, devemos, então nos esforçar para que tenha um comando. Jamais ele terá uma comissão que lhe dê maior satisfação ou que mais o habilite a contribuir para o Exército e para o País. Essas perguntas são:

1º Está disposto a dedicar todas as horas do dia e da noite, sete dias por semana, ao seu Comando?

2º Sua esposa está disposta a participar ativamente com o fim de criar uma comunidade militar

feliz na área de responsabilidade de sua unidade?

3º Sua família está disposta a ter uma posição secundária, se preciso, com relação à companhia, batalhão, grupo, regimento, brigada ou divisão?

4º Está disposto a aprender, ensinar, pressionar e viver com o estritamente necessário de modo a fazer de sua unidade uma boa unidade e ainda assim acreditar que sua capacidade para fazer coisas mais importantes não está sendo desperdiçada?

5º Gosta de conviver com pessoas jovens? É capaz de conviver com a energia, os pontos de vista e os problemas criados pelos jovens?

6º Está disposto a observar os duros golpes que decorrem da condução de suas responsabilidades e das falhas de seus subordinados?

7º Pode dar conta, ao mesmo tempo, dos problemas de instrução, manutenção, testes, administração, inspeções adequadas, ranchos, suprimentos, atividades esportivas, instrução de tiro, disciplina e relações públicas sem se descuidar de qualquer deles?

8º É capaz de fazer várias coisas simultaneamente ou só é capaz de enfrentar tarefas sucessivamente? É capaz de dar conta de uma tarefa complexa?

9º É capaz de receber e executar ordens? É tão capaz para cumprir ordens como para dar ordens?

10º É capaz de absorver os efeitos de uma dura competição com outras unidades e ainda manter o espírito de cooperação e de equipe com essas unidades?

11º Está física e emocionalmente capacitado para suportar a carga de responsabilidades que lhes serão afetas?

12º Terá coragem para tomar decisões difíceis e persistir nas mesmas?

13º Estão, ele e sua família, dispostos a viver em "um aquário de peixes dourados" onde suas ações são estreitamente observadas, tanto por superiores como por subordinados?

14º Está disposto a deixar um gabinete confortável para verificar e supervisionar a instrução, a manutenção e muitas outras atividades de sua unidade?

15º Está disposto a assumir responsabilidades e corrigir falhas, ao em vez de culpar o estado-maior de um Comando superior ou um subordinado quando ocorrem coisas erradas em sua unidade?

16º Está disposto a fazer o melhor possível com os meios de que dispõe, embora os mesmos lhe pareçam inadequados?

17º Confia em sua capacidade de ter uma unidade de padrão superior com o potencial humano normal? É capaz de inspirar o pessoal a realizar tarefas de vulto?

18º Está consciente da possibilidade de ser substituído por ter alcançado resultados medíocres?

19º Ainda revela entusiasmo e contentamento quando enfrenta desafios representados por tarefas aparentemente impossíveis de realizar com os meios de que dispõe?

20º Deseja realmente comandar ou apenas procura fazer com que conste de suas alterações que exerceu um comando?

Uma vez tendo satisfeito os pré-requisitos para ser um comandante é necessário que o oficial considere o que os soldados esperam de um comandante, de qualquer arma ou serviço. Procuremos relacionar esses aspectos:

1) Tratamento honesto, justo e coerente com os regulamentos.

Os homens admiram um oficial rigoroso se ele for também justo. O oficial que procura ser um "bom sujeito" logo perde sua capacidade de controlar. Ademais não pode pretender saber tudo, e não pode enganar seus homens e manter o respeito dos mesmos. Quando não souber dar uma resposta certa, deve pesquisar e então responder.

O Comandante deve punir de maneira impessoal e com gradação adequada às circunstâncias e à gravidade da falta. Quando um homem cumpriu sua punição, o comandante deve esquecer o fato.

2) Coragem

Todo homem experimenta medo em uma situação de crise, mas, o comandante não pode demonstrar estar com medo. Para isso, deve fortalecer-se, aprendendo a controlar suas emoções.

3) Os soldados profissionais são homens maduros

A despeito da idade e do posto ou graduação, os soldados devem ser tratados como indivíduos amadurecidos. São homens que estão aprendendo uma profissão honrosa e merecem ser tratados como tal.

4) Cortesia militar

A cortesia militar inicia-se entre os oficiais. O cumprimento das normas de cortesia entre superiores e subordinados é de grande importância para ambos. Essas normas servem de demonstração para os homens da presteza, do orgulho em ser militar e de boas maneiras.

5) O posto do militar

O posto de um Comandante deve ser usado para servir aos seus subordinados. Não deve ser considerado como constituindo-se em uma recompensa ou direito para exercer idiosincrasias. O posto tem uma finalidade: — capacitar o oficial a cumprir suas responsabilidades. Os subordinados esperam de seu comandante que ele aja de acordo com a sua posição. Não o invejarão pelo posto e conseqüentes prerrogativas se ele as utilizar no interesse dos seus superiores e subordinados.

6) Interesse pessoal pelos homens

Um bom oficial conhece os nomes, antecedentes e as características individuais de seus homens. Deve ter um interesse pessoal genuíno por eles ou não contará com os mesmos. Cada indivíduo tem seus problemas. Não há caminho mais fácil para mantê-los firmemente em suas mãos do que solucionar os problemas pessoais que lhes trazem grandes preocupações. Um Oficial, entretanto, não deve se tornar íntimo de seus homens. Os bons

soldados não esperam por isso e, normalmente, não gostam disso. Não é necessário tomar intimidade com soldados, mesmo quando o oficial tiver que dormir no mesmo abrigo em que eles estão.

O Comandante deve fazer todo o possível para aumentar o orgulho individual de seus homens. A limpeza, o polimento, a boa disposição dos materiais são maneiras de evidenciar o orgulho pessoal e uma unidade orgulhosa é uma boa unidade.

7) Lealdade

A lealdade, tanto com relação a superiores como a subordinados é uma exigência básica. A crítica de um Comando a superiores feita em frente de seus subordinados, o sujeito ao mesmo tipo de tratamento. Ele deve cuidar de seus homens assim como deve esperar que eles olhem por ele.

8) Ação de presença

A presença do oficial quando as condições são desfavoráveis e quando as coisas se tornam difíceis — "repartir a situação com os homens" — é de grande valor para eles.

9) Como considerar os subordinados

Um Comandante deve reconhecer a importância do papel dos subordinados. Deve atribuir-lhes responsabilidades e acompanhar o seu trabalho. Um bom comandante não ultrapassa seus comandantes subordinados dando ordens aos seus comandados. Pelo con-

trário, deve dar sempre as ordens através dos comandantes diretamente subordinados, prestigiando-os, em consequência. O Comandante deve ser capaz de selecionar subordinados capazes. Se cometeu erro ao selecionar é de sua responsabilidade a correção e não querer atribuir essa falha a outra pessoa. O Comandante deve agir como um tampão entre superiores e subordinados, cabendo-lhe proteger seus homens das inquietações que vêm de cima e, ainda assim, realizar a tarefa que foi imposta.

10) Iniciativa

Todos os Oficiais devem desenvolver a iniciativa de seus subordinados, pois eles só aprenderão, fazendo. É certo que cometerão erros, mas os bons oficiais sabem compreender esses erros, quando cometidos honestamente.

11) Identificar e antecipar-se às necessidades de seus homens.

Um bom soldado tem necessidades físicas e espirituais e um comandante deve fazer todo o possível para identificá-las. Ao mesmo tempo, deve proporcionar todo o conforto e todos os privilégios possíveis. Isso não significa que deva ser indulgente ou tratar seus homens como crianças. Uma refeição quente quando não é esperada, concessão de dispensas, boas instalações de recreação são aspectos de maior importância.

12) Orientar e dizer o porquê

O Comandante deve manter seus homens informados, a qualquer tempo, apresentando-lhes os motivos de decisões que lhes dizem respeito. Por vezes, muitas tarefas podem parecer sem sentido, a menos que os fatos que lhes deram origem sejam conhecidos. A ação do comandante para dar um fim a boatos e especulações deve ser permanente, dando aos homens todas as informações que forem possíveis.

13) Programas de treinamento, trabalho e recreação bem formulados.

O Comandante deve manter o equilíbrio entre treinamento e recreação. Qualquer excesso em uma dessas atividades torna-se uma sobrecarga para os homens. A progressão lógica do treinamento auxilia a mantê-los em boas condições, evitando que se tornem confusos.

14) Ordens precisas e positivas

O Comandante deve dar ordens de forma a indicar claramente o que espera que resulte da execução das mesmas. Deve ser claro e positivo em suas ordens e deve acompanhar a sua execução. Não deve dar ordens que não sejam capazes de ser executadas. De acordo com essa idéia, o oficial inteligente é aquele que refreia o criticismo até compreender as razões das ordens recebidas e, então, ser capaz de apresentar sugestões lógicas e construtivas.

O oficial deve ser tão bom quanto a natureza do seu trabalho. Por isso, não deve fazer

promessas que não seja capaz de cumprir ou tomar decisões que não tenha possibilidade de apoiar com vistas à execução.

- 15) Solicitação aos seus homens compatíveis com suas possibilidades.

O Comandante não deve sobrecarregar seus homens com trabalhos desnecessários. Por outro lado, é altamente prejudicial não determinar uma dosagem de trabalho capaz de manter os homens em atividade, de modo a que se aborreça pela ociosidade. Nem os homens individualmente, nem as Unidades esperam realizar tarefas impossíveis.

Como se pode verificar, confirmando as palavras iniciais, o assunto não encerra grandes novidades. Apenas condensa, de forma lógica, certas idéias que devem estar presentes para todos os comandantes, qualquer que seja o escalão considerado.

Permitimo-nos, agora, fazer algumas considerações pessoais decorrentes da experiência como Comandante de Brigada e de Divisão de Exército.

Consideramos como de grande importância que o comandante de um determinado escalão não interfira demasiadamente nas atribuições e responsabilidades dos Comandantes de escalões subordinados. É necessário que, em cada escalão, se tenha bem presente, o que estabelece o Programa Padrão Básico/1, em suas folhas 31.00, quando diz:

"O Comandante, chefe ou diretor da organização militar é o responsável pela direção de instrução de sua unidade ou estabelecimento. Cabe-lhe, assessorado pelo S3, *planejar, orientar e fiscalizar* as ações que permitirão aos comandantes de subunidades (ou equivalente) elaborar a programação semanal de atividades e execução da instrução".

"Os Grandes Comandos e Grandes Unidades são os escalões cuja responsabilidade principal se volta para a *orientação, acompanhamento* e controle da instrução militar".

"A orientação da instrução será feita através de *diretrizes e reuniões periódicas* que, tratando dos assuntos relacionados com a instrução individual e o adestramento, buscarão a homogeneidade de interpretação e o estabelecimento de ênfases e esforços adequados".

"O acompanhamento das diversas atividades e, fundamentalmente, a avaliação dos resultados obtidos em todo os níveis com responsabilidades definidas no planejamento e execução da instrução militar exigem programações que, efetivamente, obtenha a correção de erros, distorções e omissões" (grifos nossos).

Com relação ao adestramento, em especial no que respeita ao adestramento básico, é conveniente que os comandantes, nos diferentes escalões, estudem cuidadosamente o que está prescrito pelo Programa

Padrão Básico/1, a partir das folhas 73,00. Queremos, com relação aos comandantes de Brigada, destacar o seguinte:

"A montagem dos exercícios de campanha, em princípio, compete ao comandante da unidade operacional. Este encargo, além de contribuir para o desenvolvimento da iniciativa dos quadros, já se insere na sua preparação e no processo de reunião da experiência profissional. Entretanto, em alguns casos, seja para aliviar a OM de um encargo, seja para melhor desenvolver um quadro tático mais adequado, nos exercícios de campanha integrados, a GU poderá trazer a si a responsabilidade da montagem dos exercícios de campanha a serem realizados".

- 16) A transcrição desses textos decorre de observações que realizei durante os comandos que exerci: como está dito, os comandantes de Divisão e de Brigada têm a responsabilidade principal de *orientar*, *acompanhar* e *controlar* a instrução militar. Esse acompanhamento é realizado através de *visitas* e *inspeções*. No escalão DE, o Comandante deve ter sua atuação de acompanhamento voltada em especial para as unidades da base divisionária e levar em conta que com relação às OM integrantes de uma Brigada a responsabilidade principal é do comandante da Brigada. As visitas às OM, sejam da Base divisionária, sejam integrantes de uma Brigada, de-

vem ser programadas, de modo a não alterar o desenvolvimento da instrução, qualquer que seja a fase em que se encontra. Por isso, é sempre indicado iniciar uma visita a uma OM, aproveitando-se o horário da formatura matinal. O Comandante da DE e da Brigada não devem fazer imposições que desviem a Unidade da sequência normal da instrução programada. É evidente que se forem exigidas atividades que estejam em desacordo com a programação da instrução para a fase considerada, o Comandante da Unidade, pelo menos na semana que anteceder a visita, irá modificar sua programação de instrução para se preparar para atender às imposições feitas. Um Comandante de DE deverá ter conhecimento do programa de visitas e inspeções de seus Comandantes de Brigada para, sempre que possível, coincidir suas visitas com as do Comandante de Brigada. Com isso, concorre-se para evitar que o ritmo da instrução seja afetado por sucessividade de visitas e, ademais, o Comandante da DE poderá transmitir ao Comandante de Brigada, de imediato, suas observações e recomendações. Quando um Comandante de DE ou de Brigada realiza sua primeira visita a uma OM, é aconselhável que, aproveitando a formatura matinal, dirija curtas palavras à tropa, apropriadas ao tipo de arma ou serviço, fazendo ênfase na importância do preparo

profissional para enfrentar operações de guerra. Em sua visita, deverá, também, dedicar especial atenção ao rancho, alojamentos, banheiros, instalações de manutenção. Se almoçar no aquartelamento deverá evitar qualquer modificação do cardápio normal e poderá aproveitar para antes do almoço receber a apresentação dos oficiais, evitando fazê-lo logo após a formatura matinal, assegurando, dessa forma, que, logo após o desfile que se segue a essa formatura, os Oficiais conduzam a instrução sem quebra de continuidade.

Quando do adestramento básico, como foi salientado, cabe ao comandante da OM Operacional, em princípio, a montagem dos exercícios de campanha. Deve-se evitar uma tendência, que foi observada, do escalão Brigada montar exercícios de escalão subunidade. Com isso, tira-se a iniciativa do Comandante da OM, não se observa a capacidade do estado-maior da OM em conceber e montar um exercício de subunidade e ainda pode-se incorrer em erros, por não levar em conta aspectos particulares da doutrina de emprego de uma unidade de arma ou serviço.

Como exemplo, quero apresentar o seguinte caso que observei. O comando de uma Brigada montou um exercício de campanha de escalão subunidade de infantaria blindada. Uma subunidade, por volta das

15 horas, recebia, no terreno onde se encontrava, a missão de se deslocar para uma Zona de Reunião, que deveria atingir em determinado prazo, a fim de atacar, na manhã do dia seguinte, ultrapassando uma tropa de cavalaria mecanizada que estava em contato com o inimigo. Vejamos como se desenvolveu o exercício. O Comandante do Batalhão recebeu, de um oficial do estado-maior da Brigada um envelope contendo a ordem para ser entregue ao Comandante da Companhia, o que foi feito. O Comandante da Companhia realizou, pela carta, um rápido estudo de situação para identificar onde se localizava a Z Reu e como tinha que atingi-la em determinado prazo fixado pela ordem recebida logo iniciou o deslocamento. A subunidade, ao chegar à área da Z Reu, deteve-se em coluna, sem qualquer dispersão, enquanto o Comandante identificava a Z Reu e procurava designar locais para seus pelotões. Depois de conseguir ocupar a Z Reu, o Comandante da Companhia foi convocado para uma reunião no Posto de Comando do Batalhão, onde lhe foi entregue outro envelope contendo dois Calcos: — um, dos objetivos a conquistar e de sua Zona de ação e outro com informações sobre o inimigo, inclusive o em contato. Durante a noite, observei que a Cia foi intensivamente empregada na realização de patrulhas à fren-

te da linha de contato.

Apresentarei, em seguida os principais aspectos que julguei que deveriam ser criticados.

O Comandante do Batalhão foi inteiramente alijado em sua responsabilidade, tornando-se um simples intermediário na entrega dos envelopes contendo as ordens para a subunidade.

Como resultado da imposição de tempo entre o recebimento da ordem e a hora prevista para atingir a Z Reu, o deslocamento foi precipitado, sem qualquer reconhecimento prévio, acarretando o engarrafamento da coluna, confusão e demora em ocupar uma R Reu, à luz do dia. Não houve, ao menos, pela Direção do Exército, a previsão de ter guias capazes de orientar a subunidade para uma rápida ocupação da Z Reu.

O Comandante da Subunidade recebeu as informações de forma caracteristicamente escolar. Não houve a preocupação de ter, pelo menos, um oficial representando o Comandante da tropa, em contato, que transmitisse, ao comandante da subunidade que iria ultrapassá-lo, as informações sobre o terreno e o inimigo.

O fato da subunidade que iria atacar na manhã seguinte realizar ações de patrulha à noite, à frente da linha de contato, foi justificado como sendo um meio de não deixá-la inativa durante à noite. Não foram levadas em conta as noções

inteiramente errôneas resultantes para os quadros e para a própria tropa.

Como podem ver, mesmo em um exercício de pequeno escalão é fundamental um planejamento e uma montagem minuciosa. Acresceram-se aos erros verificados as inexistências de qualquer medida referente a uma figuração inimiga.

Os elementos que planejam e montaram o exercício de campanha esqueceram-se de que, conforme indicado na página 87.00 do PPB/1:

"Por conceito, o exercício de campanha é a expressão da imitação do combate e da participação da tropa e deverá revestir-se de maior realismo possível:

- adequada caracterização do inimigo terrestre e aéreo;

- acionamento das ações através de ordens e informações, evitando documentos "Tipo escolar"; — etc., etc".

Espero que as idéias apresentadas sejam úteis. De qualquer forma, considero que os Comandantes devem estudar atentamente a documentação relacionada com o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) para que possam ser alcançados os resultados desejados com o máximo de eficiência e economia. Esse conhecimento, aliado ao bom senso dos Comandantes nos diferentes escalões é essencial.

Em outra oportunidade, pretendo voltar ao assunto.



O General-de-Exército Sebastião José Ramos de Castro possui, além dos cursos necessários ao acesso aos quadros de oficial superior e oficial-general, o de Comando e Estado-Maior realizado em Fort Leavenworth, Estados Unidos. Exerce atualmente o Comando do II Exército, com sede em São Paulo.



O CAPITÃO: CHEFE E LIDER

Jonas de Moraes Correia Neto

I – INTRODUÇÃO AO TEMA

1. Porque "O Capitão"

Pela sua condição hierárquica, o Capitão é o oficial que tem, normalmente, no nosso Exército, a primeira posição de *chefia militar* na qual pode aplicar, à plenitude, significativa capacidade de *liderança militar*.

Quando digo *chefia militar*, penso no exercício do Comando, do comando na Tropa, que é o maior galardão de um chefe militar, de qualquer posto. Pois é ali, à frente dos seus homens orientando-os, instruindo-os, animando-os, conduzindo-os, inculcando-lhes nobres sentimentos, liderando-os — é ali que o chefe militar mais se realiza; e se afirma; e se distingue; e aumenta e consolida sua confiança

em si próprio, ao constatar os bons frutos da sua ação de *chefia*.

No caso do Capitão, dele dependem "pequenas decisões" que, todavia, são primordiais, no contexto da sua organização militar.

2. *Chefia e Liderança Militares*

a. O assunto "Chefia e Liderança" é familiar aos jovens Capitães, no mínimo, desde sua formação na AMAN. Seu embasamento teórico é consistente, referenciado a textos precisos e a ensinamentos cuidadosamente ministrados. Além disso, alguns anos de oficialato já lhes proporcionaram boa experiência e, provavelmente, permitiram-lhes formar opiniões próprias, sobre muitos aspectos desta temática.

É um tema cativante. E é de pura aplicação. Por exemplo, discute-

se muito se o militar deve ser mais chefe ou mais líder. Sob outro enfoque, se ao chefe militar é indispensável ser líder.

Acho um tanto estéril a discussão, quando posta assim. A estrutura da Instituição Militar tem tais condicionantes — de organização, de comportamento, de funcionamento, de relacionamento — que é na autoridade funcional do Chefe Militar que repousa toda a confiabilidade da sua ação de chefia, para o cumprimento de missões, mormente na guerra.

É da atuação eficiente do Chefe, que se esperam os efeitos precisos; não da atividade de um eventual líder, ao arrepio da hierarquia.

Se isso ocorresse, haveria uma interferência indébita, funesta ao equilíbrio do sistema. É inconcebível.

b. Porém, se a Chefia Militar é inerente, a Liderança Militar é altamente desejável. O Chefe cuida em aperfeiçoar suas Qualidades de Chefia e, para isso, dispomos de um manual, tão simples quanto sábio — “Princípios de Chefia”.

Também pode o Chefe se esforçar por ser um Líder dos seus comandados. Deve fazê-lo, pois ampliará sua capacidade de chefia, usando positivamente suas potencialidades. As vantagens são evidentes e os resultados serão compensadores.

O que não temos é um manual de Liderança. Creio mesmo que de propósito, para que fique patente que a chefia militar não admite ações em paralelo. Entretanto, o chefe que se esmerar na correta utilização dos princípios e das

qualidades de chefia, policiando-se a si mesmo, burilando sua maneira de ser e de proceder, sem nenhuma dúvida chegará a assumir uma posição de liderança. Mesmo que não o perceba, estará sendo Chefe e Líder.

Ademais, a falta de um manual específico de liderança não quer dizer que não haja orientação a respeito. A matéria está em currículos escolares, para ser tratada e debatida. Encontra-se em conferências, em notas e subsídios para leitura, em muitos artigos e livros, produzidos por competentes chefes, instrutores e estudiosos. Não lhe seria dada tanta atenção, se não fosse reconhecida sua importância, aliás cada vez maior, em face das constantes alterações no comportamento individual e no estilo de convivência, afetando mais ou menos os indivíduos e os setores humanos — interferindo no próprio relacionamento militar.

c. Vale reiterar que *o chefe militar se aprimora na chefia para que possa bem comandar em ações de guerra*, de qualquer tipo. Essa é a finalidade principal, a razão de ser de toda a sua educação militar. Ora, é sabido que, nas condições adversas do combate, os comandados desejam ver seu comandante funcional — capaz, consciencioso, corajoso — como seu líder natural, injetando ânimo, impulsionando pelo exemplo, inspirando uma incoercível vontade de segui-lo a todo custo, porque nele confiam cegamente. E, como educador que é, educando-os a toda hora. O líder é, mais que tudo, um professor...

Destaque-se que a liderança militar diverge fundamentalmente da civil. Vários aspectos são causa dessa sensível diferença: a finalidade das instituições militares, suas normas de funcionamento, a maneira típica do relacionamento entre o pessoal, a natureza das suas atividades-fins; porém, acima de tudo, o sólido embasamento disciplinar, amalgamando uma estrutura hierárquica rigidamente estabelecida, como tem de ser.

Não vejo como negar-se a disparidade de aspectos, entre os ambientes civil e militar. É mister ter-se muita cautela, quando se pretende estender conceitos e sugerir procedimentos, sem levar na devida conta as peculiaridades distintivas. A simples trasladação, sem ajustamentos (que serão muitos), poderá gerar incompreensões e gravíssimos problemas.

É claro que à aplicação da Psicologia se creditará grande parte do sucesso ou insucesso no desempenho do Chefe, de qualquer Chefe. Só que, nas Forças Armadas, os parâmetros serão tomados da Psicologia Militar, hoje apropriadamente delineada nos seus contornos específicos e ajustada aos fins das instituições castrenses. Se assim não for, poderão estar sendo utilizados princípios incoerentes e as ações poderão estribar-se em falsas premissas.

No nosso Exército, em época não distante, houve uma tentativa, irrefletida e em bases fluidas, de se aproveitarem certos dogmas clássicos da psicologia, para aplicá-los inteiros no meio militar. Alguns teóricos açodados perderam-se

num academicismo irrealista, cujo primeiro erro — um erro crasso — foi ignorar, acintosamente, as nossas mais singulares características. Felizmente, deu-se um basta oportuno ao estranho desvio.

No Exército, continuamos capazes de formar Chefes e de levá-los a serem Líderes, aproveitando-nos também da evolução das ciências sociais, mas em consonância objetiva com o nosso modo de ser, privativamente nosso.

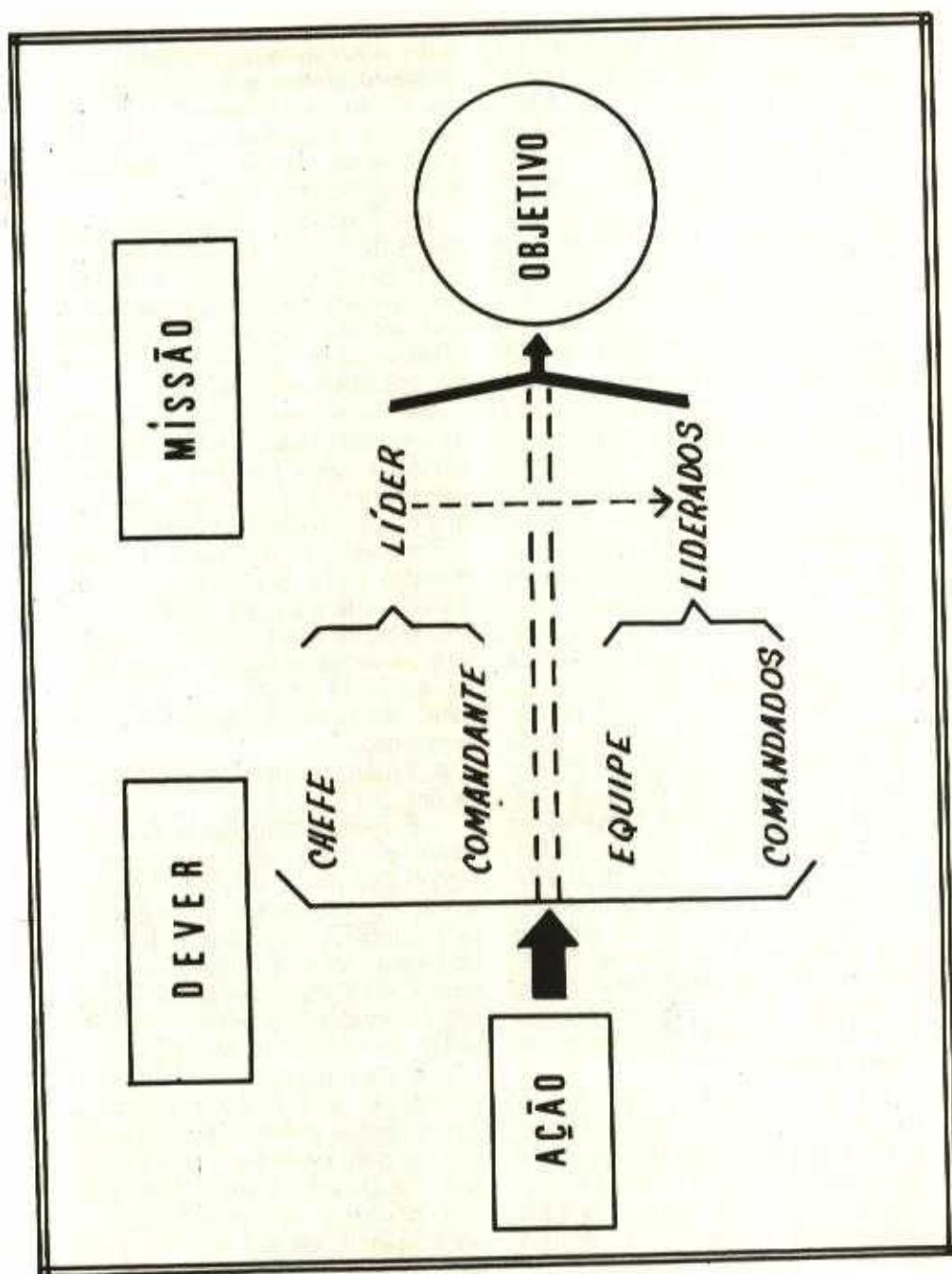
Bem instrumentados, em todos os sentidos, eles estarão aptos a conduzir seus homens ao exato cumprimento do Dever Militar, que é o nosso objetivo maior.

Percebem-se, portanto, diversas nuances entre os valores da chefia e os da liderança, em sentido militar. Mas, se esses valores se acharem reunidos na figura de um Chefe, então aí estará um condutor ideal de homens, sobretudo em campanha.

d. Então, resumindo as considerações:

— *É conveniente que o Comandante, em cada escalão, ao mesmo tempo seja um Líder; que possua, inatas ou adquiridas e cultivadas, as qualidades mais expressivas da liderança. Mas, da liderança adequada às Forças Armadas, cujas peculiaridades não podem ser relegadas, de maneira nenhuma.*

— *O Comandante, que é chefe incontestado, será Líder em decorrência do seu extremado zelo pelo que lhe cabe executar. Na sua imagem, ele engloba a autoridade que tem, derivada da sua função; jamais, apenas, da sua aptidão pessoal para influenciar homens.*



e. Num parêntese, passo a apresentar algumas conceituações convenientes a um melhor entendimento; nelas, procurei fixar o fundamental ao uso dos termos que aqui estão sendo empregados: Chefia e Chefia Militar, Liderança e Liderança Militar.

Chefia é a arte de influenciar o comportamento humano; e a capacidade de conduzir homens.

Exprime a autoridade funcional do chefe, que lhe cabe por delegação ou cargo organizacional.

Chefia Militar é a arte de aplicar a capacidade de chefia sobre uma organização militar (de qualquer nível) e, em particular, sobre os indivíduos (militares e até civis) que a integram.

Decorre da autoridade inerente à posição hierárquica ou ao cargo (função) militar.

Liderança é a capacidade, inata ou adquirida, de influenciar idéias e atitudes de indivíduos ou de grupos, e de conduzi-los à realização de ações individuais ou coletivas, sem que haja, necessariamente, ascendência funcional do líder.

Liderança Militar é a capacidade de liderança exercida por um chefe militar, em qualquer escalão.

É, portanto, intimamente relacionado à capacidade de chefia, ao exercício da autoridade funcional, nos limites da hierarquia e da disciplina militar.

II – O CAPITÃO – CHEFE MILITAR

1. O Capitão é um Chefe Militar, no escalão intermediário. Seu papel é essencial. Precisa cultivar os atributos de chefia, para comandar com segurança. Deve ir mais longe, na sua auto-educação,

e procurar tornar-se um Líder, aprimorando aqueles atributos e lhes acrescentando outros, por forma a ultrapassar o nebuloso ponto-de-inflexão no qual se ascende da chefia à liderança, quase insensivelmente.

Sua conduta rege-se por diversos elementos vivenciais e motiva-

dores, como sejam: a experiência profissional que tem; a bagagem de conhecimentos que vai acumulando; as novas responsabilidades funcionais que recebe; o interesse, cada vez maior, pelos fatos do meio que o cerca; a justa ambição de prosseguir com êxito na carreira.

O Capitão quer-se desincumbir das suas obrigações, com perfeição. Quer ser testado e ser aprovado. Quer cumprir exemplarmente os seus deveres — e quer ser capaz de fazer com que os seus comandados cumpram bem a parte deles, conforme lhes for determinado, em demanda do objetivo comum fixado. (ver esquema).

Eis aí o Chefe Militar. Aí poderá estar, igualmente, o Líder Militar; será excelente que esteja.

2. Todavia, o líder não existe sozinho, não se caracteriza fora do grupo. Ele é líder porque há homens que o consideram líder, que se colocam espontaneamente sob sua liderança; logo, homens que desejam e precisam ser liderados.

O reconhecimento de um líder é função natural do julgamento dos liderados!

O chefe revela ainda mais suas aptidões para a liderança, quando sabe liderar líderes. . . É muito mais fácil comandar "carneiros", "vacas de presépio"; mas é frustrante, dá sensação de pisar areias movediças. Bom mesmo, porque exige o máximo, mas tem retorno em resultados, é chefiar homens de personalidades, disciplinados conscientemente, mas altivos, retilíneos. Do confronto firme e franco de individualidades e perso-

nalidades só poderá advir o melhor. Naturalmente, sobressairão os mais capazes, sem desdouro para ninguém.

Se é assim, há-de haver rotas de intercâmbio, pessoal e funcional, as quais se abrem ou se fecham por força da aptidão do chefe. Quanto mais abertas, maior a garantia de compreensão, respeito, admiração, chegando até a profunda amizade e a sacrifícios pessoais, para corresponder à confiança do chefe — que, então, terá logrado indistigável liderança.

Note-se que aquele espírito de sacrifício, capaz de culminar com o desprezo consciente pela própria vida, é talvez a mais sugestiva distinção entre os militares e os civis; e o seu clímax pode-se revelar melhor nas agruras do combate, para cuja eventualidade moldamos nosso caracteres.

3. O Capitão tem contato cerrado e constante com os seus homens. Dispõe de oficiais subalternos, para ministrar a instrução e fazer o acompanhamento imediato dos soldados. E conta com os graduados, para auxiliar na instrução e executar outras atividades básicas — de controle do pessoal, de manutenção, de preparação material, de verificação de serviços.

Deve o Capitão compenetrar-se da sua enorme responsabilidade. Tem ele que dar a sua orientação aos oficiais e graduados, lembrando-se de que muitos são militares temporários, às vezes sem suficiente tarimba castrense e nem todos — talvez poucos — em condições ótimas para as funções que têm de desempenhar.

Tem o Capitão, portanto, de exercer ação pessoal bem nítida, persistente, de modo a aproveitar habilitações e a compensar deficiências dos quadros e poder obter, da sua Sub-unidade, da sua Seção, funcionamento entrosado e satisfatório rendimento.

Um chefe deve se esmerar na realização das suas tarefas, no cumprimento da sua missão, esforçando-se por fazer isso o melhor possível, dando tudo de si. O Capitão deve tentar fazer do seu comando um conjunto harmonioso, não se desviando dessa finalidade para ficar observando se os outros setores da OM estão trabalhando bem, ou não. Essa é atribuição de outrem-no ápice, é do Cmt da OM. Quem se distrai como fiscal dos vizinhos, acaba por se distrair dos seus próprios afazeres. . .

4. No seu escalão — que é importantíssimo! — é *dever de Capitão*, fundamentalmente:

- saber e ensinar
- orientar e coordenar
- determinar e exigir
- fiscalizar e corrigir
- informar e manter-se informado
- responsabilizar-se
- dar exemplo
- fazer justiça
- tomar decisões

Eis aí uma gama de atribuições de suma importância. E, como são várias facetas de uma só atividade — o *Exercício do Comando* — umas repercutem nas outras, frequentemente e profundamente.

Constituirá preocupação permanente do Capitão e o levará a se dedicar extremamente ao seu trabalho, seja na preparação intelectual, física e psicológica, seja na atuação marcante que lhe compete. Isso solicitará bastante do Capitão, o mostrará em verdadeira grandeza, tanto em vigor físico como em preparação profissional — e, principalmente, em coragem moral.

III. — COMO CHEFIAR, PARA LIDERAR

É na sua ação como Chefe que o Capitão poderá alcançar legítimo triunfo, consagrando-se profissionalmente. É também aí que ele irá se expor inteiramente, podendo despontar como Líder.

Não existem regras absolutas para se chegar a ser líder. Porém, existem maneiras de agir, no procedimento pessoal e no desempenho funcional, que facilitam a obtenção de êxito no escopo, que deve ser de todo militar, de buscar exercitar efetiva liderança sobre seus comandados.

Organizei um rol de sugestões (em anexo) para a consideração dos Capitães, a quem viso. Julgo de grande valia as idéias alinhadas. Acredito que elas lhes servirão muito, no seu esforço louvável de *chefiar liderando* os seus comandados.

Não constituem novidade, nem tenho a pretensão de mostrá-las como tal. Ao invés, garanto que todas já têm sido, se não muito divulgadas, certamente muito praticadas.

A listagem é ligeira, mas creio que focaliza o principal. Evitei sim-

plesmente repetir conceitos, por demais discutidos; pelo menos, com as mesmas expressões. Onde cabível, mudei as roupagens, busquei outros ângulos. A forma sim, é minha. Venho me ocupando, há muito tempo, em coligir exemplos onde os encontro, em observar condutas e atitudes, em ler e meditar, em registrar minhas experiências — e em anotar tudo. Essas anotações é que agora ofereço, arrumadas, a título apenas de colaboração. Será assim como um curto "breviário básico de liderança", a ser completado e melhorado. Pelos próprios Capitães...

IV. — CONCLUSÕES DO TEMA

1. Não estou expondo fórmulas, não estou apontando processos infalíveis, nem afirmando nada como mandatório. Seria pueril fazê-lo.

Procuro, neste simples ensaio, fornecer um ferramental de boa fonte — material recolhido, mais que tudo, na vida de caserna.

Aos Capitães, em quem antevemos os altos chefes que dentro de algum tempo serão, caberá analisar as idéias aqui levantadas e aplicá-las, como melhor lhes pareça. Se acharem de valer-se delas, nunca se esqueçam de três cuidados primários, para que as idéias não soem falsas e não resultem improfícuas:

Quanto ao primeiro ponto, é que as pessoas são muito diferentes. Temos de olhá-las, tratá-las e solicitar ou exigir delas conforme essas diferenças. Somente conhecendo os indivíduos e reconhecendo como é, no seu íntimo, cada um deles, conseguiremos obter deles o máximo que puderem dar, corrigindo-os, encaminhando-os, fazendo que acreditem em si mesmos, e em nós. A partir daí, tudo será facilitado.

Quanto ao segundo ponto, é que as características pessoais, mesmo as mais distintivas, sofrem forte influência do ambiente, para melhor ou pior. De fato, são influenciadas por diversas áreas, comumente de modo conflitante, gerando-se dilemas e perplexidades: o meio social, a família, o quartel, os órgãos de comunicação, as pressões sócio-econômicas — políticas, as provocações ideológicas. Ninguém fica imune. Mas as pessoas, por sua vez, influenciam o meio em que vivem; e, dependendo das intenções, da capacidade pessoal e da liberdade de que disponham, podem afetar o meio. Então aparece o chefe, para identificar desvios inconvenientes, limitar atitudes, coibir excessos, controlar seu setor e conduzir com segurança o grupo.

Quanto ao terceiro ponto, uma frase é sábia: seja você mesmo! Apresente-se como realmente é.

- considerem os caracteres das pessoas,
- apreciem os fatores circunstanciais, e
- coloquem seu cunho individual nos seus atos.

Deixe-se como realmente é. Deixe-se conhecer limpidamente. Faça transparecer sua personalidade. Não ceda às tentações da imitação, da busca de aplausos e de simpatia, da aceitação sem meditação, da concordância irrestrita. Isso não quer dizer teimosia, ou reacionarismo, ou impermeabilidade a outras idéias e linhas-de-ação. Pelo contrário; traz implícito ser capaz de aceder e de ceder, de analisar e procurar entender, de mudar para melhorar — desde que seja feito com absoluta honestidade, com sinceridade e convicção, sem se violentar. Porque, se assim não for, além de ficar mal consigo mesmo, não poderá se impor a ninguém — será olhado como farsante.

2. Recomendo atenção às formulações adiante expostas, que reputo relevantes para o Chefe Militar que aspira a ser Líder Militar.

a. O Chefe Militar se caracteriza, sobretudo, através de:

- autoridade
- responsabilidade
- decisão
- exemplo
- justiça
- personalidade
- entusiasmo

b. No exercício do Comando, o que mais faz sobressair o Chefe Militar é a sua Capacidade de Decidir. *Comandar é Decidir!* Porque a responsabilidade pela decisão é exclusivamente pessoal, é ela a mais privativa do Chefe — o qual, quanto melhor decide, mais se mostra Líder.

3. *Elenco sucinto de idéias* (selecionadas dentre as do Anexo respectivo)

— O Chefe tem de se fazer respeitar pelos seus atributos e pela sua capacidade, em todos os campos da sua atuação.

— O comandado anseia por ter um chefe, que deve agir como tal, correspondendo àquela necessidade.

— Não se consegue respeito à custa da humilhação dos subordinados, do esmagamento da sua personalidade. Eles devem ser tratados com consideração, o que não exclui energia.

— O Chefe se afirma através das suas decisões; decidindo com acerto e oportunidade e evitando as confusões das contra-ordens.

— Autoridade se exerce com energia e firmeza, não com grosseiria. Com coragem moral, não com vacilações. Convivendo, não se isolando.

— A bondade, o tratamento atencioso, não diminuem o Chefe; pelo contrário, engradem-no. Porém, que todos entendam que urbanidade e cordialidade não é fraqueza.

— O Chefe Militar pode ser querido; não deve querer ser “chefe popular”. Deve ser jovial, mas não “engraçado”.

— Tem de impor sua autoridade, em todas as circunstâncias — até pela violência, em casos extremos. Não há Líder sem autoridade.

— Deve ser autêntico e firme, infundindo ânimo e confiança.

— Deve ser entusiasmado, um permanente vibrador; e seus homens vibrarão com ele.

— Deve zelar pelo estado moral da sua Tropa.

— Deve interessar-se sinceramente pelos problemas dos seus comandados, defendendo-os nos seus interesses e direitos.

— Deve distribuir tarefas, procurando atribuí-las segundo as capacidades e aptidões; e cobrar resultados, assumindo toda responsabilidade.

— Deve ficar na sua posição hierárquica e funcional, nunca fazendo "o papel do cabo"

— Deve orientar e esclarecer seus comandados, falando-lhes clara e francamente.

— Deve cultivar a verdade, ainda que não seja boa. Jamais enganar, pois acabará descoberto e desacreditado.

— Deve ser exigente, exigindo primeiro e mais de si próprio.

— Não pode permitir qualquer quebra de disciplina; a base da instituição será solapada. "A disciplina pode substituir muitas qualidades; nenhuma porém pode substituir a disciplina". (Le Bon).

— Deve julgar, louvar e punir com insenção, mas com exação, dosando rigor com benevolência. Lembrar-se de que "Justiça e Disciplina" (a 4ª parte...) não se refere só a punições.

Entretanto... "O direito de punir é também um dever da autoridade; e o superior cumpre esse dever quando o subordinado falta ao seu". (Gen José Leovegildo Alves Paiva).

E mais: "Fazer justiça é quinohar desigualmente os desiguais, na medida em que se desiguam". (Rui Barbosa).

— Deve dar exemplos, exemplos, e mais exemplos!

A maneira mais segura de se exercer liderança é *liderar pelo exemplo!*

V. — PALAVRAS FINAIS

É fundamental, para os militares, *engajarem-se com a alma inteira, na tarefa esplêndida de chefiar. E se aplicarem em liderar seus homens*, de fato como de direito.

O Exército requer a presença de Chefes que realmente liderem. A Tropa tem de ter desses Chefes-Líderes.

Em momentos mais graves e decisivos, que poderão surgir de repente, teremos de estar ainda mais coesos, firmes em nossas convicções patrióticas, cômicos de nossa responsabilidade no cumprimento da missão das Forças Armadas, prontos a honrar nossos compromissos de Cidadãos e Soldados, por mais espinhosos que sejam. Então, como nunca, serão imprescindíveis lideranças fortes e capazes, em todos os escalões.

Os Capitães de agora — chefes superiores amanhã — estão entre os fiadores da satisfação dessa exigência militar, a serviço da Nação.

Confiamos todos em que jamais falharão no seu dever. Para isso são adestrados. Para isso, acima de tudo, devem dirigir sua atenção e orientar sua capacidade, não descurando jamais o seu aperfeiçoamento em tão empolgante e nobre arte — a da *Chefia Militar* — que se sublima, afinal, na *Liderança Militar*, ambas se integrando nesse campo fértil, de beleza singela e profunda, que é a "ARTE DE COMANDAR".

(Anexo)

SUGESTÕES AO CHEFE, PARA SER LÍDER

1. CONDUTA PESSOAL

- seja entusiasmado pela sua profissão!
- esbanje vibração com as coisas militares — e faça seu pessoal vibrar junto
- aperfeiçoe e amplie, constantemente, seus conhecimentos profissionais, para ter maior segurança nas suas ações
- proceda corretamente, tanto na vida privada como nas atividades militares, cumprindo com exatidão as normas regulamentares, mesmo as mais gomezinhas
- seja autêntico, não fazendo o que acha que gostariam que fizesse, mas sim o que acha que deva ser feito
- infunda confiança em si, como pessoa, justificando-a com o seu procedimento inatacável.
- preocupe-se com a sua carreira, com desenvolvimento, honestidade e ética; assim, repugne o "carreirismo", que tira a grandeza de justas aspirações
- procure desenvolver, aprimorando-as, suas qualidades morais, intelectuais e físicas, bem como sua sociabilidade
- seja pródigo em dizer "por favor", "obrigado", "muito bem", "parabéns", "como vai"; essas fórmulas criam vínculos
- zele pela sua reputação
- demonstre sempre que é destemeroso, mas não inconsequente
- seja arrojado, mas com auto-controle
- seja comunicativo, alegre, mas não caricato
- seja atencioso com todos, sem dar qualquer impressão de subserviência ou de bajulação
- não se intimide diante de nada, de ninguém; valorize sua pessoa, sua função, sua autoridade
- reconheça honestamente seus erros, podendo até admiti-los de público, quando convier à sua imagem
- mantenha-se sempre informado

2. RELACIONAMENTO MILITAR

- preocupe-se com os seus comandados, ajudando-os tanto profissionalmente como

particularmente; seja sincero nisto e deixe perceber sua boa intenção

- defenda os interesses dos seus comandados, sobretudo os seus direitos e o seu respeito próprio

— trate seus subordinados como sabe que seu próprio chefe deve tratá-lo: com consideração e humanidade

— analise as personalidades, as individualidades, e proceda com cada qual conforme suas características, a fim de obter o máximo das potencialidades individuais

— jamais engane e também não aceite a mentira, a falsidade; cultive a verdade, mesmo quando desagradável, e a valorize nos seus comandados

— engaje as famílias em atividades compatíveis, sempre que possível, em ambiente franco, cordial, alegre; boa retaguarda familiar é de grande valia para o rendimento da equipe

3. AUTORIDADE

- exerça integralmente sua autoridade!
- não admita que ela seja questionada
- cuide, somente, para não se exceder ao usá-la, pois isso a poria em xeque
- não confunda autoridade com violência, com grosseria; a verdadeira autoridade pode e deve ser cordial, atenciosa
- não grite, se puder fazer-se ouvir normalmente; não fale com timidez, quando der ordens
- faça respeitar a sua autoridade; faça-o com toda a energia necessária, e no limite do razoável, para que a demonstração de força não sugira fraqueza...
- a autoridade não se exerce à distância, mas convivendo; não cresce pelo isolamento; afirma-se, exatamente, na confrontação, no diálogo, na participação, no seu exercício constante e completo

4. AÇÃO DE COMANDO

- atribua missões, dê liberdade de ação e cobre resultados
- destaque e louve os mais capazes e os mais interessados
- aproveite todos, segundo a norma "a pessoa certa para o trabalho adequado"
- aceite sugestões, acate idéias novas — não tenha a negativa como resposta pronta
- anime a iniciativa
- antes de decidir, reúna todos os dados,

ouça opiniões, pareceres, sugestões, que lhe darão bases e elementos de convicção

- mas, quando for decidir, faça-o convictamente, com justiça e oportunidade, e só com sua consciência

- não permita que sua decisão, após tomada, seja discutida

- fiscalize a execução das suas decisões, verificando a coerência com sua idéia e intervindo para corrigir casuais desacertos e desvios e, até, agindo com rigor para coibir sabotagens

- imponha a prática rigorosa de normas, regras, preceitos regulamentares, que sejam básicos

- não admita o menor relaxamento na disciplina

- porém, procure distinguir o secundário do principal e se empenhe mais neste

- oriente constantemente seus homens,

- dando-lhes as ordens necessárias

- explicando-lhes o que são e como são as obrigações que têm

- mantendo-os informados (nos limites do acesso possível), de forma que eles saibam o que convém saberem, para:

- melhor atuarem

- não serem presa de propaganda adversa

- reforçarem sua confiança no chefe e no valor do seu próprio papel

- dedique-se à instrução, atribuindo-lhe máxima prioridade, pois é o instrumento mais eficaz para:

- enquadrar os homens

- manter a disciplina

- preparar a tropa para emprego

- desenvolver "espírito de corpo"

- aprimorar "virtudes militares"

- estreitar laços de camaradagem

- exercitar a chefia e a liderança, em todos os escalões

- seja exigente; seja-o mais consigo mesmo

- porém, não exija além daquilo que tem certeza de que pode ser feito; a falha de previsão, uma vez percebida, parecerá falta de cuidado na análise da missão, na avaliação correta das possibilidades

- assuma integral responsabilidade por tudo que estiver a seu cargo, por tudo quanto fizer ou deixar de fazer

- e responsabilize cada um pelo cumprimento da parcela que lhe couber

- evite chamar a atenção de um faltoso na presença de companheiros, salvo quando a falta for grave e cometida em público

- evite também chamar a atenção coletivamente, por fato cujo culpado estiver identificado

- não transija com faltas que envolvam aspectos morais ou descumprimentos de deveres essenciais; a transigência animará outras faltas, e mais graves

- aplique a justiça com especial atenção, de modo equilibrado e equânime, exercitando seu senso de julgamento com esmero e cuidado, sem exageros e sem compadrismos

- observe que a "4.ª parte" é "Justiça e Disciplina" — não é "punições" ... Portanto, dê punições, para corrigir ou servir de alerta, mas não economize elogios, para reconhecimento ou incentivo; em ambos os casos haverá reflexos exemplares

- confraternize, mas não deixe ultrapassar os limites à intimidade

- esteja presente em todos os locais da sua chefia, em todas as atividades onde pessoal seu estiver engajado, mesmo em eventos sociais; a presença será notada, a ausência mais ainda

- fale aos seus comandados com frequência, seja isoladamente, seja reunindo-os para informações, comunicações, esclarecimentos, comentários, recomendações

- não abdique de sua posição; para preservá-la, não precisa ser esquivo ou agressivo, basta que se comporte de acordo e que não permita ações ou atitudes inconvenientes

- lidere seus homens! e impeça a tentativa de lideranças espúrias na área de sua chefia

- faça o seu papel e leve seus comandados a fazerem o deles; nunca desça do seu posto, para "fazer trabalho do cabo" ...

- faça sentir aos seus comandados que todas as tarefas são importantes e indispensáveis; que, portanto, devem ser bem feitas, por mais simples que sejam

- não corteje popularidade; proceda naturalmente, segundo suas convicções, sua consciência e seu estilo pessoal

- evite o "bom mocismo", mas pratique a bondade e a tolerância, que costumam dar bons dividendos em termos de confiança e dedicação

- repita, com veemência, sentimentos menos nobres e atos menos dignos

- estimule a prática consciente das "Virtudes Militares", tradicionalmente proclamadas como apanágio moral das Forças Armadas; insista, portanto, no desenvolvimento dos "atributos da área afetiva"

— anime o "Espírito de Arma" e o "Espírito de Corpo"; porém, não consinta que se transformem em má vontade para com as outras Armas e OM; isso seria deletério

— use o "não" com parcimônia, e o "sim" sempre que possível

— jamais se omita, seja em opinar, seja em

decidir, seja em mandar

— incentive os esportes, pois se constituem em notável meio de desenvolver atributos militares, em ótimo derivativo para a agressividade controlada, permitindo explorar o ânimo combativo e o espírito de competição

— dê exemplos, exemplos, exemplos...



O General-de-Divisão Jonas de Moraes Correia Neto é o atual Diretor de Especialização e Extensão do Exército (DEE). Dirigiu a revista "A Defesa Nacional", da qual é antigo colaborador, bem como de vários periódicos. Membro do Instituto de Geografia e História Militar, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e outros. Conferencista e escritor, dentre seus muitos estudos e ensaios, vale citar: "Carta a um Recruta", "Influência Napoleônica no Exército Brasileiro" e "Andrade Neves, Bravo entre os Bravos".



SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E EXÉRCITO PROFISSIONAL

Davis Ribeiro de Sena

UM POUCO DE HISTÓRIA

O conceito de cidadão-soldado nasceu com a República, em 1889. A queda do Império trouxe em seu bojo a noção de que o soldado era o "povo armado" e o Marechal Deodoro da Fonseca proclamou que as instituições republicanas foram estabelecidas e seriam mantidas pelo "cidadão fardado". Sem dúvida, esse patriotismo extremado, patenteador com o novo regime considerado, pelos seus sinceros idealistas, como a solução definitiva para todas as dificuldades existentes no país — foi o embrião do serviço militar obrigatório, que propiciou a identificação do Exército com a sociedade brasileira ao receber em suas fileiras, sem preconceitos de qualquer espécie, jovens oriundos de todas as regiões geográficas do

território nacional, representando as diferentes camadas sociais.

A primeira lei que tratou do serviço militar obrigatório data de 1874, logo após a Guerra do Paraguai (1864-70) e nos estertores da Monarquia, mas não chegou a ser posta em execução. A seguir, a primeira constituição republicana (1891), através de seu artigo 86, determinou que "todo brasileiro é obrigado a prestar o serviço militar", mas a lei que regulamentou a sua aplicação, implantando o sistema de "sorteio", para selecionar os contingentes a incorporar, foi aprovado, pelo Congresso Nacional, somente, em 1908.

Temendo a infiltração do proselitismo político no Exército, os chefes militares agiram sem tardança em defesa de sua coesão e na manutenção da sua destinação constitucional como Instituição

permanente e apatridária, ao mesmo tempo em que, por intermédio da instrução militar, desenvolvia o espírito nacional da juventude brasileira, ministrando-lhe noções básicas de patriotismo, de educação moral e cívica, de disciplina e, mesmo, de fundamentos do currículo primário (Escolas Regimentais). Era essencial que a Força Terrestre fosse mantida afastada das disputas partidárias, inflamadas com o advento da República, enquanto, por outro lado, participava ativamente da evolução da sociedade brasileira.

A dicotomia existente, no Império, entre "tarimbeiros" e "doutores", com reflexos negativos no Exército; a cruenta Campanha de Canudos — (1897), no alvorecer da República, na qual um bando de fanáticos religiosos — sem formação militar de qualquer espécie — resistiu estoicamente a várias expedições e só a um preço elevadíssimo em recursos humanos e financeiros e em material, foram submetidos; e as grandes manobras de 1905, na região de Santa Cruz (RJ), deixaram claro que o sistema de recrutamento até então empregado — voluntariado constituído, em sua maioria, de desempregados, de aventureiros, de contraventores, de doentes e de elementos convocados à força — comprovava que o Exército não dispunha de um universo razoável, em que alicerçasse a sua pirâmide organizacional. Urgia agir com presteza.

A disciplina era mantida literalmente a duras penas, através de rigoroso regulamento (reformulado em 1899), que prescrevia seve-

ros castigos, inclusive físicos, para transgressões menores. Apesar desse fato, indisciplina coletiva, motins e tumultos se repetiam periodicamente nos quartéis e a solução era controlá-los através de punições disciplinares de dosagem elevada.

Para que se tenha uma idéia de como funcionava a estrutura da Força Terrestre, no início deste século, basta citar que a instrução era ministrada por Organização Militar (OM), isto é, não havia programação centralizada, hoje representada pelos nossos conhecidos PP (Programas-Padrão de Instrução), regulamentos e os diversos manuais técnicos e de campanha. A responsabilidade era exclusiva do Comandante, com limitados controle e coordenação do escalão superior.

O Estado-Maior do Exército iniciava as suas atividades, criado que fora em 1896, e enfrentava problemas de vulto, tais como:

- dificuldade de mobilização, pois sendo um Exército profissionalizado, inexistem condições de expansão do seu efetivo, em caso de necessidade. Vejam bem, não havia Reserva;

- verbas orçamentárias diretamente distribuídas às OM, segundo o seu efetivo estabelecido em lei, caracterizando uma excessiva autonomia administrativa;

- não havia uma data definitiva para a incorporação do contingente. O voluntariado era aceito ao longo do ano civil, recebendo formação militar deficiente. Não existindo turmas homogêneas, tornase difícil deduzir como era orientado o seu aprendizado;

— a instrução não era faseada progressivamente. Não existia os atuais Períodos de Adestramento Básico e Avançado, que são a resultante da modernização dos antigos Períodos de Adaptação, de Formação e de Aplicação, surgidos com a 1ª edição dos PP, em 1915, aperfeiçoados, posteriormente, com o assessoramento da Missão Militar Francesa (1920-38).

Formação dos quadros, instalações, estado sanitário, instrução, soldo, alimentação, uniformes, equipamento, armamento, munição, tudo era precário em nosso novel Exército, que necessitava urgentemente de medidas corajosas e eficazes que permitissem a sua modernização. Era necessário começar pela base da pirâmide: a tropa.

O PESSOAL

O ano de 1906 foi profícuo para o Exército: o Deputado Federal Alcindo Guanabara apresentou projeto de lei estabelecendo o serviço militar obrigatório, enquanto o Congresso Nacional aprovou a Lei da Confederação do Tiro Brasileiro, criando as Linhas de Tiro. Dois anos após, a Câmara dos Deputados transformou em lei o projeto do serviço militar obrigatório, iniciou-se o programa interno de Educação Física e, no Distrito Federal, reuniram-se 10 Clubes de Tiro e formaram um Corpo de Atiradores, constituindo, assim, a primeira Reserva organizada do Exército Brasileiro. Finalmente, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, colhia os frutos

dos seus ingentes esforços, no sentido de tornar a Força Terrestre mais operativa.

Os Clubes de Tiro exercitavam-se aos domingos e os atiradores indenizavam os cartuchos consumidos e adquiriam os próprios uniformes. Era uma seleção elitista, duramente criticada por alguns líderes políticos de peso, mas contava com o apoio resolutivo da nascente classe média e, embora de maneira ainda claudicante, significava um avanço expressivo na busca da solução do problema da mobilização.

A Força Terrestre atravessava período crítico de transição, enfrentando problemas graves, como a insatisfação generalizada, particularmente entre as praças graduadas, várias delas punidas rigorosamente com expulsões ou transferências para guarnições remotas do território nacional, a bem da disciplina. No Governo do Presidente Wenceslau Brás (1868-1906), o Exército retomou a trilha aberta pelo Marechal Hermes, conduzido pelo seu Comandante da época, o emérito Marechal José Caetano de Farias (1855-1920), Ministro da Guerra de 1914 a 1918, que, entre outras decisões de envergadura teve o descortino de determinar uma única data para a apresentação dos novos recrutas e proibir o reengajamento de ex-praças, determinando que o reservista só retornaria à ativa por ocasião de convocação geral, nos casos de crise aguda.

A questão diplomática do território do Acre (1903/4), as penosas operações no Contestado (1912-16), o apoio da Liga de Defesa Na-

cional (fundada em 1916), o reconhecimento pelo Brasil do estado de guerra contra a Alemanha (outubro de 1917) e, principalmente, a ativa campanha cívica, abrangendo todo o território nacional, chefiada patrioticamente pelo poeta Olavo Bilac, em 1915/16, contribuíram decisivamente para a participação de toda a sociedade no serviço nacional obrigatório, que utilizaria o instrumento do sorteio, acima dos interesses de classe ou de partidos e acelerando o processo do necessário aumento dos efetivos militares.

Em 10 de dezembro de 1916, foi efetuado, solenemente, pelo Marechal Caetano de Farias, na presença do Presidente Wenceslau, o primeiro sorteio de todos os brasileiros de 21 anos de idade, iniciando o serviço militar obrigatório, por 1 ano civil. O Exército se ressentia, na realidade, de condições financeiras, de instalações adequadas e de pessoal qualificado para instruir as classes apresentadas anualmente, mas a "linha de partida" fora ultrapassada e a progressão sobre o objetivo principal, iniciada com firmeza, apesar das incompreensões de críticos insensatos que nomeavam a medida do "cesarismo".

A adoção da Carteira de Reservista e a regulamentação da promoção de sargentos ao oficialato — constituindo um quadro paralelo, administrativo — foram outras iniciativas de profundidade do Marechal Caetano de Farias. Ao conceder o benefício do ingresso no oficialato a todas as praças graduadas, sem favorecimentos, atenden-

do aos critérios da idade e do tempo de serviço, além do disciplinar, o então Ministro da Guerra criou a principal motivação que norteia esses prestimosos auxiliares em suas carreiras profissionais, até os nossos dias.

Evidentemente, alguns equívocos e imperfeições comprometiam a aplicação correta do sistema do serviço militar obrigatório, como, por exemplo, a dispensa dos jovens que participassem voluntariamente das manobras anuais do Exército e daqueles que frequentassem um estabelecimento de ensino que oferecesse certo treinamento militar. Ademais, os atiradores dos Tiros de Guerra também eram dispensados do sorteio e considerados reservistas, ocasionando o desproporcional aumento de seus efetivos, em detrimento da incorporação na tropa e tornando lícito concluir que era reduzida a contribuição da classe média e quase nula e da classe alta, no número dos conscritos apresentados anualmente.

Por sua vez, a deficiência dos registros de nascimento e de óbitos e a evasão pura e simples do elemento sorteado representavam outros problemas a serem superados, o que foi conseguido, em parte, com a exigência da apresentação da Carteira de Reservista para a admissão em empregos federais e estaduais e, mais tarde, com a proibição da existência de Tiros de Guerra em localidade que sediasse organização militar, dirigindo-os para o interior do país, municipalizando-os, em proveito das populações rurais. Em que pesem as dis-

torções apontadas, o objetivo fundamental da reforma estabelecida fora claramente alcançado: a formação de uma Reserva, em condições — mesmo precárias — de atender a uma mobilização geral, em caso de necessidade.

A denominação das políticas Militares e dos Corpos de Bombeiros estaduais — através de convênios — como Forças Auxiliares, em 1917, e da Guarda Nacional como “Tropa de 2ª Linha do Exército”, no ano seguinte, definiu pela primeira vez, que todas as forças constituintes do Poder Militar da nação estavam sob o controle do Exército, fato que foi ressaltado, com propriedade, pelo Marechal Caetano de Farias, convicto de haver vencido um verdadeiro desafio.

O Dr. João de Pandiá Calógeras (1870-1934), que foi o único Ministro da Guerra civil que a República registra, deu continuidade à renovação indispensável ao fortalecimento do Exército. A sua ação esclarecida, em período conturbado politicamente (1919/22), é elogiada pelos estudiosos da evolução histórico-militar brasileira e reconhecida por todos a sua conduta exemplar em busca da solução justa para os mais variados problemas a serem ultrapassados. No setor administrativo, deixou a sua marca através dos famosos e eficientes “quartéis calógeras”, pois o Dr. Calógeras construiu meia centena deles e ampliou ou reformou outro tanto, realizando a presença física da Força Terrestre em praticamente cada uma das então províncias. Na administração de pessoal,

uplicou o efetivo para 50.000 homens — mesmo assim, apenas 0,2% da população nacional — e tomou cuidados especiais com os analfabetos e os filhos de imigrantes que não falavam o português.

O contingente incorporado tratava a dura realidade da sociedade brasileira, entretanto, apresentava padrões nitidamente superiores aos da época da profissionalização e rejuvenescera a tropa. O serviço militar obrigatório trouxe consigo a amenização do código disciplinar, sendo suprimidos os castigos físicos, pois era inadmissível submeter a eles os jovens sorteados.

As reformas castrenses introduzidas, o fervor revolucionário da oficialidade jovem — conhecido como “tenentismo” — a extinção da Guarda Nacional, no final da década de 20 e o enquadramento legal das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, na de 30, reforçaram a União e, ao solidificar o Governo Federal, deram-lhe condições de substituir a República Velha.

O MATERIAL BÉLICO

Ao eclodir a 1ª Grande Guerra, a munição provinha unicamente da Europa e, evidentemente, foi sustado o fluxo do seu fornecimento. O problema era grave e foi enfrentado com pragmatismo: inicialmente, diversificando os fornecedores, foi enviada a primeira missão militar brasileira aos Estados Unidos. Se bem que o Exército não dispusesse de “Know-how” e fosse carente de tecnologia e de mão-de-obra especializada, perse-

verava em tornar-se auto-suficiente em matéria de munições, no mínimo, as de Infantaria.

Em 1890, a fábrica de pólvora protótipo, localizada em Realengo, subúrbio carioca, explodiu, comprometendo todo o estafante trabalho iniciado no Império, visando a restringir a dependência externa. Esse acidente retardou todo o processo de substituição de importações, mas os trabalhos de reconstrução foram iniciados de imediato e, em 1909, foi inaugurada uma nova fábrica, a de Piquete, ampliando as condições internas de conquista de tecnologia própria.

Eram, apenas, os primeiros passos. A modernização do Exército Brasileiro, inserido em um contexto de subdesenvolvimento econômico e de agitação política e social, exigia muito mais esforço e redobrada criatividade.

Foi dada a máxima prioridade à proteção do litoral, particularmente à defesa da vulnerável capital do país, situada na Baía da Guanabara, o que se obteve razoavelmente, com a instalação de fortalezas guarnecidas por canhões de grosso calibre: a valorosa Artilharia de Costa. Mas não bastava. Juntamente com a Diretoria de Saúde, foram criadas a Diretoria de Material Bélico, em 1915 — destinada a executar as diretrizes ministeriais quanto a produção e a manutenção de armamento e munição — e a Fábrica de Itajubá, além de outras fábricas de pólvora e cápsulas, e fundados diversos arsenais.

Encaminhada judiciosamente a batalha dos explosivos, incontinenti iniciou-se a do armamento.

O Exército chegara a possuir, no início do século, uma fundição de aço, que produzia de 3 a 4 toneladas diárias e tinha consciência de que a produção de armamentos começava pela indústria pesada própria, tornando imprescindível a existência de uma usina siderúrgica integrada por técnicos e operários brasileiros.

Em 1928, foi criada a Escola de Engenharia, hoje, conhecido como Instituto Militar de Engenharia. Nesse conceituado estabelecimento de ensino foram formadas as primeiras turmas de engenheiros metalúrgicos brasileiros, que iriam semear a indústria siderúrgica nacional. Logo após, em 1931, cumprindo diretrizes do Presidente da República, o Ministro da Guerra constituía a Comissão Nacional do Aço, composta por civis e militares, a qual traçou a política brasileira nesse setor de economia, vindo a desaguar na Companhia Siderúrgica Nacional (1943). Iniciava-se, assim, o grande diálogo entre o empresariado nacional, ainda incipiente, e as Forças Armadas, assegurando o sistema econômico vigente em nosso país, reafirmado, depois, através de sólido relacionamento estabelecido pela Escola Superior de Guerra, a partir de 1949. A convergência dos interesses de segurança nacional — representados pelo Exército Brasileiro — com o setor empresarial nativo, resultou na estatização da indústria metalúrgica, em oposição ao ingresso do capital estrangeiro na produção do insumo fundamental para a manufatura de armamentos: o aço.

Entretanto, o Governo Brasileiro continuava na incessante luta em busca da obtenção de armamentos: acordou com a Alemanha a troca de alimentos por canhões Krupp (1983), adquiriu carros de combate franceses e aviões norte-americanos e, finalmente, criou o Ministério da Aeronáutica (1941). Entretanto, apenas com a intervenção na 2ª Grande Guerra (1939/45), em 1943, e com os tratados assinados com os Estados Unidos, concedendo a instalação temporária de bases aéreas e navais, em pontos estratégicos da costa atlântica, o Brasil teve acesso efetivo aos armamentos e equipamentos modernos.

A destemida ação da nossa FEB, no Teatro de Operações europeu, foi o fato gerador da modernização da Força Terrestre, através de um processo célere e contínuo: as atividades castrenses, desde a tática, e a logística, passando pela provisão de viaturas blindadas, a aquisição de novas técnicas e de materiais de Artilharia, de Engenharia e de Comunicações, tudo foi equacionado e desenvolvido com método e dinamismo. A FEB teve, acima de tudo, a faculdade de contagiar o Exército com seu espírito jovem, inovador, autêntico, que remodelou a sua estrutura organizacional, impulsionou o seu progresso material e aperfeiçoou o adestramento dos quadros e da tropa.

NOVOS ENSINAMENTOS

A inauguração de Brasília materializou a interiorização do Brasil

— iniciada com a criação da Fundação Brasil Central — fazendo-o voltar-se para o estreito relacionamento com os seus vizinhos da América do Sul e, redirecionando a sua estratégia global, tornou-o um país continental, evoluindo da antiga tradição herdada de Portugal e fundamentada no imenso litoral de 8 mil quilômetros e no transporte de cabotagem, então preponderante.

A Revolução de 31 de Março desenvolveu o poder militar do Estado, em virtude do surgimento do inimigo interno e da imperiosa necessidade de garantir a riqueza material e as fronteiras terrestres — que representam o dobro da costa marítima — e de assegurar a expansão das comunicações e a multiplicação da malha rodoviária do país. Verificada a derrota da subversão, houve a confirmação da mudança assinalada, fato consolidado, mais tarde, pela oportuna decisão presidencial sobre a política nuclear independente. Prosigamos.

Os anos de 1959 e 1977 são datas marcantes para o Exército: no primeiro, iniciou-se a formação de oficiais pertencentes ao Quadro de Material Bélico, na Academia Militar das Agulhas Negras, dando início à especialização da oficialidade, no mesmo nível das Armas e do Serviço de Intendência; e, no segundo, houve a denúncia unilateral brasileira dos tratados de assistência militar norte-americana, deixando claro que, dali para a frente, o Exército Brasileiro seria equipado com material e empregaria doutrina exclusivamente nacio-

nais. Os frutos já estão sendo colhidos: a tropa mecanizada está dotada desse material e o Brasil figura, nos dias de hoje, como um dos principais exportadores de material bélico entre as nações do globo, material esse produzido por uma emergente indústria pesada, que utiliza capital e técnica exclusivamente nacionais, incentivada pela Indústria de Material Bélico (IMBEL), empresa vinculada ao Ministério do Exército. Não obstante, a busca do aprimoramento é permanente. Reduzido, como vimos, o problema do armamento e da munição à disponibilidade ou não de recursos financeiros — em face da aquisição de tecnologia nacional — montado e desenvolvido o sistema de ensino e de pesquisa (doutrina própria), surgiu um fato novo que exige a reflexão e o estudo de todos os interessados pelo assunto: os ensinamentos a serem assimilados com o desfecho do recente conflito das Malvinas.

Senão vejamos: deflagradas as hostilidades no terreno, os britânicos derrotaram os argentinos, em curto prazo, fulminantemente. Alguns analistas consideraram que a incapacidade argentina em oferecer combate ao inimigo, foi devido a uma razão excludente: os soldados de Sua Majestade Britânica eram profissionais e os argentinos, recrutas, portanto, sem condições psicológicas para o confronto armado.

Sem dúvida, este foi um fator fundamental, mas não o único, haja vista que princípios doutrinários

básicos foram descumpridos pelos defensores, tais como:

- as flagrantes escassez e obsolescência do material utilizado, em contraposição ao elenco de material sofisticado empregado por seus adversários;

- a tática excessivamente defensiva, aferrando-se em torno de Port Stanley (onde tencionavam resistir), mas entregando o canal e o terreno, quase sem luta, ao inimigo. A progressão do pequeno efetivo inglês pela direção tática de atuação escolhida (San Carlos-Douglas-Port Stanley), foi efetivada sem encontrar maiores obstáculos;

- as posições defensivas não foram escalonadas sucessivamente até a última linha de defesa, nem mobiliadas para durar na ação;

- não foram levantadas todas as hipóteses sobre as linhas de ação opostas, sendo desprezada a via de acesso utilizada pelos ingleses;

- a defesa não foi organizada em profundidade e em todas as direções, barrando a totalidade das vias de acesso;

- emprego de equipamento e armamento incompatível àquela zona de ação, caracterizada por topografia e clima especialíssimos;

- inexistência de blindados, para as ações dinâmicas da defesa.

A supremacia aérea dos atacantes dificultava enormemente a fortificação defensiva e a concentração de efetivos expressivos em zonas de reunião (Z Reu) e o terreno favorecia as ações ofensivas, particularmente, a inexistência de cursos de água — onde apoiar os limites das áreas de defesa — e de bos-

ques, ou, mesmo, de simples árvores, para cobertas e proteção das tropas em Z Reu. Em consequência, o combate noturno tinha que prevalecer — principalmente os contra-ataques — enquanto seria procurada a superioridade aérea local, durante as horas de luz.

Acrescente-se que a tropa argentina era composta de recrutas bisonhos, oriundos de áreas do interior, pois o alto comando militar tencionava evitar protestos públicos de parentes dos soldados, no caso dos mesmos serem recrutados na região de Buenos Aires.

Parece claro que a Argentina julgou que a Inglaterra não chegaria ao ponto de invasão em força, deixando a impressão de que a sua tropa expedicionária tinha por missão, apenas, apossar-se dos acidentes capitais da ilha, com o fim de lograr condições favoráveis à negociação bi-lateral. Acreditou, também, na solução diplomática da questão, descrendo, por outro lado, em que os Estados Unidos dariam apoio logístico ostensivo o decisivo à Inglaterra, como, na verdade, aconteceu.

Isto posto, vemos que a responsabilidade da derrota não cabe, exclusivamente, ao recruta, pois sabemos que, quando empregado adequadamente, é capaz de conquistar expressivos triunfos: foi com recrutas, que os Estados Unidos intervieram vitoriosamente em duas guerras mundiais, com recrutas os alemães conquistaram a Europa e os soviéticos defenderam Stalingrado; e foi com recrutas que a FEB cobriu-se de glórias, na Itália.

CONSCRIÇÃO OU VOLUNTARIADO?

Não restam dúvidas, que o emprego de tropa experiente, profissional, é desejável, e esta possibilidade é plenamente atingível quando se trata de pequenos efetivos. Na guerra ora referida, se a brigada de Infantaria argentina fosse constituída por elementos engajados, o seu nível operacional seria aumentado, entretanto, o deficiente poder de combate permaneceria comprometendo o êxito das operações, em face da precariedade dos demais componentes.

Sabidamente, o nível de operacionalidade da Força Terrestre é a resultante dos seguintes fatores: pessoal, material (com ênfase no binômio armamento — munição), adestramento (doutrina) e estrutura organizacional. Essas condicionantes têm peso específico semelhante, entretanto, as duas primeiras são vitais: é óbvio que o homem é o fator essencial para que a tropa exista fisicamente e, munido de sua arma, concretiza a Força. Ele é o único parâmetro constante nessa equação, enquanto os demais variam de acordo com os progressos tecnológico e intelectual da sociedade que os abrange. É notório que pequenos grupos de guerrilheiros derrotaram efetivos superiores de tropa convencional, contando com pouca disponibilidade de material, tornando lícito concluir que o homem, por intermédio dos condicionamentos físico e mental — desde que armado — prepondera sobre os demais fatores da operacionalidade. Entre-

tanto, estes últimos não devem ser minimizados e, para que se tenha uma força armada organizada, são imprescindíveis a existência harmoniosa dos quatro fatores, colocados sob uma ação de comando única e capaz.

O nosso Exército, aprimorando-se ao longo do tempo, abordou simultânea e criteriosamente as componentes apresentadas. A estrutura organizacional da Força Terrestre foi edificada, muitas vezes, utilizando os ensinamentos adquiridos em lutas e combates internos e externos, outras, por simples intuição, outras, ainda, buscando aperfeiçoar-se valendo-se de seus próprios esforços ou da experiência alheia, sendo, hoje, considerada uma tropa operacional.

O serviço militar obrigatório, no Brasil, mobiliza, anualmente, um contingente aproximado de 1.500.000 jovens alistados de 18 anos de idade, dos quais pouco mais de 100.000 são incorporados, pelo prazo de 10 meses. Ao verificarem praça, são-lhes ministradas instruções essencialmente voltadas para a formação do combatente e, findo o período, o sistema é realimentado com a transformação do soldado em reservista e a convocação de novos conscritos. Há acen-tuado desgaste de material — manipulado, sucessivamente, por pessoas inexperientes — e a tropa só está em condições de emprego após a conclusão do seu adestramento avançado, logo após o que, passa para a Reserva. Essa deficiência é amenizada pela organização de 2 grupamentos de recrutas, que assentam praça em datas dife-

rentes, mas, ocorrem ocasiões em que o efetivo disponível é mínimo.

Grandes Unidades especializadas — paraquedistas, artilharia anti-aérea, unidades-escola, blindados, etc — poderiam possuir, como parte de seu efetivo; tropa voluntária, no valor máximo de Batalhão. Parece-nos contraproducente manter subunidades enquadradas por Batalhões, Grupos ou Regimentos integradas por profissionais, pois, a heterogeneidade de adestramento entre frações de uma mesma Unidade, refletiria negativamente no relacionamento diário e diversificaria as metas a cumprir, ao término do ano de instrução.

A existência de tropa valor Batalhão, composta de profissionais, remediaria a questão do emprego imediato de pequenos efetivos, em qualquer época do ano, mas teria que ter definido o tempo de engajamento, o tipo de adestramento — constante e distribuído por todo o ano civil, impedindo, assim, a ociosidade — o período de férias, o soldo, o quantitativo das etapas e os problemas das promoções e movimentações.

Seria de transcendental importância evitar a solução de continuidade nas amistosas relações existentes entre o Exército e a população civil — que o admira e aplaude — haja vista que os brasileiros guardam boas recordações do seu "tempo na caserna" e sabem que seus filhos poderão, também, ser chamados para servir na Força Terrestre, mantendo, permanentemente, o contato físico e a empatia.

Outra linha de ação para profissionalizar o Exército seria a desobrigatoriedade do serviço militar e a adoção de voluntariado que proporcionasse o aumento do núcleo-base acima dos atuais 30% — com a conseqüente redução do elemento variável — e/ou limitar a ampliação do tempo de serviço às Qualificações Militares de difícil formação.

Seja como for, a linha de ação eleita visaria, unicamente, a operacionalidade da Força Terrestre e, não, a minorar eventuais problemas sociais como, por exemplo, o desemprego.

Em qualquer caso, deve ser lembrado que, até recentemente, o Exército era profissionalizado e que esse sistema de prestação do serviço militar não funcionou a contento, conquanto, as condições do país fossem significativamente diferentes das atuais. Mudar o sistema equivaleria a mudar a mentalidade nacional e projetá-lo para o futuro, requer o entendimento do passado.

BIBLIOGRAFIA

- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, "Sistema de Acompanhamento da Operacionalidade da Força Terrestre", Brasília, DF, Documentos (relatórios, decretos, alvarás, portarias, ordens do dia, etc) existentes no Estado-Maior do Exército, Centro de Documentação do Exército (Seção de Histórico de Organizações Militares e Banco de Dados), Biblioteca do Exército e Arquivo do Exército.
- McCANN, Frank D. "A Nação Armada", Editora Guararapes, Recife, 1982.
- BELLO, José Maria. "História da República (1889-1954)", São Paulo, 1964.
- TORRES, Teodorico Lopes e Gentil. "Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1946", Editora Pongetti, Rio de Janeiro, 1947.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. "Guerras Insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado)", imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1968.
- MORAES, J.B. Mascarenhas de. "A FEB pelo seu Comandante", Biblix, Rio de Janeiro, 1960.
- COELHO, Edmundo Campos. "Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira", Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1976.
- GUERTNER, Gary. "A Guerra dos 74 dias: Nova Tecnologia e Velhas Táticas", in "A Defesa Nacional", nº 707 (Mai/Jun 83).
- SENA, Davis Ribeiro de. "As Polícias Militares e sua Destinação Legal", in "A Defesa Nacional", nº 689 (Mai/Jun 80).



O Cel Cav QEMA Davis Ribeiro de Sena possui todos os cursos da carreira de oficial do Exército Brasileiro. É Bacharel em Administração de Empresas. Serviu nos 4 Exércitos, exerceu as funções de Chefe da Divisão Histórica e Cultural do Centro de Documentação do Exército; trabalhou no Estado-Maior do Exército e comandou o 17º Regimento de Cavalaria (Amambai, MS). Atualmente é o E/1 da 1ª Divisão de Exército sediada na Vila Militar.



PANORAMA DA POPULAÇÃO MUNDIAL

Therezinha de Castro

"Durante a maior parte da história do homem, o grande e rápido crescimento da população foi visto como desejável. Até recentemente, o principal ingrediente do poder militar era a força humana, e os números por isso aumentavam o prestígio e o poder do senhor, do príncipe ou do chefe de um clã."

J. Mayone Stycos

Diretor do Programa Internacional de População
da Universidade de Cornell — U.S.A.

INTRODUÇÃO

Coube ao geógrafo francês Max Sorre criar o termo *ecúmeno* designando o meio adequado à vida permanente das coletividades em oposição às faixas inabitáveis. Consequentemente ao norte do paralelo de 65 graus se encontram as *terras anecúmenas*, habitadas apenas por cerca de um milhão de pessoas; são os esquimós, os lapões, os samoiedas, etc. *populações residuais aculturadas* espalhadas por uma superfície de cerca de 27.000.000 km². O anecúmeno é ainda mais caracterizado na Antártica, onde, nos 14.000.000 km², só bem recentemente começaram a se estabelecer bases científicas muitas das quais em caráter sazonal.

A disparidade de povoamento nas regiões acima e abaixo do pa-

ralelo de 65 graus se atém ao rigor climático. No entanto, no hemisfério norte o rigor climático difere do austral na mesma latitude, contribuindo para dar um contorno sinuoso aos limites do ecúmeno. Assim, na Europa Ocidental, grandes cidades como Stocolmo, Helsinque e Oslo se localizam na altura do paralelo de 60 graus; já no Canadá essa faixa desce para Quebec no paralelo de 47 graus, enquanto na Sibéria, Kabarovsk e Vladivostok se encontram respectivamente a 48 e 43 graus de latitude norte.

Outros vazios demográficos que nos chamam a atenção se encontram nas zonas áridas ou desérticas da Ásia, África e América.

Além dos *fatores naturais* — continentalidade e disposição do relevo, também têm importância os *fenômenos históricos*.

Em se tratando de regiões ecú-

menas, observa-se que *metade da humanidade vive na zona temperada do hemisfério norte*, muito embora aí os continentes sejam ocupados de maneira assimétrica. Consequentemente, dois focos de aglomerações humanas — o primeiro em torno do Mar do Norte e o segundo nas planícies setentrionais da China e volta do Mar do Japão, têm complementaridade a leste do meridiano de 85 graus oeste — entre os Grandes Lagos, Mississipi e costa Atlântica da América do Norte.

Os fatores naturais ou geográficos associados aos históricos caracterizam, pois, a *zona temperada da Terra como o setor de desenvolvimento e expansão da economia e das sociedades industriais*. Aí se localizam, via de regra, os *países ricos*.

É, pois, a História que nos explica a concentração populacional na Europa Ocidental como decorrência da *Revolução Industrial*. Antecedendo-lhe, a *Revolução Comercial* assegurou a essa mesma Europa Ocidental, através do império ultramarino que formou, a aquisição de alimentos e matérias-primas que cobriam plenamente as necessidades de suas populações. Em contrapartida, essa mesma Revolução Industrial, promovendo considerável *inflação demográfica na Europa Ocidental*, viria apresentar uma forte imigração sobretudo para a América.

Fatores naturais mostram que *2/3 dos habitantes da zona tropical são asiáticos*. De um modo geral dependem do regime de monções, que historicamente os man-

teve ligados a uma economia agrícola, e geograficamente levou a se acumularem nas planícies da China, no Sudeste Asiático e na Península Indostânica. Em contrapartida os arquipélagos asiáticos — Japão, Filipinas e Indonésia revelavam maior independência face ao relevo pela exiguidade do espaço de que dispõem.

A *América Tropical não atinge as densidades asiáticas* e seus mais fortes contingente populacionais por km² se concentram nas ilhas caribenhas; as demais aglomerações ou se abrigam nas zonas andinas e planaltinas do Pacífico ou na orla litorânea atlântica do Brasil.

Na América as razões naturais se misturam com as históricas. A fecundidade das populações indígenas no Caribe e Andes e a colonização européia preferencial nessas áreas fazem coro com a fecundidade do negro e fácil miscibilidade do português no setor atlântico.

À semelhança da América Tropical, a *África Tropical* também vê complementadas as razões naturais ou geográficas com as históricas. Em face das causas geográficas o povoamento vai se apresentar bastante difuso enquanto ao ecúmeno se interpõe o vasto anecúmeno do Deserto do Sahara; por outro lado, o povoamento descontínuo e rarefeito atesta a presença da floresta e da savana.

Historicamente, em face da passagem do europeu para as Índias seguindo a Rota do Cabo, as maiores densidades populacionais ficaram no litoral, sobretudo na zona do Golfo da Guiné; aí a Costa do

Marfim, a Costa dos Escravos, a Costa do Ouro e a Costa da Pimenta deram origem aos países mais populosos da atualidade.

Muito embora os europeus tenham contribuído para o desenvolvimento da faixa tropical do Globo, seu processo colonizador foi muito mais marcante no *setor temperado do hemisfério sul*.

As populações autóctones na África do Sul, na América Austral e Austrália eram pouco numerosas, donde o povoamento proceder quase todo das migrações européias. Conseqüentemente, hoje, *os países da faixa temperada do hemisfério sul* são aqueles nos quais ao lado de uma economia industrial que já sai do passivo para o ativo, vêm predominar os centros urbanos sobre os estabelecimentos rurais. É assim que se caracteriza a Argentina portenha, o sudeste do Brasil e da Austrália, bem como a Província do Cabo na República da África do Sul.

Assim concluímos com Pierre George: "Muito desigualmente repartida a população mundial apresenta-se igualmente muito diversificada, apesar de todas as formas de universalização dos modos de existência e das mentalidades originárias da extensão das técnicas industriais de trabalho, de transporte e de comunicação".

A grande diferença de hoje na concentração demográfica não tem imposição meramente geográfica, já que está sobretudo bastante ligada a problemas tanto econômicos quanto sociais. As grandes defasagens se encontram dentro dos próprios países num *contraste*

entre a cidade e o campo; e também entre os próprios países, já que paradoxalmente *as grandes concentrações humanas se encontram nos países subdesenvolvidos* contrastando, pois, com a limitação que vem ocorrendo nos países desenvolvidos.

Por outro lado, nas últimas décadas, graças em parte à *melhoria nos padrões de saúde*, a explosão demográfica é um fato; e ainda nesse contexto, em face da ajuda de entidades internacionais, muito mais que a do próprio governo local, o crescimento explosivo vem se fazendo sentir em países que não podem satisfazer as necessidades básicas da população que já têm.

Conseqüentemente o dinamismo demográfico da Europa Ocidental do século XIX, que implantou as revoluções comercial e industrial, alimentando a expansão colonial, não se aplica mais ao século XX, mas nem por isso deixa de ter sido o responsável indireto pela realidade que vem a ser a superpopulação de hoje, induzindo o mundo ao pânico demográfico.

GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

A população mundial é mestiça; mesmo muitos grupos que se encontram isolados o são, já que as constantes migrações são fatos comprovados desde a antiguidade histórica.

O grupo *branco europeu* é o mais disseminado sobre a face da

Terra em vista de seus empreendimentos coloniais, muito embora *os negros e os amarelos sejam geograficamente os mais concentrados na África e na Ásia.*

Por outro lado, enquanto o fetichismo, o islamismo, o hinduismo e mesmo o budismo afetado pelo socialismo chinês, incidam grosso modo sobre a economia operando *conseqüências na geopolítica da população*, é sem dúvida alguma o *ocidentalismo cristão que se impõe no mundo moderno.*

Em se tratando de *atividades profissionais e padrões de vida*, observa-se que a força de trabalho agrícola vem diminuindo em detrimento da economia industrial, constituindo-se em mais um dentre os vários fatores de desenvolvimento desigual que influem na geopolítica da população.

E, por outro lado, *bastante variável a fragilidade de vida entre os grupos populacionais*; sobretudo em se tratando de *mortalidade infantil*, esta é bem mais alta entre grupos africanos, asiáticos e mesmo latino-americanos do que na Europa e América do Norte. No entanto, com os progressos técnico-científicos a taxa de mortalidade infantil caiu consideravelmente nos últimos decênios; e isto é mais uma contribuição, em grande parte do mundo ocidental cristão de grande importância na geopolítica da população, já que pressiona os índices de crescimento demográfico.

A despeito dos progressos científicos, atualmente cerca de 450 milhões de pessoas, metade das quais crianças menores de 5 anos,

vivem hoje em estado de desnutrição, sobretudo na faixa do chamado Terceiro Mundo, em países ao sul do equador terrestre. Paradoxalmente, em muitos países onde há *miséria fisiológica da população ocasionada pelos mais altos níveis de desnutrição*, quase a metade da área cultivada é ocupada por produtos de exportação. Conseqüentemente, acusam as estatísticas dos 36 países mais pobres do mundo como justamente os que mais exportam alimentos para a Europa e Estados Unidos.

Mostram ainda as estatísticas que a *expectativa de vida* nos países industrializados está em torno dos 70 anos, enquanto nas nações subdesenvolvidas em torno dos 50 anos. Em contrapartida é sabido que três quartas partes de todas as doenças conhecidas poderiam ser curadas com melhor nutrição, redes de água potável e saneamento básico acompanhado de ensino de regras de educação sanitária.

Por outro lado observa-se que a *instrução é o bem mais mal dividido do mundo atual*; por isso, o número de *analfabetos*, avaliado hoje em 800 milhões de pessoas, vem aumentando, calculando-se que há cerca de 100 milhões de crianças sem escolas e que apenas 1/5 da população mundial completa o curso primário.

Outra característica geopolítica do desenvolvimento desigual da população se liga às formas de implantação do *habitat disperso e aglomerado*.

De um modo geral, a distribuição demográfica em países industriais vem se caracterizando por

uma estrutura descontínua, tendo em vista a *urbanização*. Esse fenômeno, porém, difere de região para região. Na Europa, por exemplo, pela carência de espaço, a dinâmica entre os grandes e médios centros se confunde, de um modo geral, com os limites rurais, com vazios intersticiais repetindo-se em escala de pequena região; a ocupação do terreno é assim quase que contínua.

A semelhança do que ocorre na Europa, nos arquipélagos asiáticos a ocupação contínua do espaço leva as aglomerações urbanas a se efetuarem em autênticos eixos como Tóquio-Yokoama, Paris-Londres e Milão-Rotterdam. Por outro lado, o espaço urbano é densamente povoado, de modo quase que contínuo, diluindo-se na periferia. Eis aí, em essência, o que se pode chamar de *habitat aglomerado* que caracteriza, tanto na Europa como nos arquipélagos asiáticos, as chamadas *aldeias urbanizadas*.

Habitat aglomerado é notado também em países de colonização européia, onde quase não foi encontrado ou assimilado o autóctone e, que hoje se caracterizam por uma economia industrial ou semi-industrial. No contexto se inserem a Austrália, a Argentina, o Uruguai com *megalópoles* de altos índices populacionais que contrastam com a população absoluta; esses aglomerados urbanos são respectivamente Melbourne-Adelaide-Perth, Buenos Aires-La Plata e Montevideu, com 55%, 40% e 46% do total populacional do país.

Contrastando com os aglomerados por falta de espaço, a colo-

nização em geral das terras americanas apresentou como tônica o *latifúndio*, o principal responsável pelo *habitat disperso*. Esse fenômeno ocorreu nos três maiores países do continente — Canadá, Estados Unidos e Brasil, onde a fraca ocupação do solo no período colonial se reflete hoje nos seus ecúmenos estatais inteiramente voltados para o Atlântico, e de vastas áreas geopolíticas neutras.

Além da instituição do latifúndio, nota-se, por outro lado, na América Latina em geral, a *tendência em não ocupar zonas anecúmenas do continente*. O Brasil, em particular, com suas dimensões continentais, apresenta-se com apenas 17% de suas terras formando o ecúmeno estatal, ao lado de 64% de seu território como zonas geoeconômicas demograficamente desmarginalizadas; e, no entanto, *o Brasil é o sétimo país mais populoso do mundo*.

A tendência em não ocupar as zonas anecúmenas leva esses países a se manterem geopoliticamente de costas uns para os outros, já que numa constante suas zonas despovoadas estão localizadas nas fronteiras. Daí o contraste que leva a Europa a ter *fronteira-linha*, ou seja, de povoamento denso ou regular entre os limites políticos, e a América a apresentar *fronteiras-faixa*, despovoadas. Onde também o maior intercâmbio e a mais sólida economia que mantém coeso o Mercado Comum Europeu e as dificuldades que entravam o progresso da ALADI (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado).

O estágio de desenvolvimento desigual da população mundial se liga também à chamada *revolução demográfica*. Os países industriais apresentaram a sua revolução demográfica na segunda metade do século XIX, enquanto o crescimento natural se reduziria em nosso século; no século passado a prodigalidade de terras em face do índice populacional, que levaria o mundo europeu ocidental ao seu processo histórico de colonização, inexistia hoje, quando o mundo civilizado busca paliativos geopolíticos na Antártica. Uma vez terminado o processo colonial, com os impérios ultramarinos, antes aglomerados geopolíticos, depois se esfacelando em países e até micropíses, deram origem ao mundo em desenvolvimento e subdesenvolvido; estes, indistintamente agrupados no *Terceiro Mundo*, passaram do período de crescimento lento no século passado, experimentando o processo acelerado no atual.

Assim, a geopolítica do desenvolvimento desigual se vem caracterizando pelo fato dos países industriais com a sua possibilidade técnica e legal *virem voluntariamente limitando o número de filhos através do planejamento familiar*; estabilizada a dimensão familiar num número médio de 4 a 5 pessoas, conseqüentemente essas áreas mais ricas passaram a se caracterizar por fracas porcentagens de jovens e elevadas proporções de adultos idosos. Em contrapartida, a América do Norte frente à Europa mostra-se com população jovem, embora no contexto geral es-

sa-se apresente bem mais velha do que a da América Latina, onde a tônica dos países subdesenvolvidos induz ao crescimento rápido.

Donde também o *fenômeno geohistórico reversivo* — essas áreas colonizadoras do passado estarem atraindo populações de regiões outrora colonizadas. É fato notório o grande número de *entrada ilegais* de egressos americanos e africanos na Inglaterra, França, Holanda, e mesmo Alemanha Ocidental ou Estados Unidos, em busca de novos horizontes que o seu habitat subdesenvolvido lhes vem negando.

CONCLUSÃO

Segundo R. Dumont, o mais grave problema a curto prazo parece ser o da incapacidade dos países de crescimento natural rápido da população em elevarem nas mesmas proporções a sua produção econômica. Daí a *ação sobre a explosão demográfica* surgir como saída teoricamente possível, mas nem sempre aplicável na prática a curto prazo. Nesse caso específico se insere o *problema da China* que, embora reforçando os efeitos de uma legislação favorável ao controle da natalidade, não verá impedido o fenômeno de sua população atingir o bilhão de habitantes antes de findar o século.

A China, que na Reunião de Bucarest (1974) reagiu contra os programas de planejamento familiar, vem adotando atualmente o sistema, mas não como consequência natural no âmbito da própria família, como defendeu o Brasil na *Reunião da Cidade do México*

(1984). Limitando a um filho apenas por casal, não deixa a China de enveredar para desequilíbrios futuros, ante a busca econômica e preceituosa de maior número de espécies do sexo masculino.

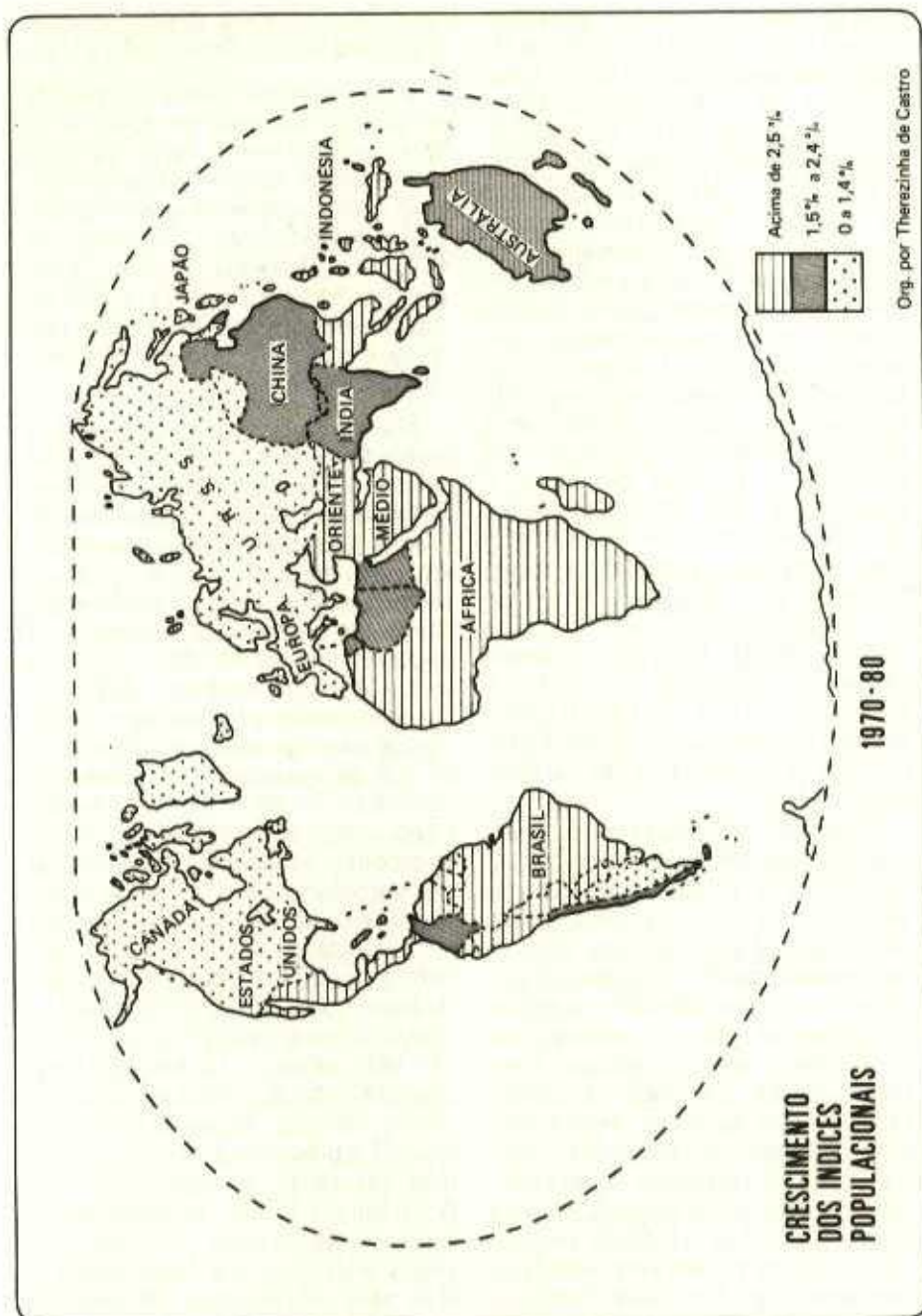
Para Danilo Venturini, Ministro de Assuntos Fundiários, respondendo na CPI do Crescimento Populacional do Senado Federal, em 1983, — “o governo pode e deve intervir no desenvolvimento econômico e social. O planejamento familiar será o reconhecimento da paternidade responsável porque o Estado não deseja impôr nada às famílias. O número de filhos é questão de fôro íntimo da família”. No entanto, Venturini deixa bem claro que “a qualidade física e mental dos indivíduos é um fator preponderante de segurança nacional. E este fator não se alcança sem o progresso econômico e social dos indivíduos. Para o pleno sucesso do desenvolvimento é preciso ter a perspectiva da variável demográfica”.

Embora o *planejamento familiar* seja assunto controvertido, vários países do mundo em desenvolvimento, como é o Brasil, vêm adotando programas para limitar seu desordenado crescimento populacional; crescimento via de regra constrangedor e oneroso para o governo, pois é sempre bem maior no seio das classes mais pobres. Esses programas financiados, em parte, por organizações internacionais, já começam a dar resultados, tanto assim que a Coréia do Sul, a Colômbia e o Chile se inserem entre os países com significativos declínios nas taxas de natali-

dade nos últimos decênios, contrastando com o Brasil. (Mapa 1)

É de se notar uma modificação no comportamento do governo de Washington; em Bucarest pregava o princípio de que os países pobres deviam parar de se multiplicar populacionalmente, enquanto na Cidade do México tomava a posição de liderança contra o aborto, muito embora defendendo a tese de que *o desenvolvimento é o melhor anticoncepcional*.

Muito embora em Bucarest a acusação tenha pesado em especial contra o Terceiro Mundo, na Conferência da ONU na Cidade do México a situação, diante dos fatos, em nada mudou. É que se observarmos o Mapa 1 onde estão esboçados os *índices de crescimento populacional (1970-80)*, veremos que a América Latina, a África, o Oriente Médio e o Sudeste da Ásia apresentam as maiores cifras, e é aí que se aglomeram os países do chamado Terceiro Mundo. Assim, nesse mesmo mapa, salvo raras exceções, notaremos que *existe um correlacionamento entre o desenvolvimento e a queda do índice de natalidade*. A constante se encontra, pois, no fato que, à medida que sobe o nível de desenvolvimento, cresce também o da educação bem como o conseqüente esclarecimento que leva ao planejamento familiar. Nesse contexto, o Mapa 1 apresenta o mundo industrial do norte se estendendo da América do Norte, passando pela Europa, envolvendo a União Soviética e atingindo o Japão como a área que apresentou na década



1970-80 os menores índices populacionais de crescimento.

Ante o *pânico demográfico*, o mundo se apresenta e se apresentará, em projeções populacionais, na seguinte sequência para os países mais populosos:

anos para atingir o seu 1º bilhão de habitantes, e isso ocorreu em 1800. Em contrapartida, para atingir o seu 2º bilhão em 1930, bastaram 130 anos. Porém, com a continuada explosão demográfica o mundo precisou apenas de 30

País	1980	2000	2025	2050	2100
China	980,3	1.196	1.409	1.450	1.462
Índia	687,3	995	1.311	1.518	1.639
URSS	265,5	306	339	358	376
EE.UU.	226,5	259	286	288	289
Indonésia	146,3	212	284	332	358
BRASIL	121,3	181	243	279	299
Japão	116,8	128	132	129	128
Bangladesh	88,5	157	266	357	434
Nigéria	84,7	169	329	471	595
Paquistão	82,1	140	229	302	361
Total	4.435	6.145	8.297	9.779	10.869

Fonte: Banco Mundial (em milhões)

Observamos que a taxa atual de crescimento da população mundial vem atingindo um ritmo que chega mesmo a ignorar as guerras, a fome, as doenças, como ainda os avanços da ciência no campo dos métodos de controle da natalidade.

No mundo nascem cerca de 146 crianças por minuto, 8.790 por hora, 210.959 por dia e 77 milhões por ano. Essas cifras do Banco Mundial induzem a uma estimativa de 6 bilhões de habitantes para o ano 2000, quando em 1980 tínhamos 4,6 bilhões, desigualmente distribuídos sobre a superfície da Terra, visto que cerca de 2/3 se aglomeram em apenas 7% de sua área.

Segundo estatísticas da ONU a Terra precisou de 2 a 5 milhões de

anos para atingir o seu 3º bilhão, enquanto o 4º bilhão foi alcançado em menos de 15 anos. Nesse estágio calcula a ONU que seremos 5 bilhões em 1998, quase no limiar do ano 2000, quando já teremos alcançado 6 bilhões.

Em termos de crescimento populacional observa-se também que *a população urbana cresce muito mais que a rural*; e esse crescimento é de tal monta que *ao findar o nosso século as grandes cidades abrigarão a metade de todos os habitantes de nosso Planeta*.

Ao se iniciar o século XIX apenas cerca de 2% da população mundial vivia em cerca de 22 cidades com 100.000 habitantes ou pouco mais; os Estados Unidos, destinados a se tornarem o país mais ur-

banizado tinham apenas 4% de seus habitantes em cidades com cerca de 2.500 pessoas.

A Conferência da ONU reunida na Cidade do México em agosto de 1984, para um debate sobre a população mundial, destacou as 20 maiores cidades do mundo no ano 2000 comparando-as, segundo o quadro que se segue com as 20 maiores áreas metropolitanas em 1980:

ra, desde o como morar, como alimentar, como sanear, como policiar, que a atividade rural dispensa.

Observando-se o quadro que destaca as 20 maiores cidades do mundo segundo a ONU, veremos que nenhuma irá se aproximar do surto que está para ocorrer na *Cidade do México*; a capital mexicana terá no alvorecer do século XXI 107% a mais que a sua população em 1980. Em termos percen-

1980		2000	
1 - Tóquio-Yokoama	17	1 - Cidade do México	26,3
2 - Nova York	15,6	2 - S. Paulo	24
3 - Cidade do México	15	3 - Tóquio-Yokoama	17,1
4 - S. Paulo	12,8	4 - Calcutá	16,6
5 - Shanghai	11,8	5 - Bombaim	16
6 - Buenos Aires	10,1	6 - Nova York	15,5
7 - Londres	10	7 - Seul	13,5
8 - Calcuta	9,5	8 - Shanghai	13,5
9 - Los Angeles	9,5	9 - Rio de Janeiro	13,3
10 - Reno-Ruhr	9,3	10 - Nova Deli	13,3
11 - Rio de Janeiro	9,2	11 - Buenos Aires	13,3
12 - Pekim	9,1	12 - Cairo	13,2
13 - Paris	8,8	13 - Djakarta	12,8
14 - Bombaim	8,5	14 - Bagdad	12,8
15 - Seul	8,5	15 - Teheran	12,7
16 - Moscou	8,2	16 - Karachi	12,2
17 - Osaka-Kobe	8	17 - Istambul	11,9
18 - Tientsin	7,7	18 - Los Angeles	11,3
19 - Cairo	7,3	19 - Dacca	11,2
20 - Chicago	6,8	20 - Manilla	11,1

O *urbanismo* que classifica o Brasil tanto em 1980 como no ano 2000 através de *São Paulo e Rio de Janeiro*, é um fenômeno geopolítico que sai muito mais caro ao país do que a predominância rural propriamente dita. A justificativa se prende ao fato de que *as cidades exigem toda uma infraestrutu-*

tuais, no entanto, só perderá para *Djakarta*, a capital da Indonésia, que no mesmo período apresentará uma porcentagem de 115% em sua taxa de crescimento.

A *segunda megalópole* será *São Paulo*, registrando um crescimento de 91%; enquanto *Nova York*, que será no ano 2000 a sexta maior ci-

dade do mundo, perdendo o seu 2º lugar em 1980, mostrará um crescimento bem menor. Os seus 11% podem ser comparados aos 78% do *Rio de Janeiro que do 11º lugar em 1980 será a nona cidade mais populosa do mundo no ano 2000.*

Nas últimas décadas cerca de 70 milhões de habitantes do campo procuraram vida melhor nas cidades dos países em desenvolvimento; daí cidades super-populosas como Cairo, Lagos, Rio de Janeiro, São Paulo e México, etc. estarem lutando contra o *fenômeno social do desemprego*. O fato mais marcante é que *as populações de várias cidades africanas quadruplicaram em apenas uma década*, mostrando que um dos problemas mais difíceis do Terceiro Mundo vem sendo e será o desemprego. Por outro lado há que ressaltar que esse fenômeno significa queda na agricultura, e, conseqüentemente, *menos quantidade de alimentos para o mundo.*

No contexto geral observa-se ainda que o ritmo de crescimento é sem dúvida bem mais acentuado nas nações do Terceiro Mundo, onde são também mais graves os problemas de infraestrutura, donde a *proliferação das favelas*. Daí as *convulsões sociais* forjadas na defasagem notada nos centros urbanos de bairros ricos ou de classe média e o das *populações marginalizadas*.

Podemos ainda afirmar que o *crescimento populacional da África deverá dobrar em apenas 25 anos*, enquanto o das *nações ricas localizadas sobretudo no hemisfé-*

rio norte será acentuadamente declinante. Conseqüentemente cabe aqui a digressão de Mahbud el-Haq que integrava em 1978 o Banco Mundial: — “Há uma dúvida real sobre se uma minoria assim decrescente será capaz de controlar o destino econômico, financeiro e político do mundo — e que meios poderá empregar nesse sentido”. Isso diante do fato de que de 1980 ao ano 2000 a África apresentará um crescimento de mais de 70%, enquanto a Ásia, sem a China, terá crescido em 39%.

Como conseqüência direta do seu desenvolvimento na qual se inclui a adoção de técnicas modernas para o controle da natalidade, a América do Norte, a Europa e a URSS registrarão as menores taxas de crescimento populacional. Na América do Norte (excluindo-se o México) o percentual será de 12%; enquanto na Europa (excluída a URSS)* o crescimento será ainda menor, ou seja, de apenas 2%.

Por sua vez, a América Latina, em face dos problemas do subdesenvolvimento, apresentará um ritmo de expansão populacional de 45%, só menor que o da África. Enquanto taxa bem menor registrará a Oceania, tendo a Austrália como peso maior, com o percentual de 25%.

Segundo os peritos da ONU especula-se que o chamado “*crescimento zero*”, ou seja, o equilíbrio da população entre nascimentos e

* A URSS abrangendo a Eurásia, deverá crescer em 12%, comparando-se ao percentual dos Estados Unidos-Canadá-Alaska em conjunto.

mortes, o mais cedo que há de se estabilizar será no ano 2024 com o mundo já ocupado por 8 bilhões de pessoas; para os mais pessimistas isso só ocorrerá no ano 2130 com nosso Planeta já abrigando 14 bilhões de habitantes.

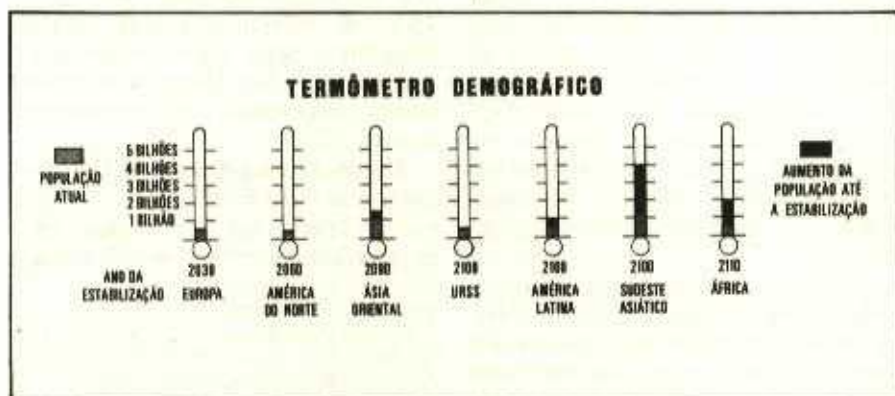
O Banco Mundial chega a conclusões semelhantes às da ONU quanto às taxas de natalidade e época de estabilização da população; e dá para o Brasil o ano de 2075 para o seu "crescimento zero", quando já ocuparão o país 281 milhões de pessoas.

O gráfico intitulado "Termômetro Demográfico", que ilustra esse artigo, mostrará, comparando com a população atual, nas diversas áreas do mundo, quando ocorrerá a estabilização ou "crescimento zero".

É fato comprovado que a *aceleração da taxa de crescimento da população mundial ainda prossegue*, mas comprova também que as

porcentagens atuais não podem continuar assim por muito tempo. Em contrapartida uma previsão neste terreno é perigosa e o *planejamento familiar não deve ser o mesmo em todas as regiões do mundo*. Isto porque a *limitação da natalidade poderá, em alguns casos, vir a provocar uma contra-revolução no panorama da população mundial*.

O homem é o único animal construtor da cultura no mundo — tanto se adapta ao ambiente como também cria ambientes. Criando sua cultura precipita as revoluções tecnológica, industrial e científica, alterando profundamente o ritmo de sua reprodução, destruindo o equilíbrio entre a taxa de natalidade e mortalidade que existiu durante milênios sobre a face da Terra. No entanto, um fato assustador para o futuro se mostra patente na atualidade do panorama da população mundial — a *quantidade está anulando a qualidade*.



BIBLIOGRAFIA

- Max Sorre - L'Homme sur la Terre - Paris, 1961.
- Philip M. Hauser - A População do Mundo: suas Tendências e Perspectivas Recentes - in Panorama da População Mundial - Rio, 1965.
- Pierre George - Géographie de la Population - Paris, 1975.
- R. Dumont - Nous Allons à la Famine - Paris, 1966.
- Yves Lacoste - Géographie de Sous-Développement - Paris, 1968.



Therezinha de Castro - Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África - Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



BLINDADOS – PERSPECTIVAS DE UMA NOVA CONCEPÇÃO BRASILEIRA

Manoel Luis Valdevez Castro

No momento em que se promovem encontros reunindo representantes da linha operacional, da engenharia militar e da indústria civil com o objetivo comum de desenvolver projetos de viaturas blindadas, é notória a preocupação em viabilizar-se uma atividade cuja importância é transcendental em nossos dias.

Isso foi constatado no recente Estágio realizado no Instituto Militar de Engenharia (IME) de que tivemos a honra de participar como representante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

No intuito de divulgar alguns dos tópicos que apresentamos naquela oportunidade e ante a impossibilidade de sua transcrição integral, tendo em vista o natural sigilo de que se revestem certos aspectos da matéria, será aqui reproduzido o que for possível de publicação.

As conclusões a que chegamos são frutos de pesquisa e da experiência que logramos acumular como instrutor e ex-integrante de estados-maiores de grande unidade blindada e de regimentos de cavalaria mecanizado e de carros de combate.

Entendemos como pertinente e atual o tema proposto, na medida em que o Exército Brasileiro e a indústria nacional se lançam na fabricação dos carros de combate "OSÓRIO", da Engesa, e "TAMOIO", da Bernardini, assim como, da viatura blindada transporte de pessoal "CHARRUA", da Moto Peças.

A par da compilação de matéria já publicada, a doutrina de emprego das forças blindadas que está sendo apresentada é a constante dos manuais de campanha específicos. Nossa contribuição pessoal diz respeito mais ao enfoque dado ao tema e às conclusões a que se chegou no contexto, em particular no final do presente trabalho.

INTRODUÇÃO

“Nos recentes conflitos entre as forças da Síria e de Israel no Vale de Bekaa (1983), confrontaram-se pela primeira vez dois dos mais modernos carros de combate do mundo: o T-72 de fabricação soviética e o MERKAVA israelense. Diversos carros de combate MERKAVA foram atingidos e vários de seus tripulantes feridos ou mortos, mas — fator de grande importância — nenhum deles foi vítima de incêndio ou explosões. E isso aconteceu com frequência com as guarnições sírias que usavam carros de combate T-62 e T-72. Além disso, em pelo menos sete casos, as portas traseiras dos MERKAVAS possibilitavam a seus tripulantes evacuar, sob fogo inimigo soldados de infantaria feridos na luta. Tal fato seria impossível se esses feridos tivessem de ser embarcados nos blindados pelas tradicionais escotilhas de cima que todos os carros de combate possuem.”

O projeto de uma viatura blindada tem influência decisiva no resultado das operações militares. No caso da concepção do MERKAVA israelense, valeu a grande experiência do general Israel Tal, veterano de campanhas militares desde 1948, que conseguiu equacionar toda a vivência israelense e aplicá-la em proveito deste blindado.

O Brasil pelas suas imensas potencialidades, projeta-se na atualidade como nação cuja influência se faz sentir, particularmente, junto aos países do terceiro mundo. Esta liderança natural se vem con-

solidando através dos anos, tornando-se imperioso exercê-la em benefício do melhor entendimento entre os povos. No campo militar, ela tem sido marcante nos últimos anos e já atingimos o sexto lugar no “ranking” mundial como país exportador de material bélico.

A complexa conjuntura mundial exige de cada nação soluções próprias para os problemas que lhe são peculiares. A auto-suficiência, com relação à produção e à manutenção de armas que atendam às reais necessidades do país, constitui a meta ideal a atingir na defesa da soberania nacional. Importantes passos neste sentido já foram dados graças ao esforço conjunto da engenharia militar e da indústria civil.

Entre nós militares, existe a necessidade maior que marchemos juntos, os que conduzem as operações e os que nos laboratórios projetam as armas de guerra. Sem o concurso destes últimos, o mais eficiente dos generais seria levado fatalmente ao insucesso. Do conhecimento perfeito do desempenho operacional dessas armas, por parte dos projetistas, depende fundamentalmente o êxito do projeto.

DESENVOLVIMENTO

a. Considerações preliminares

Os exércitos vitoriosos atribuem o sucesso de suas operações a uma série de fatores que podem ser remidos no conjugado HOMEM-MATERIAL. O homem assume, em

qualquer situação, lugar de destaque, já que, por mais sofisticados que sejam as armas, dele depende a utilização apropriada das mesmas. Tanto na estratégia como na tática, não existem fórmulas de sucesso e a cada situação corresponde uma decisão peculiar. É, na realidade, a decisão precisa do chefe em todos os escalões e a execução correta pelos subordinados, que conduzem ao resultado desejado. Naturalmente, ambos os contendores procuram agir desta forma.

Daí, surge o não menos importante papel desempenhado pelo material. Vimos, recentemente, em nosso próprio continente, o desequilíbrio tecnológico em favor dos ingleses na luta contra os argentinos no conflito das Malvinas. É fundamental, portanto, que estejam os exércitos familiarizados com a evolução tecnológica e o mais próximo possível da realidade que possam encontrar no campo de batalha. Desconhecer isto é um risco que, possivelmente, jamais será esquecido.

No campo das forças blindadas, os progressos havidos têm sido notáveis. A concepção do moderno carro de combate responde às principais exigências de ordem tática ou estratégicas formuladas pelo usuário em geral e, sem qualquer possibilidade de erro, podemos assegurar que ele representa o mais importante meio de combate terrestre da atualidade. No entanto, uma consideração se faz necessária: a viatura blindada deve estar perfeitamente adaptada às peculiaridades de cada usuário.

b. Carro de combate —

Armamento

básico

de um exército

1) Generalidades

Inegavelmente o carro de combate representa o principal meio terrestre capaz de dar mais mobilidade às armas de fogo direto de maior calibre, aumentando em muito a eficiência das mesmas. É, sem dúvida alguma, o armamento básico de um exército e os investimentos realizados pelas nações mais desenvolvidas, em projetos até o final do século, demonstram que ainda o será por muito tempo.

A concepção de um novo tipo de arma de combate, que atenda melhor a todas as exigências em combate, continua sendo uma preocupação constante de muitos países. Vários são os fatores que influem nas características dos carros, mas todos eles devem estar condicionados ao seu emprego tático. As forças blindadas deverão possuir, em qualquer situação, poder de fogo, mobilidade, proteção blindada, ação de choque e flexibilidade suficientes, para imporem sua vontade ao adversário. Dessas características, resultam o seu emprego adequado, função da capacidade de manobrar em qualquer terreno, não se constituindo, a não ser excepcionalmente, em simples base de fogos.

O carro de combate deve possuir, prioritariamente, as seguintes características:

- ter, como armamento principal, um canhão com poder de fogo suficiente para neutralizar o carro de combate principal do inimigo;

- ter a blindagem adequada que o proteja dos impactos das armas principais do inimigo;

- possuir mobilidade tática suficiente para assumir em combate uma situação vantajosa em relação ao adversário, baseada normalmente na surpresa;

- não fornecer ao inimigo, em função de suas dimensões, um alvo compensador;

- proporcionar à sua guarnição, dentro dos limites desejáveis, o conforto necessário para resistir a ações de combate continuadas;

- possuir flexibilidade adequada para permitir um pronto desengajamento quando a situação assim o exigir;

- atender a condições de segurança que permitem à guarnição sobreviver, quando atingido pelo inimigo;

- possuir características anfíbias que o permitem prosseguir no movimento quando em presença de cursos de água não vadeáveis;

- ter proteção contra os agentes químicos, biológicos e nucleares (QBN).

A primeira grande dúvida na concepção de um carro de combate refere-se ao equilíbrio ideal entre suas três características principais: potência de fogo, mobilidade e proteção blindada. Nos dias atuais, existe um consenso de constituir-se a potência de fogo a característica mais importante a ser preenchida por um carro de combate. Os modernos canhões de car-

ros devem possuir alta velocidade inicial, ter condições de utilizar vários tipos de munição e possuir calibre igual ou superior a 105mm.

Sendo o carro de combate a arma principal para se contrapor ao carro adversário, seu canhão deve utilizar projéteis perfurantes de energia cinética, em particular a munição **ARMOUR PIERCING DISCARDING SABOT FIN — STABILISED (APDSFS)** ou munição perfurante de blindagem com aletas estabilizadoras e calço descartável, como tipo principal de sua munição, em condições de perfurar a maioria das blindagens.

Também, o desenvolvimento dos sistemas de controle de tiro com os modernos telômetros laser e computadores balísticos eletrônicos aumentam consideravelmente a probabilidade de acerto do carro inimigo no primeiro tiro. No moderno confronto entre blindados, aquele que der o primeiro disparo terá as melhores chances de êxito.

Os canhões com alta velocidade inicial proporcionam trajetórias muito tensas e reduzido tempo para atingir o alvo, em alcances até 2.500 metros, que são, normalmente, os mais utilizados neste tipo de combate; com isso, são eliminadas as correções de alça e, assim, agilizadas as operações para o tiro.

Naturalmente a munição a ser utilizada não deve ficar restrita ao projétil sólido de alta velocidade. Os canhões devem estar capacitados a utilizar a munição de energia química, isto é, aquela que emprega a detonação de uma carga ex-

plosiva para a destruição de alvos "soft".

Surge, a seguir, o confronto entre as duas outras características: a mobilidade e a proteção blindada. Naturalmente, um carro de combate não pode prescindir de sua característica básica, a mobilidade. Ela é intrínseca às operações com blindados e proporciona o emprego adequado do armamento através da manobra. Os modernos motores a diesel, mais compactos, permitem um melhor relacionamento potência-peso, imprimindo ao carro maior velocidade máxima e aceleração rápida, aspectos fundamentais à característica da mobilidade.

Com relação à proteção blindada, outra importante característica do carro de combate, que reflete diretamente sua capacidade de sobrevivência, atualmente encontra-se em excepcional fase de expansão a utilização da blindagem composta. A blindagem CHOBHAM, de fabricação britânica, é a última palavra em termos de proteção blindada. A combinação de placas de aço externas, relativamente finas, mas de alta resistência, com placas interiores mais grossas é consideravelmente mais resistente contra a munição de energia cinética. A prioridade de proteção do carro de combate deve incidir sobre a sua parte frontal, torre, câmara do motor e, também, as laterais que cobre as largatas.

As dimensões de um carro de combate vêm sofrendo inúmeras alterações ocasionadas, na maioria das vezes, pela experiência de com-

bate. Normalmente, constituindo-se num alvo bastante compensador, as formações blindadas procuram expor-se o menos possível aos fogos diretos de maior calibre do inimigo e, nesse particular, a silhueta do carro de combate é fundamental. A tendência atual é construir-se carros com altura reduzida e com linhas que proporcionem a melhor proteção balística possível.

Outro aspecto a assinalar refere-se ao conforto a ser proporcionado à guarnição do carro de combate. Ao contrário do que muitos possam pensar, o combate realizado do interior de um carro exige da guarnição excepcionais condições de resistência à fadiga. Especialmente em ações continuadas de combate, o rendimento de uma guarnição será função das condições adequadas de conforto. Também, o aspecto psicológico será fundamental e confunde-se com a própria sobrevivência da guarnição. O fato, por exemplo, do espaço interno da viatura permitir o descanso de um ou mais membros da guarnição, ou a existência de saídas em segurança em caso de neutralização do carro, constituem-se em aspectos decisivos na elevação do moral do combatente blindado.

Uma unidade blindada, normalmente, não deve correr o risco de engajar-se decisivamente em combate e, assim, perder sua capacidade de manobrar. Portanto, o carro de combate deve possuir meios tais de manobrabilidade, que lhe permitam desengajar-se em face de outra força de mesma natureza. Is-

to será proporcionado, além de suas características de relação potência-peso, potência de fogo e proteção blindada pela sua capacidade de girar num mesmo ponto, total possibilidade de giro da torre, transmissão adequada e uma suspensão que permita limitar a vibração do veículo a um nível compatível com a capacidade da tolerância da guarnição.

As características anfíbias de um carro de combate lhe garantem a continuidade do movimento, quando operando em terreno com a possibilidade de ocorrência da interposição de curso de água não vadeável. A possibilidade de flutuação pode estar incorporada ao veículo ou ser estabelecida mediante trabalhos específicos.

Abordadas as características que julgamos prioritárias ao carro de combate, vamos relacionar aquelas que por serem consideradas desejáveis, não deixam de constituir-se em aspectos igualmente importantes. São elas:

- custo operacional compensador;
- relativa facilidade de manutenção e suprimento;
- peso e dimensões compatíveis com as estradas, obras de arte e meios de transporte existentes nos prováveis teatros de operações;
- autonomia suficiente para realizar deslocamentos condizentes com as prováveis áreas de operações;
- simplicidade de concepção.

A escolha de um determinado carro de combate, em função dos elevados custos operacionais, está subordinada à economia nacional.

O emprego adequado das forças blindadas exige massa que é obtida na razão direta da disponibilidade de carros. Em combate, a reposição do material blindado torna-se bastante onerosa e um país só tem condições de sustentar o emprego dessas forças com grandes sacrifícios de sua economia. Mesmo na paz, o treinamento e a instrução de blindados exigem redobrados esforços de manutenção e suprimento. Também, a evolução tecnológica incessante acarreta gastos inomináveis. Com a atual crise econômica mundial, a relação custo-benefício, no que se refere ao material blindado, adquire alta prioridade.

O carro de combate, pela alta sofisticação, aliada aos variados sistemas que o compõem: armamento, comunicações, refrigeração etc, exige minuciosos planos de manutenção e grande disponibilidade de suprimentos, quase sempre específicos para este tipo de viatura. Isto complica enormemente a conservação de um alto grau de disponibilidade da força e impõe a criação de uma verdadeira mentalidade de manutenção. Daí decorre a preocupação em viabilizar-se o emprego de uma força blindada com a adoção de conjuntos, ao mesmo tempo, simples e operativos.

O peso de um carro de combate está relacionado diretamente com a sua proteção blindada. Naturalmente, blindagens mais resistentes acarretam aumento no peso da viatura, o que irá redundar em reflexos sobre o piso das estradas, resistência das pontes etc. O desloca-

mento através do campo, com a transposição de vau é facilitada pela reduzida pressão unitária sobre o solo pelas lagartas do carro de combate. Também, as dimensões de uma viatura blindada sofrem restrições quanto à possibilidade de transporte, seja ele rodoviário, ferroviário, marítimo ou aéreo. Num deslocamento ferroviário, por exemplo, as pontes e os túneis, assim como as estações de embarque e desembarque, poderão restringir o transporte de meios blindados. O deslocamento aéreo sofre muito as restrições impostas pelo peso e dimensões do carro de combate.

A possibilidade de um carro de combate ter um raio de ação compatível com as distâncias dos prováveis teatros de operações em que irá operar, acarreta a necessidade de otimizar-se o consumo de combustível com a realização de grandes deslocamentos. O seu desenho deverá prever a existência de reservatórios de combustível de maior capacidade, ou mesmo a existência de reservatórios suplementares, ou a possibilidade de fazer o reabastecimento em movimento com o emprego de equipamentos especiais.

A simplicidade de concepção de um carro de combate, em seus múltiplos componentes, é fundamental à obtenção do rendimento desejado.

2) Os modernos carros de combate

Em razão do excepcional avanço tecnológico em matéria de blindados alcançado pelas nações mais

desenvolvidas, surgiram novos modelos de carros de combate, muitos deles bastante sofisticados. Desde a concepção externa do carro até os mais variados sistemas que o compõem, muitas foram as evoluções havidas. Nações como os Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra, Suécia, Alemanha e Israel destacam-se na produção de carros de combate, sendo que algumas delas, além de desenvolverem novos tipos de blindados, recondicionam modelos antigos, capacitando-os ao combate mais moderno. Os norte-americanos, ao mesmo tempo que se equipam com o ABRAMS (M-1), modernizam o M-60; os russos além do T-80 e do T-72, aprimoram o T-55 e o T-62; os alemães lançam o LEOPARDO-2 e atualizam o LEOPARDO-1. Os israelenses, ao mesmo tempo que tornam operacional o seu MERKAVA, modernizam o CENTURION e o M-48 e, até, o próprio SHERMANN, constituindo-se, no campo do recondicionamento, o exemplo mais marcante. Já os franceses e ingleses investem toda sua tecnologia na modernização de um só modelo; os primeiros, com a série AMX, e os últimos com a série CHIEFTAIN/CHALLENGER. A Suécia inova com o famoso carro de combate "S".

Outras nações, entre elas o Brasil e a Argentina, investem no recondicionamento de antigas unidades e, nos últimos anos, vêm dando largos passos ao conceber, com tecnologia importada e com inovações próprias, modelos como o TAM (argentino) e os car-

ros TAMOIO e OSÓRIO (brasileiros).

Dos modelos mais modernos de carros de combate, vamos assinalar algumas de suas características que julgamos interessantes ressaltar.

a) ESTADOS UNIDOS

(1) M-1 (ABRAMS)

- desenvolvido a partir de 1972;
- peso: 53 t;
- possui blindagem composta que resiste a qualquer míssil anti-carro conhecido, inclusive o TOW com cabeça de combate de 127mm e o SHILLELAGH de 152mm;
- possui relação potência/peso da ordem de 30 HP/t;
- atinge 32 km/h em 7 seg;
- trabalha com uma turbina a gás (o consumo de combustível da turbina é cerca de 60 a 70% maior que o motor a diesel);

— seus instrumentos de visão noturna utilizam a imagem térmica;

— possui estabilizador para o canhão;

— sua munição está acondicionada em compartimento separado, embora na torre do carro, que o torna vulnerável;

— possui um canhão de 105 mm ou de 120mm.

(2) MBT-70 (protótipo)

— desenvolvido a partir de 1963, em conjunto com a República Federal da Alemanha (este projeto não teve continuidade);

— foi dada prioridade à mobilidade;

— projetado com blindagem espaçada e torre com chapas soldadas;

— previsto para ter relação potência/peso da ordem de 30 HP/t





(aumenta a aceleração e a velocidade máxima);

- motor de 1.500 HP;
- a ser equipado com o lança míssil SHILLELAGH;
- planejado para ser equipado com estabilizador de canhão;
- a ser equipado com canhão raiado, capaz de utilizar munição de energia cinética (APDSFS).

(3) m-60 (vários modelos)

- ainda é um dos principais modelos norte-americanos (sua versão mais moderna é o M-60 A3);
- possui relação potência-peso da ordem de 15 HP/t;
- equipado com estabilizador para o canhão e dispositivos de visão noturna que utilizam a imagem térmica;
- o M-60A2 já possui a torre com área frontal baixa;

— o M-60A3 possui telêmetro laser e computador balístico transistorizado; utiliza munição APDSFS; está equipado com um motor de 900 HP e tem um peso de 56 t (blindagem adicional);

— o M-60 "Super" trabalha com um motor diesel de 1.200 HP e uma relação potência/peso de 23 HP/t.

b) FRANÇA

(1) AMX-30

- peso: 36 t;
- optou, o francês, pela maior mobilidade, aceitando um nível relativamente baixo de proteção blindada (proteção contra calibres 20 ou 23 mm);
- possui relação potência/peso da ordem de 30 HP/t;
- seu sistema de direção de tiro compõe-se de um telêmetro laser e computador balístico;

- possui um Can 105mm com munição APDSFS e um Can 20mm ou Mtr;

- utiliza um intensificador de luz para deslocamento noturno;

- é capaz de vencer cursos de água de 2 metros de profundidade e de 4 metros com "snorkel".

(2) AMX-32

- incremento da proteção blindada em relação ao AMX-30;

- possui uma nova torre soldada com proteções laterais, pesando mais 2 toneladas que o AMX-30;

- o chefe do carro possui uma mira estabilizadora;

- é um carro para exportação.

c) ALEMANHA

(1) LEOPARDO-1

- peso: 40t (alguns modelos atingem 42 t);

- os novos modelos têm a torre com chapas blindadas espaçadas (soldadas), proporcionando melhor proteção contra munição de energia cinética; também a couraça possui essa blindagem adicional;

- possui equipamento para vadear rios profundos;

- possui relação potência/peso da ordem de 30 HP/t;

- está equipado com estabilizador do canhão e mira estabilizadora para o chefe do carro;

- um telêmetro laser e computadores balísticos constituem o seu sistema de direção de tiro;

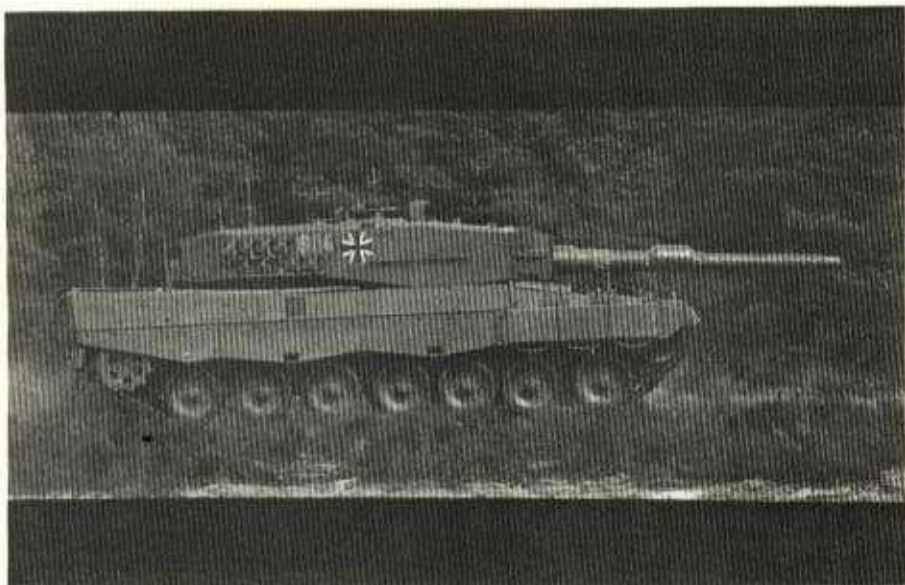
- os últimos modelos estão equipados com dispositivo térmico de visão noturna.

(2) LEOPARDO-2

- peso: 55 t;

- sua torre é blindada com chapas de aço soldadas e espaçadas;





- sua blindagem composta proporciona maior liberdade de movimento frente a muitas armas e um conseqüente maior grau de sobrevivência;

- possui relação potência/peso da ordem de 30 HP/t;

- leva 7 segundos para atingir 32 km/h;

- seu motor tem uma potência de 1.500 HP;

- possui estabilizador para o canhão que proporciona o disparo em movimento com a mesma precisão do tiro parado (o estabilizador corresponde a cerca de 30 ou 40% o custo total do CC);

- é equipado com um Can 120 mm de alma lisa;

- utiliza dispositivo térmico de visão noturna.

d) INGLATERRA

(1) CHIEFTAIN

- peso: 55 t;

- é o único da geração anterior de carros de combate que coloca em primeiro plano a combinação potência de fogo e proteção blindada (10 t a mais);

- sua blindagem frontal é o dobro do AMX-30;

- possui relação potência/peso da ordem de 15 HP/t;

- utiliza a blindagem CHOBHAM;

- seu motor tem uma potência de 900 CV;

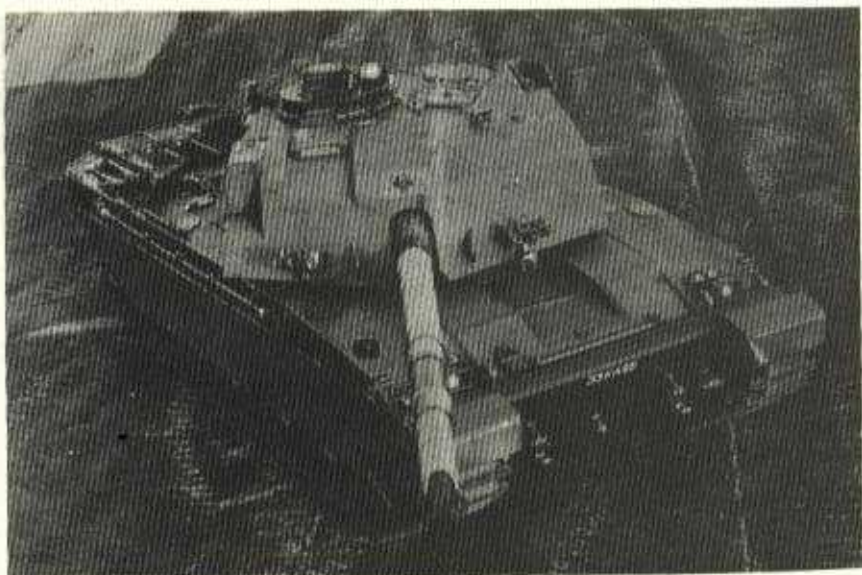
- é dotado de um canhão de 120mm (raiado) e utiliza, também, a munição APDSFS;

- seu sistema de direção de tiro utiliza um telêmetro laser e computadores balístico;

- utiliza dispositivo de reprodução térmica de imagens.

(2) CHALLENGER

- sua blindagem é muito mais



eficaz que a do LEOPARDO-2 e do M-1;

- seu motor tem uma potência de 1200 HP2;
- possui canhão raiado de 120 mm.

(3) CENTURION

- peso: 51 t;
- é equipado com um canhão de 105mm.

e) SUÉCIA

(1) CC sueco "S"

- peso: 39 t;
- utiliza uma turbina de gás em combinação com o motor diesel;
- possui um sistema automático de carregamento do canhão (105 mm);
- sua guarnição é de apenas três homens;
- seu desenho é mais baixo e compacto que qualquer outro car-

ro de combate, sendo mesmo uma revolução nos desenhos convencionais;

- o motor é instalado na frente do carro;
- tem necessidade de mudar de posição para apontar o canhão;
- pode ser considerado como um precursor do MERKAVA israelense.

(2) Os suecos estudam um carro de combate com um canhão externo de 105mm (torre para um só homem) e, também, a instalação de um canhão de 105mm no carro alemão MARDER.

(3) Há estudos para a utilização de carga de propulsão líquida, o que irá facilitar o sistema automático de carregamento do canhão.

f) ISRAEL MERKAVA

- peso: 56 t;

- seu motor está instalado na frente;

- a munição está estocada, em sua maioria, na parte posterior do carro;

- sua guarnição é de 4 homens, sendo três instalados na torre;

- sua torre é do tipo de área frontal baixa, o que reduz o alvo quando se atira com desenfiamen-

- to de couraça;
- é dotado com um Can 105mm;
- o MERKAVA III possui um motor de 1200 Hp;

- possui porta traseira para evacuação rápida da guarnição ou transporte de infantaria;

- em sua concepção deu prioridade um à sobrevivência da guarnição.

g) URSS

(1) T-62

- empregado a partir de 1960;

- possui relação potência/peso da ordem de 15 HP/t;

- possui sistema de estabilização do canhão;

- utiliza munição APDSFS;

- é dotado com um Can de alma lisa de 115mm.

(2) T-64

- trabalha com um sistema automático de carregamento do canhão;

- sua torre é para 2 homens.

(3) T-72

- peso: 41 t;

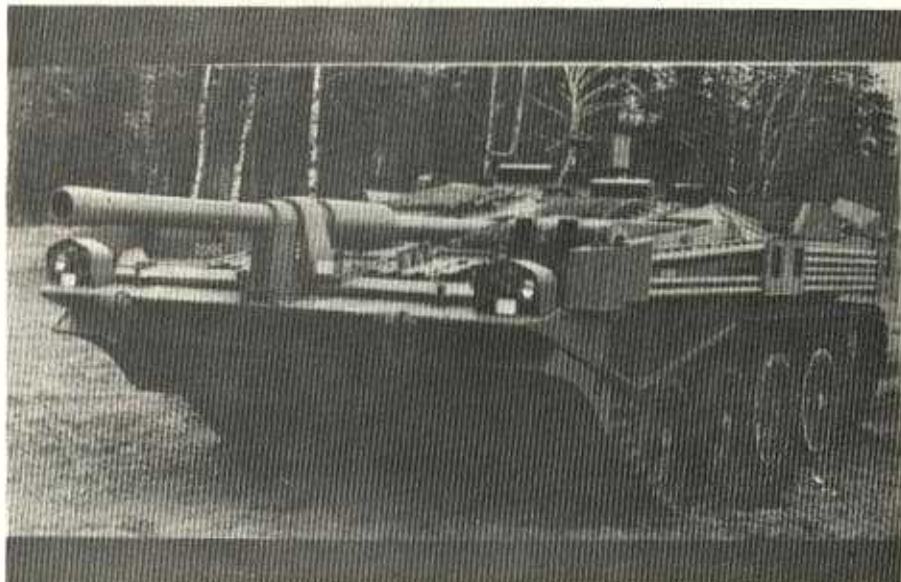
- equipado com um Can de 125mm;

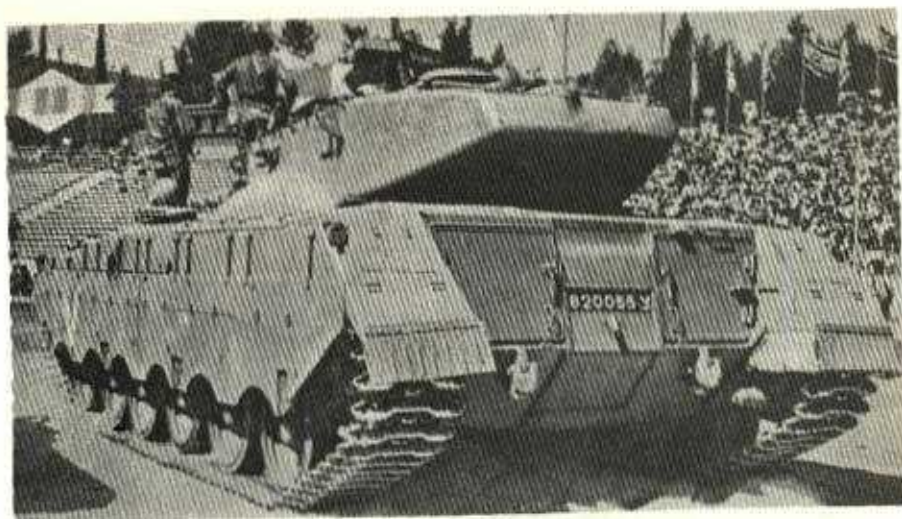
- à semelhança do T-64, utiliza um sistema automático de carregamento do Can;

- sua guarnição é de 3 homens.

(4) T-80

- peso: 48 t;





— sua concepção ainda é pouco conhecida.

h) ARGENTINA TAM

- peso: 30 t;
- possui excelentes qualidades de mobilidade (reduzida pressão unitária: $0,77 \text{ kg/cm}^2$) e grande potência máxima;
- vence vau de 1,40m sem preparação anfíbia e, com "snorkel", até 4 m;
- na parte posterior do CC é possível instalar dois depósitos auxiliares de combustível de 200 litros, cada um, que possibilitam um notável incremento do raio de ação;
- seu motor pode ser substituído, em condições de combate, em 20 minutos;
- possui excelente nível de disponibilidade operacional;

— todos os componentes básicos: motor, transmissão, equipamentos hidráulicos, elétricos e eletrônicos contam com um dispositivo de "check" que, ao surgir qualquer tipo de falha, indica a origem da mesma mediante um sinal luminoso;

— em condições normais, a transmissão é direta, o que permite aproveitar toda a potência do motor;

— as lagartas têm 45 cm de largura e são apropriadas à neve e ao barro;

— a concepção do TAM tornou necessária algumas limitações na espessura da blindagem, compensadas pela proteção passiva que proporcionam sua grande potência de fogo, grande mobilidade e reduzida altura;

— tendo em vista que a metade dos disparos alcançam os carros

de combate em seu terço superior, a parte dianteira da torre possui uma blindagem mais grossa que o resto do chassi; as chapas da blindagem se inclinam ao máximo para reduzir a eficácia dos projéteis perforantes; sua proteção balística é suficiente para resistir ao impacto de projéteis de 20 a 30mm;

- a instalação do motor na parte dianteira do carro, aumenta a margem de segurança da tripulação;

- possui proteção contra as armas QBN, adotando um sistema hermético no compartimento de combate, conjuntamente com equipamentos de ventilação filtrada, o qual oferecem à guarnição a vantagem de livrar-se do uso de máscaras especiais e garantem as operações em ambiente contaminado;

- possui uma escotilha de evacuação rápida;

- é equipado com um Can 105

mm que pode disparar projéteis tipo APDS, APDSFS, HEAT, HESH etc.;

- sua manutenção é simples.

i) BRASIL

(1) TAMOIO

- peso: 29 t;

- possui relação potência/peso da ordem de 24 HP/t;

- possui silhueta baixa;

- sua pressão unitária exercida sobre o solo é de 0,65 kg/cm² (vazio);

- vence vaus de 1,3m;

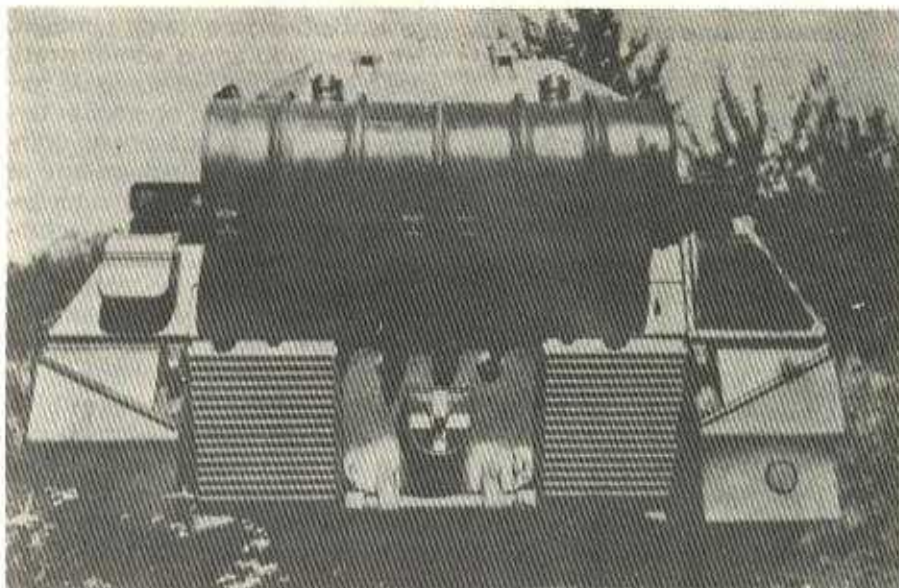
- é dotado de um motor SCANIA de 650 HP;

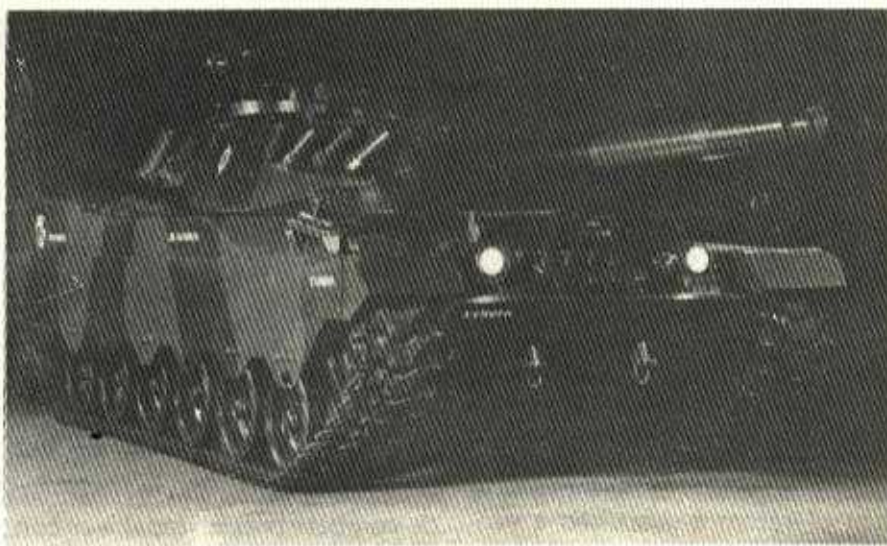
- possui proteção QBR (câmara de combate pressurizada) e ar condicionado;

- é equipado com Can 90 HI-
PER VELOCIDADE.

(2) OSÓRIO (projeto)

- peso: 35 t;





- possui relação potência/peso da ordem de 28,6 Hp/t;
- possui silhueta baixa;
- atinge 32 km/h em 7 seg;
- exerce uma pressão unitária sobre o solo de cerca de 0,68 kg/cm²;

- equipado com um Can 105 mm, sendo opcional um de 120mm;

- tem capacidade de transportar 50 tiros de 105mm ou 40 de 120mm;

- equipado com telêmetro laser;

- possui proteção QBN;

- equipamento com sistema de visão noturna bastante moderno.

c. Doutrina de emprego das forças blindadas

1) Generalidades

a) As forças blindadas operam, normalmente, como um grupoamento de forças constituído de

carros de combate, fuzileiros blindados, elementos mecanizados, artilharia e engenharia, apoiadas por um sistema de comunicações amplo e flexível; contam, também, com adequado apoio administrativo e o imprescindível apoio da força aérea. Conduzem operações terrestres decisivas e que exijam grande mobilidade, particularmente as de natureza ofensiva, caracterizadas pela predominância do combate embarcado.

b) As unidades de carros de combate cerram sobre o inimigo e o destroem, empregando o fogo, a manobra e a ação de choque.

c) As unidades de fuzileiros blindados cerram sobre o inimigo por meio do fogo e da manobra para destruí-lo ou capturá-lo, ou para repelir os seus assaltos através do fogo, do combate aproximado e dos contra-ataques.

d) As unidades de cavalaria mecanizadas executam o reconhecimento e proporcionam segurança para as unidades das quais são orgânicas ou que estejam reforçando e se engajam em operações ofensivas, defensivas e retrógradas, na aplicação do princípio de economia de forças.

e) Nas operações com blindados assumem capital importância a aplicação dos princípios de guerra da ofensiva, da massa, da manobra e da surpresa.

f) Os comandantes das forças blindadas devem procurar todas as oportunidades para conquistar a iniciativa. O emprego audacioso e agressivo do poder de combate, a obtenção da surpresa e a exploração dos erros e fraquezas do inimigo são algumas maneiras de se conservar a iniciativa.

g) A mobilidade dos blindados, entendida quando se considera raio de ação, velocidade, insensibi-

lidade ao terreno e às condições meteorológicas, bem como a flexibilidade de emprego, torna possível a obtenção da surpresa. Ela permite a concentração de forças.

h) A excelente mobilidade dos blindados, através do campo, diminui sua dependência das estradas e permite, ao comandante, o máximo de liberdade de manobra.

i) O carro de Combate, normalmente empregado em conjunto com o fuzileiro blindado, não deve ser utilizado nas ações iniciais de rompimento de uma posição organizada. Esta ação é mais indicada para a infantaria motorizada.

j) No rompimento de posições sumariamente organizadas ou quando houver flancos vulneráveis, em qualquer tipo de posição, as forças-tarefas (CC e FzoBld)* serão empregadas, normalmente, em movimentos desbordantes.

* (carro de combate e fuzileiro blindado).



1) As forças blindadas são empregadas, preferencialmente, para ultimar uma penetração realizada pela infantaria motorizada, podendo prosseguir no aproveitamento do êxito.

m) As forças mecanizadas são utilizadas, normalmente, nas operações de reconhecimento, segurança e na ação retardadora.

2) *Reconhecimento e segurança*

a) O planejamento e a conduta da manobra de um grande comando em operações baseiam-se, necessariamente, nas informações, as quais são obtidas, normalmente, pelos reconhecimentos aéreos e terrestres. O reconhecimento terrestre somente poderá ser realizado por uma força capaz de atuar longe e com rapidez, bem como de estabelecer e manter o contato.

b) No início das operações, a brigada de cavalaria mecanizada é empregada à frente das demais forças terrestres na busca de informações sobre a região de operações e sobre o inimigo. Nesta fase, concorre para a cobertura da concentração e realiza o reconhecimento de combate e a segurança, podendo, além disso, retardar o inimigo.

Para executar tais missões, a brigada de cavalaria mecanizada manobra utilizando os espaços livres existentes na frente das primeiras forças postas em ação pelo inimigo e, aproveitando os intervalos que estas possam apresentar, operam atrás de suas linhas. Constitui uma força altamente móvel e potente capaz de conduzir as ações de reconhecimento em largas frentes e a grandes profundidades.

c) No desempenho das missões de reconhecimento, a brigada de cavalaria mecanizada trabalha em íntima ligação com a força aérea que, precedendo-a, penetra profundamente na retaguarda do inimigo.

d) A brigada de cavalaria mecanizada é especialmente apta para realizar o reconhecimento de zona, pelo emprego dos seus regimentos e esquadrões de cavalaria mecanizados.

e) A missão de reconhecer está intimamente ligada à missão do escalão superior, daí ter a brigada que, normalmente, realizar esta operação numa faixa do terreno muito ampla, correspondente à zona de ação daquele elemento. Aos regimentos de cavalaria mecanizados ou aos seus esquadrões, são atribuídas as missões de reconhecimento (o pelotão de cavalaria mecanizado reconhece um eixo secundário ou uma zona de ação de 4 km de frente).

f) A brigada de cavalaria mecanizada é a grande unidade mais adequada para cumprir missões de segurança, em particular, a cobertura e a vigilância.

g) O modo de atuação da brigada de cavalaria mecanizada como força de cobertura avançada no movimento para a frente, se assemelha ao do reconhecimento. A progressão é feita em larga frente, com os dois regimentos de cavalaria mecanizados em primeiro escalão, aproveitando ao máximo a rede de estradas. Se necessário, os regimentos de primeiro escalão podem ser reforçados por elementos de regimento de cavalaria blindada.

do (CC e fuzileiros blindados). Caso seja forçada a atacar, a brigada não se engaja decisivamente no combate, pois pode correr o risco de ser aferrada ou isolada do grosso. Após ter ganho o tempo e o espaço necessários à manobra do grosso, passa a realizar uma ação retardadora. Neste caso, os regimentos de cavalaria mecanizados, reforçados por elementos do regimento de cavalaria blindado, constituem a força de retardamento.

h) A brigada de cavalaria mecanizada pode atuar, também, como força de cobertura de flanco e como força de vigilância à frente, no flanco ou à retaguarda de um exército de campanha ou divisão de exército.

3) *Ataque coordenado*

a) As forças blindadas planejam, ousada e profundamente, e atacam agressiva e violentamente para obter o máximo poder de choque na destruição do inimigo.

b) Os movimentos de flanco executados pelas unidades blindadas são os mais apropriados para tropas desta natureza, obrigando o inimigo a lutar de uma forma para a qual não estava preparado. São realizados quando a situação tática permitir o seu emprego, seja num desbordamento ou num envolvimento.

c) Um ataque coordenado é planejado pormenorizadamente e executado agressivamente pelas unidades blindadas, valendo-se da mobilidade, poder de fogo e efeito de choque inerentes aos blindados.

d) A brigada de infantaria blindada poderá ser utilizada na reali-

zação de um ataque coordenado a uma posição sumariamente organizada do inimigo, quando após a análise dos fatores da decisão — missão, inimigo, terreno e meios — as possibilidades de êxito forem grandes. Nestes casos, a brigada poderá aproveitar o seu próprio êxito ou ser ultrapassada por outra brigada blindada.

e) O emprego mais indicado para uma brigada blindada, seja ela de infantaria ou cavalaria, é ultimar uma penetração bem sucedida e prosseguir no aproveitamento do êxito em missões mais profundas.

4) *Aproveitamento do êxito e perseguição*

a) O aproveitamento do êxito é a operação que visa a obter o máximo de sucesso na batalha pelo aproveitamento das vantagens iniciais do ataque. É a fase da ofensiva que tem por finalidade destruir a capacidade inimiga de se reorganizar ou de realizar um movimento retrógrado ordenado, ante a ameaça de um desastre.

b) As forças de aproveitamento do êxito, normalmente, avançam em larga frente, dependendo de sua mobilidade, da rede de estradas e de outros aspectos do terreno. A finalidade do aproveitamento do êxito é atingir o objetivo com o máximo de poder de combate, tão rápido quanto possível.

c) Nas operações ofensivas, os resultados mais decisivos são alcançados por forças de aproveitamento do êxito potentes e altamente móveis. A velocidade e o poder de combate são condições

essenciais para as forças de aproveitamento do êxito.

d) Os combates de encontro ocorrem freqüentemente no aproveitamento do êxito. O objetivo principal do comandante no combate de encontro é a obtenção e a manutenção da iniciativa, sendo a ação dos blindados fundamental nesta ocasião.

e) A perseguição, normalmente, é uma extensão do aproveitamento do êxito. As forças blindadas participam de uma perseguição empregando uma força de pressão e uma força de cerco que visam a cercar e aniquilar uma força inimiga que tenta fugir.

f) A brigada de cavalaria blindada, pelas suas características, é a grande unidade mais apta a realizar o aproveitamento do êxito e a perseguição.

5) Ação retardadora

a) As unidades blindadas são capazes de infligir pesadas perdas às unidades inimigas durante os movimentos retrógrados, particularmente na ação retardadora.

b) Uma ação retardadora bem sucedida ganha o máximo de tempo, enquanto cede o mínimo de espaço, sem que a força retardadora se torne decisivamente engajada ou flanqueada.

c) A brigada de cavalaria mecanizada, por suas características, é apta para ser empregada nos movimentos retrógrados. Ela utiliza o alcance de suas armas e a proteção blindada de seus veículos, a fim de forçar o inimigo a desdobrar-se, reconhecer, manobrar e tomar medidas que demandem perda de tem-

po. Ainda pelas suas características e ao fato de contar com pequeno efetivo de fuzileiros, ela é mais apta ao retardamento entre as posições.

d) A força de retardamento mantém o contato permanente com o inimigo e a retarda continuamente, sendo fundamental a proteção blindada e a flexibilidade dos blindados.

e) Dentro do planejamento da ação retardadora, deve ser concedido o máximo de liberdade de ação aos comandantes de unidades. Esta liberdade permite o aproveitamento de qualquer vantagem que possa surgir nos escalões menores.

f) Normalmente, o escalão superior estabelece o prazo a ganhar na missão como um todo, cabendo ao comandante da brigada determinar o tempo a ganhar em cada posição de retardamento selecionada e entre as posições.

g) O retardamento em posições sucessivas é a maneira mais comum da brigada conduzir uma ação retardadora e, neste caso, emprega a maioria de seus meios à frente, na parte superior anterior da zona de ação.

6) Outras operações

a) Acabamos de focalizar, em linhas gerais, a doutrina de emprego das forças blindadas nas operações que lhe são mais características, embora elas possam ser empregadas em todos os tipos de operações ofensivas ou defensivas.

b) Na defesa móvel, por exemplo, a brigada de cavalaria mecanizada pode constituir a força de fi-

xação e a brigada de cavalaria blindada a força de choque.

c) Como elemento de aplicação do princípio da economia de forças, a brigada de cavalaria mecanizada pode ser empregada na vigilância de partes secundárias da frente ou no tamponamento de brechas durante a conduta das operações.

7. Aspectos conclusivos

a) A doutrina de emprego das forças blindadas enfatiza, em todas as circunstâncias, o princípio da ofensiva e a rapidez das operações, o que exige dessas forças grande mobilidade.

b) Nas fases iniciais do combate, a brigada de cavalaria mecanizada reconhece o terreno e o inimigo, proporcionando segurança ao escalão superior. À medida que se aproxima o contato com o inimigo, os regimentos de cavalaria mecanizados desenvolvem suas frações aproveitando todos os eixos existentes e o movimento através do campo. Estabelecem e mantêm o contato com o inimigo. Necessitam, pois, essas brigadas, realizar extensos deslocamentos por estradas, ter condições de manobrar em qualquer terreno suas viaturas blindadas e ter potência de fogo suficiente para engajar os blindados inimigos. Essas ações serão desempenhadas, particularmente, pelos seus regimentos de cavalaria mecanizados. A partir do momento em que o inimigo mostra-se mais vigoroso, havendo necessidade de uma ação mais potente e com a presença de carros de combate, é empregado o regimento de cavalaria

blindado, com forças-tarefas (CC e FzoBld) constituídas em função dos fatores da decisão — missão, inimigo, terreno e meios. Em presença de forças inimigas superiores, é realizada uma ação retardadora, trocando-se espaço pelo tempo. Portanto, a brigada de cavalaria mecanizada, organizada, equipada e instruída para cumprir missões de reconhecimento e segurança, em proveito de um exército de campanha ou de uma divisão de exército, é normalmente a primeira das grandes unidades a ser empenhada em combate. É bastante apta, também, para realizar a ação retardadora. Neste tipo de ação é fundamental a ação dos carros de combate e dos fuzileiros blindados constituindo forças-tarefas.

c) Nos ataques a posições inimigas sumariamente organizadas ou a posições organizadas que apresentem flancos vulneráveis, na conquista de objetivos profundos e em situações que exijam grande rapidez nas operações, normalmente, são empregadas as brigadas blindadas em movimentos de flanco. A brigada de cavalaria blindada deve ser preservada para ações mais decisivas. As brigadas blindadas são, preferencialmente, empregadas para ultimar uma penetração e prosseguir no aproveitamento do êxito.

d) Finalmente, nas etapas finais do combate, isto é, no aproveitamento do êxito e na perseguição, as forças devem possuir apreciáveis velocidade e poder de combate. Carros de combate, infantaria blindada e cavalaria mecanizada constituem, normalmente, o escalão

avançado de uma força de aproveitamento do êxito. Durante a execução desta operação, é comum a execução de ataques rápidos a posições inimigas fracas ou sumariamente organizadas, sendo fundamental, nestas ocasiões, a ação rápida e decisiva dos blindados para a conquista ou a manutenção da iniciativa. A brigada de infantaria blindada e a brigada de cavalaria blindada são as grandes unidades mais indicadas para estes tipos de operações.

d. Emprego de Forças Blindadas

1) *Características das áreas de atuação*

As operações com forças blindadas, normalmente, se desenvolvem em vastos espaços com zonas de ação amplas e profundas. Embora possam ser bastante distintas, as áreas de atuação de blindados apresentam, com uma grande constância, necessidades de grandes deslocamentos; existência de cursos de água não vadeáveis interpostos ao movimento; limitações ao deslocamento de forças, impostas pela capacidade dos eixos e obras de arte; possibilidade de movimento através do campo em percursos de curta ou média extensão etc. Também, as condições meteorológicas vão influir nas operações militares quando, por exemplo, no verão, com menor incidência de chuvas, o movimento através do campo é mais fácil, enquanto que, no inverno, quando a pluviosidade é maior, este movimento torna-se bastante limitado. Daí decorre a grande importância dada ao grau de mobilidade tática dos blindados.

Em qualquer situação, as operações se desenvolvem, normalmente, ao longo dos eixos (principais e secundários), sendo fundamental atentar para as características das estradas e para a capacidade das principais obras de arte. Devem ser consideradas, ainda, as possibilidades do apoio administrativo. Estradas federais e estaduais, assim como suas obras de arte, normalmente, não apresentam restrições quanto ao emprego de blindados de até 40 (quarenta) toneladas. Já os eixos bem mais secundários apresentam sérias restrições a qualquer tipo de viatura blindada.

Em face, portanto, do importante papel desempenhado pelos eixos e obras de arte na mobilidade dos blindados, as características técnicas como peso, largura etc, dessas viaturas, devem sofrer algumas limitações.

Outro aspecto que pode ocorrer em determinadas áreas, é a pouca densidade da vegetação, com predominância de regiões planas, expondo às vistas e aos fogos inimigos as forças de combate, pela pouca possibilidade de aproveitamento das cobertas naturais. Este aspecto, somado à necessidade do combate dar-se na maioria das vezes sobre os divisores, nos induz a que a silhueta do carro de combate deva ser a mais baixa possível.

2) *Deslocamento de forças blindadas para as áreas de operações*

a) Generalidades

Normalmente, as forças blindadas não se deslocam pelos próprios meios para as áreas de operações, sendo fundamental a existência de

planejamentos para transportar unidades ou grandes unidades blindadas. Estes deslocamentos devem ser previstos utilizando-se o transporte ferroviário, rodoviário, marítimo ou aéreo. Deles, vamos nos referir, particularmente, aos transportes ferroviário e rodoviário, já que os demais apresentam outras limitações no que concerne ao deslocamento de forças blindadas mais expressivas.

b) Transporte ferroviário

No transporte do material blindado por ferrovia devem ser observadas, com atenção, as características técnicas das viaturas sobre lagartas, em particular, comprimento, largura, altura e peso. Estes dados são fundamentais para a avaliação das disponibilidades de transporte, tendo em vista as características das plataformas e pranchas ferroviárias. Também, os túneis e pontes ferroviários devem merecer atenção especial.

De maneira geral, os blindados cuja largura não ultrapassa os 3 (três) metros não apresentam restrições para o transporte ferroviário. A partir desta medida, são necessárias adaptações tendo-se o cuidado para que as mesmas não acarretem problemas quanto ao gabarito das ferrovias. Outras considerações devem ser feitas tendo em vista que as estradas de ferro, por vezes, podem apresentar diferentes características técnicas quando analisados, por partes, seus diversos trechos.

Sem dúvida alguma, o transporte ferroviário de unidades blindadas é o mais viável. No entanto, sua utilização deve ser planejada

utilizando-se o transporte de turno, já que poucas ferrovias terão condições de requisitar, de uma só vez, os meios ferroviários suficientes para atender a uma determinada operação.

c) Transporte rodoviário

O material blindado sobre lagartas deve ser transportado, a grandes distâncias, utilizando-se pranchas rodoviárias caso não seja possível a utilização de ferrovias, ou então, para complementar este tipo de transporte.

O deslocamento por pranchas rodoviárias, normalmente, não apresenta restrições, sejam elas militares ou requisitadas do meio civil, mesmo se consideradas as dimensões dos blindados sobre lagartas. Também, as limitações de rodovias federais e estaduais, assim como suas obras de arte, normalmente, não oferecem restrições ao transporte rodoviário de blindados. No entanto, este tipo de transporte pode apresentar problemas se considerados o consumo elevado de combustível; a necessidade de mobilização de pranchas civis; as grandes profundidades das colunas de marcha e os conseqüentes prejuízos causados ao trânsito normal das estradas e, ainda, o desgaste do material.

d) Conclusão

O deslocamento de forças blindadas sobre lagartas para as áreas de operações, preferencialmente, deve ser feito utilizando-se o transporte ferroviário quando as distâncias a vencer forem grandes. As restrições impostas por este tipo de transporte podem limitar sua utilização, caso as dimensões das

viaturas blindadas ultrapassem as possibilidades das plataformas e pranchas ferroviárias. Por conseguinte, as limitações, particularmente quanto à largura dos carros de combate, devem ser consideradas tendo em vista as necessidades de transporte.

e. Desempenho Operacional das Viaturas Blindadas Sobre Rodas e Sobre Lagartas

1) *Vantagens e desvantagens*

Como sabemos, o Exército Brasileiro optou inicialmente pela fabricação de viaturas blindadas sobre rodas e, mais recentemente, ingressamos no rol dos países fabricantes de carros de combate.

Cada um desses tipos de viaturas tem o seu emprego distinto. As viaturas blindadas sobre rodas equipam as nossas unidades de cavalaria mecanizadas, enquanto que os carros de combate, além de mobilizarem os regimentos de cavalaria blindados, constituem as viaturas básicas de nossas brigadas blindadas. Portanto, estes dois tipos de viaturas blindadas atendem missões táticas distintas, não sendo nossa intenção compará-las. No entanto, vamos apresentar uma série de vantagens e desvantagens de cada uma delas e concluir sobre o seu desempenho operacional.

a) Viaturas blindadas sobre rodas

(1) *Vantagens*

- são leves
- desenvolvem grandes velocidades em estradas;

- têm baixo consumo de combustível;

- seu custo é reduzido;

- sua manutenção é simples;

- sofrem pouco desgaste em grandes deslocamentos por estradas;

- seus pneus à prova de balas têm uma duração média, em condições de combate, da ordem de 20.000 km (se o pneu for atingido, o carro não fica imobilizado no local do impacto, sendo necessários poucos minutos para a sua substituição; sua pressão é regulável automaticamente, o que facilita seu deslocamento em terrenos "moles" ou lamacentos);

- têm proteção suficiente contra os efeitos de engenhos químicos, biológicos ou nucleares;

- têm blindagem suficiente para proteção contra fragmentos de granadas de calibre médio e perfuração de granadas de calibre pequeno;

- possuem tração total e suspensão independente, o que facilita o deslocamento em terreno variado;

- são dotadas de meios de comunicação amplos e flexíveis;

- são equipadas com armamento (Can 90 no CASCAVEL) plenamente satisfatório;

- possuem viseiras e seteiras para a infantaria embarcada, o que permite manter a orientação no terreno e ampliar a potência de fogo;

- são suficientemente leves para serem transportadas pelo ar;

- permitem que se realize deslocamentos com pouco ruído;

- têm vida útil considerável.

(2) Desvantagens:

- sofrem restrições à transposição de trincheiras;
- exercem grande pressão unitária sobre o solo, reduzindo suas possibilidades de deslocamento através do campo em terrenos "moles" ou lamacentos;
- tem seu perfil mais elevado.

b) Viaturas blindadas sobre lagartas

(1) Vantagens:

- não sofrem restrições à transposição de trincheiras, desde que a dimensão do fosso não seja superior à metade da extensão do carro;
- exercem, através das lagartas, uma baixa pressão unitária sobre o solo, o que lhes confere muito boa mobilidade através do campo em terrenos arenosos, pantanosos ou zonas semi-alagadas;
- são dotadas de canhões 90 de grande velocidade inicial e carga alta;
- possuem blindagem altamente resistente a quase todos os tipos de impacto;
- têm o seu perfil reduzido;
- possuem a capacidade de girar sobre um mesmo ponto, atribuindo-lhes grande manobrabilidade;
- em razão de sua blindagem, influem psicologicamente de maneira favorável sobre a guarnição;
- são dotadas de meios de comunicações amplos e flexíveis.

(2) Desvantagens:

- são normalmente pesadas;
- seu custo é elevado;
- sua manutenção é complexa e exige pessoal bastante especializado;

— sofrem restrições nos grandes deslocamentos por estradas;

— seu consumo de combustível é elevado;

— sofrem grande desgaste pelo uso;

— consomem até 30% da potência do motor no atrito da lagarta com o solo;

— ocasionam grande ruído no deslocamento, sendo que o barulho das lagartas é ouvido a 4,5 km de distância, particularmente à noite, o que compromete o sigilo da operação;

— suas lagartas têm uma duração média, em condições de combate, da ordem de 1500 km, o que compromete os grandes deslocamentos;

— seu sistema de rolamento, caso seja partido, imobilizará o carro de combate que se tornará um alvo fácil para o inimigo, já que são necessárias de 1 a 2 h para repará-lo;

— sua vida útil é reduzida.

2) Desempenho operacional

a) Viaturas blindadas sobre rodas

A grande vantagem operacional pertinente às viaturas blindadas sobre rodas das brigadas de cavalaria mecanizadas constitui-se em os seus dois regimentos de cavalaria mecanizados terem condições de deslocar-se pelos próprios meios a grandes distâncias. Esta condição permite às brigadas cumprirem missões, particularmente, de reconhecimento e segurança.

O predomínio de regiões planas ou suavemente onduladas em nosso território, com razoável malha

viária, mas cujas condições de piso e pontes são limitativas, atribui às viaturas blindadas sobre rodas excepcionais condições de utilização pelo baixo peso, manutenção simples e grande velocidade em estradas. Seu custo reduzido constitui-se em outro forte argumento para sua utilização, em tempo de paz, no adestramento dos quadros e da tropa.

Por estas razões, concluímos serem as viaturas blindadas sobre rodas perfeitamente adequadas às missões de reconhecimento e segurança atribuídas, prioritariamente, às BdaCMec. O desempenho operacional dessas viaturas exige basicamente grande raio de ação e boa manobrabilidade através do campo, além de outras características já mencionadas.

b) Viaturas blindadas sobre lagartas

Os carros de combate e as viaturas blindadas transporte de pessoal proporcionam, às forças blindadas, mobilidade tática suficiente para manobrar em presença do inimigo e impor sua vontade, conquistando e mantendo a iniciativa, assim como a liberdade de ação. A manobrabilidade das unidades blindadas, através do campo, é fundamental, para que a potência de fogo dos canhões dos carros de combate tenha efeito decisivo sobre o inimigo.

As brigadas blindadas, no cumprimento de missões de combate, tais como, o aproveitamento do êxito e a perseguição, necessitam da máxima ação de choque proporcionada pelos seus carros de combate.

Nas operações com blindados, é fundamental que o aspecto sobrevivência da viatura seja enfatizado, em benefício do êxito no cumprimento da missão.

3. CONCLUSÃO

Ressaltamos, no presente trabalho, o papel de destaque desempenhado pelas forças blindadas nas operações militares. Vimos que o carro de combate deverá, ainda por tempo considerável, ser o armamento básico das forças terrestres e que, nações, como o Brasil, vêm empreendendo esforços para desenvolver projetos no sentido de tornarem-se auto-suficientes em matéria de blindados. Já conseguimos ótimos resultados no universo das viaturas blindadas sobre rodas com o CASCABEL e com o URUTU, em suas múltiplas versões. No campo das viaturas blindadas sobre lagartas, há fundamentadas esperanças de êxito em dois projetos recém-anunciados: o TAMOIO e o OSÓRIO. É mister, no entanto, que continuemos na busca incessante do aperfeiçoamento de uma filosofia brasileira com relação ao nosso carro de combate principal. Como vimos, o desenvolvimento de um projeto sobre viaturas blindadas requer total integração entre as características operacionais e os dados técnicos dessas viaturas.

A título de conclusão, vamos apresentar um resumo do inter-relacionamento técnico-operacional imprescindível a qualquer projeto de viatura blindada.

Característica Operacional	Característica Técnica	Observações
(1) Possibilidade de transporte (concentração estratégica)	<ul style="list-style-type: none"> Dimensões compatíveis com as plataformas e pranchas ferroviárias, particularmente largura e altura. 	<ul style="list-style-type: none"> Considerado o transporte ferroviário, por ser o mais viável em grandes deslocamentos.
(2) Mobilidade tática	<ul style="list-style-type: none"> Peso e dimensões compatíveis com a capacidade das estradas e obras de arte. Pressão unitária reduzida tendo em vista a manobrabilidade através do campo. Capacidade anfíbia em razão da presença de inúmeros cursos de água não vedáveis. Rato de ação e velocidade apreciáveis em face da existência de zonas de ação amplas e profundas. Aceleração rápida, giro da torre de 360° e capacidade de realizar o "rodopio", para evitar o engajamento com o inimigo. 	<ul style="list-style-type: none"> A mobilidade tática de uma força é apreciada, particularmente, em função do raio de ação, velocidade, insensibilidade ao terreno e condições meteorológicas, bem como flexibilidade de emprego.
(3) Ação de choque e sobrevivência em combate (CC)	<ul style="list-style-type: none"> Potência de fogo suficiente para neutralizar o CC principal do inimigo. Blindagem capaz de resistir aos impactos das principais armas do inimigo. Reforço de blindagem nas partes mais vulneráveis do carro. Sistema de direcção de tiro e munição em condições de atingir os alvos a 15° de ângulo. Silhueta baixa e linhas que favoreçam a protecção balística, em função da carência de cobertura natural. 	<ul style="list-style-type: none"> Consideradas as forças em presença;
(4) Habilitação ao combate continuado	<ul style="list-style-type: none"> Motor diesel (consumo menor). Reservatórios suplementares de combustível. Sistema de visão noturna eficiente. Facilidade de substituição do motor em combate. Existência de dispositivos de "check" dos componentes básicos do carro. Existência de espaço interno adequado ao conforto da guarnição. Facilidade de manutenção. 	
(5) Preservação do moral da tripulação e sua sobrevivência	<ul style="list-style-type: none"> Existência de saídas de emergência (portas traseiras). Instalação do motor na parte dianteira do carro. Sistema de protecção contra inóndio. Compartimentos estanques para munição. 	
(6) Capacidade de combate em ambiente QBR	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas especiais de vedação e ventilação do carro. 	
(7) Eficácia na coordenação e no controle	<ul style="list-style-type: none"> Existência de um sistema de comunicações amplo e flexível. 	<ul style="list-style-type: none"> Consideradas as necessidades de comunicações entre as forças blindadas e entre estas e a força aérea.
(8) Custo operacional reduzido	<ul style="list-style-type: none"> Facilidade de manutenção e de suprimento. Rusticidade e utilização de sistemas simples e de fácil substituição. Utilização de tecnologia nacional. Possibilidade de repotenciação. 	

Este quadro não esgota todas as idéias e, algumas delas, são discutíveis.

Não pretendemos esgotar assunto tão complexo como o relacionamento técnico-operacional no que concerne às viaturas blindadas. Nosso objetivo principal é despertar a necessidade de que seja realizado um projeto de carro de combate que atenda às reais necessidades do usuário. A tecnologia deve atuar no sentido de fornecer ao comandante operacional os meios adequados que são almejados para vencer a luta. Será um erro que as decisões no campo de batalha sejam cerceadas em demasia pelas restrições de ordem tecnológica. Pelo menos, devemos buscar o equilíbrio.

BIBLIOGRAFIA

1. IP 100-5 — 1975 — OPERAÇÕES.
2. C 2-30 — 1983 — BRIGADAS DE CAVALARIA.
3. C 7-30 — 1984 — BRIGADAS DE INFANTARIA.
4. C 17-1 — 1975 — EMPREGO DE BLINDADOS.
5. MACHADO DE PAIVA, TenCel Antônio — 1982 — "Transporte Militar" — A Defesa Nacional Nr 699, Jan/Fev 1982.
6. JANE'S WEAPON SYSTEMS — 1976.
7. R. MELLER — "TAM — A new 30t tank" — International Defense Review — Special Series — 11.
8. VADEMECUM DE L'OFFICIER DE CAVALERIE — École de l'Arme Blindée et Cavalerie — SAÛMUR.
9. CATALOGUE SATORY IX — 1983 — Exposition d'armement terrestre.
10. FERNANDES, José de Souza — 1983 — "Blindados do Brasil" e "Os blindados argentinos" — Tecnologia e Defesa Nr 1, Mar 1983.
11. DOCUMENTO — 1983 — "MERKAVA X T-72" — Tecnologia e Defesa Nr 4, Jun 1983.
12. JENKINS, D.H.C. 1982 — "Evoluciona la concepción de los vehículos blindados" — Revista Internacional de Defensa Nr 12, 1982.
13. CASTRO, TenCel Manoel Luis Valdevez — 1984 — "A brigada de cavalaria mecanizada" — Palestra proferida no EME, por ocasião do Primeiro Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA.
14. ENRICO PO — 1982 — "Reacondicionamiento de carros de combate" — Tecnología Militar Nr 5, 1982.
15. PESQUISA — 1981 — "A experiência brasileira na área de blindados sobre lagartas" — Noticiário Bimestral do Campo Científico — Tecnológico Nr 03, Mai/Jun 1981, do EME.
16. PESQUISA — 1981 — "Tanques del futuro" — Tecnología Militar Nr 5/1981.
17. ENRICO PO — 1980 — "Vehículos anfíbios" — Tecnología Militar Nr 6/1980.
18. KAISER, TenCel Jean-Marie — 1981 — "Premier coup au but" — ARMÉES d'Aujourd'hui Nr 65, Nov 1981.
19. FOSS, Christopher F — 1984 — "Main Battle Tanks today and tomorrow" — JANE'S Defense Weekly Nr 6, February/84.
20. OGORKIEWICZ, Richard — 1981 — "El eterno triángulo: Potencia de fuego — Movilidad — Protección" — Tecnología Militar Nr 3/1981.
21. Outras revistas da série TECNOLOGIA MILITAR.
22. COLEÇÃO "GUERRA NA PAZ" da RIO GRÁFICA.



O Ten-Cel Cav QEMA Manoel Luis Valdevez Castro concluiu o curso de Comando e Estado-Maior (ECEME) em 1978. Entre suas comissões destacam-se: instrutor da AMAN no período de 1967-1970; comandante de EsqdCC no 1º RCC e membro do Estado-Maior do 15º RCMec; como oficial de Estado-Maior serviu no comando da 5ª BdaCBld. Instrutor da ECEME desde 1981, integra atualmente a Seção de Doutrina da Escola.



PROJETO SCD SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DIGITAL

Marcelo Fontanari de Carvalho

INTRODUÇÃO

Através de um sistema de teleprocessamento com um microcomputador, é possível montar um Sistema de Comunicações Digital (SCD), operado simplesmente por um digitador, acrescido de um sistema operacional mediante um "software" compatível com os atuais recursos de técnicas nacionais, associados aos problemas táticos da Arma de Comunicações do nosso Exército.

O único trabalho humano seria o de desdobrar o sistema no terreno e, apenas com um operador, cumpriria a missão de muitos combatentes, que poderiam estar executando outras tarefas mais úteis, do ponto de vista operacional. Como exemplo, observe esta comparação entre o atual sistema

e o SCD, citando, no caso, o processamento de uma mensagem a ser transmitida criptografada.

Sistema Atual: A mensagem entra no Centro de Mensagens (CM), onde passa pelas mãos do protocolista, do encarregado de mensagens de partida e do arquivista, os quais executam suas tarefas; posteriormente vai ao Centro Criptográfico para ser criptografada, retornando ao CM em forma de criptograma. Do CM a mensagem é encaminhada ao Centro de Transmissão/Recepção, onde o operador de um posto rádio, por exemplo, executa a transmissão da mesma e a devolve ao CM após a confirmação do operador de destino (QSL), para complementação do seu processamento. Diga-se de passagem, tal operação é extremamente complexa para o processamento de ca-

da mensagem, levando, no mínimo, de 15 a 20 minutos para ser totalmente processada, caso nenhuma alteração ocorra (rasuras, erros de criptografia, má exploração do meio utilizado, perda da mensagem durante as operações, etc.). Isso, sem contar o tempo que levaria ao C Com de destino, onde a operação inversa teria que ser obrigatoriamente executada.

Sistema de Comunicações Digital: O operador do sistema digita a mensagem e, em poucos segundos, tem-na processada, criptografada, transmitida e devidamente arquivada, logicamente, tudo isso realizado por um computador conectado a um equipamento rádio.

Não resta dúvida da eficácia do sistema. O que veremos a seguir será uma série de considerações relativas ao SCD que, tenho certeza, mais que uma idéia é uma necessidade.

IDÉIAS BÁSICAS

Trata-se de um trabalho simulatório, onde o computador assumiria as funções de centro de mensagens, operação do sistema fio e operação do sistema rádio ou multicanal. Traduzindo em termos de homens, equivaleria ao trabalho de, no mínimo trinta combatentes.

Para compreender melhor esse mecanismo, basta imaginar uma central composta de um computador (Entrada/UCP/Saída) na qual seriam conectados, nas saídas e entradas do mesmo, à distância, os vários sistemas (no caso o rádio, multicanal e o fio).

Apresentam-se abaixo as especificações e comparações entre o atual sistema e o SCD.

a. Centro de mensagens

Representado pela unidade de entrada principal (teclado), unidade central de processamento (UCP + memória auxiliar) e uma unidade de saída principal (display ou impressora). Deve ser estruturado no manual C24-17, para fins de padronização.

FUNÇÕES	
Sistema atual	SCD
Protocolista	Digitador/UCP
ENC MSG chegada	UCP
ENC MSG partida	Idem
Arquivista	Memória auxiliar
Criptografista	UCP (soft)
Decriptografista	Idem

1) Protocolista

Tanto para mensagens de chegada como de partida, o operador teria apenas que introduzir ou copiar a mensagem e a hora de entrega. O restante da função de protocolista (encaminhar a 1ª via ao encarregado de mensagem de partida/chegada, encaminhar a 2ª via ao arquivista, numerar a mensagem de acordo com a seqüência exata e preencher a folha de protocolo) seria executada pelo computador (UCP).

2) Encarregado de mensagem de chegada

Totalmente controlado pelo computador. Por exemplo, conferência de autenticações e encaminhamento ao decriptografista, se

for o caso e/ou ao protocolista para explanação no vídeo ou na impressora (unidade de saída principal), ou até mesmo em terminais espalhados nas diversas regiões de desdobramento das unidades, para se evitar o uso dos mensageiros locais. Preencheria também a folha de registro de mensagens de chegada.

3) Encarregado de mensagens de partida

Teria capacidade para escolher o meio de transmissão da mensagem (fio, rádio ou multicanal), baseado na carta de meios (unidades de saída remota, atualizadas pelo próprio digitador), faria a autenticação da mesma, encaminharia ao criptografista se fosse o caso e preencheria a folha de registro de mensagem de partida. Transportaria a mensagem ao meio escolhido, acoplando-o a uma USR-R (unidade de saída remoto-rádio ou multicanal) ou USR-F (unidade de saída remoto-fio), de acordo com o meio disponível, precedência e a classificação sigilosa.

4) Arquivista

Simulado por uma memória auxiliar (disco, fita magnética, disquete, etc.), acoplado à UCP. Faz transferências de arquivamento (ativo-passivo), arquiva novas mensagens (chegada/partida). Pode ser visualizado em todos os momentos da operação.

5) Centro criptográfico

Cabe salientar que o programa deve ser produzido com base nos dados da ICom, que fornecerá os tipos de criptografia ou deciptografia (o código ou a cifra, por exemplo) e a autenticação. Como

aperfeiçoamento, pode-se incluir um sistema de criptoanálise. Uma base inicial para raciocínio poderia ser o sistema CP/1, produzido pela PROLOGO S/A; é um equipamento digital compatível com o avanço tecnológico.

b. Sistema rádio ou multicanal rádio

É um canal que trabalha como meio de transmissão ou recepção das informações, operado à distância, modulado por sinais de dados. Resume-se num "modem" que acopla o sinal de saída ou de entrada do computador ao equipamento rádio ou multicanal rádio (canal de dados com banda larga de 20 KHz) em sistema "half-duplex" (semi duplex) ou duplex. É importante salientar a alta velocidade de operação, uma vez que a informação será transportada como se fosse uma "bolha" na onda portadora, em fração de segundos. A sua principal vantagem é a rapidez de processamento, logo após a injeção da informação pelo digitador. É impraticável a detecção do sinal por radiogoniômetros convencionais. (Anexo A, fig. 1)

Assume com facilidade a função de rádio-operador, sendo a informação introduzida ou recebida via teclado digital ou "display", respectivamente. Possui também a vantagem de ter reduzida vulnerabilidade, pois é controlada à distância (controle remoto).

c. Sistema fio ou multicanal cabo

Difere do sistema rádio/multicanal rádio por estar constantemente conectado ao outro computador à

distância, via fio ou cabo, não utilizando as ondas de rádio-frequência (RF) como meio de transporte do sinal binário. Quanto aos acoplamentos de Entrada/Saída, utiliza-se, por ser mais confiável, o sistema semi duplex. Pode ser interligado através de centrais automáticas. (Anexo A, fig. 2)

A quantidade de mensagens transmitidas (fluxo de mensagens), é sensivelmente maior que a do sistema rádio/multicanal, com o acréscimo de uma central automática.

O "HARDWARE"

É o computador do ponto de vista eletrônico. Os itens a seguir devem ser observados.

a. O equipamento deve ter boa autonomia, sendo energizado por fontes de alimentação que não fujam às prescrições do mesmo, tais como estabilização, corrente e tensão adequadas.

b. Deve permitir expansões de terminais (E/S), aperfeiçoamento tecnológico, uma vez que na atual geração já se percebe a necessidade de outros incrementos (extensores).

c. Boa capacidade, ou seja, memória suficiente para assimilar por completo os programas, subprogramas e arquivos necessários ao funcionamento do sistema operacional.

d. Utilização de tecnologia nacional motivado pelos altos custos de "know-how" importado e de obter maior segurança, em se tratando de equipamentos com finalidades militares.

e. Resistir às intempéries, ser portátil e ter boa qualidade.

f. Conter dispositivos de auto destruição ou chaves para impedir a utilização, caso o equipamento caia em mãos inimigas.

O "SOFTWARE"

É o computador do ponto de vista da lógica. Refere-se ao programa para utilização do sistema, bem como aos arquivos e subprogramas.

Normalmente, para a confecção de um "soft", faz-se um projeto inicial (anexo B) e outro minucioso. Cabe ao(s) analista(s) fazer(em) os fluxogramas destes projetos, que são expedidos por aquele que deseja operacionalizar um problema, com auxílio do computador.

Após este trabalho de esquematização, passamos ao trabalho do(s) programador(es), que é o de colocar em termos de linguagem (para a compreensão por parte do computador) a idéia do fluxograma.

Assim, o sistema estará pronto para ser testado praticamente, através dos digitadores. Será normal apresentar problemas nesta fase, devendo ser revisto e observado por analistas e programadores.

Proponho que se utilize também a tecnologia nacional, pelos mesmos motivos apresentados no item d. sobre o "hardware".

VANTAGENS DO SCD

a. Maior rapidez no processamento de uma informação.

b. Menor possibilidade de dete-

Projeto SCD ANEXO A

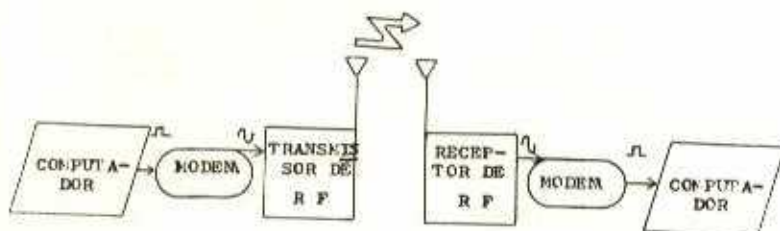


fig. 1
Diagrama em blocos
das ligações do SCD
utilizando o rádio.

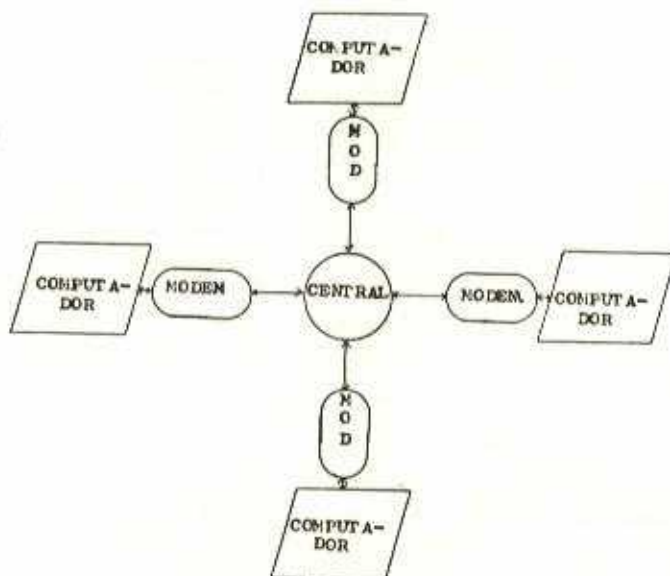
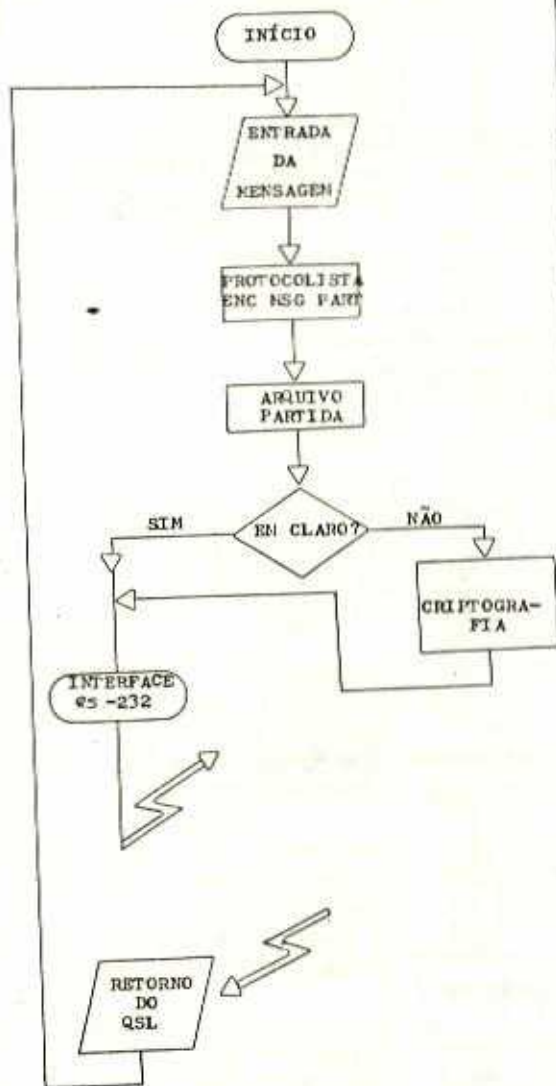


fig. 2
Exemplo do SCD
utilizando uma
central automática.

Projeto SCD ANEXO D

OBSERVAÇÕES:



-Digitado pelo operador, via teclado.

-Funções simuladas pelos sub programas.

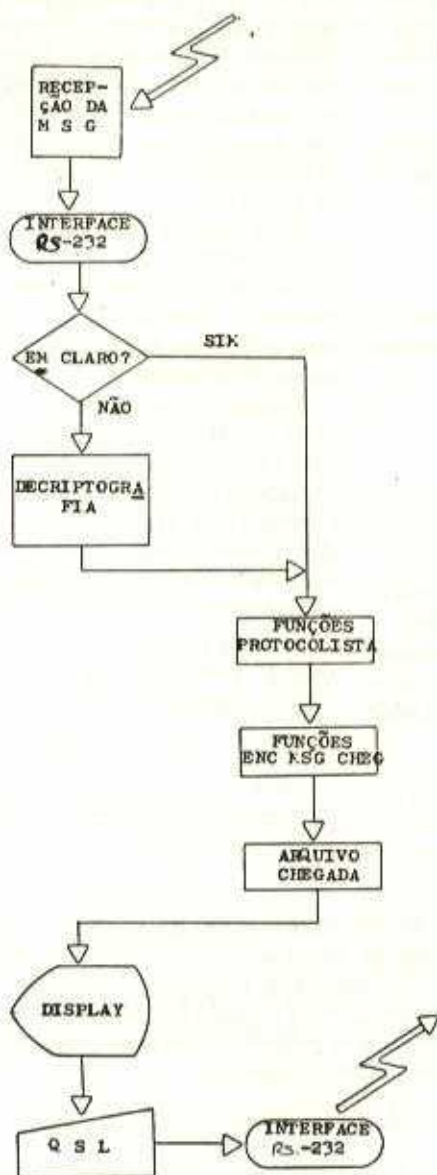
-Arquivos em fitas "cassette" ou "diskette".

-Com base no CF-1 (PROLOGO S/A) ou sistema / criptográfico "lápis e papel".

-A "interface" conecta o computador ao rádio / transmissor ou circuito físico. "Interface" / compatível com CP-300/ e CP-500 da PROLÓGICA/ S/A.

-Só abre canal para nova mensagem, se houver / sinal de confirmação / do destinatário.

Projeto SCD Continuação ANEXO B



OBSERVAÇÕES:

- Recepção pelo equipamento rádio ou circuito físico.

-Acoplamento entre o / meio utilizado e o computador.

-Mesmas considerações / referentes a criptografia.

-Funções exercidas pelos sub programas.

-Mesmas considerações referentes ao arquivo de partida.

-Demonstração em tela ou impressão em formulário da mensagem recebida, / dados do arquivo ou registros do protocolista e encarregado de mensagens de chegada/partida.
-QSL é digitado pelo operador.

ção das informações pelo inimigo, oferecendo, em consequência, maior segurança que o sistema atual.

c. Simplicidade de operação, sendo facilmente aprendido por qualquer combatente.

d. Redução dos efetivos humanos nos sistemas de Comunicações.

DESVANTAGEM DO SCD

Oferece certo grau de sensibilidade, em presença de fogos inimigos. -

CONCLUSÃO

Este projeto dá uma noção de nossas possibilidades. Com um design moderno, estaríamos acompanhando a evolução da arte da guerra, pelo emprego da informática.

Uma alternativa bastante viável quanto à fase de projeto consiste em lançarmos mão das facilidades que a simulação oferece.

Face à atual situação de falta de recursos, alta concorrência e diversos outros fatores que comprometem o custo e tempo de desenvolvimento de um produto, principalmente na área tecnológica, torna-se necessário que se consiga otimizar ao máximo não só a fase de processamento mas também a fase de projeto.

Esta idéia é válida para resolver os problemas das nossas Comunicações em campanha, uma vez que reduz os seus efetivos humanos e aperfeiçoa o demorado e obsoleto sistema reinante.

Tenho certeza de que em breve, com a expansão do setor, com o caminhar da humanidade e com a conscientização de que as teorias cibernéticas transformarão a vida do homem, esta idéia se tornará realidade dentro do nosso Exército Brasileiro.

*"A BATALHA DO AMANHÃ,
SERÁ A BATALHA DOS GRANDES VAZIOS. . ."*

Marechal Juin



O Cadete Marcelo Fontanari de Carvalho cursa atualmente o 4º Ano do Curso de Comunicações da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Possui cursos de linguagem Fortran, Cobol e Basic. Durante três anos desenvolveu trabalhos na AMAN no campo da Digitação, Programação e Análise de Sistemas.



GUERRA NA SELVA NA BIRMÂNIA

Gélio Augusto Barbosa Fregapani

*"A selva não pertence ao mais forte
mas ao mais sóbrio, persistente e resistente".
(canção do CIGS)*

ANTECEDENTES

Em 1941 o Império Britânico estava em guerra com a Alemanha e Itália. O Japão estava em guerra com a China. A América do Norte não estava, oficialmente em guerra com ninguém, mas apoiava ostensivamente a Inglaterra contra a Alemanha e a China contra o Japão. Pressionados ao extremo pelas medidas econômicas norte-americanas, os japoneses entenderam que era melhor perecer lutando do que definhir irremediavelmente, e em 7 de dezembro os nipônicos atacaram a base naval americana de Pear Harbor, no Havaí, as forças britânicas em Hong Kong e Cingapura. Seguiram-se os desembarques nas Filipinas e na Malásia. A 20 de Janei-

ro de 42 chegou a vez do ataque às forças britânicas na Birmânia.

Para os japoneses, a invasão da Birmânia visava principalmente isolar a China de seu último elo com o Ocidente — a "Estrada da Birmânia" com seus 3.200 km, e isto possivelmente obrigaria Chiang Kai-Shek a entrar em acordo. Inversamente, manter a China na guerra era importante para os aliados, especialmente para os Estados Unidos, para reter ali as 26 Divisões japonesas que, do contrário seriam usadas nas Filipinas e talvez na Austrália.

O TEATRO DE OPERAÇÕES

A Birmânia é, geograficamente, cercada por cadeias de montanhas em forma de ferradura, com a abertura para o mar, ao sul. Estas ca-

deias de montanhas cujos cumes ao norte chegaram a 6.000m, cercam o país também pelo leste e oeste e são cobertas de selva e infestadas de malária. Não haviam sido cortadas por qualquer estrada, até a construção da estrada da Birmânia. No meio da ferradura, as planícies do rio Irrawaddy e de seu principal tributário, o rio Chindwin estendem-se por 1.500 km até o mar, ao sul. A parte sul desta área é de arrozais com algumas colinas cobertas de selva, contém a cidade portuária de Rangun. O centro da área, em torno de Madaley, é uma região arenosa e árida; boa para emprego de blindados. Mais ao norte a região se torna mais acidentada e aumenta a precipitação pluviométrica, reini-

ciando aí a selva e surgindo as cordilheiras.

A Birmânia tinha alguns campos de petróleo em exploração e produzia um vasto excedente de arroz. Nas mãos imperial do Exército Japonês protegeria também as conquistas feitas ao Leste, pois cercado de cordilheiras quase intransponíveis mas com boas comunicações internas seria fácil de defender, permitindo uma defesa móvel.

A INVASÃO E AS FORÇAS EM PRESENÇA

O 15º Exército japonês, que realizava a invasão, acabara de conquistar o Sião com pouca luta, consistia basicamente de duas Divisões (33ª e 55ª) compreendendo



35.000 homens, mas nenhum carro de combate. A força britânica que defendia inicialmente consistia da 17ª Divisão Indiana e da 1ª Divisão Birmanesa. Após receber em reforço uma Bda Blindada em Rangun e os Exércitos chineses de Silwell em Toungoo totalizaria uns 120.000 homens.

Nos primeiros dias de janeiro de 1942, a 55ª e a 33ª Divisão de Infantaria, penetraram através da fronteira meridional do Birmânia e, apoiadas pelos ataques incessantes dos Zêros e bombardeiros de picada, superaram as unidades da 17ª Divisão hindu, forçando-a a empreender a retirada. O grande plano japonês consistia em ocupar rapidamente o porto de Rangun, a fim de privar as forças britânicas de sua única via de reforço e abastecimento. (Mais de 300 km de selva separavam a Birmânia da Índia, e não existia nenhuma estrada entre ambos os países). Uma vez conquistada, Rangun obrigaria as forças britânicas a recuar para o norte, completando o seu isolamento e, simultaneamente, cortaria a vital estrada pela qual os aliados enviavam, de Rangun, material bélico para a China. O alto-comando britânico vislumbrou imediatamente o mortal perigo que a penetração nipônica ao longo da costa significava. Ordenou, então, ao comandante da 17ª Divisão, que tentasse retardar ao máximo o avanço das tropas japonesas. Precisava-se manter aberto, a qualquer custo, o porto de Rangun: Os soldados sustentaram sangrentos choques com os nipônicos, à medida que recuavam. O Cmt ja-

ponês deslocou, então, uma de suas divisões em um movimento de flanco, através da selva, com a intenção de envolver, pela retaguarda, as tropas britânicas, antes que cruzassem o rio Sittang, última barreira no caminho de Rangun. A situação era desesperadora. O General Smyth, Cmt da 17ª Div Indiana ordenou às suas tropas que acelerassem a marcha para o rio e destacou um regimento de soldados gurcas, na margem oposta, para defender a ponte contra um possível ataque de pára-quedistas. Na tarde do dia 21 de fevereiro, as colunas extenuadas da divisão convergiram sobre o rio Sittang. O chefe britânico recebeu, nesse momento a notícia de que no porto de Rangun começava a desembarcar a VII Brigada Blindada, unidade que contava com uma força de 150 tanques. Embargado de alegria, Smyth compreende que o heróico esforço dos seus homens não havia sido em vão. Serão esses tanques na VII Brigada que em última instância, facilitarão a retirada de toda as forças britânicas para a Índia.

No Rio Sittang, no entanto, sobrevém a catástrofe. Ameaçados pelos nipônicos, que conseguiram infiltrar-se até a margem do rio, os destacamentos encarregados da guarda da ponte recebem de Smyth a ordem de fazê-la explodir. Sem vacilar, os sapadores detonam as cargas de explosivos e o vão central voa aos pedaços.

Na margem oriental ficaram encurrados dois terços da divisão: Os japoneses concentram então seus ataques contra os soldados que,

desesperados, tratam de atravessar a corrente a nado, ou em improvisadas balsas de bambu. Centenas de ingleses e hindus são ceifados pelo fogo das metralhadoras e morteiros, e muitos mais perecem afogados, afundando sob o peso das armas e equipamentos. Os sobreviventes ganham a outra margem, e são auxiliado por seus companheiros. Totalmente esgotados, reiniciam a marcha para Rangun.

Na cidade, atacada incessantemente pelos bombardeiros nipônicos, começa o êxodo da população. Permanece em seu posto o Governador britânico, articulado a demolição das instalações portuárias e da usina elétrica.

A QUEDA DE RANGUM

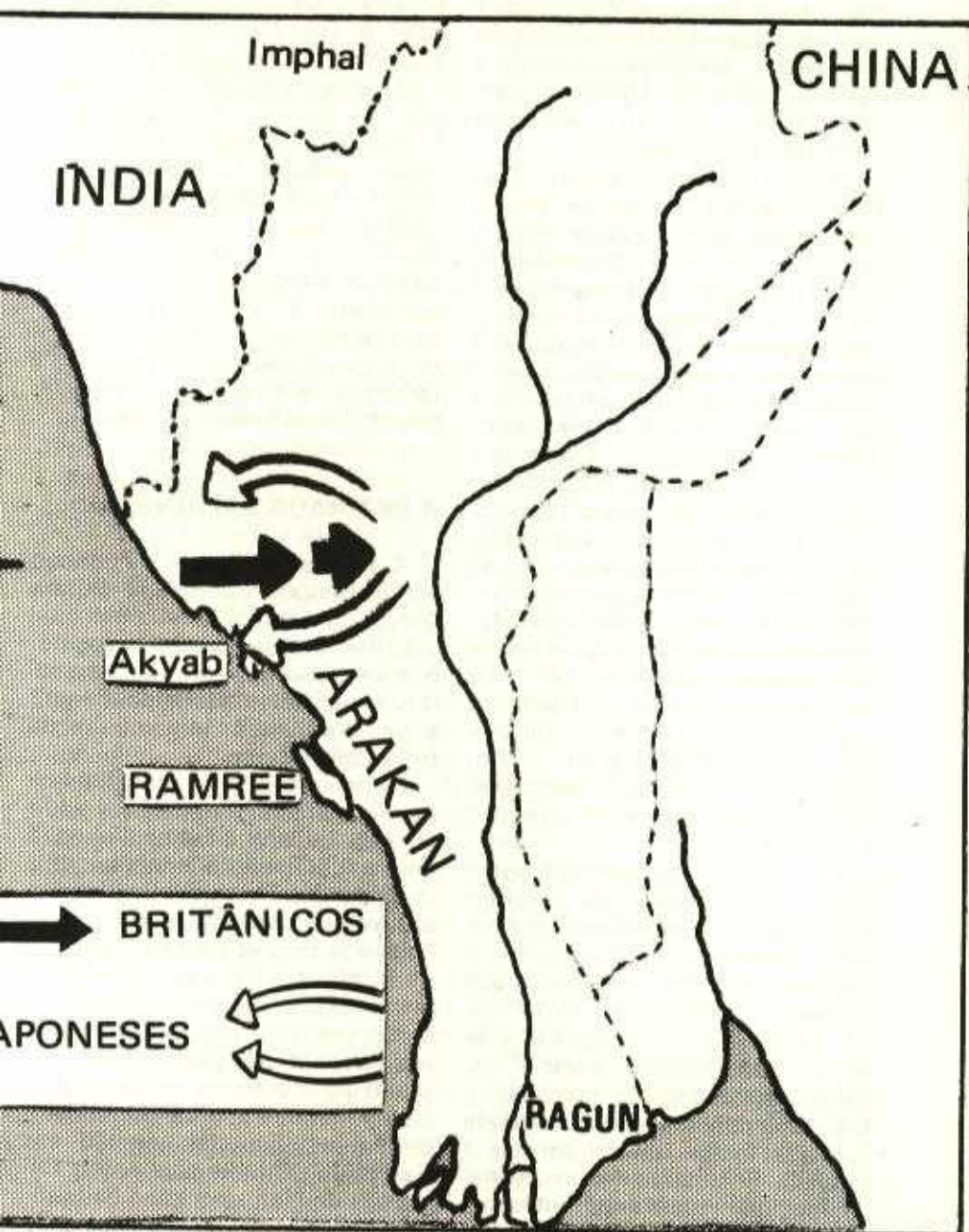
As tropas japonesas prosseguem avançando inexoravelmente e, em rápido deslocamento, deixando para trás o Rio Sittang. Poucos dias mais tarde cortam uma das estradas que se dirigem de Rangun para o norte, e ameaçam bloquear a retirada de Rangun. A 7 de março de 1942, às 14 horas, uma série de violentas explosões abala Rangun. Imensas colunas de fumaça misturadas com línguas de fogo envolvem os escombros dos edifícios que acabavam de ser dinamitados. Próximo ao porto ardem furiosamente os depósitos das refinarias de petróleo. Tudo o que poderia ser de utilidade para o inimigo é destruído sistematicamente. As tropas retiram-se para Prome, situada ao norte de Rangun. Não conseguem, porém, percorrer mais que algumas deze-

nas de quilômetros. Novamente os japoneses se adiantam e bloqueiam a estrada com uma barreira de morteiro e canhões antitanques. Durante 24 horas as tropas de infantaria britânicas, apoiadas por 20 tanques, lançam furiosos ataques, sem lograr abrir passagem. Quando já tudo parece perdido, os nipônicos, dizimados pela luta contínua, abandonam suas posições e deixam livre a estrada. Assim, por pouco, conseguem escapar.

A 8 de março as tropas japonesas de vanguarda entram em Rangun, e, no dia seguinte, o chefe nipônico instala na cidade o seu posto de comando. Até esse momento, seu plano se desenvolve com pleno sucesso.

Os Britânicos estabeleceram defensiva com a 17ª Divisão indiana em Prome e a 1ª Divisão birmanesa em Toungoo.

Para cortar as duas estradas que conduzem de Rangun para o Norte. Entre estas duas estradas havia uma faixa de selva de uns 130 km, sem qualquer estrada de ligação. Dois Exércitos chineses desceram para o sul, na direção de Toungoo para encarregar-se da defesa da estrada do Leste. Estes Exércitos equivaliam a uma Divisão cada um. Eram bons soldados, com anos de experiência de combate, mas só recebiam ordens através do Gen norte-americano Joe Stilwell, e se os Cmt chineses não gostassem das ordens podiam apelar para o generalíssimo Chiang Kei-Shek na longínqua China. Na realidade, o generalíssimo estava mais interessado em preservar seus exérci-



tos para o futuro confronto com os comunistas de Mao Tsé-tung do que destruí-los empenhando-os a fundo contra os japoneses, em uma guerra que seria vitoriosa mesmo sem a sua ajuda.

O Cmt do "Burma Corps", Gen Slim, era um militar ortodoxo, com muita experiência de serviço na Índia, em cujas campanhas se mede o sucesso mais pela timidez do que pela ousadia. Lá sempre era possível recuar e reiniciar a campanha no ano seguinte, mas os homens perdidos estavam perdidos para sempre. Era um verdadeiro "Bulldog" britânico, intolerante com certas bobagens, mas genuíno e persistente. Mesmo quando tudo andava mal, mantinha a serenidade. Durante a retirada em 42, ele disse: Bem, as coisas poderiam estar piores. Um Cmt de Batalhão, tendo que destruir seus carros de combate por não poder retrai-los no terreno de selva indagou indignado. "Como poderiam ser piores? Para mim isto é o fim". "Poderia estar chovendo" respondeu Slim. Naquele momento começou a chover.

Os ingleses afirmam que outro talvez não conseguisse controlar seu audaz e independente subordinado Orde Wingate, conquistar o respeito do Gen americano Joe Stilwell, que lutava na China e ainda manter-se dentro das ordens de seu arrojado superior, Lord Montbatten. Naturalmente houve muitas discordâncias, mas a lealdade fez que fossem pouco levadas a público. Entretanto é bom assinalar que não revelara até então nenhum brilho especial. Que devia o

comando do Burma Corps a amizade do Gen Nye, Vice-Ch do Estado-Maior Geral Imperial.

O general japonês, Comandante do 15º Exército e conquistou a Birmânia, foi Shojiro Iida, audacioso e imbuido do espírito de sacrifício. Posteriormente o 15º Ex Japonês passou ao comando do Gen Renya Mutaguchi, o conquistador de Cingapura, que reunia as qualidades de Samurai a uma lucida inteligência. Ambos inicialmente menospresavam os britânicos e indianos, pela péssima demonstração em Hong-Kong e Cingapura.

A RETIRADA BRITÂNICA

A selva entre Prome e Toungoo era intransponível para o Burma Corps, com seu grande número de veículos, a passo que para os japoneses era a arena ideal. Acostumados a marchar e lutar a pé, tinham como doutrina os movimentos de infiltração e cerco.

Plano Inicial Britânico: Deter os japoneses face a Prome com a 17ª Divisão Indiana e face a Toungoo com a 1ª Divisão Birmanesa, até a chegada dos Exércitos Chineses, e em seguida contratacar. O inimigo não teria resposta para seus carros de combate. O plano japonês era ultrapassar pela selva as posições britânicas para forçá-las a abrir caminho para retaguarda, conquistando posições sem ter que atacá-las até Mandalay, onde pretendiam destruí-las. Especial atenção aos Exércitos Chineses que sob o comando do Gen americano Stilwell, vinham auxiliar aos britânicos. Os

chineses eram o inimigo mais perigoso.

A RAF após algumas incursões, foi surpreendida em terra e praticamente eliminada, ficando os japoneses com o domínio do ar. Ultrapassaram inicialmente Toungoo pela selva e pressionaram os Chineses que haviam substituído a 1ª Divisão Birmanesa. Os ingleses atacaram para aliviar a pressão, a frente de Prome mas fracassaram, e viram que os japoneses também os haviam ultrapassado pela selva e montando obstáculos na única estrada que conduzia a 17ª Div para o norte. Somente decididos ataques dos blindados romperam estes obstáculos e permitiram que um recuo evitasse a destruição no local.

As sucessivas posições britânicas e chinesas de Prome-Toungoo, Magwe-Pinmana, Yemangyoung foram sendo ultrapassadas por ambos os flancos e eles foram forçados a recuar. Estavam agora em um cinturão seco, no tempo mais quente do ano, com dificuldade de achar água e a temperatura chegava a 45°. Embora o terreno fosse mais favorável ao emprego de blindados, nem os Cmt de Divisão nem o próprio Gen Slim tinham qualquer experiência em lutar com uma brigada blindada e tendiam a usar os carros em pequenos grupos bem dispersos, apenas para apoiar a infantaria, sem aproveitar suas reais possibilidades.

Perto de Yenangyaung a 17ª Divisão Indiana e a 1ª Divisão birmanesa estabeleceram uma linha defensiva mantendo desta vez os

blindados reunidos, no centro. A 33ª Divisão japonesa infiltrou-se na comprida linha e estabeleceram um obstáculo a retaguarda, no Pin Chaung.

Os japoneses haviam mais uma vez evitado as estradas e marchado para um objetivo a mais de 50 km atrás das posições britânicas. A 1ª Divisão birmanesa, já agora sem aguerrimento e transportando seus feridos, não conseguiu romper o obstáculo nem com a ajuda dos carros da brigada Blindada. Só escapou ao esfacelamento graças a um contra-ataque feito pela 38ª Divisão chinesa, mas deixou para trás a metade de seu efetivo e a maior parte dos seus canhões e veículos, que os japoneses passavam a usar. Os veículos não foram entretanto grande vantagem para os japoneses. Agora eles quase se limitavam a estradas, e a velocidade de progressão diminuiu. Nas estradas é sempre fácil retardar o inimigo.

Os britânicos já planejavam a retirada total da Birmânia. A 1ª Divisão Birmanesa deveria permanecer com os chineses quando estes voltassem ao seu país, para que Chiang Kai-Shek não se considerasse abandonado pelos britânicos, mas Slim ainda pediu as tropas Chinesas um ataque a aldeia de Taunggyi para aliviar a pressão. Stilwell teve que subornar o Gen Chinês com 50.000 Rupias (umas 7.000 Libras) para tomarem a aldeia na mesma noite. O suborno deu o resultado que as ordens não haviam conseguido. A aldeia foi recapturada antes do anoitecer.

Algumas divisões chinesas tive-

ram seu itinerário de retraimento para a Pátria cortado pelos japoneses. Foram forçados a recuar até o norte da Birmânia e de lá seguiu por trilhas inundadas pelas monções e mesmo por fora delas. O valente Gen Stilwell, de 60 anos de idade fez este árduo caminho a pé, com suas tropas. Os restos da 1ª Divisão birmanesa permaneceu com as demais tropas britânicas que se retiravam para a Índia.

A principal preocupação dos britânicos era salvar os carros de combate, os canhões e tantos homens quantos fosse possível, das duas divisões, e a situação se transformou em uma corrida entre eles e os japoneses. Isto foi providencial, pois os nipônicos sistematicamente evitavam as estradas, ultrapassavam pela selva todas as posições defensivas dos aliados e as isolavam. Os aliados tinham dificuldade até para recuar. A corrida agora era também contra o tempo, pois a chegada das monções tornaria as trilhas totalmente intransponíveis para veículos.

A 1ª Divisão birmanesa atravessara o rio Chindwin e se retirava para Tamu quando a 17ª Divisão, com os carros de combate, começa a chegar. Pequenos grupos de japoneses a ultrapassam e abrem fogo sobre os elementos da cobertura, depois sobre o rio. Com dificuldade a 17ª Divisão atravessa o rio em outro local, sem seus canhões, carros de combate e transportes. Apenas um carro de combate atravessara antes. Este retornou em 1944 e voltou para Rangun onde havia desembarcado na Birmânia em 1941.

As monções chegaram poucos dias depois, inundando rios e igarapés, restringindo ainda mais o movimento dos oponentes. Isto de certa forma salvou o domínio britânico na Índia.

Com a proximidade das forças japonesas, explodiam cenas seu precedentes de distúrbios, rebelião e sabotagem no oriente do continente Indiano. Em determinado momento, pontes em todas as rodovias e ferrovias que iam da Índia para Bengala foram destruídas, soldados do Exército Britânico e da RAF foram mortos, alguns queimados vivos. Os japoneses formaram na Birmânia um Exército Nacional Indiano, para combater os Ingleses. Sabiam que o Império Britânico desmoronaria caso a Índia se revoltasse. Urgia invadir a Índia.

Os britânicos rapidamente cuidavam de restaurar a situação interna na Índia. Mais de 60 Batalhões britânicos e indianos foram necessários, no verão de 1942, para esmagar a insurreição e restaurar a ordem. Normalizada a situação houve mais disponibilidade de tropas e os britânicos pensaram até em passar a ofensiva. Ambas as tropas chocaram-se ao sul de Arakan, os britânicos pensando em uma base para a ofensiva. No início, não estando limitados as estradas os japoneses conseguiam destruir as forças britânicas quase apenas por manobras, sem precisarem lutar muito. As tropas britânicas repetiam os mesmos erros cometidos na retirada. Raciocinavam com os eixos de transporte, bloqueios, ofensivas clássicas. O resul-

tado desta inépcia arriara o moral dos oficiais e soldados a um nível muito baixo.

A desmoralização era tal que Slim pensou em retirar-se. Ele achava que se devia permitir que os japoneses ocupassem essa terrível área malárica e que seus soldados se abstivessem de enfrentá-los na selva, onde seriam possivelmente vencidos por eles, que tinham maior mobilidade e arrojio.

A retirada começou a 11 de maio, mas a monções chegaram. Os japoneses não os perseguiram. Havia novamente vencido, em inferioridade numérica de 3 para um sem blindados e sem artilharia pesada, apenas com sua superior capacidade de envolver e desbordenar desprezando eixos, passando pela selva.

Os japoneses também pensavam em prosseguir na ofensiva. O plano deles era fazer uma ação diversãoária ao sul em Arakan, para onde os britânicos se retiraram, com a finalidade de atrair as reservas e prosseguir com o ataque principal ao Norte, na área de Imphal — Kohima para destruir as 3 Divisões que os Ingleses tinham na região, e prosseguir em direção a capital da Índia. O entusiasmo era grande no Exército japonês. Havia fé na vitória final. O triunfo parecia estar bem perto.

Pelo final de 1943 os japoneses tinham seis Divisões na Birmânia. Destas, a 55ª seria lançada no Arakan. Três outras atacariam ao norte em Imphal-Kohima. Uma ficaria de reserva no sul, pela possibilidade de desembarque perto de Rangum. Para enfrentar o ataque,

os britânicos haviam reunido cerca de 15 Divisões, duas Brigadas blindadas e contavam ainda com o auxílio de três divisões Chinesas. Formavam ainda uma tropa especial para a selva que recebeu o nome de Chindts, uma divindade local. Por conseguinte, Slim dispunha de uma força formidável, mas encontrava dificuldades em aplicar seus efetivos contra os japoneses devido à falta de boas estradas. Os japoneses também tinham a vantagem inicial de estar em linhas internas, atrás de um obstáculo maciço, de modo que podiam mover facilmente divisões de um setor para outro, enquanto que os Aliados tendiam a ficar retidos na periferia.

No Arakan, aos primeiros choques os japoneses recuaram, para atrair o inimigo mais para o sul e fazê-lo cerrar seus apoios. Em seguida infiltraram-se cerca de 20 Km por terreno bastante difícil, atravessando as linhas britânicas e cortaram totalmente as rotas de suprimento da 7ª Divisão, e parcialmente as da 5ª destruindo áreas de administração inclusive o PC da 7ª Divisão.

O envolvimento, executado com arrojio, surpreendeu por completo, mas as duas divisões cercadas mantiveram suas posições enquanto reforços vinham do norte. Foi mantido o abastecimento aéreo apesar das perdas. Agora com várias Divisões contra uma, os britânicos estavam decididos a conquistar uma vitória. A luta aspirava cada vez maior número de tropas britânicas. Isto era o que de-

sejavam os japoneses para sua ofensiva ao Norte.

Slim ansiava por ver encerrados os acontecimentos no Arakan, pois tinha certeza que este ataque era diversionário, apenas preliminar do verdadeiro ataque mais ao norte. E tinha razão. Queria rápido pelo menos duas divisões em reserva. Ameaçados por todos os lados por 6 Divisões, os japoneses retiraram-se tranquilamente. A batalha do Arakan custara ao Exército imperial japonês algumas baixas mas do seu ponto de vista foi um sucesso. Uma divisão japonesa havia, por algum tempo, lançado duas divisões em confusão, levando os britânicos a lançar contra ela seis divisões. A ofensiva foi feita por 8.000 decididos soldados nipônicos, contra um total eventual de 180.000 soldados britânicos, que incluíam 27 batalhões indianos, 17 britânicos, 7 oeste-africanos e 5 gurkhas, além de 26 regimentos de artilharia. Nem todos, porém, foram desenvolvidos ou lançados em ação. Contudo foi uma vitória inglesa e saudada pelos aliados como tal. Pela primeira vez era rechaçado por forças das potências ocidentais um ataque nipônico em parte do continente asiático.

Na verdade, como todos os homens no Arakan sabiam, os japoneses estavam em inferioridade de mais de dez para um, e os britânicos tinham esmagadora superioridade em blindados, artilharia pesada e apoio aéreo. O ataque cumpriu sua finalidade atraindo as reservas, como os japoneses esperavam. Afinal, era apenas um grande

engodo. Ia iniciar o verdadeiro ataque em Imphal-Kohima.

O plano de defesa britânico era concentrar-se na planície de Imphal, onde havia aerodomos, suprimentos, reservas de munição e blindados, e fazer dele uma fortaleza, defendendo-a até que os japoneses se desgastassem. Um contra-ataque chinês viria do Assam em socorro, se necessário. Aos poucos seriam reforçados com unidades liberadas do Arakan, trazidas de avião. Slim calculara que as dificuldades administrativas não permitiriam aos japoneses atacar com mais de uma Divisão. Em um instante verificou que estava errado. Os japoneses atacaram em duplo envolvimento, com duas divisões ao Norte e uma ao Sul, contando com os suprimentos que capturariam os britânicos.

Era natural que os japoneses, com seu fanático espírito ofensivo e a despeito da forma quase criminosa com que negligenciava as consequências administrativas dessa arremetida Índia adentro distanciando-se de suas bases cerca de 320 km, devessem dar as cartas e impor sua vontade às forças britânicas.

Numa batalha prolongada, porém, os japoneses estavam em desvantagem. Como tinham de usar simples trilhas pelas cristas de montanhas de até 2.200 m de altura, as forças que faziam essas penetrações eram levemente equipadas. Suas bases estavam muito distantes, do outro lado do Chindwin, sua artilharia era relativamente reduzida e eles tinham de confiar na queda de Imphal

para conseguir os suprimentos que iriam necessitar. De qualquer modo, a pior hipótese para os japoneses parecia ser manter suas posições.

A ofensiva japonesa se inicia conforme seus planos. As quatro divisões do IV corpo estavam isoladas do resto do Exército. A veterana 17ª Divisão conseguia romper o bloqueio feito a sua retaguarda e recuava. Por toda a parte os japoneses haviam se infiltrado em grande número e isolavam as tropas britânicas. O Cmt inglês rapidamente trouxe por via aérea mais tropas, agora liberadas do Arakan. Tentou usar na defesa as tropas "Chindts" de Wingate, mas este se opôs tenazmente. De qualquer maneira os ingleses e indianos haviam apreendido algo em 2 anos de combate. Nem tudo estava perdido. Os britânicos podiam contar agora com novos planos para levar a guerra ao ponto fraco do adversário, planos para o uso da tropas de selva apresentados pelo entusiasmo de um homem genial: Cel Orde Wingate.

Wingate já era conhecido como condutor militar aventureiro e sagaz. Suas façanhas na Etiopia já haviam passado ao plano legendário. Ao viajar a Índia, Wingate obteve o comando das denominadas "Forças de penetração de longo alcance", cujo objetivo era atuar por trás das linhas do inimigo. Rapidamente elaborou seus planos: baseavam-se na convicção de que o ponto mais vulnerável dos nipônicos se encontrava na retaguarda, onde apenas existiam tropas de segunda classe e unidades de vigilân-

cia e abastecimento, sem valor combativo.

Uma força altamente adestrada poderia penetrar e avançar em território inimigo, abastecida pelo ar, marchando através da selva. Essa força, mediante uma série de golpes de surpresa, estaria em condições de cortar as linhas de abastecimentos nipônicos, fazer voar as linhas ferroviárias, destruir depósitos. Estas ações obrigariam os japoneses a retirar tropas de combate para proteger as linhas da retaguarda. Tal fato permitiria aos britânicos ganhar tempo para consolidar suas linhas na fronteira da Índia.

As idéias de Wingate foram recebidas sem maior entusiasmo pelos chefes do comando britânico. Segundo os oficiais do Estado-Maior, no território da Birmânia não existiam condições propícias, pois a população era hostil aos ingleses. Além disso, a quantidade de homens que Wingate solicitou (3.000) foi considerada excessiva. Não obstante, apesar de toda essa oposição, ele defendeu sua tese com enérgica convicção, até conseguir ver o seu pedido aceito. Influuiu consideravelmente para isso a amizade que o comandante-em-chefe das forças aliadas, General Wavell, tinha por ele. Assim, vencendo todos os obstáculos, no mês de junho de 1942 iniciou-se a organização da força de ataque que foi denominada 77ª Brigada de Infantaria hindu. Os soldados que a integravam pertenciam a unidades do Exército britânico e aos regimentos de gurcas, considerados

como soldados de alto valor combativo.

Wingate submeteu suas tropas e um treinamento intensivo, que se caracterizava por uma severidade impiedosa. O chefe inglês sabia que a dura prova a que estariam expostos os seus homens exigia a eliminação prévia de qualquer sintoma de debilidade. O chefe inglês estava disposto a fazer com que seus homens adquirissem capacidade de resistir a toda espécie de privações e fadigas e para isso os submeteu a uma série de extenuantes marchas na região selvagem do norte da Índia. Os soldados aprenderam assim a movimentar-se em plena selva e a sobreviver com um mínimo de suprimentos. Cruzaram-se centenas de vezes pantanos e rios considerados intransponíveis.

Então, no mês de novembro, Wingate instalou seu quartel-general na localidade de Imphal, na fronteira do Birmânia. Em seguida começou a organização definitiva de suas forças. Num bombardeio blenheim sobrevoou o território birmanês e efetuou um reconhecimento do terreno pelo qual teria que transitar pouco tempo depois. A sua Brigada estava já com seus efetivos completos: 3.000 homens, entre oficiais e soldados. Imediatamente levou a cabo os seus exercícios finais, que se realizaram com o rigor de verdadeiras operações de combate. Culminaram com uma extenuante marcha de 215 quilômetros que as tropas concluíram com equipamento de combate completo. Essa distância foi coberta em oito dias. Ao finali-

zar essas manobras, as tropas acreditaram que o seu superior haveria de lhes proporcionar um merecido descanso. Wingate, porém, ordenou que os acampamentos se instalassem a doze quilômetros de Imphal "a fim de que as tropas não amoleçam", segundo suas próprias palavras.

No momento de desencadear a infiltração, chega ao PC de Wingate, na cidade de Imphal, o General Wavell. Este comunicou a Wingate que a projetada expedição havia sido suspensa por ordem sua. A razão desta alteração nos planos consistia em que o ataque não contaria com o apoio das forças chinesas, comandadas pelo General Stilwell, que devia avançar sobre a Birmânia pelo norte, enquanto as colunas de Wingate cortavam as comunicações dos nipônicos pelo sul. Embora Wavell tivesse decidido anular a ofensiva, escutou as objeções de Wingate.

Wingate salientou que se a expedição não se efetuasse, as tropas que haviam atingido o seu mais alto grau de preparação, teriam seu moral extremamente afetado. Além disso, era necessário, segundo ele, sair para enfrentar definitivamente os nipônicos na mata, para conhecer e dominar os seus métodos de luta. Como último argumento asinalou que se não levasse a cabo um rompimento das linhas de abastecimento inimigas, tal como a que ele projetara, os nipônicos ficaram em liberdade de ação para levar adiante seus planos ofensivos. Convencido pelos argumentos, Wavell deu finalmente sua aprovação. O objetivo concre-

to da expedição era cortar a linha férrea que corria entre as cidades de Mandalay e Myitikyina. Uma vez conseguida a manobra, caso Wingate considerasse as condições favoráveis, devia continuar o avanço rumo ao leste, cruzar o rio Irrawady e cortar a via férrea que corria entre Mandalay e Lashio.

Da fronteira até a primeira via férrea as tropas de Wingate deviam cobrir uma distância calculada em mais de 240 quilômetros. Esse avanço não se efetuariam por caminhos ou atalhos, mas através da própria mata. Os homens deviam levar às costas, entre armas e equipamento, trinta e cinco quilos de carga. Contariam também com mulas, bois e até elefantes para o transporte de armas pesadas. As colunas partiram de Imphal e marcharam em direção sudeste. Ao chegar à localidade de Moreh, na fronteira da Índia e Birmânia, teve lugar a separação dos dois grupos. Antes que ambas as forças iniciassem o cumprimento dos seus objetivos Wingate lhes fez uma última proclamação. Dizia: "Achamo-nos hoje nos umbrais da batalha... É sempre uma minoria que ocupa a primeira linha e é uma minoria ainda menor que aceita com entusiasmo uma missão como a que nós decidimos levar a cabo". Assim, com uma alocução breve e desprovida de qualquer retórica, Wingate lançou os seus homens à batalha.

As colunas se puseram em marcha acobertadas pela escuridão da noite. Uma por uma, foram cumpridas as etapas, em sucessivas marchas noturnas. Na noite de 14

de fevereiro, o grupo principal cruzou o rio Chindwin. O grupo número Um, do Tenente-Coronel Alexander, havia já transposto o rio três dias antes e penetrara trinta quilômetros adentro do território birmanês. Um destacamento comandado pelo Major Jeffries, seguindo instruções de Wingate, dirigiu-se à localidade birmanesa de Ta Nga, para realizar uma última manobra, a fim de gerar confusão. Jeffries, vestido com um uniforme similar ao de Wingate e acompanhado por outros oficiais que simulavam ser altos chefes do Estado-Maior, entrevistou-se com o prefeito pró-japonês da aldeia. Depois de exigir a entrega de víveres, mencionou de maneira ostensiva, nomes de aldeias e povoações que denunciavam que sua marcha rumava para o Sul.

As tropas do Grupo Um penetraram na mata, onde, de acordo com os informes obtidos, estava acantonada uma guarnição nipônica de 250 homens. Teve então lugar o primeiro choque armado entre as forças de Wingate e os nipônicos. Os gurcas emboscaram uma patrulha japonesa e conseguiram aniquilar a maior parte dos homens que a formavam. Alguns sobreviventes, porém, conseguiram fugir e alertar o restante dos seus companheiros. Estes abriram fogo imediatamente com morteiros e os disparos espantaram e puseram em fuga as mulas que transportavam as munições dos britânicos. Assim, os nipônicos conseguiram escapar à provável derrota que os esperava. Enquanto o grupo Um era assim entorpecido em sua ação, o

Dois, sob as ordens de Wingate, continuava avançando através da floresta.

A 15, 16 e 17 de fevereiro os aviões da RAF lançaram os primeiros suprimentos sobre as colunas britânicas. O avanço, dada a impenetrabilidade da região, se efetua-va num ritmo muito inferior ao previsto. Os vinte e quatro quilô-metros diários calculados se ha-viam reduzido a dezesseis. No dia 26 de fevereiro, a força alcançou a localidade de Tonmakeng, situada aproximadamente na metade do caminho até a estrada de ferro que corria entre Mandalay e Myitkyi-na. Ali, Wingate reuniu os seus ofi-ciais e lhes deu instruções finais para a aproximação da via férrea. As colunas do grupo se interna-riam rumo ao leste por uma senda que serpenteava entre colinas sel-vagens. Abrindo passagem a facção, os soldados britânicos se interna-ram na região. A zona era tão im-penetrável que os homens só po-diam avançar um a um. Durante três dias, os soldados progrediram nessas difíceis condições através da região.

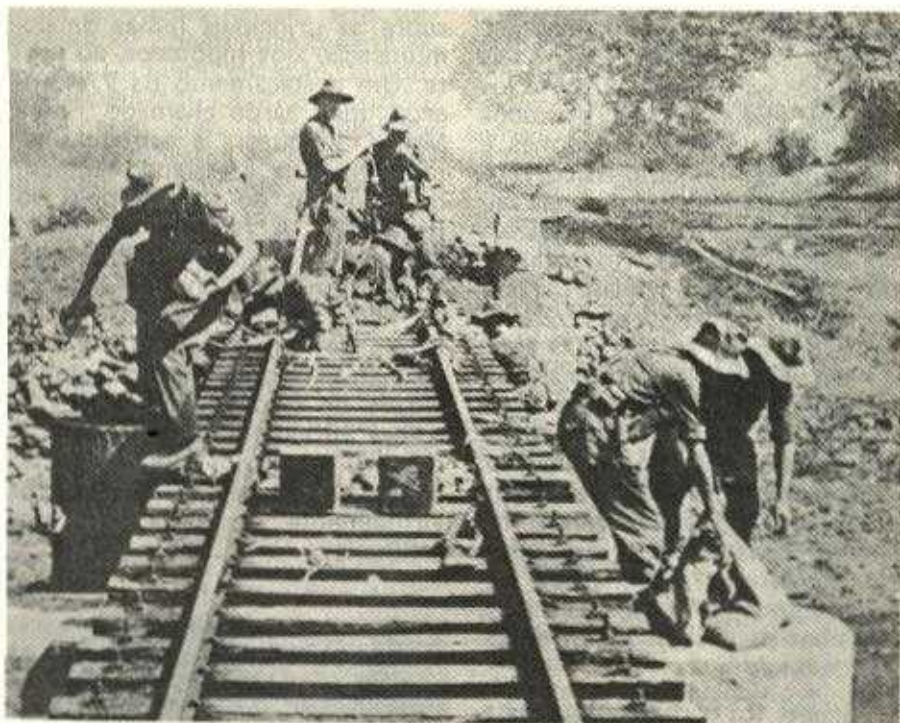
Enquanto isto, ao Sul, as tropas do grupo Um, assinaladas pelos ja-poneses, foram emboscadas e os remanescentes evadiram-se para a Índia em pequenos grupos, sem ví-veres e quase sem munição.

A 3 de março o Grupo Dois al-cança a via Férrea. No norte, reali-zou-se a operação principal. As co-lunas comandadas pelos Majores Calvert e Fergusson convergiram sobre o objetivo. As tropas de Cal-vert defrontaram com encarniça-da resistência dos japoneses. Não

obstante, lograram apoderar-se fi-nalmente da estação ferroviária de Nankam, onde cumpriram os pla-nos de demolição, destruindo três pontes e cortando a ferrovia em numerosos lugares. As tropas do major Fergusson operaram mais ao sul. Depois de manter uma breve e renhida escaramuça com um desta-camento nipônico, instalaram suas cargas explosivas na encosta de uma colina cortada a pique na mar-gem da ferrovia. Quando os explo-sivos detonaram, centenas de tone-ladas de rocha obstruíram a estra-da de ferro. Além disso, numa operação similar, mais uma ponte foi mandada pelos ares. Desta ma-neira, apensar da perda de parte de suas colunas, Wingate cumprira com pleno êxito a missão que pla-nejara. A penetração das suas for-ças semeou a confusão na reta-guarda nipônica e bloqueou tam-bém a principal via de abasteci-mento.

A situação geral agora era um impasse. Enquanto os japoneses tentavam afogar o IV corpo Britâ-nico. Os Chindts estavam sufocan-do as duas Divisões japonesas que enfrentavam os chineses de Silwell e perturbando o já precários supri-mentos para seu ataque aos inglê-ses na fronteira indiana. A ques-tão agora era saber quem apertaria mais forte, e quem aguentaria mais. Com o abastecimento aéreo as for-ças aliadas podiam continuar respi-rando até que os japoneses tives-sem que afrouxar seus bloqueios.

Há ainda dois detalhes a consi-derar: os japoneses desejando uma batalha de aniquilação não deixara uma saída para o IV corpo, que



foi obrigado a resistir, e ao "vencedor de Cingapura" não ocorreu que, após mais de dois anos de guerra, os soldados britânicos e indianos estariam inevitavelmente mais treinados e mais experientes.

Reforços aliados chegaram de avião. Já não havia mais dúvidas quanto à queda dos bloqueios dada a forte pressão que fazia a 2ª Divisão, que aprendendo a arte da guerra na selva, verificou que tinha caminhões demais e outros apêndices desnecessários nesse tipo de guerra. Quando preparam efetivos para guerra na selva, os oficiais de Estado-Maior se esquecem de que a marcha a pé, com uns poucos ca-

minhões para transportar suprimentos, é extraordinariamente rápida, como os japoneses demonstraram tantas vezes, e que após certo ponto, os caminhões atrapalham mais do que ajudam.

Os japoneses estavam a 160 km de suas bases. Wingate havia cortado duas de suas três precárias linhas de comunicações, e enquanto os japoneses atacassem gastavam o resto da munição que tivessem. Víveres já quase não havia.

O Exército japonês, carente de munição e suprimentos, com seus homens curtindo fome e com o flanco ameaçado, ignorou as ordens de avançar e começou a recuar

para o Chindwin, os grandes responsáveis tinham sido os temíveis incursores da selva de Wingate, os "chindts". Estes, agora procurados pelas tropas do Exército japonês, e a beira do esgotamento físico, retiraram-se em uma só coluna pela selva. Ainda na retirada castigavam a retaguarda japonesa. Do total de 3.000 homens que haviam partido de Imphal sobreviveram 2.182. Destes últimos, apenas 600 estavam em condições de voltar a prestar serviços imediatamente. Pela primeira vez os britânicos tinham algo de que poderiam ter orgulho, desde o início da guerra no Oriente. Os japoneses, após verem eliminadas sistematicamente suas bases e cortados seus suprimentos, haviam empenhado batalhões e mais batalhões para caçar estes fantasmas da selva.

Wingate foi considerado um herói e tornou-se um símbolo. Os chefes de Estado-Maior aliados discutiram suas ações em Quebec e o comando aliado na Índia recebeu recomendações de apoiar novas incursões. Eles agora deveriam cortar todas as comunicações das 18ª e 56ª Div japonesas, que defrontavam os exércitos sino-americanos do Gen Stilwell.

Desta vez com apoio, Wingate ficou com cinco brigadas, cada qual integrada por quatro batalhões, sob seu comando. Uma destas, a 16ª Brigada, entrou na Birmânia a pé, enquanto que as demais chegaram de avião, a partir da noite de 5 de março. Pelo final de março, elas haviam colocado um obstáculo quase inexpugnável

sobre as principais linhas de comunicação dos nipônicos, ao norte. Um destacamento da 77ª Brigada, mais tarde chamado Força Morris, bloqueara a estrada Bhamo-Myitkyina, e privando também os nipônicos do tráfego pelo rio Irrawaddy. A ferrovia Mandalay-Myitkyina foi igualmente cortada. Uma formidável posição defensiva ficou estabelecida na "White City", na ferrovia, como um pote de mel, para mais aguçar a ofensividade do soldado nipônico. Travou-se ali violenta luta, de 6 a 18 de abril, na qual a força atacante, composta de seis batalhões, foi virtualmente destruída com sua artilharia.



Os japoneses haviam sido surpreendidos pelos desembarques. Após a primeira operação Chindit, eles esperavam idêntica incursão, mas, como Slim, o Comandante japonês, subestimara seus possíveis efetivos. Durante algum tempo os japoneses permaneceram na ignorância do vulto da força Chindit, em virtude do que despachavam apenas batalhões contra ela, que foram sendo batidos um por um. Ao todo, onze batalhões entraram em luta com os Chindits e foram por eles destruídos durante esse período. Estes batalhões saíram principalmente das unidades que protegiam a costa da Birmânia contra possíveis desembarques navais, pois assim que perceberam o tamanho dos desembarques Chindits, os japoneses souberam que Mountbatten não se podia dar ao luxo de desembarcar na costa naquela estação, tampouco pelo ar no norte da Birmânia. Um batalhão foi retirado de cada uma das divisões que enfrentavam os chineses e da 15ª Divisão, em Imphal. Prossegue a retirada japonesa.

Comandantes de divisão são derrotados por Mutaguchi, mas isto de nada ajudou aos japoneses. Os ingleses ainda tentam cercá-los, contudo, a tentativa de cercar a 15ª e a 31ª Divisões fracassara, os japoneses lutaram obstinadamente para manter um corredor aberto até que suas esgotadas divisões passassem. A resistência organizada cessou no dia 8, as tropas britânicas foi, então ordenado que perseguissem o inimigo, que recuava para o Chindwin. Mas, como diz a história Oficial: "Não havia neces-

sidade, de levar a perseguição até o Chindwin, pois grande parte dos homens da 15ª e 31ª Divisões que haviam sobrevivido à batalha (Kohima-Imphal) foi encontrada morta ou moribunda, vitimada por doença e exaustão. Corpos, canhões, veículos e equipamentos jaziam no atoleiro em que se haviam transformado as trilhas. Eram cenas de horror que despertavam pena, pois era evidente que muitos deles, dobrados pela doença, pelos ferimentos e pela fome, haviam caído na lama mole que enchia valas e buracos e nela se afogado".

Assim, quando a monção começou, terminou a grande ofensiva "U-Go", a chamada "Marcha sobre Délhi". Ela fora uma tarefa administrativamente impossível para os japoneses. Wingate não viu o sucesso obtido, colhido que fora pela morte, num acidente aéreo a 24 de março.

Por certo, fizeram-se conjecturas a respeito dos motivos que determinaram a tragédia. A Força Aérea dos EUA abriu um inquérito a respeito do desastre, mas os resultados jamais foram divulgados. Tanto o piloto quanto a tripulação tinham fé de ofício excelente; o bombardeiro era novo, estava em ótimas condições de manutenção, o Cmt da Força Aéreo tática põe de lado as condições atmosféricas como possível causa do acidente.

A única outra razão plausível para o desastre, além de um eventual defeito mecânico, é a sabotagem: um dispositivo qualquer pode ter sido colocado no avião em Imphal, onde era sabido que Wingate iria estar, a fim de reunir-se

com outra autoridade militar. Todavia, há provas de que o avião jamais foi abandonado pela tripulação, enquanto permaneceu no aeródromo local.

Wingate morreu, como muitos outros, a serviço de sua pátria e de seus companheiros de luta. Sua morte constituiu rude golpe para os Chindits e para o Exército da Birmânia. Por sua conduta pessoal, bem como por suas concepções brilhantes e originais, transformou o panorama daquela zona de operações de guerra, tirando-a do marasmo em que se encontrava. Introduziu concepções novas, fazendo uso de métodos e armas modernas, em escala jamais empregada anteriormente e que revolucionaram por completo a doutrina e as operações bélicas em zonas totalmente desconhecidas e inóspitas.

Foi Wingate quem introduziu na campanha da Birmânia método totalmente inédito de se opor às concepções japonesas de conduta de guerra e em condições de terreno que exigiam o abandono completo de doutrinas obsoletas. Sabia como ninguém, não somente "a maneira de tirar todas as vantagens de uma situação, mas também como provocar tal situação". Em virtude de sua morte precoce, não lhe foi permitido aproveitar-se de todas as oportunidades criadas por sua extraordinária inventiva e enorme energia.

Sua morte, as baixas havidas entre os Chindits tinham sido relativamente leves, em comparação com as que infligiram ao inimigo, e assim continuou enquanto o ritmo de seus planos foram manti-

dos. Durante aquele período, Masters, da 111ª Brigada, afirmou que enquanto perdera 45 homens, entre mortos e feridos, causara mais de 400 baixas ao inimigo.

Somente depois que Slim pôs de lado as doutrinas de Wingate retornou às técnicas estereotipadas e obsoletas de guerra foi que os Chindits passaram a sofrer baixas em número crescente.

Wingate permanecerá para sempre uma figura controversa. Wavell, Mountbatten sempre procuraram apoiá-lo contra os generais da velha escola. Muita gente se indaga, ainda se Wingate poderia ter cumprido sua missão sem provocar a ira do seu Chefe e dos estados maiores. A zona de operações de guerra da Índia e da Birmânia nada mais era do que uma roda que se movia lentamente e foi necessária a sua presença para que saísse do chavascal em que foram metida pela complacência de muitos e omissão de tantos.

Todos os que sob suas ordens serviram — não importa de que posto ou patente —, são testemunhas da confiança que suas palavras inspiravam. Como qualquer um que morre, Wingate era insubstituível, mas teve que ser substituído.

Slim escolheu o enquadrado, disciplinado e ortodoxo Gen Lentaigne, que naturalmente não estava a altura de Wingate, mas ao menos não criava casos para Cheges sem imaginação. Com Lentaigne, no comando, Slim achava que podia exercer melhor controle. Os britânicos já haviam vencido sua maior batalha. Dos quase 100.000 homens com que o Exército japo-

nês iniciou a ofensiva, perderam-se 53.000, 30.000 dos quais morreram. A maioria dos que escaparam, ou se encontravam desnutridos, ou feridos ou portavam doença contraída na região. As duas divisões do norte, com suas comunicações precárias, sofreram o pior, e as 15ª e 31ª Divisões japonesas podiam ser riscadas como unidades combatentes. A 33ª Divisão, baseada em estradas, recuou em melhor ordem, mas ainda era hostilizada pela RAF, que a acompanhava pelas estradas e provavelmente causou quase tantos danos a seus veículos e equipamentos quanto as divisões de infantaria tinham feito.

O papel de Slim nesses acontecimentos foi ambíguo. Ele não se entusiasmara com a operação Chindit e em grande parte o planejamento para a sua formação se fez sem o seu conhecimento. Devido-se à indústria de Mountbatten para que se realizasse a operação e à exigência inabalável de Stiwell para que se cumprisse a promessa feita pelos britânicos em Quebec — a vinda dos Chindits de avião. Slim, infelizmente, sempre desfavorável a essas operações no norte da Birmânia, tendia a depreciá-las. Era até certo ponto natural que ele se ressentisse da presença de um comandante como Wingate operando na sua frente, porque incomodava a seus generais a independência e singularidade com que Wingate combatia o inimigo, embora reconhecesse Slim que ele muito fizera, com seus sucessos, em favor do moral do 14º Exército.

Pouco antes de sua morte, Win-

gate sugerira a Slim que desviasse todo o seu esforço para oeste, a fim de cortar as comunicações sobre o Chindwin, guarnecendo as margens leste do rio atrás de Mutaguchi. Slim, embora atraído pela idéia, recusou-a por dois motivos. Primeiro, ele achara que a região seca, sem água e aberta desde Kalewa até o sul, era inadequada para operações Chindits; segundo, objetivo principal da temporada de 1944 era abrir caminho para a China. Wingate, que estava decidido a não perder o domínio sobre as comunicações japonesas com o norte da Birmânia, observou que Stiwell parara seu avanço e que os chineses na frente de Salween estavam inertes. Pouco adiantava, disse ele, cortar as comunicações de uma força que se podia manter perfeitamente sem elas, por lhe ser possível viver das suas reservas e de produtos locais.

Mas Slim permaneceu inflexível. Os britânicos haviam prometido cortar e manter cortadas estas comunicações com o norte, e a promessa seria cumprida. A decisão pode ter sido também influenciada pelo fato de Slim não querer dever aos Chindits a vitória sobre os japoneses. Agora a vitória seria certa, porque os japoneses não poderiam suportar por muito tempo a falta de suprimentos.

Embora o papel principal dos Chindits fosse ajudar a força sino-americana a avançar e abrir caminho para a China, suas operações foram a real causa da vitória. Havia cortado as comunicações terrestres das 31ª e 15ª Divisões japonesas, que atacaram Kohima e

o norte de Imphal. Também destruíram depósitos a leste do Chindwin e isolaram grande quantidade de transportes, destruindo várias pontes atrás deles. Do ponto de vista aéreo, a invasão Chindit atraiu metade do esforço da 5ª Divisão Aérea japonesa, que deixou seus transportes do outro lado do Chindwin excessivamente faltas de apoio.

Em abril, a invasão teria, um efeito ainda mais sério. Mutaguchi vinha dependendo da 53ª Divisão, que havia chegado à Birmânia, como reserva para ajudá-lo a tomar Imphal. O Exército da Birmânia, porém, desviou toda a 53ª Divisão para eliminar as forças da selva. Mutaguchi queixou-se, mais tarde: "Se eu tivesse apenas um regimento da 53ª Divisão, poderia ter to-

mado Imphal e aberto o caminho para a Índia".

Em meio houve importante mudança no plano dos Chindits. Lenta e rapidamente acreditava, erroneamente, que suprimentos estavam sendo infiltrados entre os obstáculos, onde de qualquer modo, as suas pistas de pouso logo seriam inundadas pela monção iminente. Por isso decidiu mudar sua área de operações para o norte. Uma brigada foi retirada de avião e as outras forças dirigiram-se para posições inúteis.

Stiwell era radicalmente contrário a este plano, por considerá-lo conflitante com os acordos feitos na "Conferência de Quebec". Ele temia que reforços japoneses chegassem a Mongaung — Myitkyina (o que aconteceu). Por isso, queria que os Chindits continuas-



sem operando na área que conheciam e dominavam, proibindo-os de imiscuir-se no planejamento da batalha tática, dominado que estava pelos efeitos que uma retirada pudesse ter sobre o moral dos birmaneses. Ele dispunha dos "Incursores de Merrill" para penetrações de curta distância e apresentou vigorosamente suas objeções a Montbatten, Slim e aos Chefes de Estado-Maior em Washington.

Stiwell, foi ignorado, Moutbatten levou Slim, que estava ocupado com as inferências da batalha de Imphal, a avistar-se com Stiwell. Com seu tato e sua simpatia funcionando a pleno vapor, e confiando na antiga amizade que os unia e na identidade de propósitos que mantinham, Slim conseguiu convencer Stiwell de que o plano de Lentaigue assentava em necessidades logísticas. Como compensação, ele ofereceu-se para colocar a força Chindit, formada de cinco brigadas, à disposição de Stiwell e sob seu comando, isto causaria mais dificuldades, posteriormente, porque Stiwell não sabia bem o que eles já haviam feito, nem conhecia a capacidade daquele grupamento. Slim, jamais gostou do papel e dos métodos de operação por eles adotados e ficou satisfeito em ter menos uma formação com que se preocupar. Stiwell concordou com o plano e em assumir o comando dos Chindits.

Nesse meio tempo, Stiwell vinha avançando lentamente, por meio de uma série de ganchos em torno dos regimentos da 18ª Divisão, que o enfrentava. Estes ganchos eram realizados pelos "Incur-

sos de Merrill", que haviam treinado com os Chindits e eram a única unidade de terra totalmente americana existente no continente asiático. O grupamento americano era de excelente qualidade, mas Stiwell, forçado pelas circunstâncias, usou-os repetidamente, até que, em agosto, estava acabado. Os "Incursores" foram lançados num último golpe, brilhante em seu planejamento e execução, no qual marcharam sobre as acidentadas colinas e tomaram o aeródromo em Myitkyina, numa forma de "salto entre ilhas" em terra tão sonhado por Wingate. Uma divisão chinesa foi levada imediatamente de avião para lá, mas não antes que 3.000 japoneses se entricheirassem numa posição praticamente inexpugnável, na cidade de Myitkyina, de onde só foram varridos após dois meses e meio de luta, e por 30.000 soldados aliados.

Finalmente, em agosto, quando Myitkyina caiu e os chineses se deslocaram para o sul de Mogaung, a campanha no norte se aproximava do término. A partir de julho, os Chindits começaram a ser retirados de avião, sendo substituídos pela 36ª Divisão britânica, também levada de avião do Arakan. Em setembro, os objetivos da "Conferência de Quebec" haviam sido alcançados. Mogaung e Myitkyina, além de uma área ao sul delas, estavam em mãos aliadas e em pouco o oleoduto e a estrada para a China foram abertos. O aeródromo de Myitkyina podia ser usado como posto de parada e a perigosa rota para a China sobre o Himalaia, embora ainda usada, po-

dia seguir um caminho de vôo menos difícil. A ofensiva setentrional de Stilwell Chindit conseguira atravessar as montanhas, passando a constituir série ameaça ao flanco direito e à retaguarda de Mutaguchi muito antes que o 14º Exército tivesse atravessado o Chindwin.

A operação sino-americana-Chindit derrubara a pedra angular da defesa japonesa, mas isto não aconteceu sem que se registrasse atrito no alto comando, talvez porque os atritos sejam inerentes a toda e qualquer tarefa que tenha de ser bem feita...

O restante da campanha, a reconquista da Birmânia, foi ainda muito dura. Em situação crítica, os japoneses lutaram com tal fanatismo e devoção, que houve quem dissesse: se fossem ingleses ou americanos teriam sido todos condenados com a Victoria Cross ou com a Medalha de Honra do Congresso. Por conseguinte os aliados tiveram que lançar o máximo de sua superioridade técnica para superar o espírito de sacrifício dos herdeiros dos samurais. Ataques aéreos, maciços e cerrados, prolongado bombardeio de artilharia pesada e morteiros estavam sempre na ordem do dia. Os tanques tinham de ser guinchados para serem posicionados de forma a que seus canhões pudessem destruir uma posição de Bunker japonesa que poderia deter o avanço de 500 soldados de infantaria. Bulldôzers eram usados juntamente com tanques e artilharia média para que eles pudessem, ser postos em posições de onde poderiam assestar

seus canhões nessa difícilíssima região montanhosa e coberta de selva.

O fino cordão umbilical que ligava a Índia limitava o vulto da ofensiva britânica, mas não sua tenacidade. As tropas Chindits foram cada vez mais utilizadas fora de suas características. Apenas ajudou a forçar aos japoneses manter grandes reservas por receio de incursões. Infelizmente Slim não gostava de qualquer forma de operação de pára-quedistas e estes não tiveram qualquer oportunidade na sua frente. Isto pode ter retardado a vitória, mas esta já era certa.

Na campanha, podemos discutir o papel do Gen Slin. Ele não foi, de modo algum brilhante. Era tenaz, mas não foi responsável por qualquer inovação no campo tático ou estratégico e tampouco, assimilava rapidamente os novos meios de lograr o inimigo. Por exemplo, ele jamais gostou de usar forças especiais, como pára-quedistas ou comandos, talvez por não ter percebido todo o seu potencial. O que sem dúvida reduziu a robustez de suas forças. Ele relutava em explorar as oportunidades que as operações tipo Chindit possibilitavam e, embora não pudesse conseguir coisa alguma, naquele teatro de operações, sem o abastecimento aéreo, ele demorou a confiar nele. Seu desenvolvimento de tropas era sensato, mas raramente brilhante. Somente venceu porque contou com um Ord Wingate e esmagadora superioridade de meios.

Quanto a Wingate, não há o que discutir. Entre outras coisas, pelo estudo de suas campanhas, mostrou a nós brasileiros que:



A selva, na parte operacional, assemelha-se ao mar. Não é ocupar o terreno que é importante, mas destruir o inimigo.

As tropas de selva assemelhavam-se a submarinos no mar; ocultam-se e atacam de surpresa.

A selva favorece a aproximação oculta, portanto o ataque. A defesa é muito difícil, bem como a localização de tropa oculta na selva.

A melhor defesa é emboscar o inimigo no caminho.

A situação ideal para a tropa de selva é estar oculta na selva enquanto o inimigo permanece e se desloca por estradas ou rios. A vantagem é de quem ataca de surpresa partindo da selva. Uma tropa que está fora da selva, seja em clareiras, estradas, rios ou bases, está em desvantagem em relação a uma que se aproxima oculta pela selva e ataca.

O Cel Gélío Augusto Barbosa Fragapani serve atualmente no Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, Brasília, DF.

A MISSÃO DA CPRM É DESCOBRIR RIQUEZAS MINERAIS

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM é uma empresa brasileira, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, criada para realizar serviços de pesquisas minerais e hídricas. Suas atividades estendem-se por todo o território brasileiro, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, destacando-se:

LEVANTAMENTO GEOLÓGICO BÁSICO • LEVANTAMENTO POR SENSORES REMOTOS • LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DE DETALHE E SEMI-DETALHE • SONDAGEM • PROSPECÇÃO GEOFÍSICA • PROSPECÇÃO GEOQUÍMICA • ENSAIOS TECNOLÓGICOS DE BENEFICIAMENTO MINERAL E METALURGIA EXTRATIVA • LEVANTAMENTO HIDROGEOLÓGICOS • LEVANTAMENTO E OPERAÇÃO DE REDES HIDROLÓGICAS • ANÁLISES.

TECNOLOGIA DE NÍVEL INTERNACIONAL E UMA EQUIPE DE ALTA COMPETÊNCIA

Contando com elevado potencial humano e tecnológico, elementos de equilíbrio imprescindível à obtenção de uma eficiência máxima, a CPRM faz frente aos desafios de sua elevação, apoiando-se nos mais modernos métodos tecnológicos e constante aprimoramento de seu pessoal técnico de apoio. Os técnicos da CPRM reúnem ampla experiência em trabalhos de campo realizados em áreas de condições adversas como a floresta tropical úmida e as regiões áridas e semi-áridas.

A CPRM conta, atualmente com mais de 800 técnicos e cientistas ligados às áreas de geologia, engenharia de minas e tecnologia mineral, incluindo geofísicos, geoquímicos, engenheiros de minas, engenheiros químicos e advogados, entre os seus 3.800 empregados.

A CPRM está, portanto, qualificada para empreender um largo programa de exploração e desenvolvimento mineral no Brasil e no exterior.



CPRM Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Av. Pasteur, 404 - Praia Vermelha • 22292 • Rio de Janeiro • Brasil



A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA NA DOCTRINA MILITAR

Paulo de Queiroz Duarte

A História é o registro ordenado, geralmente escrito, dos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e militares dos vários países e nações que habitam, ou já habitaram o nosso tumultuoso planeta. Tem a roupagem de ciência, embora não o seja, pois os princípios que fornece, deduzidos dos fatos e conseqüências expostos à luz da verdade, nem sempre se comportam da mesma maneira, dificultando assim a interpretação das leis gerais que os regem, o que lhe a feição de pura arte, exigindo de seus estudiosos um elevado grau de senso analítico.

A História Militar, parte especializada da geral, trata do comportamento e das atividades das forças armadas, nelas compreendendo o comando e a tropa, no decurso das passadas campanhas. Seu estudo consciencioso é um inesgotável manancial de conhecimentos básicos da arte da guerra; por essa razão, em todas as escolas

militares do mundo constitui ela disciplina obrigatória. É que a boa compreensão do que ocorreu no passado, pode permitir conclusões válidas para situações idênticas presentes, ou futuras. De outra parte, uma má compreensão, com falsas interpretações, pode conduzir a um verdadeiro desastre. Assim é que, dos estudos históricos, dignos de confiança, se podem tirar ensinamentos de várias naturezas; contudo, devem eles ser usados com cautela, posto que as analogias, por vezes são enganosas.

Décepções e desastres, não raro, provieram de se adotarem, para situações presentes, as mesmas soluções dadas à situações semelhantes, ocorridas no passado. O aforisma de que a História se repete contém certa dose de verdade. Não obstante, é preciso ter presente que as situações no terreno prático raramente se repetem exatamente, e nessa diferença podem

estar embuçados os fatores mais decisivos, determinantes do sucesso ou insucesso. As analogias só são válidas, por conseguinte, se os fatores inerentes às situações forem realmente idênticos.

O estudo comentado da História, praticado por expertos no assunto, pode ressaltar de modo eloquente erros e acertos, indicando os recursos postos em ação para sanar os inconvenientes oriundos das próprias ações, ou das que nasceram do comportamento do adversário, possibilitando, no primeiro caso evitar, ou pelo menos atenuar os efeitos da ação contrária; no segundo, sugerir recursos para lhes dar mais ênfase, sempre estribados em casos concretos, reais, de pretéritas lutas, mesmo que delas não se tinham participado, pois é sempre preferível e mais inteligente aprender à custa alheia, que da curtição das próprias feridas! Esta é, também uma grande vantagem que ela nos proporciona. E é por isso que a História é tida como a Mestra da Vida.

Já nos meados do Século XVI, quando o nosso Brasil, inda imberbe, se via à braços com a invasão levada a cabo pelos franceses de Willegaignon, Camões, em "Os Lusíadas", ao arrematar com chave de ouro o último Canto do seu imorredouro poema, não se esqueceu de lembrar a seu rei (D. João III) este ensinamento:

*Tomai conselho só de
experimentados,
Que viram longos anos, largos
meses,*

*Que, posto que em cientes muito
cabe,
Mais em particular o experto sabe.
De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Anibal encarnecia,
Quando das artes bélicas, diante
Dele, com larga voz tratava e lia.
A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na
fantasia,
Sonhando, imaginando ou
estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.*

Na verdade, todos os grandes chefes militares foram buscar nos acontecimentos passados a inspiração para as suas decisões. Napoleão recomendava aos seus subordinados a leitura repetida das campanhas de Alexandre, Aníbal, Gustavo Adolfo, Turenne, Frederico, o Grande. Dizia que esta era a única maneira de um chefe militar assenhorar-se da Arte da Guerra.

A utilidade teórica do estudo da História para o estrategista corresponde à que o xadrezista desfruta, analisando as partidas dos grandes mestres. Segundo Toynbee: "As lições da História são como uma carta náutica para o navegante, mas cabe a ele escolher a derrota a seguir e traçá-la devidamente na carta".

A História apresenta ainda outra interessante faceta, qual a de instruir e educar o povo de um modo geral, sobretudo se perquirir e explana com profundidade, quando consegue dar-lhe autoconfiança, facilitando-o deslumbrar o seu porvir. Para o caso da guerra, ela não determina; todavia, aconselha sabiamente os caminhos a seguir. E, não só tem essa validade:

seu conhecimento permite antever, em alguns casos, certos preceitos ou regras doutrinárias seguidas pelos prováveis inimigos, por deduções de seus anteriores procedimentos.

Muitos são os exemplos oferecidos por governos de nações pequenas, de fraco potencial bélico que, por total desconhecimento da História, e fiados na ignorância de seu povos, ousam desafiar e até agredir nações mais poderosas que, pacíficas ou não, são constantes em reprimir com vitalidade e energia os agravos às suas soberanias. O desfecho em tais casos é sempre presumível e a História no-lo aponta. É o caso da Guerra do Paraguai, ou da que se originou recentemente com a ocupação intempestiva das Ilhas Malvinas no Atlântico Sul, para não ir além do nosso continente. E é por isso que a História, preceptora sábia e desvelada, nos inspira como equacionar, com prudência e acerto as questões entre nações, facilitando soluções equânimes, que evitam a guerra, pelo perfeito entendimento entre os homens de boa vontade.

A História mostra-nos que em todos os tempos sempre existiram povos belicosos e povos de índole pacíficas. Pacífica, a Nação Brasileira tem sido poupada de muitas ações bélicas, não obstante, nem sempre lhe foi possível evitar os azares de uma guerra. Mas, em todas, o patriotismo, a constância, a bravura e a inteligência criativa dos homens dessa abençoada pátria superaram, embora com pesados tributos, as forças do mal, apesar dos descuidos dos seus gover-

nantes. É que os povos de índole pacífica esquecem facilmente o ditado: "Si vis pacem, para bellum", e os longos períodos de paz geram a consciência de que as Forças Armadas são instituições onerosas e, sobretudo inúteis e, em decorrência, os orçamentos para seus aparelhamentos são drasticamente reduzidos.

Mas aí está a História: brado sempre alerta para exitar as memórias fracas. Nunca esquecer que às vésperas da agressão paraguaia, Frederico Carneiro de Campos, em discurso na Câmara, justificando a negativa a um projeto que concedia um pequeno aumento de efetivo para o Exército, alegara que os nossos vizinhos eram bonzinhos... E, por fatalidade, pouco depois, ele próprio acabou sendo a primeira vítima da fúria marvótica da indiada guarani...

É a História, de certa forma responsável em dar características dinâmicas à Doutrina Militar, assegurando-lhe a evolução em sintonia com os conhecimentos científicos e tecnológicos da humanidade, em constante progresso, notadamente após o desfecho dos grandes conflitos armados. Por isso muitas regras e preceitos doutrinários são revistos de tempos em tempos, a fim de acompanhar passo-a-passo aqueles progressos, para que a guerra possa ser conduzida de modo mais eficiente, rápido e econômico.

Temos que a Doutrina de Guerra deriva da Doutrina da Segurança Nacional, a qual tem suas raízes nas Hipóteses de Guerra, cujo escopo, especificamente, se reduz

em garantir a sobrevivência do Estado como entidade física e política, levando em linha de conta as forças vivas de uma nação, preservando-lhe a organização, mobilização, adestramento e emprego nas mais variadas condições, atentas às ditas Hipóteses de Guerra.

A Doutrina é constituída por um elenco de conceitos, princípios, processos, regras e normas destinadas ao preparo da guerra. Grande e complexo é pois a série de documentos e estudos necessários à sua codificação. Apresenta na sua concepção filosófica duas nuances: a Doutrina de Guerra e a Militar. A primeira é parte complementar da Segurança Nacional, e trata da compreensão e definição dos fenômenos políticos da guerra e a preservação da segurança; a segunda, a Militar, se fundamenta nos princípios, processos, normas e regras que condicionam e orientam o emprego das Forças Armadas, consideradas individualmente, ou em cooperação com as demais co-irmãs, quer no campo estratégico, quer no tático. Seu estudo sistematizado deságua na execução propriamente dita; dá origem, necessariamente aos regulamentos e manuais técnicos e de campanha que, em seu conjunto, preservem e ensinam, em última análise, a arte de guerrear em seus diferentes graus profissionalizantes.

Para a formulação das hipóteses de guerra a História fornece valiosos subsídios, seja pela análise do comportamento dos prováveis agressores no passado, seja pelo comportamento do próprio país

nos conflitos de que participou isolado ou aliado a outros. Por essa razão, os registros históricos ainda constituem a única fonte de conhecimento aonde os dirigentes podem obter elementos para o entendimento das intrincadas relações internacionais. Essas Hipóteses de Guerra consideram iminentes ou menos iminentes os conflitos. A História comprova esta assertiva. Mas, modernamente as guerras têm surgido de forma repentina e brutal e o complexo preparo das Forças Armadas não pode ser feito com a rapidez desejada, o que exige uma constante preparação.

A arte de guerrear — ato de conduzir a guerra — como toda a arte que se presa, subordina-se aos princípios básicos e procedimentos gerais, e técnica da dinâmica que regem o emprego das Armas, sempre em evolução, o que exige dos verdadeiros chefes militares uma boa dose de inteligência criativa, temperada com malícias. Eminentemente prática, a arte de guerrear se fundamenta numa filosofia positiva, que rejeita qualquer noção a priori, para admitir apenas os princípios, preceitos regras e processos lógicos que despontam do estudo e da observação acurada de certos fatores, como o geográfico, histórico, econômico, psiquossociais etc, etc.

Mas, de todos esses fatores, indubitavelmente, o histórico avulta por sua notável relevância, pois oferece preciosa e inestimável contribuição, descrevendo e analisando o comportamento dos contendores em passadas campanhas,

próprias ou alheias, que, estudadas convenientemente, consagram ensinamentos duradouros que condicionaram o desfecho de uma guerra, uma batalha, ou mesmo o de um simples combate.

Uma Doutrina Militar sólida exige a experiência de muitos conflitos, a consciência nacional de que a guerra é um acontecimento sempre possível e inopinado, e sobretudo, a independência tecnológica.

Há nações que têm suas doutrinas de guerra no mais elevado grau; em outras elas ainda não passaram da fase ditática, por absoluta falta de objetividade dos altos escalões de comando em conceberem suas hipóteses de guerra, pela timidez em se fixar nos prováveis inimigos. Outras, ainda em estágios inferiores sob o ponto de vista militar, ou por serem em extremo pacifistas, ainda não chegaram a cogitar do assunto...

Assim, nações ricas, tidas como potências militares, que pagaram elevados preços para desfrutarem desse estado, dispõem de volumoso cabedal de experiência, traduzido nos preceitos de suas doutrinas de guerra, alicerçadas estas nos

documentos guardados nos escaninhos de seus arquivos históricos, que relatam os casos ocorridos nos numerosos conflitos armados de que participaram, isoladas ou em alianças com outras nações. E, com tais recursos puderam coligir e fundamentar os princípios normativos da conduta nacional na contingência de ter que enfrentar uma nova guerra, mesmo global; levando em linha de conta, naturalmente, o estágio da riqueza, a prosperidade, a independência do seu parque industrial e a capacidade energética, ou estado emocional de seu povo.

Tais nações ricas, experientes, extravasam influências e ensinamentos doutrinários às mais pobres e inexperientes. Estas, em estágios inferiores de progresso, de poucos recursos financeiros e sem a necessária ilustração histórica, consequência direta dos poucos casos vividos, sentem a necessidade de absorver tecnologia das mais experientes, aceitando missões militares estrangeiras, por meio das quais perfilam princípios das escolas importadas, às vezes sujeitas a verem violados seus segredos de Estado.



*Gen Paulo de Q. Duarte é pesquisador de História Militar Brasileira, autor dos seguintes livros: **Dias de Guerra no Atlântico Sul**; **O Nordeste na II Guerra Mundial – Antecedentes de Ocupação**; **O Vira-mundo – História do III Grupo do 5º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria** (inédito); **Lecor e a Cisplatina** (inédito); **Nos Meandros do Paranapanema** (inédito). É autor ainda da obra **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**.*

Corisco II Turbo.

O quadriplace executivo com jeito de caça.



Todo aviador busca em seu avião as linhas agressivas e aerodinâmicas de um caça.

O Corisco II é assim: hélice tripá, prestigiada por um spinner audacioso, em harmonia com a carenagem do motor. Linhas de um caça. Suas asas afiladas, de grande alongamento e baixo arrasto induzido, possuem aerofólio de escoamento laminar - como o Mustang P-51 - e enormes ailerons, que sugerem agilidade em manobras e garantem o controle absoluto a baixas velocidades. O cockpit,

em confortável ambiente de couro legítimo, oferece um painel IFR completo e profissional.

Os comandos são ergonômicos e funcionais como a alavanca dos flaps, de atuação mecânica direta e precisa: maior rapidez no acionamento, maior segurança numa arremetida. Mais tranquilidade para sonhar, nesse sofisticado caça de quatro lugares. Numa cabine onde o nível de ruído não passa de 74 decibéis, em voo de cruzeiro.

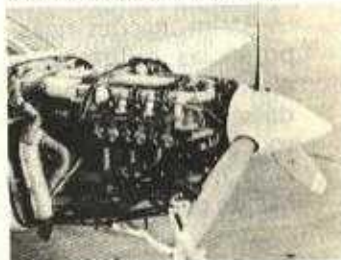
O motor Continental turboalimentado, de seis cilindros e 200 HP, propicia o desempenho de um puro-sangue em altitudes até agora privilégio dos aviões de carreira ou dos aviões de caça. Com a turboalimentação, as decolagens se tornam mais rápidas e seguras, mesmo em dias quentes e pistas elevadas.

Capaz de cruzar a mais de 280 km/h acima dos 10.000 pés,

consumindo apenas um litro de combustível a cada 6,3 km, o Corisco II Turbo se mostra indiferente à turbulência atmosférica, delicioso nas curvas de grande inclinação, seguro nas aproximações em pistas críticas.

No pouso, o avião é insensível ao abaixamento dos flaps, pois seu estabilizador em "T" fica fora da esteira turbulenta das asas e da hélice. E se o piloto, embalsado em seu sonho de caçador, se esquecer de baixar o trem de pouso, um dispositivo automático fará isso por ele, uma exclusividade dos Coriscos da Embraer.

Em suma, um caça para aqueles que gostam de pilotar. Ou uma limousine voadora rápida, segura e eficiente, para aqueles que buscam apenas se



deslocar confortavelmente de A até B, com qualquer tempo, de dia ou de noite. Levando 350 kg de carga útil a mais de 1.500 km por etapa, se for preciso. Com classe e emoção.



 **EMBRAER**



NACIONALISMO OU GOVERNO MUNDIAL - FALSO DILEMA

Roberto Miscov Filho

Cada vez mais, a "defesa nacional", não apenas a de nosso País como também a de todos os países componentes do mundo moderno, depende dos lances do xadrez da Política Internacional. Superficialmente, o que se observa é o choque, o conflito de interesses econômicos visceralmente opostos ou, pelo menos, de difícil conciliação; entretanto, no âmago do problema permanece, de fato, o firme desejo de cada nação sobreviver, conservando sua identidade, seus patrimônios físico e cultural. É, portanto, um problema fundamentalmente *político*.

Ao analisar o agudo problema armado pelo conflito de interesses das nações, o observador político pode ser levado a procurar solução em uma de duas alternativas: ou buscar saída mantendo intangível a concepção nacionalista (que

atualmente é o alicerce político de *todos* os países do mundo) ou formular nova concepção sinteticamente definida como o estabelecimento de um governo mundial, soberano e acima de todas as nações.

Pretendemos, nesta simples "tentativa de ensaio", explicitar *opinião* afirmando que aquelas alternativas constituem um falso dilema.

Nacionalismo — "A Defesa Nacional" nº 707, de Maio-Junho/83, publicou um artigo ("Ética, Patriotismo e Profissão Militar") no qual abordamos as características do nacionalismo; naquele trabalho, para melhor ressaltar nossa análise da concepção nacionalista, apresentamos como exemplos os casos extremos do nazismo alemão e do comunismo soviético. Tais exemplos, porém, não esgotam o

conjunto dos tipos de nacionalismo que constituem o moderno mundo político.

Existe, hoje em dia, um amplo espectro de nacionalismos que vão desde o mais canhestro e incipiente até o mais orgulhoso e auto-suficiente. A origem étnica, a formação histórica, a cultura, enfim, de cada país poderão nos dizer a qual deles cabe um destes nacionalismos adjetivados.

Escrevemos "hoje em dia" porque houve tempos em que existia o patriotismo porém desconhecia-se a postura, o feitio psicológico, a mentalidade coletiva a que damos o nome de "nacionalismo". A guerra era sanguinolenta e feroz. Terminada a luta, porém, os inimigos da véspera podiam reconciliar-se com o mesmo desembaraço que haviam mostrado no entrevero! Em recente programa musical de uma série exibida por uma emissora carioca de televisão, o famoso violinista judeu Yehudi Menuhin, referindo-se à Idade Média, lembrou-nos que em tal época a Europa não oferecia obstáculos ao trânsito das pessoas; o homem comum podia deslocar-se de uma região para outra, de um país para outro, sem o incômodo de sentir-se estrangeiro, intruso, indesejável. Havia uma densa atmosfera de unidade cultural que predominava sobre as diferenças de país, língua e costumes. Aliás, quanto a essa facilidade de deslocamento, é de se notar que em tempos mais recentes, na Europa da chamada "belle époque", somente a Rússia czarista exigia a apresentação de passaporte ao turista desejoso de conhe-

cer o país das imensidões geladas.

Hoje, além da exigência do passaporte, temos generalizados no mundo severas fiscalizações de fronteira, barreiras alfandegárias, protecionismos, boicotes econômicos, propaganda cultural dirigida, espionagem sistemática e permanente etc — um rol de posturas e procedimentos predispondo continuamente os países uns contra os outros, cada um procurando estruturar sua política externa sobre um nacionalismo ora mais ora menos intransigente.

Ora, a crise econômico-financeira que desde o início da década de 70 vem perturbando a vida dos países poderia ter propiciado o fio de Ariadne para nos tirar do complicado labirinto constituído pelos nacionalismos em permanente conflitos. Escrevemos: "poderia" pois, infelizmente, achamos que essa oportunidade não foi e não tem sido aproveitada pelos dirigentes das nações. Em apoio à nossa opinião citamos fato ocorrido em 1982. Naquele ano, ilustre governante de uma das grandes potências fez um famoso discurso no qual abordava o panorama da crise e aventava sugestões para resolvê-la; tal discurso sugeria, inclusive, a montagem de uma exposição internacional, a ser realizada no país daquele estadista.

Quando soubemos da grande repercussão do propalado discurso, procuramos obter cópia da tradução; é um conjunto de vinte e seis laudas, espaço duplo. Infelizmente, terminamos a leitura com uma impressão de vazio, de frustração. Até mesmo a idéia da exposição

internacional não era novidade; no início deste século ocorreu semelhante evento e, menos de quinze anos depois, explodia a primeira grande guerra mundial... Exposições são muito interessantes, porém não gozam de poderes pacificadores.

Dizemos que o discurso deixou-nos frustrados não porque lhe faltassem idéias objetivas e claras, nem por deixar de fazer críticas justas e oportunas. Sentimo-nos frustrados como se alguém estivesse tentando contar-nos o romance Moby Dick sem falar na baleia, isto é, sem referir-se ao terrível inimigo do capitão Ahab. Não estamos exagerando; vemos à nossa frente um documento no qual, com justiça, se apontam os desequilíbrios iníquos entre países muito ricos e países muito pobres, entre povos bem desenvolvidos e povos subdesenvolvidos. Perguntamos, então:

— Em nome de que, "au nom du quoi", tais desequilíbrios devem ser corrigidos?

— Não admitimos *todos*, a priori, a regra do jogo, ou seja: não aceitamos de início o pressuposto da validade do nacionalismo como base da política externa das nações?

— Não concordamos *todos* em agir mais praticamente, fazendo vista grossa para os princípios éticos?

Como tentativa para corrigir, ao menos parcialmente, tais desequilíbrios, sucedem-se conferências, reuniões econômicas de alto nível. Referindo-se a uma dessas conferências em artigo bem recente pu-

blicado nesta revista ("O Ser e o Não Ser do TIAR" — in "A Defesa Nacional", nº 713 — Mai/Jun-84), escreveu a ilustre Professora Therezinha de Castro: "*O Diálogo Norte-Sul de Cancún de nada adiantou, a não ser através das múltiplas promessas de se continuar conversando.*" A professora usou um comentário sóbrio, conciso, por trás do qual, entretanto, podemos adivinhar o consenso de todos nós ou seja: os interesses opostos dos nacionalismos agem como forte contrapeso na balança das relações internacionais.

Negar a pesada inércia do nacionalismo na política internacional, achamos nós, é como tentar tapar o sol com a peneira, e peneira de malha grossa. O nacionalismo conduz naturalmente a uma posição infensa à generosidade. Por exemplo: duas vezes os Estados Unidos saíram de um acomodado isolacionismo para comandar grandes guerras destinadas (pelo menos a isso se propunham) a restaurar a ordem mundial prejudicada pela prepotência e/ou pelo fanatismo. Porém, só o fizeram, isto é, somente pegaram em armas depois do Lusitânia torpedeado e depois de Pearl Harbour bombardeada, respectivamente na primeira e na segunda guerra mundial.

Alguns parágrafos acima, referimo-nos à crise econômica-financeira que castiga o mundo desde o início dos anos 70. Tratando-se de um problema econômico, seria oportuno lembrar o que E.F. Schumacher escreveu no livro "Small is Beautiful" (traduzido no Brasil sob o título "O Negócio é Ser Pe-

queno"). Em um dos capítulos do seu inteligente "manual de economia", Schumacher lembra-nos uma realidade geológica do planeta no qual viajamos: as riquezas minerais, isto é, aquelas não-renováveis e que, por razões óbvias, constituem o patrimônio mais estratégico dos povos, estão muito desigualmente distribuídas no subsolo do globo. Ora, junte-se ao determinismo geológico apontado pelo economista inglês as seguintes circunstâncias:

- O crescimento industrial *exageradamente* acelerado logo após o término da segunda guerra mundial, crescimento esse inicialmente ocorrido nos países mais desenvolvidos, seguido depois pelos países em desenvolvimento, desejosos de gozarem também das vantagens do progresso tecnológico;

- A ávida procura de matérias primas, necessárias à voracidade do processo industrial referido acima;

- O surgimento de muitas nações independentes criando, com o novo "status" político, maiores problemas de suprimento para os países que anteriormente eram os colonizadores —

junte-se, pois, tais circunstâncias e chega-se ao nível paroxístico do conflito de interesses.

Em face desse quadro de choques e lutas por sobrevivência, um posicionamento nacionalista pode, talvez, achar que a solução para o problema seja: ou a política de conquista (pela força ou pela astúcia), ou a política de conchavo ou arreglo. E depois surgem discursos patéticos onde se formulam queixas e acusações. "Au nom du

quoi?". Para agravar o problema, continua a solerte propaganda socialista-comunista açulando o ressentimento (que é, aliás, um dos componentes do nacionalismo dos subdesenvolvidos) contra os países ricos.

Ora, sempre que persiste uma situação viciosa, sempre que permanece por muito tempo um quadro político-social marcado por um certo tipo de erro, surge o risco de procurar-se corrigir tal situação por meio de um movimento do tipo pendular, isto é, passando para o erro oposto. Assim sendo, o zelo de amargura gerado pelo desencontro neurótico dos nacionalismos pode levar pessoas comuns ou pensadores políticos a conceberem ou até mesmo desejarem uma nova ordem universal capaz de acabar, de uma vez para sempre, com a injusta distribuição do progresso material e do bem estar correspondente.

Governo mundial

Desde os albores da filosofia grega (a primeira que soube realmente organizar o pensamento especulativo) buscaram os filósofos a definição do regime político perfeito. Essa procura de uma síntese política continuou ocupando a elocubração dos pensadores através dos séculos chegando até a "grande clarté" da Idade Média. Tivemos naquela época, por exemplo, a concepção do inquieto florentino Dante Alighieri imaginando o governo de um Monarca Universal, um Imperador, capaz de opor-se à teocracia

e às ambições dos reinos particulares. Um governo bem ao gosto do temperamental poeta.

No século dezoito, dentro do ambiente esotérico das "sociedades de pensamento", surge a idéia da Cosmópolis, a república-universal dos "irmãos", unidos em torno de palavras-chave: humanidade, filantropia, beneficência e cosmopolitismo. É sobejamente conhecido o papel histórico dessas sociedades de pensamento nas transformações políticas da Inglaterra, das 13 colônias norte-americanas, da França e, depois, através de uma propaganda avassaladora, na independência das colônias espanholas e portuguesa na América. Fato curioso, quase paradoxal, é o de aquelas palavras-chave e aquela doutrina esotérica, que tanto alardeavam a fraternidade universal, terem plantado na maioria das jovens nações independentes a semente do mais exclusivista e altivo nacionalismo...

Ora, ao término da hecatombe da primeira guerra mundial, o idealismo de um woodrow wilson contribuiu para o surgimento da chamada "Liga das Nações". É claro, não se buscava obter "tout court" um governo mundial; podemos, entretanto, adivinhar no plano de fundo daquele organismo a crença na eficácia de um poder central capaz de agir como elemento corretivo ou preventivo dos conflitos entre as nações.

A segunda guerra mundial comprovou a ineficácia da Liga e, da nova hecatombe, surge a Organização das Nações Unidas. Os defensores mais entusiasmados da ONU

podem citar vários casos em que esse organismo político internacional agiu de modo exemplar, cumprindo com acerto sua missão de manter a paz no mundo, mesmo quando teve de usar a força para atingir aquele objetivo. Por exemplo, a guerra da Coreia terminou de modo mais feliz (ou mais conveniente) que o conflito longo, extenuante e trágico do Vietnam. Entretanto, no caso da Coreia, achamos que não deve ser olvidada a ação individual, a presença *pessoal*, obstinada e viril do ínclito General Mac Arthur, mesmo quando teve de sofrer a punição da perda do comando porque preferia uma estratégia menos propensa a fazer concessões ao inimigo.

A referência, no parágrafo anterior, às lutas travadas contra forças comunistas poderia sugerir que um organismo mundial como a ONU teria de enfrentar como perigo latente apenas a indiscutível expansão vermelha marxista-comunista no mundo atual. O perigo dessa expansão existe; ela, entretanto, é planejada e comandada por países fortemente nacionalistas, nacionalismo vermelho porém sempre nacionalismo. Na sombra da visível ameaça comunista, todavia, permanece outra ameaça, mais velada: a da procura de um governo mundial, um super-poder capaz de controlar todos os desejos e todas as necessidades do homem comum, um poder central onisciente e onipresente. A descrição desse governo tirânico e lúgubre aparece muito bem expressa no romance "1984", de George Orwell; edita-

do em 1949, esse romance pinta em cores fortes e realistas o que pode significar o paroxismo do poder centralizado. Entretanto, já em 1840, Alexis de Tocqueville, na última parte do seu livro "La Democratie en Amérique", já deixava entrever uma imagem profética semelhante à de Orwell (aliás, o livro de Tocqueville valeu-lhe a admissão à Academia Francesa em 1841).

Em declaração pública recente, a Sra. Primeira Ministra inglesa, referindo-se ao livro de Orwell, teria afirmado que o desorientado escritor havia se equivocado porquanto, neste corrente ano de 1984, não só na Grã-Bretanha como na maior parte do mundo, as pessoas gozam de todas as franquias individuais, sendo respeitados, na maior parte dos países, todos os direitos do homem. Com todo o respeito que merece a opinião de tão ilustre Dama, pedimos vênias para discordar do seu otimismo. O romance de Orwell chama-se "1984" como poderia ter sido chamado "1985" ou "2001" ou "3057"; o que o romancista quis retratar foi um perigo *latente*. Aqui, em nosso País, o saudoso Brigadeiro Eduardo Gomes, em suas memoráveis campanhas políticas, costumava citar a seguinte frase de um grande ensaísta conterrâneo da Sra. Primeira Ministra:

"O preço da liberdade é a eterna vigilância"

(G.K. Chesterton)

Essa frase tanto pode prevenir-nos contra tiranias particulares, nos governos de cada país, como também prevenir-nos contra a insídia

de um regime totalitário de dimensões mundiais, perto do qual as atuais ditaduras marxistas-comunistas seriam meros estágios de aprendizado na técnica de escravizar o homem.

A quem achar que exageramos ao apontar o perigo de um totalitarismo mundial, pedimos que observe, por exemplo, a imensa quantidade de pessoas que formam sua opinião, que adotam padrões de valores, que se julgam conhecedoras de fatos e de pessoas — tudo isso a partir do que vêem nas telas de televisão e do que lêem em revistas noticiosas. Perguntamos:

— Essa enxurrada de informações, quando não contrabalanceada por um genuíno processo educativo, não acabará embotando a sensibilidade para os valores éticos, atrofiando a capacidade de pensar, desarmando o homem comum ante a ameaça sorrateira do controle centralizado das mentes.

Este é um dos motivos pelos quais a formação básica, o curso secundário, em boa pedagogia, deve ser generalista e liberal, isto é, sem compromisso com imediatismos pragmáticos, sem forçar o estudante a decisões prematuras quanto à escolha de uma profissão. Um curso secundário bem orientado deveria desenvolver nos jovens "habitus" (não confundir com *hábitos*) tais como: o "habitus" da leitura refletida, o da sensibilidade para os valores éticos e para os valores estéticos, o da coragem física e, principalmente, o da coragem moral!

O jovem educado dessa forma possivelmente estará menos propenso a entregar sua liberdade em troca dos pequenos confortos de uma vida "bem comportada" oferecida por um regime despótico, seja esse regime vermelho ou branco.

Ao contrário, o moço cuja educação básica tenha sido dirigida para o utilitarismo, cuja formação tenha sido orientada apenas para a "luta-pela-vida", esse moço poderá tornar-se insensível ao envolvimento solerte do Estado Total.

A quem achar ainda que estamos exagerando, pedimos que observe a enorme quantidade de pessoas adultas, instruídas, democráticas (...) que se extasiam diante dos resultados olímpicos dos atletas cubanos e diante dos êxitos sociais da China Vermelha...

Conclusão — Ao longo deste trabalho procuramos estabelecer o *esboço* do confronto entre duas alternativas que, a nosso ver, constituem um falso dilema. Consideramos falso dilema pois, em qualquer das alternativas, o Bem Comum sai prejudicado, seja o Bem Comum dos países e dos povos em conjunto, seja o Bem Comum de cada país e cada povo em particular.

Antes de continuar, cabe uma ressalva. Qualquer um de nós sabe que a finalidade de um relógio é marcar corretamente as horas e que a finalidade de um fuzil é dirigir com precisão a bala até o corpo do inimigo. Ora, para que o conceito de *Bem Comum* não seja apenas "flatus vocis", para que tal conceito tenha consistência, é ne-

cessário, previamente, respondermos à seguinte pergunta:

— "*Qual a finalidade do ser humano?*"

Da resposta a essa questão decorrerá uma filosofia política capaz ou não de responder aos difíceis problemas da política internacional e da política interna de cada país. Feita essa ressalva, continuamos.

Em um artigo recente ("*Segurança Nacional e Sociedade Solidária*" — pub. in "*A Defesa Nacional*", nº 713, Mai-Jun/84) o Sr. Major Brigadeiro (RR) Luiz Carlos Aliandro fez as seguintes afirmativas:

"A presente crise econômica é mundial, significando, pela sua globalidade, que ela não é produto de modelos econômicos, pois atinge, países de políticas e sistemas diversos. Chegou-se a um ponto de inflexão, no qual haverá de ser efetuada uma análise dos erros cometidos, tanto em escala mundial, como no âmbito interno de cada país". (grifos nossos).

Tais afirmativas (se a nós for permitido interpretar o pensamento do Sr. Brigadeiro Aliandro) deixam entre ver a angustiosa expectativa que envolve os corações e as mentes nesse final do século XX. Tanto no que se refere à concepção nacionalista como no que tange à idéia de um governo mundial, achamos que o largo espaço de tempo decorrido da Renascença até nossos dias — entre o pessimismo radical de um Maquiavel até o pessimismo não menos radical de um Karl Marx — esse longo intervalo de observação já foi suficiente

para nos demonstrar que a suspeita "legalizada", a desconfiança sistemática contra a natureza humana só vem produzindo frutos amargos, com o gosto de sofrimento e morte injustos (bastaria lembrar: a guilhotina insaciável no Regime do Terror, os fornos crematórios do Nazismo e o arquipélago Gulag...).

O ponto de inflexão referido pelo articulista supracitado, acreditamos nós, deve ser uma transformação de *mentalidade*, transformação essa inspirada no princípio de que a vida humana só tem explicação conclusiva a partir da crença na existência de um destino transcendente, única saída para o inevitável encontro com a morte e, mais que isso, única justificativa para uma vida repleta de sofrimento. Miserio consolo é o de contar apenas com a garantia da saudade na lembrança dos que vão permanecer vivos... Aliás é bizarro, esdrúxulo o espetáculo das pompas fúnebres que se realizam em Moscou quando morre um dirigente do regime soviético, regime aquele organizado sobre a própria negação da transcendência do homem.

E esse, a nosso ver, é o maior drama dos países do Ocidente. Nós, ocidentais, não mantemos, com respeito à crença no destino transcendente do ser humano, a mesma posição fechada, preconceituosa e hostil dos regimes comunistas; entretanto, vimos enfrentando nossos problemas político-sociais (educação, ecologia, justiça punitiva, produção agrícola, demografia etc) de modo frag-

mentário, desconexo, incompleto e superficial — porque ainda não reencontramos as raízes das nossas melhores tradições culturais, as únicas capazes de conferir *unidade* e *coerência* aos planejamentos a serviço do Bem Comum, seja ele o Bem Comum das nações em geral ou o de cada nação em particular.

Como amostra da mentalidade que vem presidindo tais planejamentos, citamos a seguinte declaração do Sr. Lyndon Jonhson, feita na Assembléia Geral da ONU, em 25 de junho de 1965:

"Vamos agir tendo em vista que menos de cinco dólares investidos em uma política de controle da natalidade gera mais resultados que cem dólares investidos em uma política de desenvolvimento econômico."

Vemos, nessas palavras, nitidamente, uma diretriz política dominada pelo fator econômico, política divorciada da Ética, política alheia ao Direito Natural. Depois, os próprios países desenvolvidos queixam-se do aumento da taxa de criminalidade, da corrupção etc. Esqueceu-se de que a Ética é um todo orgânico; quando se fere apenas uma célula, o organismo todo é ferido!

Com respeito à criminalidade nos Estados Unidos, vale a pena lembrar a entrevista de Mansour Chalita, publicada em O Globo de 20 de janeiro de 1981, na qual o escritor nos relata que o governo do Presidente Lyndon Johnson resolveu aplicar a tese de que "o homem nasce bom e a sociedade o corrompe", e que assim, para acabar com os crimes bastaria gastar

dinheiro "para melhorar a sorte das vítimas da sociedade". E, pergunta-nos Chalita, "quais foram os frutos desse estatismo destinado a melhorar as condições sociais e diminuir ou suprimir os atos criminosos? Os Estados Unidos são hoje um dos países de maior índice de criminalidade do mundo. Os crimes violentos nos Estados Unidos — acrescenta o escritor — aumentaram em mais de duzentos (200) por cento nos últimos dez anos, enquanto a população aumentava apenas quinze (15) por cento!" (in O Globo — 20 jan 81). (grifo nosso).

Semelhantes equívocos acabam levando os países ocidentais a enredar-se em estranhos paradoxos.

Um exemplo dos muitos paradoxos com que se atrapalha o Ocidente é o movimento pacifista; cada vez mais ativos, os adeptos do pacifismo combatem a corrida nuclear, baseados porém no mesmo pressuposto que anima os responsáveis pela corrida nuclear, qual seja: o pressuposto de que os problemas humanos possam ser resolvidos unicamente no plano horizontal, dentro do círculo estreito do imanentismo.

Pacifistas e belicistas separam-se nas ações, porém estão unidos nas motivações...

Alguns parágrafos acima, falamos em mudança de mentalidade como solução para fugir ao falso dilema que dá o título ao presente trabalho. Obviamente, não é uma solução cartesiana, luminosa e simples como a prova de um teorema matemático pois, no terreno da política, existe um imenso interval-

lo entre as idéias e sua realização prática, intervalo aquele ocupado pela vanglória, pela preguiça, pela ambição de poder, pela acomodação, pelo apego ao prestígio, pela procura exagerada de segurança etc — um mar de obstáculos e tentações no qual podem naufragar os melhores ideais. E, convém lembrar, *todos* somos solidários nessa procura de solução: até mesmo a mediocridade e o comodismo dos que não são políticos "stricto sensu", mesmo a indiferença e o egoísmo do homem comum, pesam, e muito, na balança das decisões. Como pesam também, graças a Deus, a coragem e a generosidade!

Ao término desta (como disse-mos no início) "tentativa de ensaio", não entregamos ao leitor outra coisa que não fosse apenas um conjunto de idéias, idéias há muito tempo meditadas por um interessado espectador do mundo contemporâneo. Não temos ilusão sobre o modo como uma análise pragmática poderia avaliar este desprezioso trabalho. Advinhamos, mesmo, possíveis perguntas de um leitor mais ativo e menos reflexivo:

— *Para que refletir sobre o assunto? Não será mais cômodo aceitar as relações internacionais como elas estão? Não será mais fácil adaptar-se ao mundo do jeito que ele é? Por que não pensar apenas em nossos deveres individuais já prefixados?*

Respondemos contando a seguinte passagem ocorrida quase no fim da segunda guerra mundial. Reuniam-se, na Europa não ocupa-

da, dirigentes das Nações Aliadas; de repente, alguém fez uma referência ao Papa. Ao que, imediatamente, retrucou Stalin:

"— O Papa? Quantas divisões blindadas tem o Papa?"

Existem perguntas e perguntas. A

pergunta de Alice à irmã que lia no jardim: "para que serve um livro sem figuras?" revela a cândida ignorância infantil; a pergunta do tirano soviético mostra a que ponto pode conduzir a rude simplificação do espírito pragmático.



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa do Instituto Militar de Engenharia (IME).



IMPERIALISTAS OU SUB- IMPERIALISTAS

Arthur Cezar Ferreira Reis

O presente artigo resultou de comunicação feita por seu autor, em recente sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual é o 2º Vice-Presidente. Ele focaliza e refuta com sólida argumentação histórica, três livros recentes escritos em língua espanhola contendo a injusta e caíuosa classificação dos brasileiros de "imperialistas e sub-imperialistas".

Confiava-se de esperar, a comunicação causou grande impacto naquela sesquicentenária Casa da Memória Nacional.

Em consequência, o presidente da Casa, Professor Pedro Calmon, sugeriu que o autor transformasse a comunicação em artigo, para difusão pela A Defesa Nacional, veículo mais indicado para o patriótico e abalizado alerta do Professor Arthur Cezar Ferreira Reis no presente artigo, que complementa alertas sobre o mesmo assunto que o ilustre professor já focalizou pela Carta Mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, números 221 (agosto de 1973) e 303 (junho de 1980) sob os títulos "Imperialismo Brasileiro?" e "Ainda Imperialismo Brasileiro".

Cel. Cláudio Moreira Bento

Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de
A Defesa Nacional

As reservas ao Brasil ou as acusações que nos fazem de estar realizando, desde o período colonial, uma ampla atividade imperialista de ocupação dos espaços físicos alheios, isto é, que deveriam pertencer a países de origem hispânica, nossos vizinhos, constituem uma contante que temos ignorado ou a que temos dado uma resposta quase humilde, quando não sem o vigor necessário.

Já em "O Imperialismo Brasileiro", "O Brasil no contexto continental" e "Ainda Imperialismo Brasileiro", pretendi propor o assunto em suas linhas fundamen-

tais, tentando localizá-lo com a contestação que me pareceu mais objetiva e realista. Recentemente, em três livros publicados na Argentina e no México, o assunto voltou ao cartaz, de maneira um tanto sensacionalisticamente, porque não dizer logo, sem fundamento. Esses livros são: "El expansionismo brasileño", de Paulo Schilling; "Paraguay, fronteras e penetración brasileiras", tradução brasileira, de Domingo Laino; "Fronteras abiertas, expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo", de Pedro Fernando Castro Martínez.

Lembremos, para iniciar nossas

considerações, que a conclusão, apressada e negativa, de que realizamos uma política imperialista, buscando um "destino manifesto", principia com a formação de nosso espaço territorial, que leva à tese de que quase formamos um continente, como lembra Jean Demangeot, em seu livro "Le Continent Bresilien", que traz prefácio de Pierre Monbeig, que propõe até o problema de uma transformação do Brasil que poderá até criar uma nova geografia política da América do Sul.

A formação territorial que tanto serve para as reservas que nos fazem foi um fundamento, no período colonial, na confrontação entre espanhóis e portugueses, aqueles beneficiados realmente pelo Tratado de Tordesilhas, que nos conformou a uma estreita faixa de terra, ao longo do Atlântico, entre o que viria a ser Belém, ao norte, e Laguna, ao sul. A dilatação em sentido norte, sul e oeste foi até, entre 1580 e 1640 quando Portugal esteve anexado à Espanha e com ele os seus territórios ultramarinos, facilitada e mesmo incentivada por Espanha, que via a Sul América como um espaço sobre sua soberania e os portugueses e seus descendentes como humanidade sob a sua orientação política.

O reconhecimento, como parte integrante do império português, foi por fim proclamado pelas duas nações, pelos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), reconhecendo-se como de Portugal o que fora reconhecido, explorado economicamente e organizado administrati-

vamente pelos luso-brasileiros, que haviam impedido a presença de holandeses, franceses e ingleses. Esse espaço continental, é certo, crescerá depois com o episódio do Acre, descoberto, utilizado e ocupado pelos brasileiros, enquanto na mesma época os bolivianos o consideravam como "tierra no descubierta".

Escrevi antes:

"Na atualidade, a agressão ou a distorção decorre do crescimento, não mais territorial, agora no campo econômico. O desenvolvimento brasileiro, sem que esteja ocorrendo fato semelhante nas outras nações do hemisfério, causa espanto, inveja e provoca a irritação dos que, em meio a dissidências internas, não puderam progredir do mesmo modo. As condições da chamada América Latina são, ninguém pode negar, áspersas, duras, tristes. Há pobreza, descontentamento, conflitos sociais violentos. A evolução do século XIX para o XX não se fez tranquilamente. E na atualidade, os erros do passado, agravados por soluções imediatistas sem profundidade, não estão conduzindo a dias menos angustiantes. Não nos cabe a menor parcela de culpa no fato, que a muitos parece, no entanto, consequência de nosso comportamento imperialista..."

Passemos agora ao que consta dos três livros a que nos vamos referir. Começemos pelo de Paulo Schilling. Diz ele:

"En los últimos años, pasaron a proliferar en forma creciente, entre los militares de derecha y los diplomáticos brasileños, teo-

rías sobre el papel hegemónico que estaría reservado a Brasil en América del Sur.

En la Escuela Superior de Guerra, en la Escuela de Estado Mayor de las FF.AA. y en Itamaratí, se estudia intensamente el problema y — lo que es más serio — se elaboran planes específicos para ser aplicados en "el momento oportuno".

De esos estudios surgieron varias teorías netamente expansionistas. Alcanza con citar algunas, para comprobar lo ambiciosos que son los planes de los geopolíticos brasileños:... la de las fronteras ideológicas, la de la Fuerza Interamericana de Paz, la del *gerdame* mantenedor del orden continental, la del *satélite privilegiado*, la del "destino manifesto" de Brasil al sur del Caribe, la de la vocación rioplatense de Brasil, la de que las fronteras brasileñas deben estar en los Andes, la de las aperturas hacia el Pacífico, la del puerto libre en el Caribe, la del control del Atlántico Sur, la de la instalación en la Antártida, la de heredar — integración con Portugal mediante — las colonias lusas de África, etcétera."

Seu livro, cuja 1ª edição foi feita no Uruguai, sob o título "Irà Brasil a la guerra?", está dividido em 22 capítulos, assim denominados:

I PARTE: Irà Brasil a la guerra?

II PARTE: La satelización del Uruguau

III PARTE: La cuenca de la integración o los ríos de la discordia

IV PARTE: La lucha por la

Amazonia y el expansionismo brasileño

V PARTE: La política de Brasil en África, Portugal y en el Atlántico Sur

VI PARTE: Aproximaciones a la actualidad

VII PARTE: Visión gráfica del expansionismo brasileño"

Sua conclusão é esta:

"Los pueblos hispanoamericanos, a medida que tomen conciencia del proceso protagonizado por los militares brasileños (y esa toma de conciencia será tanto más rápida cuanto más ostensible y agresiva sea la presencia y la dominación allende las fronteras), se rebelarán en contra de ese absurdo "destino manifesto" que (a ejemplo de sus colegas de la Alemania nazi y de Estados Unidos en relación a sus respectivos países) los geopolíticos brasileños atribuyen a Brasil".

No particular de Domingo Laino, publicada a 1ª edição em espanhol, escreveu o autor:

"O autor deste livro submete à consideração e ao julgamento do povo irmão brasileiro — que neste momento luta com lucidez e coragem por suas liberdades e reivindicações — suas idéias e conclusões sobre um dos principais assuntos que fazem parte da problemática mais profunda e difícil do Paraguai: sua soberania.

Partindo da perspectiva do paraguaio honrado — amante de sua pátria e do ser nacional — não se pode observar sem preocupação o fenômeno que gera a expansão brasileira sobre os limites fronteiriços paraguaios: suas terras, seus recursos naturais, sua moeda, sua

divisa, seu idioma, seus costumes, se encontram dentro de um acelerado processo de desnacionalização."

Mais adiante, diz o seguinte:

"Esta é a pergunta chave que precisa de uma resposta. As fronteiras paraguaias apresentam os mais graves sintomas embora muitos outros países sintam também os efeitos do expansionismo. Políticos e militares destas nações denunciam o fato: alguns acreditam que o fenômeno consiste em uma invasão econômica, metódica e pacífica; outros, atribuem o resultado ao de uma expansão que se faz sentir nas fronteiras que limitam com o Brasil, a influência brasileira canalizando a penetração; e muitos estudiosos da geopolítica encontram a explicação do fenômeno na tradicional política de "marcha para o Oeste" que data da época da colônia e, finalmente, outros vêem a explicação do fenômeno através da política de fronteiras em marcha, praticada pelo Brasil com fins expansionistas e por delegação regional da política hemisférica dos Estados Unidos da América."

Afirma ainda:

"Não restam dúvidas de que a geopolítica do governo militar do Brasil sempre tem insistido no conceito de fronteiras sensíveis e fronteiras vivas e, ainda mais, tem se ligado estreitamente a uma estratégia global de marcha rumo ao Oeste. No prosseguimento dessas metas geopolíticas os fenômenos do expansionismo brasileiro chegam até as fronteiras nacionais de numerosos países latino-america-

nos. Mas dentro do contexto das nações afetadas surgem as fronteiras do Paraguai como as de penetração mais sensível, sistemática e de mais fácil acesso."

E em vários capítulos e de diferentes ângulos, aqui é estudada a penetração brasileira. São analisadas situações concretas desde a infiltração estrangeira na economia até a desidentificação ou colonização cultural. É realizada uma estimativa da população brasileira dentro do Paraguai, o território de fronteira e outros recursos naturais em poder de brasileiros e o comércio fronteiriço não registrado. São indicadas presenças de estrangeiros — norte-americanos e japoneses, além dos brasileiros — que operam nas fronteiras paraguaias. Igualmente, a invasão econômica e a operação de algumas grandes empresas agro-industriais e de outros tipos ocupam lugar neste trabalho. Por último, é analisada a atitude e a gestão do governo face aos problemas de penetração e nota-se claramente que o regime "paraguaio" está empenhado no desenvolvimento de uma geopolítica de dependência do Brasil."

Passemos agora à obra de Castro Martinez, "Fronteras abiertas". Logo na introdução:

"Uno de los temas mais importantes de la política internacional de América Latina contemporánea es el que se refiere a la relación singular que Brasil ha tenido con los Estados Unidos, con los países sudamericanos, así como con Portugal. Estas áreas políticas han estado integradas dentro de un proyecto que intenta realilos sue-

ños hegemónistas del Brasil, en el que el consentimiento de los Estados Unidos aparece como la condición fundamental."

Diz depois:

"Las tendencias del Brasil a buscar la hegemonía en el cono sur del nuevo continente se han mantenido presentes en los últimos dos siglos, con mayor o con menor intensidad. A principios de la década de 1960, con el gobierno populista, la proyección del Brasil en el exterior sufría notables innovaciones. Ahora sus bases iban a radicar en la solidaridad con el tercer mundo, particularmente con los países latinoamericanos y africanos, la cooperación con el mundo socialista y la alianza con Argentina. Los Estados Unidos ya no serían la condición indispensable para que la política exterior alcanzara sus fines, aunque seguiría siendo un socio importante del Brasil."

A página 13, entende:

"A partir de 1964 se modifica se modifica la política exterior del Brasil de acuerdo a los intereses de los nuevos sectores gobernantes. Usando el principio de la "interdependencia continental", los brasileños vuelven a tener la relación tradicional que los había ligado a los Estados Unidos en el pasado. La alienación de los militares a Washington no ha estado exenta, sin embargo, de manifestaciones de independencia relativa de parte de Brasil, pero no han tenido tal envergadura que pongan en peligro los vínculos existentes hasta ahora. La alianza del Brasil con los Estados Unidos le han permitido

al primero poner en práctica una serie de acciones que se dirigen a conseguir un área de influencia política y económica en América del Sur en el África negra. El gran país del cono sur, por estar dentro de la categoría de de los países subdesarrollados que tienen un sector industrial medianamente desarrollado, y por aspirar al rango de potencia de primer orden en fecha próxima, persigue la posición de país líder en su región vecina.

Finalmente, das páginas 98 a 194 conclui que o Brasil é: "potência sub-imperialista, com a imposição e a consolidação do sub-imperialismo, através da doutrina geopolítica, e a construção do complexo industrial militar.

Atribuem-nos os três autores, um pensamento central que é a existência, entre nós, de uma constante imperialista ou sub-imperialista que contraria os interesses e a segurança dos países vizinhos, o que está, segundo eles, exigindo a reflexão dos próprios brasileiros, face aos perigos à própria segurança do Brasil.

Em "A Defesa Nacional", podemos encontrar respostas positivas, realistas, às reflexões maldosas que constam dos livros aqui indicados como responsáveis pelo clima da reserva, que nos fazem entre os povos da Sul América. São artigos elaborados à luz de provas irrefutáveis, que talvez fosse interessante e útil reunir num volume e traduzindo para o espanhol para que pudesse ser bem entendido lá fora.

Não somos imperialistas. Em nossa história, não encontramos uma página sequer que possa per-

mitir afirmação diversa. Temos um território imenso, e muito dele ainda por ocupar. Como, portanto, admitir-se a conclusão cavilosa de que pretendemos ocupar os espaços disponíveis de nossos vizinhos? Nosso desenvolvimento processa-se com o objetivo de assegurar-nos potencialidade. Em nenhum momento, porém, procuramos obter essa potencialidade em

desfavor de nossos vizinhos da Sul América. Essa a grande verdade que é obrigação nossa proclamar e defender. Os problemas brasileiros são muitos e graves. Exigem planejamento objetivo, recursos técnicos e humanos, e tempo, bastante tempo. Não somos imperialistas nem sub-imperialistas como pretendem nossos acusadores.

O Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, ex-Governador do Estado do Amazonas, Membro do Conselho Federal de Cultura, sociólogo, cientista político e historiador, é autor de mais de trinta obras de importância fundamental no campo dos estudos historiográficos, culturais, socioeconômicos e geopolíticos da Amazônia Brasileira.



A ARTILHARIA DE COSTA NA DEFESA TERRITORIAL

José Guimarães Barreto Junior

"O estudo das guerras e conflitos armados deste século mostra, de forma insofismável que, apesar de bem sucedidas ações isoladas de forças singulares, as grandes vitórias foram alcançadas através de ações adequadamente integradas das forças navais, terrestres e aéreas".

(FA - M - 02/1978)

Nosso objetivo visa a colocar em evidência o problema das comunicações na Defesa de Costa no país, bem como chamar a atenção para o fato de que a importância das áreas costeiras a defender, determinadas a partir de Hipóteses de Guerra (HG) concretas, terá que implicar na adoção de parâmetros suficientemente flexíveis, para que se possa fazer face às diversas ameaças, com um mínimo de meios empenhados. Ademais, uma defesa costeira não pode ser improvisada. Pela sua complexidade e, também, pelos meios que nela intervêm, há a necessidade de uma doutrina que inter-relacione as forças singulares normatizando e coordenando o planejamento e a execução, tendo em conta ser a defesa de costa missão e responsabilidade comuns, pois não constitui uma ação isolada, mas a apli-

cação judiciosa dos componentes terrestre, naval e aéreo, sob direção e comando combinados.

A segurança externa de um país tem como um de seus objetivos principais garantir a integridade territorial, representada pela inviolabilidade de suas fronteiras terrestres e marítimas e espaço aéreo.

Uma nação que possua um extenso litoral deve, num consenso amplo, emprestar-lhe uma importância proporcional àquela concedida aos seus limites terrestres. A convicção de que uma provável ameaça, pelo menos a curto prazo, não atentará contra as suas costas não é motivo suficiente, a nosso ver, para relegar a um plano secundário ou subestimar essa necessidade de defesa, mesmo só levando em conta o TO continental Sul-americano.

Através de estudos da "Guerra do Atlântico Sul" pudemos tirar "ensinamentos e conclusões" do recente conflito que envolveu as Malvinas. A importância do Atlântico Sul, as características do TO Malvinas, as apreciações ao nível da política e da estratégia, bem como os ensinamentos a que chegamos, todos ressaltam, de forma insofismável, o papel sumamente importante e decisivo que o litoral brasileiro está destinado a desempenhar num conflito continental ou mundial, pela privilegiada situação geo-estratégica.

Conforme o Almirante Thayer Mahan (1840-1914) em seu livro "Influência do Poder Marítimo na História", desenvolve sua célebre teoria do Poder Marítimo, com base em fato historicamente comprovado de que o controle dos mares, para fins comerciais e militares, fora trunfo decisivo em todas as guerras desde o século XVII. Sintetizando que o "Poder Marítimo" é a base vital do poderio de um Estado, englobava sua doutrina dentro de quatro fatores:

- 1.º — Posicionamento e fisiografia;
- 2.º — Extensão territorial;
- 3.º — Aspecto psicossocial: população e caráter nacional;
- 4.º — Política de governo.

Num confronto, à luz da doutrina de Mahan, é sobretudo notória a importância do Brasil no Atlântico Sul:

1.º) Pelo seu posicionamento no Saliente Oriental do Continente Sul-americano e por possuir a maior extensão costeira na área.

2.º) Por se encontrar na zona de estrangulamento do Atlântico (linha Natal-Dakar) e, portanto, na ante-sala das massas continentais situadas no hemisfério norte.

3.º) Pelo caráter geo-histórico que nos transmitiu o português continuamos, a despeito de nossa continentalidade, muito mais ligados ao mar; encontra-se à beira do Atlântico o nosso núcleo ecúmeno estatal, envolvendo 80% de nosso efetivo populacional.

Com estas vantagens podemos inferir, portanto, que o Brasil, com cerca de 8000 Km de costa no Atlântico Sul, dificilmente estará imune ao envolvimento em um conflito, mesmo desejando manter-se neutro, porquanto a neutralidade em conflitos futuros será pura ficção.

A IMPORTÂNCIA DA DEFESA DE COSTA NA DEFESA TERRITORIAL

Incluimo-nos dentre aqueles que atribuem à missão da defesa territorial, nos dias de hoje, importância fundamental para a vitória na guerra, pois é dela que dependem os recursos que alimentam o TO e, ainda mais importante, a vontade de lutar que deve animar a nação em armas. Durante nosso breve estudo não analisaremos aspectos particulares da defesa territorial; nos deteremos tão somente no campo das definições que envolvem a Defesa de Costa no contexto da Defesa Territorial e a definem como uma operação combinada, justificando, finalmen-

te, a grande necessidade desde o tempo de paz, do estabelecimento de um dispositivo de Artilharia de Costa que, em nossa opinião, deverá ser ampliado a médio e longo prazos.

Conceituações Básicas

Recordemos algumas conceituações básicas, cujo perfeito entendimento será importante para atingirmos os objetivos propostos. Vejamos, inicialmente, o conceito de Defesa de Costa.

DEFESA DE COSTA

Conjunto de medidas e operações militares, terrestres, navais e aéreas, adotadas ou empreendidas com o fim de impedir, dificultar ou repelir qualquer forma de ataque ao litoral.

FA — E — 02/1977 e
C20 — 30/1977

Analisando o conceito apresentado, pode-se concluir que a defesa de costa:

- é uma atividade ou ação voltada principalmente para a defesa externa, pois abrange, essencialmente, medidas e operações militares, ou seja, emprego violento da expressão militar do poder nacional;

- objetiva impedir, dificultar ou repelir qualquer forma de ataque ao litoral, sem definir se o mesmo pertence ao TO ou a ZI;

- poderá ter lugar, portanto, no TO ou na ZI.

Examinaremos agora, uma das conceituações de Defesa Territorial,

DEFESA TERRITORIAL (Def Ter)

Conjunto de ações realizadas em situação de guerra, no espaço geográfico-terrestre, marítimo e aéreo, sob jurisdição nacional, não incluído no teatro de operações, visando a defesa interna e à salvaguarda dos recursos nacionais de toda ordem, contra todas as formas de agressão dos inimigos interno e externo, de caráter militar ou não.

FA — E — 02/1977

Analisando o conceito acima, poderemos inferir que a Def Ter:

- engloba a totalidade das medidas militares realizadas em situação de guerra na ZI;

- tem como propósito a segurança interna contra todas as formas de agressão do inimigo interno e/ou externo;

- tem sua importância enfatizada em face da necessidade de serem preservados os recursos humanos e materiais das áreas não envolvidas diretamente nas operações militares;

- pela possibilidade do inimigo externo investir contra objetivos de toda ordem, situados na ZI, através da utilização simultânea ou isolada, dos espaços aéreo, terrestre e marítimo, requer a ação conjunta das três forças singulares através de operações combinadas e/ou conjuntas.

É portanto missão precípua da Artilharia de Costa empregada na defesa territorial da Zona do Interior, atuar contra o inimigo naval de superfície, visando a preservar

idades, bases, aeródromos, vias de comunicação, instalações industriais, locais ou pontos localizados na região litorânea e portos, desde que considerados prioritários para a manutenção do esforço de guerra em níveis adequados ou identificados como de interesse militar.

A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMUNICAÇÕES NA DEFESA COSTEIRA

A grande extensão de nosso rico litoral com cerca de 8000 Km, aliada à facilidade do espaço brasileiro propiciar a construção de portos, bases e até a possibilidade de penetração de grandes navios em regiões interiores e o alto custo de implantação de um eficiente sistema para a defesa costeira, têm sido os principais fatores que ditam as dificuldades na planificação deste problema básico em nossa defesa territorial.

Depreende-se, portanto, de tudo que já foi dito, que o ponto de partida para a realização de tão importante missão, "Defender o Litoral Brasileiro", será ter presente o espírito de integração das três Forças, bem como, o máximo aproveitamento dos subsistemas já implantados na Marinha, Exército e Aeronáutica. A título de ilustração enfocaremos um dos grandes problemas a serem solucionados: as Comunicações.

Marinha

A nossa Marinha de Guerra dispõe, além de sua Força Naval, de

um Subsistema Radiogoniométrico, de alta frequência, capaz de localizar e acompanhar embarcações que penetrem ou venham a operar no Atlântico Sul. Durante a 2ª Guerra Mundial este Subsistema de Rede Radiogoniométrica foi amplamente utilizado para localizar embarcações e submarinos que procuraram clandestinamente se infiltrar no mar territorial brasileiro.

Por outro lado, a Rede de Proteção e Controle de Tráfego Marítimo Interamericano, vem sendo estudada pelas diferentes Marinhas americanas, interessadas na Defesa de Costa do continente e visando o controle de tráfego marítimo.

Reuniões periódicas foram realizadas na década de 60, procurando o entendimento entre Chefes de Estado Maior das diferentes Armadas, interessados na defesa e vigilância da costa do Atlântico Sul. O interesse comum das Marinhas *latino-americanas*, aconselhou a implantação do subsistema chamado RNTI — Rede Naval Interamericana de Telecomunicações — que veio a facilitar o controle do tráfego marítimo e a troca de informações sobre possíveis infiltrações no espaço marítimo da América do Sul.

O Estado-Maior de nossa Armada, sensível ao problema e ciente do grande volume e aumento do tráfego de comunicações em sua rede fixa, decidiu implantar um programa de ampliação, utilizando o auxílio concedido pelos Estados Unidos, através do "Mutual Assistance Program — MAP".

A defesa do espaço aero-naval, quando afastado do litoral brasileiro, é um problema para ser resolvido com a integração das duas Forças — Marinha e Aeronáutica. O Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval (CIAAN) em S. Pedro de Aldeia — RJ, é uma primeira escola que ensina o valor desta integração.

Entretanto, quando as operações forem realizadas na zona litorânea as duas Forças co-irmãs poderão e deverão contar com o auxílio e o apoio do Exército, particularmente de suas Unidades modernizadas e especializadas para a Defesa de Costa.

Aeronáutica

Caberá à Força Aérea Brasileira a missão de manter a vigilância do espaço aéreo, seja sobre o mar, seja sobre a terra, em condições de assegurar uma superioridade aérea local, em um tempo limitado, onde porventura se realize a interdição ou a destruição do inimigo que tente se infiltrar por mar, ou mesmo pelo ar, na faixa das duzentas milhas, ao longo de nossas costas. A Força Aérea possui características próprias que a tornam uma arma de grande importância para os combates marítimos e para a Defesa de Costa.

Dentre essas características destacamos as seguintes:

- grande mobilidade;
- flexibilidade para mudanças bruscas de direção de atuação;
- capacidade de atuar em profundidade com rapidez;
- potência de fogo, vinculada

à capacidade de cada aeronave e à disponibilidade de aviões.

A Força Aérea é capaz de executar missões de grande envergadura ou atuar em sortidas. A flexibilidade do avião permite à Força Aérea evitar o armamento de defesa do inimigo, realizando incursões em múltiplas direções. Como já vimos anteriormente, na guerra moderna é de grande importância o apoio aéreo nas operações navais e, para a realização dessas operações combinadas, torna-se imprescindível a existência de regras comuns de exploração de comunicações e equipamentos capazes de assegurar o entrosamento entre as Forças, fato que possibilitaria o adestramento de seu pessoal em época de paz.

A integração das comunicações entre a Força Aérea e a Marinha é grandemente facilitada porque ambas as Forças utilizam regras de procedimento do tráfego internacional.

Exército

Enfocaremos a importância da integração, em tempo de paz, das Comunicações das redes fixas do Exército, visando a uma perfeita integração com as redes da Marinha e da Aeronáutica anteriormente citadas em suas grandes linhas, no presente ensaio.

É desnecessário ressaltar o aspecto básico das Comunicações em qualquer tipo de operação combinada, pois somente as ligações asseguradas possibilitarão e evitarão atuações descoordenadas.

Outro fator de grande valor é a Unidade de Comando. Se a operação é combinada, há que se considerar o Teatro de Operações. Este praticamente selecionará, em princípio, os chefes das referidas operações.

Como vimos anteriormente, não haverá dificuldades na integração das comunicações entre a Marinha e Aeronáutica, mas para o Exército, o problema apresenta-se de forma diferente, haja vista que o procedimento do tráfego utilizado tem características próprias que o diferenciam do procedimento internacional. Seria desejável que o Exército, no caso das Operações Combinadas para a Defesa da Costa, adotasse, também, o procedimento internacional de comunicações, objetivando assim, o estabelecimento do "elo" vital entre os grandes comandos.

Entretanto, cabe aqui salientar que, no caso de Operações Combinadas de Defesa de Costa, a interligação dos subsistemas de Comunicações das Forças Singulares *só se tornará operacional* se houver um oportuno treinamento de emprego destes meios de comunicações.

No caso do Exército, haveria necessidade do uso de meios de comunicações na rede das Unidades de Costa, que possibilitassem a cooperação mais efetiva na Defesa do Litoral, tendo em vista a adoção de equipamentos apropriados que possibilitem receber: alarme longínquo da Força Aérea ou da Marinha, informações do controle de tráfego marítimo, medidas de coordenação de fogo, restri-

ções do tiro, ligações com relés aéreos para engajamento de alvos além do horizonte, etc.

Esforços contínuos devem ser feitos para possibilitar que nossas Unidades de Artilharia de Costa realizem exercícios de combinações de Armas e Tiro de Costa, com a participação de Unidades da Marinha e da Força Aérea Brasileira, visando o adestramento do seu pessoal e a integração dos subsistemas de comunicações existentes nas três Forças irmãs. É importante salientar que, nos tempos atuais, nenhuma Unidade de Artilharia de Costa poderá cumprir sua missão sem que receba a cooperação imprescindível da Marinha e da Aeronáutica, tais como: alarme longínquo, possibilidades de engajamento de alvos e informações sobre a ameaça naval e aérea (valor, características, tipo de armamento, rumo, velocidade, etc.).

COORDENAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS DE DEFESA DE COSTA

Apesar da importância do tema, a carência de material de comunicações apropriado e a difícil intercomunicação de nosso equipamento rádio com a Marinha e Aeronáutica, têm dificultado, sobretudo, a concretização de operações combinadas de Defesa de Costa.

A Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe) conhecendo o problema, tem procurado, dentro de suas possibilidades, mi-

nimizá-lo, adotando situações táticas em seus exercícios que utilizem linguagem compatível com a Marinha e Força Aérea, bem como prevê a imprescindível participação das duas Forças Singulares na situação tática criada.

O contato freqüente com Unidades de nossa Marinha e Aeronáutica tem possibilitado o levantamento dos principais requisitos técnicos a serem atendidos pelos modernos meios de comunicações das Unidades de Artilharia de Costa Brasileira, e podemos vislumbrar, para um futuro próximo, possibilidades concretas na realização de exercícios *periódicos* com o tiro real próximo do litoral, pela Marinha, Exército e Aeronáutica, coroando, desta forma, um esforço conjunto para o adestramento do pessoal na difícil coordenação de uma operação combinada de Defesa de Costa.

CONCLUSÃO

Não somos dos primeiros a ressaltar a importância do Brasil no Atlântico Sul e a necessidade de instalarmos, desde os tempos de paz, um sistema de Defesa de Costa para nossas cidades, portos, aeródromos, refinarias, complexos industriais e tantos outros pontos sensíveis na faixa litorânea que, passíveis de ações aeronavais, se destruídos ou paralisados, mesmo por tempo limitado, causarão, indubitavelmente, irreparáveis danos no nosso esforço de guerra.

Dentro do quadro da conjuntura internacional, o conflito das

Malvinas nos revelou, claramente, que a segurança de um país não pode basear-se, exclusivamente, em alianças de bloco ou na amizade a aproximação com países vizinhos ou poderosos.

A vulnerabilidade da defesa do litoral brasileiro, aliado à insuficiência de meios aeronavais capazes de realizar a Defesa de Costa afastada, fez crescer de importância o papel da Artilharia de Costa que, fazendo parte da Defesa Territorial, se constituiu no primeiro escalão terrestre com a missão de atuar sobre o inimigo naval antes e durante as manobras de bombardeio e desembarque, objetivando causar-lhe o maior dano possível ou obrigando-o a abandonar a missão.

É preciso enfatizar que a implantação de um sistema de Defesa Costeira no Brasil deve ter como ponto de partida o espírito de integração das três Forças Singulares, bem como o aproveitamento ao máximo dos subsistemas já implantados na Marinha, Exército e Aeronáutica.

Esforços contínuos devem ser empreendidos com o objetivo de que nossas Unidades de A Cos realizem exercícios de tiro real em alvos rebocados, com nossas forças irmãs, permitindo assim, um perfeito entrosamento na importante e difícil missão de defender o litoral brasileiro, executando para tal, operações combinadas de Defesa de Costa.

Inferese, portanto, que a "época das operações exclusivamente terrestres, marítimas ou aéreas pertence ao passado". Nenhum

dos elementos do poder militar da Nação é suficiente, se isolado; nem pode a Nação dispensar quaisquer de suas Forças.

A Artilharia de Costa vive, no presente, importante fase de transição. Desativadas suas Fortalezas, prepara-se para implantar novas estruturas, nas quais a mobilidade, a flexibilidade de suas comunicações, os mísseis, canhões, foguetes e a imprescindível cooperação da Marinha e da Força Aérea, balizarão as grandes direções da evolução a realizar-se.

BIBLIOGRAFIA

THERESINHA DE CASTRO — História da Civilização Brasileira, Gráfica Capemi Ltda.

— O Mar, Enfoque Geopolítico, Defesa Nacional, nº 708;

— Atlas — Texto de geopolítica do Brasil Gráfica Capemi Ltda.

EME — Estudo Histórico Doutrinário da Guerra do Atlântico Sul — 1983.

ESTELIO TELLES PIRES DANTAS — A Defesa de Costa — Uma Operação Combinada — 1975.

Es A Cos AAe — Proposta para a Modernização da Artilharia de Costa — Projeto PHOENIX — 1983.

— Proposta de Desdobramento para Artilharia de Costa — 1984.

SAMUEL DE TARSO TEIXEIRA PRIMO — A Artilharia de Costa na Defesa Territorial

— palestra apresentada ao CEMCFA/ESG — Jul 1980.

LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO — Interesses e Responsabilidades do Brasil no Atlântico Sul — Defesa Nacional, nº 711.

ECEME — C4-1 — Emprego da Artilharia de Costa (Anteprojeto) — 1982.



O Cap Art José Guimarães Barreto Junior, da Turma de dezembro de 1975 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), é atualmente instrutor de Artilharia de Costa da Escola de Artilharia de Costa Antiaérea (EsACosAAe), Rio de Janeiro.



PROMORAR NO BRASIL

Informe Especial

Cerca de 2,6 milhões de pessoas estão sendo beneficiadas pelo Programa de Erradicação e subabituação — PROMORAR, que até julho de 84 já atua em quase todo território nacional, ou seja, em 23 estados e 2 territórios brasileiros. As operações aprovadas pelo BNH dentro do PROMORAR atingiram, em 31.07.84, o montante de Cr\$ 1,5 trilhões.

O PROMORAR representa um enfoque novo no trato dos problemas das populações de baixa renda localizadas em áreas alagadas ou morros, carentes das necessidades básicas de conforto e higiene. A solução proposta por esse programa é remover a miséria respeitando o local escolhido pelos moradores.

CONDIÇÕES PRECÁRIAS

Em todo o Brasil encontramos habitações precárias, sem as mínimas condições de habitabilidade. Constata-se em quase todas as cidades brasileiras a existência de favelas e de barracos do tipo palafita. Em outras cidades esse mesmo quadro se repete, e é esta situação de miséria que o PROMORAR vem erradicando.

Os projetos que o BNH executa através do PROMORAR oferecem infra-estrutura urbana, com redes de abastecimento d'água, energia elétrica e esgoto, e infra-estrutura comunitária, com implantação de escolas, postos de saúde, creches, centros de lazer e esporte. A atuação do PROMORAR envolve obras

de aterro, saneamento e regeneração de áreas palafitadas, assim como recuperação, urbanização e legalização de áreas faveladas que, embora carentes, apresentem condições de reaproveitamento. Além disso, executa projetos de emergência para as populações vítimas de seca e enchentes.

NORTE

Com um total de 25.423 habitações contratadas, beneficiando aproximadamente cerca de 150 mil pessoas, a atuação do PROMORAR na Região Norte já apresenta resultados concretos bastante expressi-

vos como o Projeto Marambaia, no Estado do Pará, que beneficiou mais de 2.000 famílias com a entrega de títulos de propriedade.

Em Manaus, o Projeto S. José foi concluído com a construção de 3.175 habitações servidas por infraestrutura e equipamentos comunitários. Ainda em fase de execução, na mesma cidade, se encontra o Projeto S. José II, que já teve a sua primeira etapa construída, com a criação de 2.216 novas moradias.

Em Porto Velho, Rondônia, o Projeto Nova Porto Velho foi concluído, beneficiando cerca de 11.000 pessoas com a construção de 2.192 habitações.

REGIÃO NORTE

Promorar

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Amazonas	12.773	63.865	6.465.207
Pará	3.702	28.825	2.665.847
Acre	2.020	10.100	502.309
Rondônia	3.239	16.195	1.311.224
Amapá	1.085	15.425	754.803
Total	20.799	134.410	11.699.480

Ficam

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Amazonas	400	2.000	117.682
Pará	1.439	7.195	396.993
Acre	700	3.500	230.000
Roraima	65	325	26.000
Total	2.604	13.020	770.675

SUDESTE

Em toda Região Sudeste o PROMORAR está presente com a recuperação de áreas faveladas e a construção de 84.148 habitações, beneficiando aproximadamente 420.000 pessoas.

O maior projeto do PROMORAR está situado no Rio de Janeiro, abrangendo uma área de 3.359 hectares ao longo da Avenida Brasil. Trata-se do Projeto Rio. Este projeto beneficiará 250 mil habitantes de favelas e palafitas, sendo que, na Área Prioritária serão beneficiadas 12.648 famílias com novas moradias. Além de obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários (escola, creche, posto

de saúde, quadra de samba, centro de treinamento profissional e associação de moradores), foram concluídas também 5.150 unidades habitacionais. Encontram-se em fase de conclusão mais 1.456 unidades habitacionais destinadas aos moradores remanescentes da favela da Maré.

Na grande Belo Horizonte, através do PROMORAR, foi concluído um projeto de emergência que previa a construção de 1.676 habitações, beneficiando as 1.600 famílias que se encontravam desabrigadas pelas enchentes. Foram ainda recuperadas, em diversos municípios mineiros, cerca de 11.500 habitações, beneficiando quase 60.000 pessoas.

REGIÃO SUDESTE

Promorar

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Minas Gerais	8.727	43.635	2.407.404
Espírito Santo	494	52.470	253.904
Rio de Janeiro	8.889	67.315	20.170.716
São Paulo	45.933	229.665	15.128.949
Total	64.043	393.085	37.960.973

Ficam

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Minas Gerais	15.325	76.625	5.310.000
Espírito Santo	500	2.500	200.000
Rio de Janeiro	2.163	10.815	1.016.314
São Paulo	21.117	10.585	699.354
Total	20.105	100.525	7.225.668

NORDESTE

Na Região Nordeste, vários projetos estão sendo executados através do PROMORAR, totalizando a construção de 86.998 moradias destinadas a 434.990 pessoas. Muitas destas casas já foram concluídas e entregues aos favelados.

Na Bahia, na Região dos Alagoas, uma das áreas mais pobres da

capital baiana, foi concluída a construção de 1.444 unidades habitacionais servidas de equipamento comunitário, beneficiando uma população de 7.220 pessoas, a maioria habitantes de palafitas. Na mesma área foram concluídas as obras de urbanização que beneficiaram cerca de 10.000 famílias.

Em Fortaleza, foi construída a quadra experimental do Projeto

REGIÃO NORDESTE

Promorar

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Maranhão	1.372	27.510	2.541.676
Piauí	6.374	31.870	2.172.750
Ceará	8.827	44.135	2.523.271
Rio G. do Norte	8.233	41.165	1.558.367
Paraíba	6.063	30.315	1.715.568
Pernambuco	20.411	581.260	9.417.590
Alagoas	2.523	246.775	3.055.116
Sergipe	1.000	5.000	396.264
Bahia	16.816	656.350	12.969.235
Total	71.619	1.664.380	36.349.837

Ficam

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Maranhão	429	2.145	150.000
Piauí	2.152	10.760	653.391
Ceará	700	3.500	226.970
Rio G. do Norte	1.500	7.500	318.000
Paraíba	1.502	7.510	344.084
Pernambuco	2.825	14.125	1.028.194
Alagoas	1.930	9.650	809.142
Sergipe	1.670	8.350	630.858
Bahia	2.671	13.355	854.786
Total	13.877	76.895	5.015.425

Lagamar, beneficiando 164 famílias e concluídas as obras de construção de 1.921 unidades habitacionais, beneficiando cerca de 10.000 pessoas. No projeto, estão incluídas obras de drenagem e aterro hidráulico e completa infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

Em Pernambuco estão sendo beneficiadas 14.347 famílias com novas moradias, principalmente em municípios da Região Metropolitana de Recife, onde a atuação do PROMORAR envolve projetos de recuperação de áreas que estavam em perigo eminente, com obras de contenção de deslizamentos dos morros e proteção às habitações, a encostas e muros de arrimo.

No Município de Teresina, no Estado do Piauí, foi concluído o

Projeto Angelim com a construção de 4.696 unidades habitacionais servidas de completa infraestrutura, beneficiando cerca de 24.000 pessoas.

Em Santa Rita, município do Estado da Paraíba, foi concluído o projeto Tibiri II, com a construção de 2.174 unidades habitacionais dotadas de infraestrutura completa. A conclusão do projeto beneficiou cerca de 10.000 pessoas.

SUL

Através do PROMORAR, vários projetos estão sendo executados na Região Sul, totalizando a construção de 39.611 moradias, beneficiando cerca de 200.000 pessoas.

Um total de 5.412 habitações já foram construídas pelo PRO-

REGIÃO SUL

Promorar

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Rio G. do Sul	24.429	122.145	7.281.858
Paraná	2.482	12.410	469.456
Santa Catarina	3.391	16.955	1.188.452
Total	30.302	151.510	8.939.766

Ficam

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Rio G. do Sul	5.599	27.995	1.344.000
Paraná	3.710	18.550	1.043.608
Total	9.309	46.545	2.387.608

MORAR no Paraná, beneficiando uma população de aproximadamente 27.000 pessoas que habitavam subabitações em Curitiba e outros municípios, tais como Guara-va, Londrina e São José dos Pinhais.

No Rio Grande do Sul, já foram construídas mais de 30.000 moradias em diversos municípios. Outros projetos em construção, desenvolvidos em vários municípios, inclusive em Porto Alegre, irão beneficiar cerca de 20.000 pessoas. No município de Bagé foram concluídos vários projetos, com a construção de 3.079 novas moradias, incluindo obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários.

CENTRO-OESTE

Na Região Centro-Oeste o PRO-MORAR já beneficiou mais de 87.000 pessoas que habitavam fa-

velas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em Cuiabá estão sendo urbanizados os aglomerados de Canjica, Jardim Leblon, Barro Duro, Santa Isabel, Ana Poupino, Jardim Paulista, Barbado e Quarta-Feira, beneficiando 5.307 famílias que moram nestes locais. Outros projetos foram concluídos em diversos municípios do Estado de Mato Grosso, e cerca de 7.000 pessoas foram beneficiadas com a construção das 1.385 novas moradias.

Em Goiânia, o Projeto Conjunto Vera Cruz (etapas 4 e 5) foi concluído com a construção de 1.909 unidades habitacionais e respectivas obras de infra-estrutura, beneficiando cerca de 10.000 pessoas. Há projetos concluídos em diversos municípios de Goiás, beneficiando 1.200 famílias e outros em execução para atender mais 1.000 famílias.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Promorar

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Mato Grosso	—	26.535	600.000
Mato G. do Sul	2.000	10.000	986.124
Goiás	3.679	18.395	1.193.108
Total	5.679	54.930	2.779.232

Ficam

Estado	Nº hab. contrad.	Pop. benef.	Valor (UPC)
Mato Grosso	1.700	8.500	508.746
Mato G. do Sul	2.500	12.500	893.622
Goiás	2.220	11.100	900.763
Total	6.420	32.100	2.303.131



INFORMAÇÕES

14 ANOS DE MOBREAL

No dia 8 de setembro, a Fundação Mobral completou 14 anos de atividades. A data também festeja o Dia Internacional da Alfabetização. É hora de lembrar que uma das atribuições do Mobral é, precisamente, garantir a adolescentes e adultos que o procuram a alfabetização funcional. E nos quase três lustros isto tem ocorrido com frequência. Dorotêa Gomes da Silva, moradora e líder comunitária no Município de Bom Jardim, interior de Pernambuco: — que está seguindo, agora, a carreira do magistério —, declara: "Agradeço muito ao Mobral de hoje eu saber ler. Por isto, também, já alfabetizei muitas pessoas. Eu queria que todo mundo da nossa comunidade soubesse ler".

Como o depoimento de Dorotêa da Silva, há milhares de depoimentos registrados em videocassetes, livros e folhetos publicados pela Instituição, e isto demonstra cabalmente os benefícios prestados até agora a milhões de brasileiros pelos diferentes programas e projetos do Mobral. Uma idéia que, no mundo inteiro, desafiava consciências — um programa de massa de ensino não-formal para educar a população de baixa renda — é hoje uma realidade diária em 4.020 municípios do Brasil — e isto assegurou o reconhecimento popular do Movimento e cinco prêmios internacionais, inclusive da Unesco.

A educação continuada de adolescentes e adultos compreende a alfabetização funcional — mas esta, nem sempre, deve ser o passo inicial ou um item obrigatório. Educação de adultos não se pode restringir a ensinar a ler, escrever e contar. Significa algo mais amplo: a verificação das carências da população mais pobre em termos de saúde, higiene, alimentação, trabalho, consciência de que é preciso lutar, em grupo, para superar tais necessidades e triunfar no contexto do País.

Isto é o que o Mobral faz: garantir educa-

ção geral ao adulto e ao adolescente e ajudá-los a descobrir sua real posição na comunidade. Para isto, mobiliza a população de baixa renda e informa-a de como alimentar-se adequadamente, cuidar da saúde, planejar a prole enfatizando a paternidade responsável, qualificar-se profissionalmente, habitar melhor.

O Mobral também incentiva as crianças — através da pré-escola, atribuição que lhe foi conferida em 1981 por Lei — a frequentarem regularmente a escola para que não cheguem aos 15 anos analfabetos e vão engrossar o contingente de adultos iletrados.

Instituição educacional voltada para o segmento populacional desfavorecido, de hábitos em descompasso com os da sociedade industrial — o Mobral busca diminuir a distância e alargar os horizontes sociais; tenta dar um atendimento realista, extrapolando do estreito conceito de ensino/aprendizagem em sala de aula. Pois o ensino não-formal exige essa postura humanista, adotando como meta a ascensão social do indivíduo e a formação permanente do cidadão. Assim, coopera na segurança nacional ao estimular a autoajuda e aparar as arestas dos mais imediatos problemas sociais. Aperfeiçoando a metodologia adotada desde a sua criação, o Mobral descobriu, na prática do dia-a-dia, que a diversidade do País exigia uma ação informal. Hoje, a presença da Instituição se faz sentir do povoado à metrópole. No último triênio, a Fundação iniciou um processo de descentralização administrativa e operacional que visou valorizar, cada vez mais, a comunidade. O nível de decisão passou a ter um peso maior nas bases. Estas têm hoje a voz da solicitação e a voz da decisão. São as bases que decidem sobre seu presente e futuro educacional. A participação comunitária no diagnóstico e na proposta de soluções é vital. Ao invés da simples oferta de programas e projetos em nível nacional, procura-se, dentro das possibilidades dos recursos humanos e financeiros disponíveis, atender

aos pedidos e tarefas planejadas em nível local; as opções nascem da própria consciência crítica dos beneficiários potenciais.

Entre os milhares de exemplos ocorridos desde que o Mobral começou as suas atividades, alguns merecem citação. Na Serra João do Vale, Rio Grande do Norte, vivia uma comunidade isolada da civilização e presa de condições mínimas de sobrevivência. Como disse um morador: "Há séculos o povo da Serra vivia sem estrada, sem água, sem assistência médica, sem posto de saúde, sem ao menos cemitério. A população era toda analfabeta. Depois que o Mobral chegou, tudo se modificou. Nós primeiramente agradecemos a Deus no Céu e ao Mobral na Terra".

Outros casos que simbolizam essa atuação: em Barreirinho, Minas Gerais, mediante trabalho artesanal realizado de modo que quase religioso, a comunidade conseguiu preservar seus valores culturais-populares. Na Serra do Talhado, na Paraíba, pelo trabalho paciente do Mobral, um povo arreado, descendente de escravos, a partir do aproveitamento artesanal do barro vermelho da serra, começou a olhar o futuro com mais esperança. Em Saúde, Sergipe, toda uma comunidade encontrou o ca-

minho para uma sobrevivência mais sadia e digna. Em Vila União, Distrito Federal, de um areal abandonado, com o estímulo do Mobral, uma comunidade, pelo trabalho coletivo, fez brotar uma horta comunitária que alimenta a população e lhe rende lucros. O mesmo enfoque catalizador de autoestima e trabalho em grupo libertou das trevas do analfabetismo — no sentido mais largo — as populações de Vila São Francisco, Alagoas; Bom Jardim, Pernambuco; Tocaia, Piauí; Fumacê, Maranhão, e milhares de outras comunidades do País.

O Mobral executa uma troca útil de conhecimentos com essas populações marginalizadas a fim de estimular-lhes o pensar reflexivo e para que possam entender que a dimensão maior da educação não-formal é o fazer. Mas, ao longo de 14 anos, a Instituição conheceu e respeita entidades paralelas com as quais executa ações conjuntas. Incentiva o planejamento e a integração operativa, contando com o entusiasmo de entidades particulares e oficiais e com o apoio financeiro do empresariado — sua fonte de recursos básicos. Promove a otimização de recursos humanos, materiais e financeiros que, aliás, são sempre escassos



O presidente do Mobral, Claudio Moreira (D) e o Prof. Guilherme Figueiredo assinando convênio com a Uni-Rio.

frente aos desafios de custos crescentes e ao volume das reivindicações e dos reivindicados. Mas todos os que trabalham no Mobral — da sua Presidência aos 140 mil voluntários em todo o Brasil — agem com esperança. A meta é reduzir as taxas de analfabetismo a níveis toleráveis dentro de uma sociedade cujo crescimento demográfico é ainda alarmante. O Mobral também trabalha para atenuar o equívoco do sistema de ensino formal, como se tem praticado no País e que continua a despejar anualmente no mercado mais de meio milhão de jovens iletrados aos 15 anos. Em função disso, o Mobral colabora com as redes estaduais e municipais de ensino, participando de um atendimento específico para adolescentes que cursam as três primeiras séries do 1º grau, liberando vagas para crianças de sete e oito anos. As diferentes modalidades e opções do ensino não-formal se compatibilizam com as realidades comunitárias; é o caminho, no Brasil, para utilizar a educação ampla e permanente como instrumento de ajustamento e elevação social.

CARVÃO ENERGÉTICO

Substituto dos derivados do petróleo na indústria e na produção de energia elétrica

Até 1975, o mercado para o carvão energético estava concentrado apenas junto às zonas mineradoras. Hoje, esse mercado foi acrescido da indústria cimenteira, de papel e celulose, cerâmica, alimentícia, petroquímica, etc. Para atender a essas necessidades, a CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, como entidade responsável pela execução do ciclo completo da comercialização do carvão mineral, tem procurado acompanhar a mudança significativa acontecida na estrutura do mercado de carvão.

Segundo o seu presidente, Alzir Nunes Gay, a instituição da política de preços subsidiados para o carvão energético de produção nacional, em novembro de 1975, foi a primeira resposta governamental à crise do petróleo, e marca também o início das atividades da CAEEB no ciclo econômico do carvão. E a indústria carbonífera, antes excessivamente dependente dos mercados siderúrgico e termelétrico, encontrou nos mercados emergentes a possibilidade de também orientar sua produção para carvões com especificações

mais apropriadas à substituição de combustíveis derivados de petróleo.

Assim, novas alternativas estão sendo estudadas, na tentativa de viabilizar outras utilizações para o carvão. Entre elas, está a melhoria nos processos de beneficiamento, visando a obtenção de carvões mais puros, além da perspectiva de gaseificação dentro das técnicas disponíveis. O objetivo seria a valorização econômica do carvão como energético e a ampliação do seu uso para diferentes setores industriais.

Segundo o presidente da CAEEB, uma das vantagens da utilização do carvão para energia elétrica é o aproveitamento econômico dos carvões brutos ou de frações secundárias ensejadas nas plantas de beneficiamento, nos processos de obtenção de combustíveis mais nobres para uso no setor industrial:

"Devido às características peculiares aos carvões brasileiros, há uma recuperação muito baixa dos produtos com características mais apropriadas ao uso industrial. Tendo em vista a otimização econômica do sistema, também é necessária uma demanda proporcional das frações secundárias. Essa consideração é importante se atenta para a magnitude do programa de expansão do setor carbonífero".

A utilização dos carvões mais pobres na geração termelétrica é muito importante para o setor de projeções da Eletrobrás, onde se prevê um acréscimo ao parque gerador atual de 1340 MW, até o ano 2000. Quanto à indústria cimenteira, já existem mais de 30 fábricas localizadas nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, consumindo carvão mineral nacional a um nível de 200 mil toneladas/mês:

"Os demais setores — indústria cerâmica, de alimentos, vidro, papel e celulose, petroquímica, etc., embora pouco representativo em relação às outras, vem recebendo o apoio governamental. O principal objetivo é criar condições favoráveis para a ampliação do consumo do carvão energético", concluiu o presidente da CAEEB.

ASSOCIAÇÃO FORMADA PELA PLESSEY NO BRASIL

Em consórcio de empresas brasileiras e "The Plessey Company plc" anunciaram seus planos para intensa colaboração nos setores militares e aviação civil. A associação entre este consórcio e Plessey, sob o nome de BRASPLES, será a ponta de lança para a comercialização e apoio das

novas atividades da Plessey no Brasil e levará a formação de uma empresa com participação majoritária brasileira.

A BRASPLES será formada, do lado brasileiro, pela ANGLO BRASILEIRA DE COMÉRCIO LTDA. — ANGLOMAR, que tem sido a representante da Plessey no Brasil nos últimos anos, ÁLVARO ALBERTO ENG. LTDA. e SAMUEL RIBEIRO PARTICIPAÇÕES LTDA. A Plessey tem participado ativamente no programa de modernização da Marinha Brasileira, fornecendo sistemas de radar e de comunicações. A nova empresa BRASPLES, além de continuar a participar no Programa Naval Brasileiro, atuará junto ao Exército, Força Aérea e Aviação Civil, em estreita colaboração com a indústria brasileira, especialmente EMBRAER, ENGESA, AVIBRÁS, ABC TELETTRA, ENGETRÔNICA, entre outras.

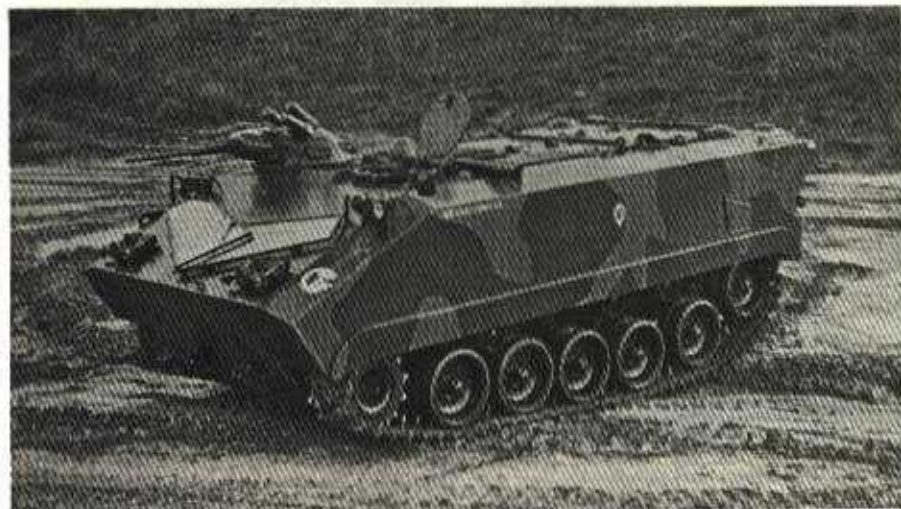
A BRASPLES irá também desenvolver novos mercados de exportação, e será o instrumento para transferência de tecnologia da Plessey para o Brasil, principalmente em engenharia e integração de sistemas.

Alan Cormack, diretor comercial da Plessey Electronic Systems Limited, comentando a formação da BRASPLES, afirmou: "Nós estamos entusiasmados em ver que a nossa longa atuação no Brasil evoluiu desta maneira, e que a formação da BRASPLES é um passo importante no desenvolvimento de nossas atividades em toda América Latina".

CHARRUA EM FASE DE TESTES

A Motopeças é uma empresa que vem se firmando cada vez mais no parque nacional de material bélico. Tradicional fornecedora de transmissões utilizadas em carros de combate brasileiros e, de uns cinco anos para cá, exportando peças e engrenagens, especialmente para os Estados Unidos, apresenta no momento dois produtos, que chamam a atenção pelo porte do empreendimento: o "kit" nacional de repotencialização do blindado de transporte M-113 e o Charrua. Este último é um blindado de transporte à prova de ponto cinquenta. Este carro, mesmo sem ter entrado na fase de testes oficiais, tem sido submetido a provas, cujos resultados vêm sendo avaliados e analisados. Seu desempenho é considerado muito bom, tendo o protótipo sido concebido e construído em cerca de seis meses pelos técnicos da empresa, com o apoio do Centro Tecnológico do Exército. A versão, cujo protótipo já se encontra pronto, é a que flutua, enquanto que a próxima versão deverá ser de menor silhueta e porte, mas não flutuará.

O Charrua faz parte da família de blindados sobre lagartas, com 10 rodas de apoio, cujas utilizações previstas são, principalmente, blindado-comando, comunicações, porta-morteiro e antiaéreo.





LIVROS

MEMÓRIAS, Marechal J.B. Mascarenhas de Moraes, Biblioteca do Exército Editora, volume 1, Rio de Janeiro, 1984, 328 págs.



A espécie literária de memórias é extremamente escassa na área militar. Raros foram os chefes que, na paz da reforma, retrospectivos e verídicos, contaram as façanhas do tempo em que, de espada desembainhada, ou de lança em punho, como Caxias em Ito-
róró e Osório em Tuiuti, estamparam o no-

me na história das armas. O marechal Mascarenhas de Moraes faz exceção aos heróis silenciosos. Não somente guiou a Força Expedicionária pelos rumos do triunfo — nos cimos dos Apeninos — como lhe descreveu a marcha no denso livro "A FEB por seu Comandante". Nestas páginas de informação e notícia revive a epopéia, sóbria e dignamente marcada por seu principal personagem.

São dezenas os volumes que enchem a bibliografia brasileira da 2ª Grande Guerra. Oficiais jovens de então, depois coronéis e generais, trazem neles o depoimento sério ou risinho, triste ou ameno, pessoal ou coletivo sobre os duros sofrimentos e o feliz sucesso dos batalhões a que pertenceram. Integram-se, como ladrilhos do vasto mural, no painel apaixonante dos testemunhos; pertencem à crônica perpetuada pela recordação; esculpiram na pedra dos monumentos as figuras que não podiam nem deviam desaparecer. Já a obra do Comandante lúcido, que colecionou as suas

lembranças em forma de um sábio relatório, resumindo os trabalhos (e as glórias) dos subordinados, se alteia a uma categoria superior; fulgem-lhe as cinco estrelas (coincidindo com as do Cruzeiro) na fria noite dos acampamentos cobertos de neve ou tismados de fogo na montanha italiana; têm o caráter didático de uma lição; valem como uma nobre mensagem, que transmitiu à posteridade em honra do patriotismo, da bravura e da lealdade.

Não é possível abranger todo o quadro da luta sem a severa lembrança do homem experiente e calmo, que assumiu a responsabilidade de conduzir a sua gente pelos caminhos da vitória. É indispensável ouvir-lhe a palavra simples, que persuade sem esforço, ílhana e comunicativa; é essencial aceitar a mão que nos oferece para acompanhá-lo nas tarefas de formação do pessoal ao campo de combate, onde se agigantou, iluminado pelas explosões, ágil e destemido, pilheriando antes de morrer, e vivendo a alegria vingativa da avançada pelas encostas escabrosas, no topo delas a meta difícil — o pracinha risonho, no seu batismo de duelo com o inimigo terrivelmente poderoso.

O marechal deixou o renome da FEB no mausoléu, em que repousam os mortos da campanha, e no livro que os elogia, túmulo provisório dos soldados que caíram, pois os esvaziou a ressurreição — no agradecido respeito do Brasil. De ambos cuida a Nação. O sepulcro guardado pela fidelidade das Forças Armadas. O livro, editado, reeditado, e ora novamente entregue ao público pela Biblioteca do Exército. Os dois — o mármore comemorativo e o livro reimpresso, ficarão ao alcance do futuro. Para que veja num e leia n'outro o legado do Comandante impecável às gerações novas e à consciência nacional.

Pedro Calmon

BRASIL DO III MILÊNIO, Eng^o João Ricardo Mendes, Editora JB, Rio de Janeiro, 1984
250 págs.



O Engenheiro João Ricardo Mendes aborda, em livro merecedor da melhor atenção brasileira, assunto que, há mais de um século, provocou reflexões inteligentíssimas de Joaquim Nabuco em discursos na Câmara de Deputados do Império: a ocupação do espaço nacional considerada em aspectos diversos.

Do ecológico ao econômico e do econômico ao político e, por vezes, ao sociocultural. Problema múltiplo. Complexo. E sempre de importância nacional; inclusive, atualmente, sob perspectiva geopolítica.

A abordagem, neste livro, pelo Engenheiro João Ricardo Mendes, de problemas brasileiros de Engenharia Física que, desse setor transbordam nos das Engenharias Humana e Social, não falta o senso humanístico identificado por Sorel como uma como que "poesia social". Quando o Engenheiro Mendes termina por pleitear harmonia no desenvolvimento brasileiro, sua fala é a de um humanista científico. Ou, por vezes, a de um "poeta social".

O mesmo senso humanístico científico, o Engenheiro João Ricardo Mendes revela numa das páginas iniciais do seu brilhante estudo, ao considerar "indispensável", no Brasil, "uma reforma agrária ampla para que a pequena e média propriedade rural cumpra o papel de sustentar a ocupação da terra que historicamente tem sido reversível". Ao que acrescenta: "Pelas suas dimensões continentais, a vocação natural do Brasil é pelas atividades agrícolas e pastoris, do estrativismo vegetal e mineral, cujo êxito está a exigir como primeiro passo a redivisão das unidades políticas do território pátrio." Tese que vigorosamente defende. De onde opor-se, com veemência, ao "centralismo estatal" como poder total. E definir-se por "um maior equilíbrio político entre os Novos Estados na Federação e, finalmente, uma maior segurança do Território Nacional" que decorra de vontades nacionais.

Acerta em cheio o autor de O Brasil do III Milênio quando observa "a indiferença de

nossos governos em relação ao nosso interior". Justo o reparo, de que "regiões interiores de ânimo quase urbanizante poderiam se transformar em áreas de intercâmbio com os nossos vizinhos latino-americanos". Acerca do que escreve lucidamente: "Os países fronteiriços, assim como o Brasil, poderão incorporar novas fronteiras econômicas nas valiosas regiões geográficas do centro do nosso continente, atraindo, para elas, população, transporte, comunicação, serviços públicos, investimentos públicos em geral e a iniciativa privada poderia vir a complementar essa ocupação no sentido de acrescentar poder à continentalidade sul-americana". Exatamente o que aconteceu, de modo magnífico, nos Estados Unidos, ao expandir, por meio de arrojos de iniciativa privada, sua fronteira Oeste. É o que, em livro magistral, em língua inglesa, o intitulado *The Age of Enterprise*, N.Y., 1943), Thomas C. Cochran e William Miller apresentam de modo épico. Segundo eles, "as nomadic pioneers moved always further west, these steadier Americans followed, buying cabins and clearings, building shops, schools, churches, factories, boats". Arrojos construtivos de particulares que tiveram tal importância sobre a cultura nacional dos Estados Unidos que sociólogo criativo, Frederick Jackson Turner, à base dessa vigorosa expansão, desenvolveu toda uma teoria clássica: da importância de fronteiras avivadas por presenças humanas. As fronteiras assim avivadas, tornando-se um mito soreliano para toda uma nação.

O que poderá ocorrer no Brasil com a prática da sugestão do Engenheiro João Ricardo Mendes. Bastará que governo esclarecido estimize e favoreça tal esforço da parte de brasileiros de hoje aos quais não falte ânimo auto-colonizador. Brasileiros miscigenados nos quais se afirme aquele brio de indivíduos socializados em pessoas e já quase indiferentes à etnia ou à raça de que provém: já uma metarrança que se identifica pela cultura nacionalmente brasileira. Por seus ritmos nacionais de andar, de modos de sorrir, de gostos de paladar já brasileiros, quase à revelia de características antropológicamente físicos. Ritmos, modos de sorrir, gostos de paladar de uma gente eutropical: em suas bases, lusotropical. Crescentemente miscigenada. Miscigenação que em Brasil do III Milênio é acentuada. Triunfo sobre segregacionismos étnicos. Triunfo que está concorrendo para dar ao Brasil aquela condição de "primeira nação dos trópicos

com característicos de País desenvolvido". O que reclama, dos seus líderes, capacidades incomuns de ação e de orientação. Líderes que precisam recorrer a assessorias intelectual, científica, tecnologicamente idôneas. E éticas, ao mesmo tempo que assim idôneas.

Note-se do notável estudo do Engenheiro João Ricardo Mendes que o texto é acompanhado por gráficos ilustrativos elaborados sob a direção competente do autor. Um abundante e exato material ilustrativo. Completo o texto de modo admirável.

(Excertos do prefácio de
Gilberto Freyre)

POLÍTICA E ESTRATÉGIA, Vol. III, nº 2
Abr/Jun 84, Convívio, S. Paulo.



O Centro de Estudos Estratégicos lança ao debate e à reflexão dos leitores de Política e Estratégia dois temas cruciais no atual estado da Política Internacional e da Estratégia. O primeiro deles — a questão nuclear — já nos atinge, aos brasileiros, diretamente, seja pela revelação de que os devastadores efeitos de uma guerra atômica travada no Hemisfério Norte se estenderiam até nós, seja pelos avanços científicos e tecnológicos verificados no Continente e que conduzem à iminência da decisão de se fazer ou não a bomba. O segundo tema, em muitos aspectos relacionado ao primeiro, diz respeito à política externa e à política de defesa do Brasil, aqui encaradas sob ângulos bastante originais.

Os professores Carl Sagan e José Goldemberg apresentam estudos que demonstram os efeitos climáticos e biológicos de uma guerra nuclear sobre o globo. Os dois cientistas fizeram parte de uma comissão especialmente convocada pelo papa João Paulo II, para discutir o assunto na Pontifícia Academia de Ciências. Suas conclusões indicam que um duelo nuclear, travado entre as duas super-

potências no Hemisfério Norte, provocaria uma prolongada e contínua noite, não só nas regiões conflagradas como também no Hemisfério Sul; o frio e a escuridão comprometeriam a continuidade da vida animal e vegetal, colocando em risco a existência da própria Humanidade.

O problema da extravasão dos efeitos de uma guerra nuclear sobre terceiros países também é discutida, desta vez sob o ponto de vista jurídico, pelo professor Guido Soares. Segundo ele, a guerra nuclear tornou inúteis os tradicionais princípios do Direito de Guerra, aplicáveis apenas aos conflitos convencionais. Em seu lugar, passa a ser preocupação central do Direito Internacional o estudo do Direito de prevenção de Guerra.

Decorrente da crescente conscientização dos perigos globais de uma guerra atômica — mas não somente disso —, o pacifismo voltou, por breves momentos, a assumir proporções, notadamente nos países europeus que se dispuseram a receber os mísseis cruise e Pershing II. O fenômeno do pacifismo é aqui discutido, em seus aspectos éticos e políticos, por Paulo Mendonça.

Desde o início da era atômica, a dissuasão foi o elemento central das doutrinas estratégicas tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética. Com o correr do tempo, entretanto, a dissuasão passou a ser compreendida de maneiras diferentes pelas super-potências. As assimetrias psicológicas da dissuasão nuclear são estudadas pelo professor Nicolas Boer, em um ensaio essencial para o entendimento dos desdobramentos políticos, militares e ideológicos do confronto entre os dois blocos.

Oliveiros S. Ferreira faz uma original e instigadora reflexão sobre as políticas externa e de defesa do Brasil, propondo que as Forças Armadas se reequipem e se reorganizem de forma a se constituírem em instrumentos da política externa brasileira. Christian G. Gaubet analisa a intensidade e o peso que tiveram a diplomacia, a geopolítica e o direito na solução da chamada "crise de Itaipu". Finalmente, Clovis Brigagão discute a validade da implantação da indústria de material bélicos no Brasil.

Antonio Carlos Pereira

**LIVROS À VENDA NA SEDE DA REVISTA
"A DEFESA NACIONAL"**

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — *Therezinha de Castro*

Edição revista e aumentada. Um estudo, do ponto de vista político, econômico e social, dos três períodos que marcam nossa História: o colonial, o monárquico e o republicano . Cr\$ 2.000,00

ATLAS-TEXTO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL — *Therezinha de Castro*

Uma combinação de texto e mapas ilustrativos repassando, em termos geopolíticos, as diversas variedades estratégicas que nossa História registra Cr\$ 1.500,00

A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DO FUTURO — *Eurípedes Cardoso de Menezes*

Uma apresentação do problema da Antártica, com todos os seus desdobramentos e envolvimento. Os direitos do Brasil na repartição futura daquela importante "terra de ninguém" Cr\$ 1.500,00

O DESAFIO DA CRISE ENERGÉTICA — *João B. Peixoto*

Um panorama do quadro energético mundial, o ciclo do petróleo, a esperança da energia nuclear, a contribuição do carvão e a importância da energia hidrelétrica. Uma síntese da evolução do problema petrolífero no Brasil Cr\$ 1.500,00

Pedidos à

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias, Térreo, Fone: 283-3030

Praça Duque de Caxias, 25

20455 Rio de Janeiro, RJ



REGISTROS

PRÊMIO CULTURAL CAEEB/A DEFESA NACIONAL

A Diretoria da CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — na pessoa de seu Presidente, Coronel Alzir Nunes Gay, vem de instituir o Prêmio "CAEEB", a ser conferido, anualmente, ao melhor trabalho sobre Energia publicado em A DEFESA NACIONAL. O artístico bronze de meio metro de altura, que simboliza o soldado brasileiro fincando o pavilhão nacional numa jazida de minério, permanecerá definitivamente exposto na sede de "A Defesa Nacional", outorgando-se ao laureado de cada ano o diploma correspondente a seu trabalho.

O distinguido com a outorga do Prêmio "CAEEB" terá, também, o seu nome gravado em placa metálica no pedestal do bronze. Na foto: O Cel Alzir Nunes Gay fazendo a entrega do bronze ao General Antenor de Santa Cruz Abreu, sob as vistas do General Jonas de Moraes Neto (à esquerda) e General Daltro dos Santos (à direita).



NO 71º ANIVERSÁRIO D'A DEFESA NACIONAL

Eurípides Cardoso de Menezes

Há 71 anos, na data de hoje, nasce A DEFESA NACIONAL, fundada pelo idealismo de um grupo de jovens oficiais do nosso Exército.

Foram 25.915 dias a serviço da Pátria na trincheira do pensamento, sempre na direção traçada pelos fundadores.

Constitui a coleção d'A DEFESA NACIONAL uma verdadeira enciclopédia em que se encontram excelentes trabalhos sobre segurança e desenvolvimento, sobre agricultura, história, economia, geopolítica, tecnologia, transportes, informática, energia, engenharia, questões sociais, etc., etc.

Resguardada — no que timbrou a revista desde os seus primórdios — a liberdade de opinião, sempre visaram os redatores e colaboradores sobretudo ao aprimoramento cultural e aos supremos interesses do país, não havendo, pois, se desviado jamais da linha do autêntico patriotismo.

Destarte tem contribuído para a formação de um espírito sadio e de uma mentalidade homogênea no que tange aos princípios básicos em que se formou a nacionalidade. Daí o prestígio de que goza tanto no âmbito nacional como no estrangeiro, onde são citados frequentemente e não raro transcritos os seus artigos.

Todavia, a despeito de estar em tão boas mãos, apesar de sua magnífica administração e de possuir um corpo redatorial à altura de suas responsabilidades, não basta liricamente entoar loas a A DEFESA NACIONAL. Precisamente pelos motivos por que nos orgulhamos de possuir esse órgão de cultura, que honraria qualquer país dos mais desenvolvidos, é que julgo, *data venia*, deveríamos comemorar a grata efeméride tomando hoje aqui uma solene resolução de ordem prática: a de tudo fazer para difundir o mais possível a revista, colocando-a não só nas mãos de todos os militares mas de todos os demais homens cultos do país, e de modo especial nas nossas universidades. Urge, sim, uma campanha intensa em prol do aumento do número de leitores d'A DEFESA NACIONAL.

O grande mal da época é o subdesenvolvimento cultural, que se estadeia na imprensa falada e escrita, que se ostenta até nas cátedras das escolas superiores, que se patenteia no menosprezo pelo idioma nacional, que se

reflete no abandono das boas maneiras, dos nossos hábitos de gente civilizada.

E com o declínio moral vai-se aumentando assustadoramente a ocorrência dos atentados à propriedade, ao pudor, à própria vida humana, a ponto de parecer que nos precipitamos para um fim apocalíptico.

Entretanto, mais do que no resultado de um trabalho, só exequível aliás a longo prazo, de educação da massa, creio na eficácia de uma ação direta junto das elites, e indireta sobre o povo. E uma revista de cultura como A DEFESA NACIONAL, intensamente difundida entre os intelectuais, seria a meu ver um dos meios mais poderosos de se elevar o nosso padrão cultural, de se imunizar a classe pensante contra o vírus da subversão e da desagregação.

É, pois, um verdadeiro apostolado que preconizo, no início do septuagésimo segundo ano de vida da nossa revista, apostolado que exigirá entusiasmo, dedicação e mesmo espírito de sacrifício.

E creio que aqueles jovens, convictos de que tanto melhor serviriam à Pátria quanto mais preparados fossem para servir ao Exército, e se lançaram à fundação d'A DEFESA NACIONAL, agora, já "transferidos ao altiplano dos que se libertaram das limitações temporais", nos poderão ajudar, pela sua assistência espiritual, a levar avante a obra iniciada com tanto entusiasmo a 10 de outubro de 1913.

Honremos-lhe a gloriosa memória continuando a sua obra, fazendo o que eles fariam se hoje estivessem em nosso lugar.

A GRANDE LIÇÃO DE A DEFESA NACIONAL EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Francisco Ruas Santos

O que de mais notável no primeiro editorial de *A Defesa Nacional*, a 10 de outubro de 1913, é a lição que transmite. Este é de valor sempre atual, por ser essencial à vida de um exército que pretenda ser de fato uma instituição verdadeiramente nacional.

Para demonstrarmos isto recorreremos primeiro à história militar terrestre de 1864 a 1984, de 120 anos portanto.

Aquele primeiro ano marca o início da guerra da Tríplice Aliança, durante a qual o Exército aperfeiçoou-se profissionalmente graças às injunções da realidade de uma guerra demorada, longínqua e difícil. Os militares

que aí se formaram ou aperfeiçoaram tiveram a noção nítida do que deve ser um verdadeiro exército, no quadro de uma nação como a nossa. Tanto que, voltando o Exército ao *status quo ante bellum*, as reações do profissionalismo não tardaram a se manifestar. Uma dessas reações contra o *milicianismo* ou o Exército de 2.^a ou 3.^a classe, está na *Revista do Exército Brasileiro*, editada entre 1882 e 1888 por um grupo de militares idealistas hoje homenageados com a continuação desse título na antiga *Revista Militar Brasileira*. Mas, lembre-se, também em sua homenagem, que era um grupo independente, religiosamente preso aos valores profissionais ou da verdadeira eficiência militar. O facho desse idealismo foi reacendido pelo grupo de idealistas que fundou *A Defesa Nacional* e a manteve por um longo período, à custa dos seus próprios esforços e os daqueles que com ele partilhavam dos mesmos ideais.

Aí temos, portanto, alguns dos sublimes valores morais e profissionais em que deve basear-se qualquer força armada. E por constituírem exemplos elevadíssimos e permanentes esses de 1882 e 1913, devem ficar como diretrizes para a ação e o pensamento do Exército, de hoje e de amanhã.

A reverência que lhes dedicamos, agora e sempre, deverá ser, além da homenagem a um heroísmo espiritual, inspiração permanente para o nosso amado Exército.

Vejamos, então, quais aquelas diretrizes de atualidade permanente, numa análise do programa de *A Defesa Nacional* contido nesse título e naquele histórico editorial.

Em primeiro lugar, ali está o Exército indissolavelmente comprometido com a "defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram, da enorme soma de interesses que sobre ele se acumulam".

Os interesses militares se acham entrelaçados com os interesses nacionais, e trabalhar em prol da segurança nacional, no setor militar terrestre, é um dos melhores meios de servir aos interesses do nosso povo.

Em segundo lugar, apresentando o Brasil algumas características próprias, a missão do Exército deve ser cumprida em harmonia com essas peculiaridades nacionais, tal, antes de mais, a busca de um objetivo ainda presente, o de vir a ser o Brasil uma grande democracia de fato e de direito.

"Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares

nos negócios internos do país, o Exército precisa entretanto estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha — e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam". Aí temos o fundamento para a participação do Exército no movimento de 1964, em prolongamento, aliás, do idealismo dos "tenentes" de 1922.

Relativamente à defesa externa, deve o Exército estar no mais alto grau possível de preparo — verdade sempre válida e proclamada pela *A Defesa Nacional*.

Além de tudo isso, tem o nosso Exército, continua o editorial de 10 de outubro de 1913, "uma função educativa e organizadora na massa geral dos cidadãos".

Essa função hoje deverá ser exercida principalmente como exemplo à Educação Nacional. Isso equivale dizer que, juntamente com outras instituições nacionais, o Exército deve ser um modelo de inspiração permanente para a educação do cidadão de uma democracia, alicerçada essa educação nas exigências do *dever* e no princípio superior de *pátria*, ainda que com sacrifício da própria vida.

Daí decorre que o Exército profissional é uma escola de sacrifício e uma instituição permanente em que o Brasil deve poder confiar nas grandes crises pelas quais vier a passar. E, superadas essas crises — que esperamos não se repitam — cingir-se ao profissionalismo, um dos seus mais altos valores como instituição verdadeiramente nacional.

Aí está a grande e eterna lição contida no histórico primeiro editorial da nossa querida *A Defesa Nacional*. E esta — admirável ensinamento — em seus 71 anos de vida tem sido coerentes com tão bela lição de civismo.

REUNIÃO NO CLUBE MILITAR PARA A FUNDAÇÃO DE "A DEFESA NACIONAL"

Col. Cláudio Moreira Bento
Presidente da Comissão de Pesquisa Básica
de *A Defesa Nacional*

UMA REUNIÃO HISTÓRICA NO CLUBE MILITAR

O óleo focalizado que passou a integrar o acervo iconográfico do Exército, na BIBLIEX, é de autoria do

pintor Álvaro Martins, autor já de diversos trabalhos para as Forças Armadas. Foi executado este ano com apoio em pesquisas e orientação da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional, criada em 10 de outubro de 1983, pela Cooperativa Militar Editora e Cultura Intelectual, A Defesa Nacional. O óleo procura imortalizar a histórica reunião em que ficou decidida a criação de A Defesa Nacional, em 20 de setembro de 1913, em dependência do Clube Militar,¹ por 12 jovens oficiais idealistas fundadores e mantenedores da mesma, apelidados à época de "jovens turcos" e designados em sociedade de "patentes novas" do Exército, segundo Pedro Calmon. A Reunião foi documentada na ata n.º 1, em anexo.

Somente 20 dias depois, em 10 de outubro de 1913, data que o grupo consagrou como a fundação da revista, é que teve lugar a reunião na Papelaria Macedo, à Rua da Quitanda, 74, onde os fundadores receberam o primeiro número editado, o n.º 1, com a data daquele dia. Nessa Reunião, segundo Francisco de Paula Cidade, os 12 fundadores presentes "adotaram a filhinha recém-nascida".

O grupo fundador era constituído de seis capitães, cinco 1.º tenentes e um 2.º tenente. Pertenciam às seguintes armas: cinco de Infantaria, seis de Artilharia e somente um de Cavalaria. A Engenharia não se fez representar, pois, criada em 1908, estava em fase de estruturação.

Do grupo inicial onze eram egressos da Escola Militar da Praia Vermelha, sendo que nove com curso no Exército Alemão de 1911-12. Somente um era egresso da Escola de Guerra de Porto Alegre que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha, fechada e extinta em 1904. As idades variavam de 29 a 42 anos. Cinco se situavam entre 29-32 anos, quatro entre 31-37 e três entre 40-42.

O grupo era originário dos seguintes Estados: quatro do Rio Grande do Sul, um do Pa-

¹ Segundo o Marechal Odylio Denys in *Ciclo Revolucionário Brasileiro*, (Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980, p. 104), o presidente do Clube Militar na época era o General Pedro Tito Escobar, também comandante da Brigada Mista de Caçadores. Esse chefe deu apoio ao grupo fundador, acolhendo na sede do Clube várias palestras proferidas por Klinger, Souza Reis, Euclides Figueiredo e Leitão de Carvalho, antes da fundação.

raná, quatro do Rio de Janeiro, um de Alagoas, um do Ceará e um do Maranhão.

Pouco mais tarde, ao grupo fundador e mantenedor inicial juntou-se como mantenedor o 2.º Tenente de Infantaria José dos Mares Maciel da Costa, de São Paulo, passando o grupo ao número de 13 mantenedores, dos quais só 12 fundadores.

Os "jovens turcos" identificaram-se em torno dos objetivos de fundação de uma revista de assuntos militares, em aulas de jogo de guerra, patrocinadas na 9.ª Região de Inspeção Permanente (atual 1.ª Região Militar) por seu comandante, General-de-Divisão, Antônio A. de Souza Aguiar.

EXPLICAÇÃO DO QUADRO FUNDAÇÃO DA DEFESA NACIONAL

Sentados, de forma paritária e informal, a alegoria mostra, com o auxílio de silhuetas numeradas, como o artista concebeu os 13 mantenedores, com apoio em fotos dos mesmos existentes na sede de *A Defesa Nacional*, no Palácio Duque de Caxias — Rio de Janeiro.

São os seguintes os 13 sócios mantenedores, cuja memória hoje é cultuada com muito respeito e admiração por todos quantos no Brasil têm se devotado a problemas relacionados com a Defesa Nacional e ao desenvolvimento de nossas Forças Armadas, à altura do destino de grandeza que o povo brasileiro vem lutando para construir:

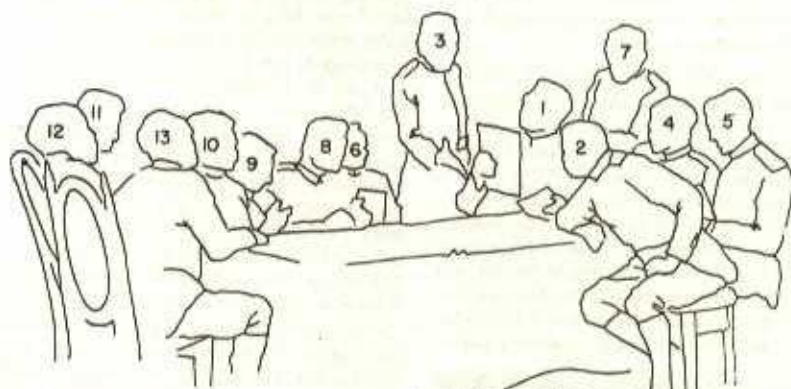
1. 1.º Ten Art Bertoldo Klinger. Nasceu em Rio Grande — RS, em 1.º janeiro de 1884. Foi um dos três idealizadores da revista em viagem marítima de retorno ao Brasil, de Curso no Exército Alemão, e um dos três primeiros redatores. Era o mais moço do grupo. Foi eleito, por unanimidade, Presidente de Honra e redator-chefe. Representava a tropa, servindo no 1.º Regimento de Artilharia. Foi o recordista em colaborações à revista nos mais variados assuntos. Atingiu o posto de General-de-Brigada na Ativa (7 maio 1931).

2. 1.º Ten Inf Estevão Leitão de Carvalho. Nasceu em Alagoas, em 6 de abril de 1881. Foi o lançador da idéia da revista em viagem marítima, de retorno ao Brasil, de curso no Exército Alemão, e um dos seus três primeiros redatores. Escreveu sobre assuntos ligados à Infantaria. Foi chefe de escol. Comandou a 3.ª Região Militar, com papel destacado nas manobras de Saicán — RS, durante a 2.ª Guerra Mundial. Foi representante do Brasil, nos



Óleo sobre tela, de Álvaro Martins

A DEFESA NACIONAL



- 1-BERTHOLDO KLINGER
- 2-ESTEVÃO L. DE CARVALHO
- 3-MÁRIO CLEMENTINO CARVALHO
- 4-EUCLYDES FIGUEIREDO
- 5-FRANCISCO DE PAULA CIDADE
- 6-BRÁSILIO TABORDA

- 7-JOSÉ POMPEU DE A. CAVALCANTI
- 8-CESAR AUGUSTO PARGA RODRIGUES
- 9-JOSÉ DOS MARES MACIEL DA COSTA
- 10-EPAMINONDAS LIMA E SILVA
- 11-JOÃOQUIM DE SOUZA REIS NETO
- 12-FRANCISCO JORGE PINHEIRO
- 13-AMARO DE AZAMBUJA VILANOVA

EUA, na Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA que ajudou a concretizar a cooperação do Brasil no esforço de guerra aliado, através da FEB. Atingiu o posto de General-de-Divisão na Ativa (24 de maio de 1940). Foi historiador destacado dos IGHMB e IHGB.²

3. Cap. Inf Mario Clementino de Carvalho. Nasceu no Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1876. Formou-se na Escola Militar da Praia Vermelha. Era Secretário do Clube Militar na época. Autor da idéia do nome da revista, como síntese dos objetivos da mesma. Foi o redator dos dois primeiros editoriais e, por longo tempo, professor da Escola Militar do Realengo. Comandou como coronel, posto que atingiu na Ativa, o 12º RI em Belo Horizonte. Era muito estimado por seus alunos no Realengo.

4. 1º Ten Cav Euclides Figueiredo. Nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1883. Foi aluno interno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, 1896-1901. Cursos Cavalaria no Exército Alemão em 1911-12, sendo o único representante da nobre Arma no grupo e, no 1º RC. Veterano do Contestado, mais tarde chefiou o Curso de Cavalaria da histórica Missão Indígena da Escola Militar do Realengo. Colaborou em assuntos ligados à Cavalaria. Comandou o 1º RC, atual Dragões da Independência, a 1ª Brigada de Cavalaria, em Alegrete e a 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana, como coronel. Atingiu, na reserva, o posto de General-de-Divisão.

5. 2º Ten Inf Francisco de Paula Cidade. Nasceu em Porto Alegre, em 22 de dezembro de 1883. Foi secretário da revista. Havia participado no ano anterior da fundação e direção da *Revista dos Militares* em Porto Alegre. Era o mais moderno e o único egresso da Escola de Guerra de Porto Alegre. Comandou unidades de Infantaria em Corumbá e Belo Horizonte e a 1D/9 e, a 8ª Região Militar, em Belém, como General-de-Brigada. Foi juiz militar da FEB. Infante de escol e historiador dos mais fecundos do Exército, é hoje patro-

² Segundo Pedro Calmon, a Lida de Defesa Nacional, fundada por Miguel Calmon Du Pin e Almeida, liga-se à revista pela solidariedade que ela emprestou ao histórico discurso que ele pronunciou na Bahia, em 1915, de retorno da Europa, de alerta ao despreparo militar do Brasil para a eventualidade de seu envolvimento na I Guerra Mundial.

no da cadeira 88 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

6. 1º Ten Art Brasília Taborda. Nasceu, em 20 de maio de 1877, no Paraná. Foi colaborador da revista da qual mais tarde se tornou redator-chefe. Chegou a ser mobilizado durante dois meses no período da I Guerra para lutar na Europa. Atingiu o generalato na Ativa, tendo comandado a 8ª Região Militar, em Belém. Foi um dos três oficiais que idealizaram a revista em viagem marítima de retorno ao Brasil, de curso no Exército Alemão.

7. 1º Ten Art José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti. Nasceu em 11 de março de 1879, no Ceará. Foi destacado colaborador em assuntos relacionados com tiro de Artilharia. Também representava a tropa — o 1º Regimento de Artilharia. Comandou a 9ª Região Militar em Mato Grosso. Depois atingiu o generalato. Ligou-se sentimentalmente à *A Defesa Nacional*.

8. Cap Art Cezar Augusto Parga Rodrigues. Nasceu em 1 de dezembro de 1871. Foi colaborador assíduo da revista, de capitão a general, sobre assuntos de Artilharia, virtudes militares, remonta e profissionalismo militar. Atingiu o posto de General-de-Divisão, tendo comandado o 1º Distrito de Artilharia de Costa, a 1ª Brigada de Artilharia Anti-Aérea e a 3ª Região Militar.

9. 2º Ten Inf José dos Mares Maciel da Costa. Nasceu em 1 de setembro de 1877, em São Paulo. Não participou da fundação da revista, embora esta o represente no quadro, em homenagem aos seus serviços e sacrifícios por suas idéias, punido que foi disciplinarmente em 1915, junto com Klinger e Pompeu Cavalcanti, estes reincidentes no célebre incidente gerado pelo número da revista de 10 de dezembro de 1915 que publicou o artigo "Exame do Batalhão", no qual denunciavam uma farsa na instrução, lesiva à operacionalidade do Exército e contado por Paula Cidade em *Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Maciel da Costa servia no 52º BC. Como capitão transferiu-se para a Intendência de Guerra, tendo falecido em Porto Alegre. Fazia parte dos treze mantenedores, mas não dos doze fundadores. É incluído no quadro alegórico como homenagem da revista.

10. Cap Art Epaminondas de Lima e Silva. Nasceu, em 25 de novembro de 1872, no Rio Grande do Sul. Coursou a Artilharia no Exército Alemão. Como major foi Presidente e redator-chefe da revista. Atingiu o posto de

coronel, tendo comandado o 1º Grupo de Artilharia de Montanha e a 9ª Região Militar. Era ligado por laços de parentesco ao Duque de Caxias — Patrono do Exército. Foi chefe do Curso de Artilharia da "Missão Indígena" da Escola Militar do Realengo.

11. Cap Int Joaquim de Souza Reis. Nasceu em 2 de novembro de 1881, no Rio de Janeiro. Coursou a Infantaria no Exército Alemão. Foi um dos três primeiros redatores da revista. Integrou o 58º Regimento de Caçadores, no Contestado. Faleceu como major, em 7 de agosto de 1924, deixando duas filhas de seu consórcio com a alemã Vali Van der Kilen. Foi punido no incidente de crítica ao "Exame de Batalhão", quando foi substituído por Maciel da Costa na redação, por ter sido transferido para o Sul, sem nenhuma ligação com o incidente.

12. Cap Art Francisco Jorge Pinheiro. Nasceu em 25 de março de 1873. Coursou a Artilharia no Exército Alemão. Foi redator da revista. Comandou a 4ª Região Militar em Juiz de Fora de 1930-32, sendo transferido para a reserva com General-de-Divisão, em 25 de novembro de 1933.³

13. Cap Inf Amaro de Azambuja Vilanova. Nasceu em 18 de abril de 1879 no Rio Grande do Sul. Coursou a Artilharia no Exército Alemão. Colaborou com diversos assuntos e entre eles "Um combate aéreo na Frente Sul no início da Revolução Paulista de 32". Atingiu o posto de General-de-Brigada, tendo comandado a 7ª Brigada de Infantaria do seu tempo.

PROJEÇÃO HISTÓRICA DA REVISTA

A revista *A Defesa Nacional* foi criada no contexto da Reforma Militar 1898-45 e, na Presidência da República do Marechal Hermes da Fonseca — o seu grande artífice e dinamizador — de 1904-1914, como comandante da Escola de Aplicação do Realengo e do 4º Distrito Militar, atual 1ª Região Militar, Ministro da Guerra e Presidente da República.

³ Segundo o General Lyra Tavares, Jorge Pinheiro é o autor da letra da Canção da Artilharia, colocada sobre a música da Canção da Infantaria da Alemanha, com ritmo ou cadência lenta.

Dentre as múltiplas e significativas projeções históricas da revista registre-se:⁴

— A relevante contribuição para a consolidação da revolução cultural do Exército, desencadeada pelo Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar.

— Haver cristalizado e suportado a corrente do pensamento militar brasileiro que contribuiu para orientar as preocupações do Exército para a sua operacionalidade, atualização e modernização, circunstâncias que ajudaram a arrancar o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados em Canudos, no sertão da Bahia, em 1896-97, aos revelados pela FEB, na Itália, em 1944-45.

— Haver contribuído para produzir uma geração de escritores militares que se tornaram notáveis nos mais variados setores da problemática relacionada com a Defesa Nacional, em todos os seus níveis.

Constatar isto é obra de simples verificação dos índices de autores e assuntos da revista, em 71 anos de existência. Pois por suas páginas, desde 1913, desfilou expressiva parcela de inteligência nacional, civil e militar, com contribuições as mais diversas, abordando os problemas nacionais mais relevantes, muitos, inclusive, em caráter pioneiro.

Foram de seus quadros dirigentes, no passado, os ex-presidentes marechais Eurico Gaspar Dutra e Humberto de Alencar Castello Branco e o atual General-de-Exército João Batista de Oliveira Figueiredo, filho de um dos fundadores e o Presidente que levou o Brasil à Antártida, um dos últimos sonhos da revista.

Por tudo, os 13 "jovens turcos" ou "pates novas" que tiveram a feliz inspiração de fundar, manter, vivificar e projetar nacionalmente a revista, se tornaram credores da admiração nacional. Constituem-se hoje um exemplo digno de ser imitado por todos quantos neste imenso Brasil, no mar, na terra e no ar, dedicaram o melhor de si num trabalho anônimo para dotarem o Brasil de Forças Armadas

⁴ A projeção de "A Defesa Nacional" na instrução do Exército é focalizada com riqueza de detalhes pelo Marechal Odílio Denys, na obra citada, no anexo sob o título "Renovação do Exército — Missão Indígena".

condignas com o destino de grandeza que o povo brasileiro há quase cinco séculos vem se esforçando em construir.

Os "jovens turcos" e todos os colaboradores de "A Defesa Nacional" 1913-1944, contribuíram com seus escritos, para a organização da Força Expedicionária Brasileira, que representou o povo brasileiro de modo condigno, ao lutar, lado a lado ou contra frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na 2ª Guerra Mundial.

**"NÃO CORA O SABRE DE OMBREAR
COM O LIVRO, NEM CORA O LIVRO
DE CHAMÁ-LO IRMÃO"**

Esta parece ser a grande lição, reafirmada diversas vezes pela História, a extrair hoje dos "jovens turcos", fundadores de *A Defesa Nacional*, escritores de circunstância e profissionais militares de escola serviço da grandeza das Forças Armadas do Brasil.⁵ Ação meritória que o Tribunal da História julgou e consagrou como fato nacional relevante, com sentença transitado em julgado e que o presente óleo consagrou para a posteridade.

**ATA DE FUNDAÇÃO DE
A DEFESA NACIONAL**

Acta número 1

No dia vinte de Setembro de mil novecentos e treze, numa das salas do Club Militar, na Capital Federal, presentes os abaixo assignados, realizou-se a primeira reunião dos interessados na publicação de uma revista que reflectisse as idéias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho. Aberta a sessão, às 4 horas da tarde, tomou a palavra o 1º tenente Leitão de Carvalho, que expoz os fins da reunião e os

⁵ Idem nota 4. Merecem destaque as palavras de incentivo do Ministro da Guerra, General Caetano de Farias: "*A Defesa Nacional* nunca se afastou do terreno profissional. Seus leitores encontraram em suas páginas o estudo de questões de organização militar, de regulamentações táticas, do modo de executar serviços, mas nunca tiveram de distrair a atenção dos soldados, para altas cogitações filosóficas ou outros assuntos alheios à profissão."

trabalhos realizados até aquella data, por elle orador, pelo capitão Mario Clementino de Carvalho e pelos 1ºs tenentes B. Klinger e Souza Reis. Cogitando-se dos meios e fins da revista, de antemão denominava-se "A Defesa Nacional", ficou resolvido que, salvos os casos expressos de responsabilidade que cada qual assume pelas idéias e juízos que publica, houvesse sempre a mais perfeita solidariedade em todos os sentidos, especialmente quanto ao onus-pecuniário a que por ventura venha a dar lugar a manutenção da revista. E como nem todos os associados estivessem presentes, ficou também resolvido que esta Acta fosse lida e assignada por todos. Por proposta do 1º tenente Tabor da foram aclamados para dirigir a revista os tenentes Klinger, Leitão e Souza Reis, ficando o primeiro como chefe da redacção; tratando-se da escolha de um secretário, foi, ainda por proposta do tenente Tabor da, aclamado o 2º tenente Cidade. No que diz respeito à impressão da revista, nada ficou resolvido, deixando-se, no entanto, os directores encarregados de contratal-a com quem mais vantagens offerecer. E como o fim principal deste livro de actas seja facilitar futuramente o estudo das condições em que surtiu e viveu esta revista reclamada pelo momento histórico e pelas condições actuaes do Exército, que vamos combater atrasadas e perigosas, — cumpre nos declarar que coube aqui toda a iniciativa ao 1º tenente Leitão de Carvalho, tendo como auxiliares immediatos o capitão Mario Clementino, os 1ºs tenentes Klinger e Souza Reis. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão e marcada outra para o dia que fosse escolher pela directoria.

*F. de Paula Cidade, Secretário
Confere: Bertoldo Klinger*

*1º Tenente Estevão Leitão de Carvalho
1º Tenente Joaquim de Souza Reis Netto
Brasilio Tarborda
E, de Lima e Silva
Parga Rodrigues*

Scientes:

*Mario Clementino
Cap. Jorge Pinheiro
José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti
Euclides de Oliveira Figueiredo
Amaro de Azambuja Villanova*



INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTORIA MILITAR DO BRASIL

Em 1983, foi consolidada a instalação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil no 12º andar do Palácio Duque de Caxias (onde se encontrava há alguns anos por autorização do Sr. Ministro do Exército) pela publicação, no boletim da 1ª Região Militar nº 151, de 9 de agosto desse mesmo ano, da decisão do Sr. Cmt. da 1ª R.M. General de Divisão Geraldo de Araujo Ferreira Braga, baseada em documento existente e citado no texto da sua decisão. No mesmo ano, a 19 de abril, foi assinado o termo de doação dos móveis, utensílios e telefone, que pertenciam ao Estado Maior das Forças Armadas e que mobiliavam as salas que ocupava agora o Instituto. O Termo de Doação foi assinado pelo representante do Sr. Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e pelo representante do Presidente de nosso Instituto. Ambos os acontecimentos foram notáveis para a vida desta Instituição que, no dia 7 de novembro de 1986, comemorará 50 anos, realizando sessões semanais desde sua fundação, no Ministério do Exército, de cujas salas se afastou algum tempo, apenas, por emergência.

Entre seus fundadores, citando apenas alguns já falecidos, estão: Humberto de Alencar Castello Branco, Tristão de Alencar Araripe, Lucas Alexandre Boiteux, Francisco Jaguarive Gomes de Matos, Francisco de Paula Cidade, Rafael Danton Garrastazú Teixeira, Francisco José Pinto, Raul Silveira de Melo, Moreira Guimarães, Genserico de Vasconcellos, Emílio Fernandes de Souza Doca, Raul Bandeira de Melo e Pedro Cordolino F. Azevedo. Nesse mesmo ano, em 1983, foram realizadas várias palestras informais de sócios, trabalhos normais e conferências e posses.

Gen Francisco de Paula e Azevedo Pondé
Presidente

O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Antonio Pimentel Winz

Em todos os compêndios escolares e nos trabalhos de maior profundidade sobre a História do Brasil, deparamos com um longo capítulo que nos descreve as contendas entre portugueses e brasileiros, sob os mais variados títulos: Agitações Nativistas, Sentimento Nativista, Reações Nativistas, etc.

O adjetivo *Nativista*, na maioria dos dicionários, é definido como "Relativo aos indígenas, favorável aos indígenas, com aversão a estrangeiros, que é natural, nacional ou xenofobia, aversão às pessoas e coisas estrangeiras." Por extensão, o *Nativista* passou a ser, em fins do século XVIII, um *Jacobino*, partidário exaltado da democra-

cia, inimigo dos estrangeiros, nacionalista radical.

Esse movimento justo, começou a aflorar, embora com perspectivas diversas, após o término da longa guerra contra a Holanda. Durante um período de trinta anos (1624 a 1654), os naturais da terra lutaram, ombro a ombro, com os portugueses, contra o invasor e inimigo comum.

Cessada a luta, principiou o devassamento dos grandes vazios da nossa Pátria. Os emigrados partiram da costa norte, nordeste e leste para o interior, atingindo principalmente a Amazônia, Goiás, Amapá, Rio Branco, Acre e Guaporé. Os bandeirantes, oriundos do núcleo inicial de São Vicente, alargaram o sul, o oeste e centro, desde o Rio Grande do Sul, até Ponta Porã, fazendo junção com

as entradas. Era natural que o brasileiro visse com orgulho e tristeza a terra natal tão grande e pródiga, totalmente subordinada à Metrópole, que dela tudo usufruía.

Não podemos considerar os primeiros movimentos como revoltas contra a autoridade real. Foram agitações de caráter local, sem ramificações com outros centros e tinham por propósito a reação contra leis intoleráveis, autoridades arbitrárias ou abusos econômicos.

Os filhos da terra, não podendo ocupar altos postos na administração governamental, pois sua atividade política restringia-se às Câmaras Municipais, passaram a fazer das mesmas, suas tribunas, onde defendiam os interesses das cidades, vilas e do povo. Na falta de Vereadores, falavam do púlpito os próprios sacerdotes. Daí o crescente prestígio das Câmaras na vida colonial brasileira, desenvolvendo o espírito de autonomia e o sentimento *nativista*, em prol de um Brasil mais condizente com a sua extensão territorial e riquezas naturais.

Alguns acontecimentos interessantes dessas primeiras épocas valem ser lembrados:

— Pelo fato dos jesuítas não concordarem com a escravidão indígena, a Câmara da vila de São Paulo votou pela expulsão dos mesmos. O Governador do Rio de Janeiro, Salvador Correa de Sá, resolveu impor-lhes um ajuste com os sacerdotes. Os paulistas não aceitaram e se amaram; apossaram-se do governo da vila e apelaram para El-rei. O soberano, porém, pela lei de 12 de Abril de 1664, resolveu que as Câmaras deveriam acatar e reconhecer a autoridade do Governador.

— A insurreição de Manoel Bequimão, no Maranhão, não foi feita pela Câmara, mas teve o apoio da mesma. Constituiu-se num protesto contra o monopólio comercial, exercido pela Companhia criada pelo Alvará real de 12 de Fevereiro de 1682, que estancou¹ os gêneros principais por vinte anos e contra as leis que os jesuítas tinham conseguido, favorecendo os indígenas.

Os senhores de engenho, prejudicados pela falta de braços silvícolas para a lavoura e os comerciantes, na parte mercantil, prenderam o Capitão-mor, depuseram o Governador, expulsaram os jesuítas e declararam extinta a Companhia de Comércio.

¹ Estanco, Estancar (do latim *stagnare*) estagnar, açambarcar, paralisar, monopolizar.

O novo Governador, Gomes Freire de Andrade, facilmente jugulou a sedição, sendo apenas o Bequimão, o cabeça do movimento, enforcado a 2 de Novembro de 1685.

— Na Bahia, em 1711, eclodiu um motim, chefiado pelo Juiz do Povo, João de Figueiredo Costa, alcunhado "*O Maneta*", devido ao fato dos portugueses, que mantinham o monopólio comercial, terem resolvido discricionariamente aumentar o preço do sal, que passou de 480 para 720 réis e acrescentar nos demais gêneros importados uma sobre-taxa de 10 por cento.

A turba acalmou-se, cessando as depredações dos armazéns e casas, após ter sido prometido ao povo que não se lançariam mais impostos e que seriam perdoados os excessos cometidos.

— Assim aconteceu, de 1710 a 1711, em Pernambuco, entre os *mascates*, comerciantes lusos de Recife e os senhores de engenho da Vila de Olinda, muitos deles brasileiros, tudo exclusivamente por rivalidades municipais e por não concordarem com a elevação da Veneza do Norte à condição de vila.

— Em Minas Gerais, a pendência que degenerou em luta armada entre paulistas e emboadas, foi uma resultante do descontentamento dos primeiros, principalmente vicentinos, que tinham descoberto ricas minas de ouro na região e se consideravam esbulhados nos seus direitos, por doações feitas pela Coroa a elementos reinóis para mineração em terras que consideravam suas.

Todos os movimentos reivindicatórios acabaram sufocados pela força. Muitos dos seus protagonistas foram processados, desterrados e alguns pagaram com a própria vida. A semente lançada não foi erradicada. A desconfiança permaneceu, os rancores se avolumaram.

O processo lento da emancipação brasileira tomou novo rumo, a partir do século XVIII, não tanto pela conscientização de uma minoria insignificante, constituída por um grupo de intelectuais, militares, civis e eclesiásticos, que se deixaram imbuir pelos ideais advindos da América do Norte e da França revolucionária de 1789, mas antes pelos processos coercitivos, postos em prática pelas autoridades portuguesas.

Era vedado a instalação de qualquer prelo na colônia. Os livros e outras publicações, oriundas do Reino, passavam pela Comissão de Censura, que os aprovava ou não. Não

existiam arsenais para o fabrico de armas e outros petrechos bélicos, apenas depósitos ou *Trens* para acondicionar os armamentos e a pólvora, provenientes das indústrias existentes na Metrópole.

De todas essas precauções, Portugal, cerrou-se, objetivando manter a qualquer preço a rica colônia sul-americana num momento difícil para a sua história, quando as possessões do império africano e oriental estavam sendo arrebatadas pelas novas potências marítimas: França e Inglaterra.

Dois movimentos *nativistas* perturbaram as Minas Gerais, ambos na então opulenta Vila Rica, justamente no auge da febre aurífera.

— A revolta de 1720 foi causada pela questão do imposto devido à Coroa e pela criação das “casas de fundição”.

Após a luta entre paulistas e *emboabas*, os descendentes dos primeiros permaneceram nos altiplanos mineiros, côncios do seu poderio, após terem feito recuar os delegados da casa real, dentre os quais sobressaía Manoel Nunes Viana.

O governo era fraco, os residentes fortes, mesmo assim persistiu em cobrar um imposto sobre as bateias², isto é, 12 oitavas para cada minerador, em lugar de uma quantia fixa e anual proposta pela Câmara, em troca do ouro ter trânsito livre e ser quintado³ na estrada de São Paulo.

A sublevação que eclodiu sustou aquela injusta cobrança, porém as Câmaras ficavam obrigadas a pagar 30 arrobas⁴ anuais.

A Fazenda Real não estava contente, sofria um grande dano com os descaminhos do ouro, isto é, o contrabando. Os quintos Del-rei não aumentavam, embora as minerações proliferassem dia a dia.

Resolveu o Conde de Assumar estabelecer as “casas de fundição”, com o fim de fiscalizar todo o ouro encontrado. Felipe dos Santos Freire conclamou o povo a amotinar-

se. O governante lusitano, muito astuto, prometeu atender às reivindicações. Logo que serenaram os ânimos, deslocou-se com o seu Regimento de Dragões, que havia chegado da Metrópole em 1719 e invadiu Vila Rica. As habitações de Pascoal da Silva Guimarães, um dos cabeças da sublevação, foram queimadas, ficando as suas ruínas no morro que passou a ser conhecido como da “Queimada”, servindo de escarmento da justiça real.

Felipe dos Santos era enforcado a 15 de Julho de 1720, legou-nos esta frase no patíbulo: “Jurei morrer pela liberdade, cumprio a minha palavra”. Em seguida, esquartejaram-no. As “casas de fundição” começaram a funcionar. A média anual que próximo a 1720 era de 12 arrobas de ouro, a partir de 1725 passou para 97.

— Ao apagar das luzes do século XVIII, encontravam-se esgotadas muitas jazidas auríferas da capitania das Minas Gerais. A cota que deveria ser enviada à Coroa estava consideravelmente atrasada. As Câmara Municipais não encontravam meios para minimizar a situação.

Resolveu o governo fazer a cobrança através a *derrama*, isto é, a arrecadação forçada da importância total devida à Fazenda Real. Grande descontentamento gerou na população.

A Inconfidência, a Conjuração, a Conspiração ou outro qualquer sinônimo, pelo qual foi designado aquele movimento que alvoreceu e teve um trágico epílogo na histórica Vila Rica, foi fruto de um diminuto grupo de idealistas. Os brasileiros, formados em Coimbra, nos cursos de leis e cânones, deixaram-se impregnar pelo liberalismo, que estava sendo disseminado no continente europeu. Era a época dos filósofos e pensadores: “O Espírito das Leis” de Montesquieu, “A Enciclopédia” de D’Alembert, Diderot, Voltaire e outros ilustres vultos, o “Contrato Social” de Jean Jacques Rousseau, o racionalismo kantiano e o empirismo de John Locke, idéias novas e ousadas que iriam modificar o panorama político e social do mundo.

Como poderiam aqueles insígnies patriotas transmitir os seus ideais de liberdade, a sonhada República do Brasil, a uma população analfabeta ou às rudes tropas dos Dragões de Minas, que comboiavam pelas estradas os carregamentos de ouro e diamantes?

² *Bateia* — Gamela de madeira que serve para a lavagem das areias auríferas ou cascalho diamantino.

³ *Quintado* — Tirar a quinta parte; imposto de 20% que o Erário Régio cobrava das minas auríferas do Brasil.

⁴ *Arroba* — Peso equivalente a 32 arroetéis ou 14,688 kg.

Poucas pessoas que liam, às escondidas, os livros estrangeiros proibidos, contagiaram-se pelas suas aspirações.

Apenas o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que participara das reuniões dos poetas, foi o veículo da propaganda independentista nos diversos vilarejos do Caminho Novo, seu campo de trabalho e ação patriótica.

Nada mais fizeram, já nascera morto o movimento, falhou por não ter sido organizado e difundido em outros importantes centros culturais da colônia, que comungavam de anseios idênticos aos esposados pelos residentes na Capital das Minas Gerais.

Denunciada a conjura e presos os principais implicados, seguiu-se a longa *Devassa*, em sete grossos volumes, que só nos dão notícias de conversas entre pessoas, como asseverou Afonso Arinos de Melo Franco:⁵ "Aliás, esses autos mostram que a devassa se fazia com o sentido de apurar delitos de idéias, crimes de crenças e intenções."

Podemos dizer que todos esses episódios aqui relacionados sucintamente, foram apenas fatos isolados, os quais de qualquer maneira, fazem parte integrante do longo processo da Independência Brasileira, que teve por marco inicial a segunda metade do século XVII e só veio concretizar-se às margens do Ipiranga, a 7 de Setembro de 1822.

Por paradoxal que possa parecer, foi o próprio Portugal que apressou a nossa emancipação política. As guerras napoleônicas e a conseqüente invasão e ocupação de toda a Península Ibérica pelos exércitos franceses, forçaram o Príncipe — Regente D. João a optar pela colônia sul-americana.

O Brasil foi quem lucrou; antes, tudo era proibido pelas autoridades despóticas, que transitoriamente administravam e passavam pela colônia. A Corte lusa mudara o nosso destino, tínhamos um Príncipe — Regente, fomos beneficiados entre 1808 e 1816, com a abertura dos portos para todas as nações do mundo, Imprensa Régia, Real Biblioteca, Academias de Cirurgia e Marinha, Arsenal, Fábricas, Praças de Comércio, Banco do Brasil, Jardim Botânico, enfim toda a estrutura política e administrativa transferiu-se dealém

A 16 de Dezembro de 1815, a antiga co-

lônia foi elevada à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Os *patriotas* e *nativistas* não descansavam. As idéias liberais se transmitiram como um rastilho de pólvora a todos os centros desenvolvidos brasileiros. Continuavam, porém, a ser privilégio das classes cultas: militares, civis formados em Coimbra e senhores de engenho.

A Revolução Republicana de 1817, que eclodiu em Pernambuco e convulsionou diversas capitanias limítrofes, tinha um cunho nacionalista, visando a expulsão dos portugueses, a substituição do recente Reino Unido por um regime mais consentâneo com os principais advindos da Revolução Francesa.

Transformou-se num movimento de grande envergadura, possuindo em mãos recursos suficientes para enfrentar em pé de igualdade a monarquia portuguesa, perdeu-se, por ter se precipitado. Estava condenada desde o começo a um trágico desenlace. Duas causas primordiais influenciaram sobremaneira: completo alheamento do povo ao movimento, não o conclamaram a aderir e não foi igualmente bem preparado e informado dos objetivos revolucionários. A Revolução permaneceu como um privilégio das classes cultas, instruídas nas letras e não na arte da guerra: uma revolução de teóricos.

Legou-nos entretanto uma lição: foi o primeiro sangue de brasileiros derramado em luta franca pela Independência e a Libertação contra as forças da Metrópole.

Embora tivessem cometido falhas imperdoáveis, no que concerne ao aspecto militar, os revolucionários de 1817 não se mostraram covardes, enfrentaram com convicção, serenidades, altivez e heroísmo as sentenças impostas pela justiça real.

O sacrifício deles não foi inútil, como não tinham sido o daqueles que, em épocas mais remotas, os haviam precedido em outros movimentos idênticos.

O povo adquirira com esses dignificantes exemplos uma consciência, revelara-se. Tinha plena confiança no papel que iria desempenhar em breve.

O ambiente era propiciatório, o supedâneo imperial brasileiro estava montado. Os pró-homens do momento histórico de 1822 esperavam impacientes na ante-sala do tempo. O fruto da Liberdade e da Independência estava sazonado. Caberia apenas ao jovem Príncipe D. Pedro colhê-lo.

⁵ Melo Franco, Afonso Arinos de — *Terra do Brasil — As idéias da Inconfidência*, pgs. 21 a 29 — São Paulo — 1939.

BIBLIOGRAFIA

Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de —
História da Civilização Brasileira — 4.^a
Edição Aumentada — Coleção Brasileira
— 1940.

Vianna, Hêlio — *História Administrativa e
Econômica do Brasil* — Companhia Edi-
tora Nacional — São Paulo — 1951.

*O Professor ANTONIO PIMENTEL WINZ é membro
do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

**A BIBLIEX OBTVE EM 1983 O MESMO
SUCESSO DO ANO ANTERIOR,
PUBLICANDO AS SEGUINTE OBRAS:**



**DELINEAMENTOS
DA ESTRATÉGIA**

Vols. 2 e 3
Vice-Almirante
João Carlos
Gonçalves Caminha



**O MARECHAL
MASCARENHAS
DE MORAES
E SUA ÉPOCA**

Vols. 1 e 2
General Meira Mattos



**OS VOLUNTÁRIOS
DA PÁTRIA
NA GUERRA
DO PARAGUAI**

Vol. 2 - Tomo II
General Paulo
de Queiroz Duarte



**EU QUERIA TANTO
AINDA VIVER**

Rutina U.



O MITO DA CAVERNA

Jorge Boaventura



A ESPIÃ

C. Virgil Gheorghiu



HISTÓRIA DO 4º GAC

Coronel Osvaldo
Pereira Gomes



**NOS CONFINES
DOS TRÊS MARES...
A ANTÁRTIDA**

Aristides Pinto Coelho

Como já era previsto o sucesso alcançado em 83, a Bibliex imprimiu algumas coleções do editorial, além do número necessário para distribuição aos assinantes, e coloca essas coleções à disposição do público em geral, atendendo a pedido pelo reembolso postal. Para tanto basta preencher o pedido na página ao lado e remeter para:

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Pc Duque de Caxias, 25
3ª andar, Ala Marquês Dias
CEP 20455
Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (021) 283-3881

APROVEITE

Ainda existem, em pequena quantidade, coleções de 80, 81 e 82 por apenas Cr\$ 5.000,00 cada uma.

Seguindo a nossa linha de sucessos editoriais, apresentamos a
PROGRAMAÇÃO 84

OBRAS JÁ SELECIONADAS

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI
VOL. 2 - TOMO III

General Paulo de Queiroz Duarte

GEPOLÍTICA E TRÓPICOS
General Carlos de Meira Mattos

BRASILEIROS NO SINISTRO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS
Almirante Arthur Oscar Saldanha de Gama

JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE NACIONAL
Professora Theresinha de Castro

UMA VISÃO DA ANTÁRTICA
Coronel Elber de Melo Henriques

A ARTE DE SER CHEFE
Gastão Courtois

OBRAS EM APRECIÇÃO PARA SELEÇÃO DE MAIS QUATRO "BEST-SELLERS".

A ESPADA E A PENA
Liddell Hart

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO
Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal

A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO
General Tasso Fragoso

DIALOGUES SUR LE COMMANDEMENT
André Maurois

GRIGORENKO - MEMOIRS
Petro G. Grigorenko

DEUS SÓ RECEBE AOS DOMINGOS
Monsenhor C. Virgil Gheorghiu

ADMINISTRAÇÃO PARA CRESCIMENTO ORGANIZACIONAL
Francisco Gomes de Mattos

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA
Ernani Fornari

ASSINATURA 84
Cr\$ 7.800,00

Você receberá 10 livros
anualmente no seu endereço
em qualquer ponto do País.



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA**

ASSINATURAS

☐ 80 ☐ 81 ☐ 82

VALOR DE CADA UMA - Cr\$ 5.000,00

☐ 83 - VALOR - Cr\$ 7.000,00

☐ 84 - VALOR - Cr\$ 7.800,00

Você somente pagará as assinaturas solicitadas
quando recebê-las pelo Reembolso Postal.

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME _____

ENDEREÇO _____

ENDEREÇO PARA REMESSA _____

CEP _____

ASSINATURA _____

☐ - VALE POSTAL - AGENCIA 520641 CORREIO GG I Ex

☐ - CHEQUE NOMINAL Nº _____ BANCO _____

☐ - ORDEM DE PAGAMENTO - BANCO DO BRASIL - AGT FIDELITES/RJ
CONTA 396 000-5



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1985: Cr\$ 21.000,00

— PAGAMENTO:

Em cheque

☐

Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal

☐

A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

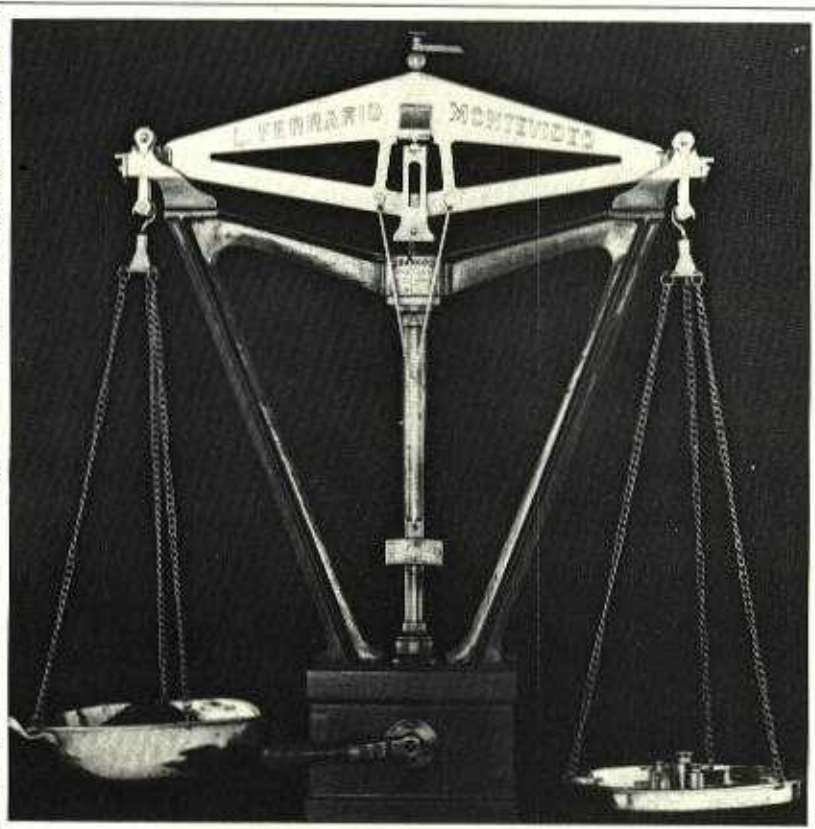
Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 283-3030



O Perfeito Equilíbrio De Um Sistema Financeiro É Essencial Para Desenvolver Seus Negócios.

Balança para pesar ouro em pó, datada do século XIX, exposta no Museu Sulbrasileiro na agência Mafrig - Porto Alegre - RS



Sempre atualizando boas idéias
através de iniciativas
cuidadosamente planejadas, o
Sistema Financeiro Sulbrasileiro
garante a seus clientes uma
completa e eficiente
estrutura de operações
e serviços bancários.
Isso é resultado direto
de um trabalho que reúne
muita experiência.

Uma especialidade que fazemos
questão de aprimorar a cada dia.
Conte com o perfeito equilíbrio
do Sulbrasileiro para desen-olver
seus negócios.
Essa arte só o tempo ensina.

SISTEMA FINANCEIRO
SULBRASILEIRO
Muito perto de você.

**COM A CADERNETA
DE POUPANÇA
VOCÊ SEMPRE SAI
GANHANDO.**

Caderneta de Poupança.
Quem poupa conquista o que a vida tem de melhor.